PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
DIREITO

Aprovado em 10 de março de 2025 pela Resolução do Conselho Superior, 13/2025.

FACULDADE DE SÃO PAULO

UNIESP S.A.

FASP - FACULDADE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO / SP

FACULDADE DE SÃO PAULO - FASP

Mantida pela UNIESP S.A. (Código 16134)

CNPJ: 19.347.410/0001-31

Credenciado pela Portaria MEC nº. 68282 de 25/02/0971, publicada no D.O.U. em 25/02/1971, seção 1.

Representante Legal
Cláudia Aparecida Pereira

DIREITO

INSTITUCIONAL

Diretor
Renato Moreira Figueiredo

Secretária Acadêmica
Cindi Inarai Brito da Silva

Coordenadora do Curso de Direito
Profa. Joelma Gomes do Nascimeno

Núcleo Docente Estruturante (NDE)
Profa. Ms. Joelma Gomes do Nascimento
Prof. Ms Carlos Eduardo Moreira Durce
Prof. Ms. Sergio Roberto Lopes
Prof. Dr. Márcio Magalhães Fontoura
Prof. Ms. Vanessa Bianchi Mochetti

APRESENTAÇÃO

Na última década, o ensino superior no Brasil tem passado por inúmeras e relevantes transformações que tornam necessária a atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Direito, realizadas por toda a equipe acadêmica, liderada pelo Coordenador do curso com o apoio do Núcleo Docente Estruturante – NDE.

Assim, o órgão citado, NDE, assumiu grande importância desde a sua criação no Curso de Direito. Trata-se de um grande protagonista na elaboração das atualizações pedagógicas que envolvem o curso em si.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito foi elaborado nelo NDE (Núcleo Docente Estruturante) e aprovado em reunião ordinária do Conselho Superior em 28 de Março de 2025, visa melhorar e adequar a estruturação do curso para dar ao profissional maiores opções na área de formação, a fim de definir o perfil de profissional a ser formado, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais listadas abaixo:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº. 9.394/1996;
- Lei 11788/2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes;
- RESOLUÇÃO nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- RESOLUÇÃO nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e daì outras providências;
- RESOLUÇÃO nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito;
- PORTARIA n.º 2.117 de 06 de dezembro de 2019, , que autoriza as instituições de ensino superior, em cursos presenciais, a ofertar até 40% da carga horária total do curso na modalidade de Educação a Distância (EaD)
- RESOLUÇÃO n.° 2, de 9 de Abril de 2021, que altera o art. 5° da Resolução CNE/CES n° 5/2018, que institui as Diretrizes Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

Desta forma, o Projeto Pedagógico do Curso é um documento que não é perfeito, evidente como qualquer trabalho teórico não está imune aos defeitos. As correções futuras que vier a sofrer vão contribuir de forma significativa para o seu aprimoramento, tarefa executada de forma constante pela coordenação do curso, juntamente com o NDE, aprovado pelo Colegiado de Curso e ouvido às recomendações do Conselho Superior.

Dentro desta perspectiva, procurou-se elaborar um Projeto Pedagógico para o Curso de Direito, respeitando as legislações pertinentes, que possibilite a construção de novas realidades calcadas pelo desenvolvimento sustentável do município de São Paulo-SP e região do Estado de São Paulo.

Além das transformações do ensino superior, a carreira jurídica tem experimentado diversas transformações, principalmente no que tange à área tecnológica, como exemplo a implementação do processo judicial eletrônico nos Tribunais em todo o país, bem como a promulgação do Código de Processo Civil em 16 de março de 2015, bem como a Reforma Trabalhista e Previdenciária nos anos de 2017 e 2019, respectivamente, reforma Tributária através da Emenda Constitucional 132/2023, alterações também relevantes no Código Penal e Processo Penal, Lei de Licitações e Contratações Públicas, dentre outras relevantes atualizações jurídicas dos últimos tempos.

Ademais, toda a atividade normativa e jurídica sofreu significativo impacto com o advendo da Lei Geral de Proteção de Dados, instrumento legislativo de relevante garantia, com fundamento constitucional o qual tem alterada significativamente a atividade jurisdicional e jurídica, tanto no que competente ao contensioso quanto a atividade preventiva na coleta, armazenamento, uso e compartilhamento de dados pessoais, incluindo informações como nome, endereço, e-mail, número de telefone, informações financeiras e de saúde, entre outras. A lei se aplica a todas as empresas e organizações que coletam e processam dados pessoais e sensíveis.

Não obstante e menos importante, são as implementações da área da pesquisa científica, principalmente com as atividades criadas pela instituição de ensino.

Logo, com o estímulo para a produção de artigos e resumos científicos, seja em sala de aula, seja por meio de grupos de pesquisa, o curso de direito tem avançado

no sentido de contribuir para a formação profissional que o aluno deseja alcançar nos dez semestres de estudo.

Há, ainda, o aperfeiçoamento dos estágios práticos em sala de aula e extraclasse, através do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), com a aplicação de atividades que contribuam na formação prática do discente.

Por fim, a grande mudança implementada no curso de Direito é advinda da autorização pelo MEC da adoção de até 40% da carga horária com disciplinas na modalidade de ensino à distância, o que por si só é uma novidade para todos os docentes e alunos do curso, haja vista que o ensino presencial é amplamente difundido em nosso país.

Assim, torna-se um grande desafio a implementação dessa nova estrutura, com o ambiente virtual que possua aulas on-line, livros digitais, trabalhos e avaliações, bem como a comunicação por meio do professor-tutor, uma vez que muitos alunos, na sua ampla maioria, sempre estudaram de forma presencial, seja no ensino básico, seja em graduações anteriores.

Portanto, após reuniões para definir a adoção da modalidade de ensino à distância e os conteúdos de direito processual civil, o NDE e professores definiram a criação de uma nova grade curricular, acatando algumas sugestões advindas da mantenedora da instituição.

Sendo um curso complexo, devido que as alterações legislativas e jurisprudenciais fazem parte do cotidiano do operador do direito, muitas mudanças ocorreram devido a tais alterações.

Também mudanças na disciplina de Estágio Supervisionado, com a exigência dos alunos de frequentarem estágios externos em entidades públicas, escritórios de advocacia etc., bem como audiências criminais, cíveis e trabalhistas.

Outra mudança é no que diz respeito ao Trabalho de Conclusão de Curso, sendo ofertado em aula presencial, mas com propositura de um novo regulamento, específico para o curso de direito, iniciando a confecção do trabalho científico a partir do oitavo período com a disciplina de Trabalho de Curso I em que o aluno apresentará o Projeto de Pesquisa ao orientador.

Com relação aos conteúdos de Educação das Relações Étnico-raciais, com base na Lei 11.645/2008 e Resolução nº. 01/2004, foram alocados nas disciplinas de: (i) Estudos Sócio Antropológicos, (ii) Ética, Cidadania e Inclusão Social, (iii) Sociologia Jurídica, (iv) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e (v) Trabalho Integrado

Interdisciplinar de Direito.

Os conteúdos relativos ao meio-ambiente, com a inclusão de Políticas de Educação Ambiental dentro da disciplina de (i) Meio Ambiente e Sustentabilidade, (ii) Direito Ambiental e (iii) Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito, em conformidade com a Lei 9.795/1999 e Decreto 4.281/2002.

A interdisciplinaridade está presente nos primeiros termos com a disciplina de Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito, que envolve os direitos sociais, étnico-raciais, relativos à questão de gênero, ao idoso, desenvolvimento ambiental sustentável, pessoa com deficiência etc.

Nesta oportunidade, os alunos deverão realizar um trabalho envolvendo as atividades de extensão para apresentação ao final de cada semestre, sendo gradativamente incentivada a participação em atividades junto à comunidade da região a qual a instituição está inserida.

Algumas sugestões acatadas pelo NDE advieram da Comissão Permanente de Avaliação, dos alunos representantes de sala, dos alunos em geral, além do Colegiado de Curso, que muito contribuiu com a definição do conteúdo e bibliografia das disciplinas.

Portanto, a atualização do presente projeto pedagógico visa permitir aos alunos do Direito o alcance a múltiplas competências. O profissional egresso do curso deve saber e poder atuar em diversas áreas, o que supera o modelo curricular tradicional.

O Projeto Pedagógico do referido curso almeja contribuir para um ensino reflexivo e democrático, onde a teoria se conjugue com a prática docente, com finalidade de construir o conhecimento, proporcionando aprimoramento contínuo de todos os envolvidos.

O planejamento, a busca de fins, programas e currículos, assim como, a contínua construção de competências e habilidades que atendam a novos padrões e exigências organizacionais, resultarão de ações constantes do corpo docente, Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante (NDE), conduzidas pela coordenação do curso e alicerçadas na multidisciplinaridade e interdisciplinaridade da atuação destes.

A integração pedagógica que permeia todos os níveis do trabalho acadêmico e técnico-administrativo é indispensável na ação e na prática para a perfeita integração do Projeto Pedagógico, conferindo identidade ao curso de Direito.

O PPC do Curso de Direito está, ainda, em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade de São Paulo - FASP, a fim de Renovar o Curso de Bacharelado em Direito desta Faculdade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto externa da FASP.....15
Figura 2 - Fotos Internas da FASP.....16
Figura 3 - Mapa dos Principais Meios de Acesso nos Arredores da IES.....22
FIGURA 4 - Número de Matrículas da Educação Superior Brasileira (graduação e sequencial) no período de 2010-2023.....27
Figura 5 - Fluxograma Metodologias Ativas no Aprendizado do aluno.....48
FIGURA 6: FLUXOGRAMA DA INSTÂNCIA DE APOIO AO DISCENTE EM TODOS OS SETORES PEDAGÓGICO-ADMINISTRATIVO.....96
Figura 7: Fluxograma Funcionamento Colegiado.....139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Cursos.....21
Tabela 2: Praticas exitosas/inovadoras.....46
Tabela 3: Estrutura Curricular do Curso de Direito.....65
Tabela 4: Matriz Curricular do Curso Superior de Direito.....69
Tabela 5: Ensino por Competências.....80
Tabela 6: TUTORES.....116
Tabela 7: Equipe Multidisciplinar.....124
Tabela 8: Plano de Ação da Equipe.....125
Tabela 9: Membros Núcleo NDE.....132
Tabela 10: Regime de Trabalho Docentes.....135
Tabela 11: Experiência Corpo Docente.....136
Tabela 12: Experienciência Magistério Superior Docentes.....137
Tabela 13: Membros Colegiado de Curso.....139
Tabela 14: Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, temos determinações específicas para as pessoas com deficiência.....170

SUMÁRIO

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO **13**
1.1. Mantenedora 13
1.2. Mantida 14
1.3. Caracterização Geral do Curso 14
2. CONTEXTO EDUCACIONAL **15**
2.1. Missão 15
2.2. Objetivos da Instituição 15
2.3. Breve Histórico da IES 15
2.4. Inserção Regional 22
2.4.1 Contextualização da Região 30
2.4.2 Aspectos Geográficos e Clima 31
2.4.3 Aspectos Históricos 32
2.4.4 Aspectos econômicos 34
2.4.5 Dados Socioambientais 35
2.5. Responsabilidade Ambiente, Cultural e Artística 37
2.6. Justificativa para a oferta do Curso 41
3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO **44**
3.1. Práticas Exitosas ou Inovadoras 46
3.2. Metodologias Ativas 48
4. O CURSO **53**
4.1. Histórico e Perfil do Curso 53
4.2. Missão do Curso 55
4.3. Objetivos 56
4.3.1 GERAL 56
4.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 56
4.4. Perfil do Egresso 58
4.4.1 ARTICULAÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO 59
4.5. Articulação com as atividades de pesquisa e extensão 60
5. ESTRUTURA E CONTEÚDO CURRICULAR **62**
5.1. Projeto Pedagógico e as Diretrizes Curriculares Nacionais 62
5.2. Conteúdos Curriculares 63
5.3. Referencial de conteúdos 65
5.4. Matriz Curricular do Curso de Direito 68
5.5. Estratégias de flexibilização curricular 68
5.6. Matriz Curricular do Curso de Direito 69
5.7. Ementário 72
5.8. Adequação da Metodologia do Processo de Ensino e da Metodologia de Aprendizagem 72
5.9. Modos de Integração entre a Teoria e Prática 72
5.10. Dimensionamento da Carga Horária das Disciplinas 73
5.11. Adequação e Atualização das Ementas e Programas das Disciplinas 73
5.12. Adequação, Atualização e Relevância da Bibliografia 74
5.13. Coerência do Corpo Docente e do Corpo-Técnico Administrativo com a Proposta Curricular 74
5.14. Coerência dos Recursos Materiais Específicos 74
5.15. Estratégias de Flexibilização Curricular 75
6. METODOLOGIA **77**
6.1. Adequação da Metodologia do Processo de Ensino-Aprendizagem 78
7. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO **85**
7.1. Prática Profissional e/ou Estágio 85
7.1.1 BASE LEGAL 86
7.1.2 CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO 86
7.1.3 OBJETIVOS GERAIS 87
7.1.4 ABRANGÊNCIA 87
7.1.5 SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO 88
7.2. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC 88
7.3. Trabalho Integrado Interdiciplinar 89

7.3.1 Objetivo Geral do Trabalho Integrado Interdiciplinar de Direito 90
7.3.2 Objetivos Específicos do Trabalho Integrado Interdiciplinar de Direito 90
7.4. Atividades Complementares 91
7.5. Curricularização das Atividades de Extensão 92
7.6. Iniciação Científica e Pesquisa 94
8. APOIO AO DISCENTE 96
8.1. Núcleo de Apoio ao Discente 96
8.2. Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAP 97
8.3. Apoio Técnico-Administrativo 98
8.4. Mecanismos de Nivelamento 99
8.5. Monitoria Acadêmica 100
8.6. Acompanhamento de Egresso 100
8.7. Ouvidoria 101
8.8. Bolsas de Estudos e Financiamento Estudantil 102
8.9. Apoio à Participação em Eventos 102
9. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA 105
9.1. Autoavaliação do Curso 105
9.1.1 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA IES E DOS CURSOS 106
9.1.2 AVALIAÇÕES EXTERNAS DO CURSO 108
9.1.3 AVALIAÇÃO ENSINO X APRENDIZAGEM 109
9.2. Número de Vagas 110
10. TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TICS 111
11. ATIVIDADES DE TUTORIA 115
11.1. Conhecimentos, Habilidades e Atitudes Necessárias às Atividades de Tutoria 115
11.2. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) 117
11.3. Base Legal 121
11.4. Acordo de Cooperação Técnica 122
11.5. Equipe Multidisciplinar 124
11.6. Plano de Ação e os Processos de Trabalho da Equipe Multidisciplinar 124
11.8. Mecanismos de Interação entre Docentes, Tutores e Estudantes 128
12. CORPO DOCENTE 130
12.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE 131
12.2. Atuação do Coordenador 132
12.3. Experiência Profissional, de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do(a) Coordenador(a) 133
12.4. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso 133
12.5. Titulação do Corpo Docente do Curso 133
12.6. Índice de Qualificação do Corpo Docente – IQCD 134
12.7. Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso 134
12.8. Quadro de Docentes 135
12.9. Experiência Profissional do Corpo Docente do Curso de Direito 136
12.10. Experiência de Magistério Superior do Corpo Docente do Curso de Direito 137
12.11. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica do Corpo Docente do Curso de Direito 137
12.12. Funcionamento do Colegiado de Curso ou Equivalente 138
13. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS 141
13.1. Instalações Administrativas 141
13.2. Salas de Aula 143
13.3. Auditório 143
13.4. Salas de Professores e Professores em Tempo Integral 144
13.5. Espaços para Atendimento aos Discentes 144
13.6. Espaços de Convivência e de Alimentação 144
13.7. Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas: Infraestrutura Física 145
13.8. Laboratórios, Ambientes e Cenários para as Práticas Didáticas: Serviços 146
13.9. Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA 146
13.10. Biblioteca: Infraestrura e Serviços 147
13.10.1 BIBLIOTECA: PLANO DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO 148
13.10.2 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR 153
13.10.3 Bibliografia Complementar por Unidade Curricular 153
13.10.4 Biblioteca Virtual 153

13.10.5 Periódicos Especializados 154
13.10.6 Salas de Apoio de Informática ou Estrutura Equivalente 154
13.10.7 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação 155
13.10.8 Laboratório de Informática, Departamentos Acadêmicos e Departamentos Administrativos 156
13.10.9 Plano de Ampliação da Internet 156
13.10.10 Expansão de Hardware e Software 156
13.10.11 Manutenção Preventiva e Corretiva 157
13.11 Instalações Sanitárias 157
13.12 Laboratório de Informática 158
13.13 Infraestrutura Tecnológica 158
13.14 Infraestrutura de Execução e Suporte 161
13.15 Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos 161
13.16 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação 162
13.17 Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ 163
14 INFRAESTRUTURA PLANEJADA PARA DEFICIENTES **169**
REFERÊNCIAS **172**

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1. Mantenedora

A FACULDADE DE SÃO PAULO - FASP é mantida pela UNIESP S.A., Sociedade Anônima Fechada, com sede e foro em Olímpia - SP, com CNPJ nº. 19.347.410/0001-31, com o Estatuto registrado e microfilmado na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 12 de fevereiro de 2016 e a última Ata da Assembleia Geral realizada em 27 de setembro de 2019, registrada sob nº 576.893/19-5 em 04 de novembro de 2019. De conformidade com seu Estatuto e registros cartoriais, tem como objetivos fundamentais a Educação,o Ensino, a Investigação e a Formação Profissional, bem como o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Filosófico e Artístico da região na qual está inserida.

A UNIESP S.A. assumiu a mantença da Faculdade DE SÃO PAULO - FASP por meio do processo de transferência autorizado pela Portaria MEC nº 140 de 23/02/2017, publicada no DOU em 01/03/2017, onde a mantenedora adquirente da Instituição de Educação Superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente:

NOME	UNIESP S. A. (16134)	
ENDEREÇO	Rodovia Wilquem Manoel Neves, Nº: s/n Complemento: Km 3, CEP: 15405-370 Bairro: Recanto Boa Vista	
CIDADE	Olímpia	SP
ATOS LEGAIS	Constituída em ata de assembleia geral datada de 26/07/2023, registrada e arquivada sob NIRE nº 35.300.459.85-7 na JUCESP em 03/08/2023, sendo sua ata de diretoria vigente, para o mandato de três anos.	
CNPJ	19.347.410/0001-31	
FINALIDADE	Educação, Ensino, Investigação e a Formação Profissional, bem como o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Filosófico e Artístico da região na qual está inserida.	
TELEFONE	(11) 3111-8900	
SITE	https://uniesp.edu.br/sites/institucional/	
PRESIDENTE	Claudia Aparecida Pereira	

1.2. Mantida

IES	FACULDADE DE SÃO PAULO - FASP	
ENDEREÇO	Rua Anhanguera, 919 - Vila Flores - CEP: 17013-190	
CIDADE	São Paulo	SP
ATOS LEGAIS	- Credenciado pela Portaria MEC nº. 68282 de 25/02/1971, publicada no D.O.U. em 25/02/1971. - Tranferência de Mantença: IESPP para Sociedade Brasileira de Educação Renanscentista Portaria nº. 889 Data Documento: 18 de outubro de 2007.Data da Publicação DOU: 19 de outubro de 2007 - Transferência de Mantença: Sociedade Brasileira de Educação Renascentista para Instituto Educacional Teresa Martin Portaria nº. 1620 Data Documento: 13 de novembro de 2009 Data da Publicação DOU: 16 de novembro de 2009 - Transferência de Mantença pela Portaria MEC nº 140 de 23/02/2017, publicada no DOU em 01/03/2017.	
TELEFONE	18) 3918-4700	
SITE	https://uniesp.edu.br/sites/FASP/	
PRÓ-REITOR:	Renato Renato Moreira Figueiredo	

1.3. Caracterização Geral do Curso

Nome do Curso	Direito
Código do Curso	104394
Modalidade	Bacharelado
Local de Oferta	Rua: Alvares Penteado, 139, 180, 216, Centro Cep: 11012-001, São Paulo/SP
Regime	Seriado
Turnos de Funcionamento	Matutino / Noturno
Nº. de vagas totais anuais	100 vagas
Integralização	Mínima: 10 semestres Máxima: 15 semestres
Carga Horária Total	**3.850 horas**

2. CONTEXTO EDUCACIONAL

2.1. Missão

"*Praticar a Educação Solidária, possibilitando o acesso de todos ao Ensino Superior de qualidade e participando, ativamente, de projetos sociais educacionais e culturais dos setores público e privado, com uma atuação voltada ao desenvolvimento sustentável e ao atendimento à comunidade."*

2.2. Objetivos da Instituição

A FACULDADE DE SÃO PAULO - FASP estabeleceu quatro grandes objetivos relacionados à Instituição, ao Corpo Docente, ao Corpo Discente e à Comunidade, para o cumprimento de sua missão:

- **Instituição:** proporcionar o desenvolvimento sustentável da instituição através de um sistema de ensino competitivo, planejando, coordenando, acompanhando e avaliando suas ações administrativas e pedagógicas;
- **Docente:** investir na qualificação do corpo docente, através de uma política de recursos humanos que garanta o seu aprimoramento contínuo e sua satisfaçãoprofissional;
- **Discente:** oferecer aos alunos um ensino de qualidade garantindo-lhes a sua inserção na sociedade, profissional e culturalmente;
- **Comunidade:** fortalecer a política sócio educacional voltada ao contínuo relacionamento da instituição para com a sociedade.

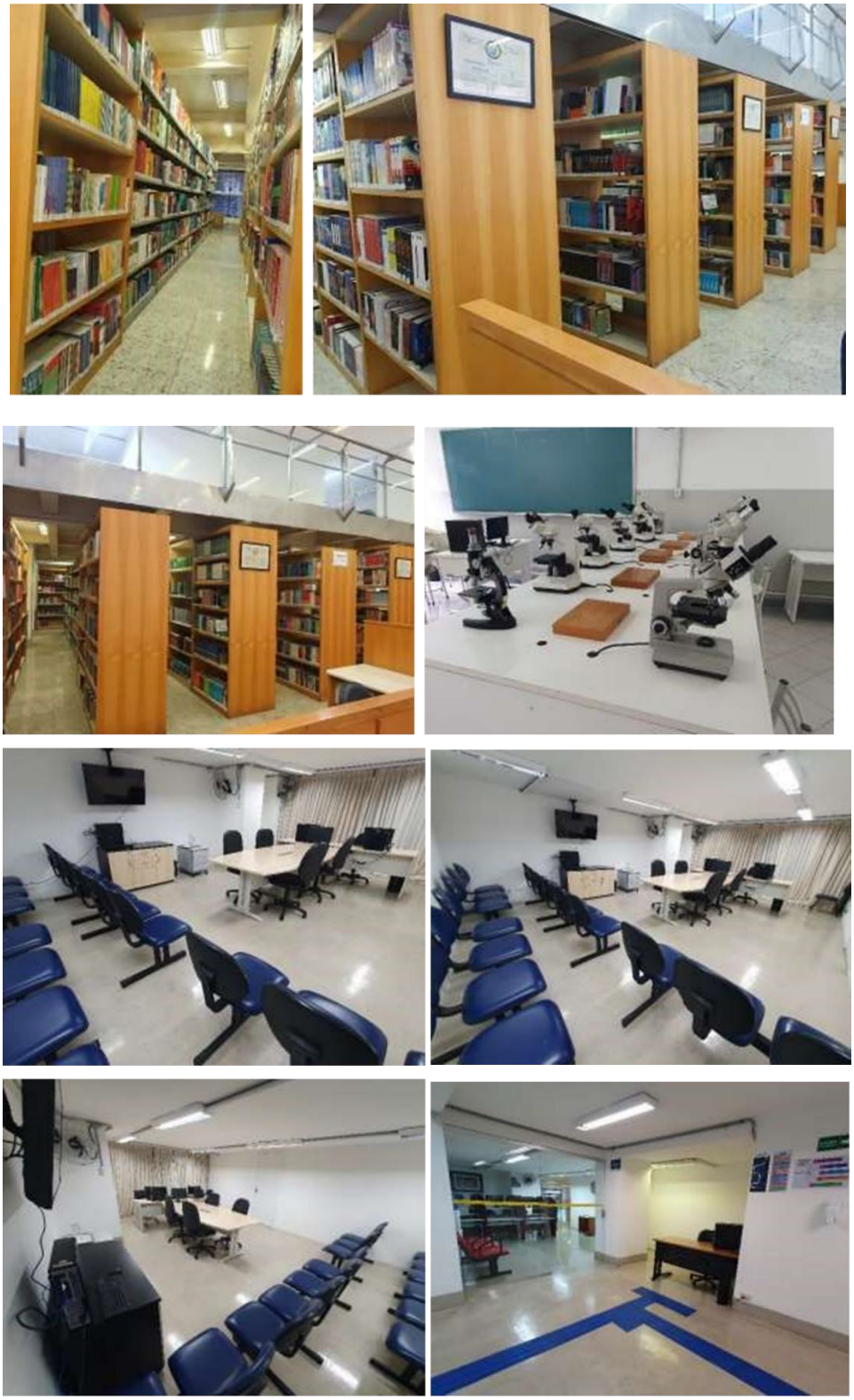
2.3. Breve Histórico da IES

A Faculdade de São Paulo - FASP é uma instituição isolada particular de ensino superior, com sede e dependências administrativas à Rua Alvares Penteado, 139, 180, 216 Centro, CEP 01012-0001, São Paulo/SP.

Figura 1 - Foto externa da FASP

Fonte: Arquivo próprio

Figura 2 - Fotos Internas da FASP



Fonte: Arquivo próprio

A Instituição foi fundada em 1971, foi credenciada pelo Decreto 68.282 de 25 de Fevereiro de 197. Iniciou as atividades acadêmicas em 1973 e tem como missão, proporcionar um espaço de continua aprendizagem onde alunos, professores e colaboradores da instituição possam aperfeiçoar, permanentemente, a capacidade de solucionar problemas e gerar resultados positivos em diferentes contextos e situações, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida.

No ano de 1973 teve início a Faculdade Renascença com os cursos de Letras, Pedagogia e Ciências, autorizados pelo Decreto no. 76.616 e implantados em 1975. Mais tarde, foram autorizados os cursos de Hotelaria e Informática, aos quais se acrescentou as Licenciaturas em Matemática e Secretariado Executivo Bilíngue.

A Faculdade Renascença possuía também o Centro de Pós-Graduação, com cursos de especialização em diversas áreas.

Na Faculdade Renascença, em julho de 1998, foi autorizado o curso de Ciências Contábeis; em 1999, o de Matemática e Ciências Biológicas; e em 2001, o curso de Ciência da Computação.

Com a aquisição da Faculdade Horizontes, Pela Portaria n. º 592, de 24 de fevereiro de 2006 (DOU 01.03.2006), foram autorizados os cursos de Educação Física, Administração, Ciências Contábeis e Enfermagem para a Faculdade Horizontes, com 200 vagas totais anuais (100 no período da manhã e 100 no da noite), mais tarde incorporada à FACULDADE DE SÃO PAULO.

A Faculdade Horizontes foi credenciada pela Portaria n. º 593 de 24 de fevereiro de 2006 (DOU 01.03.2006), mantida nesta época pelo Instituto Superior de Pesquisa Horizontes S/A, com sede à Rua Raul do Santos Machado, s/no., Jardim Helga, São Paulo, Capital.

Pela Portaria n. º 596 de 24 de fevereiro de 2006, as Faculdades Integradas Teresa Martin, mantida pelo Instituto Educacional Teresa Martin teve aprovado o reconhecimento dos cursos superiores de Bacharelado em Ciências Contábeis, com sede na Rua Antonieta Leitão no. 129, Freguesia do Ó, São Paulo, Capital, com 80 vagas para o período noturno.

O Instituto Educacional Teresa Martin teve sua denominação, em 22 de dezembro de 2008, alterada para Instituto Educacional do Estado de São Paulo – IESP, com sede e foro na cidade de São Paulo, à Rua Conselheiro Crispiniano

116/120/124, sendo uma associação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, conforme Estatuto Social, registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da capital.

Pela Portaria n. º 1.620 de 13 de novembro de 2009 foi aprovada a transferência da mantença da Faculdade Renascença para o Instituto Educacional Teresa Martin já com a nova denominação Instituto Educacional do Estado de São Paulo – IESP.

Pela Portaria n. º 486 de 07 de maio de 2010 (DOU 11.05.2010) a Faculdade Horizontes teve seu endereço alterado para Rua Conselheiro Crispiniano no. 116/120, São Paulo, Capital, com os cursos de Bacharelado em Administração, Bacharelado em Ciências Contábeis,Bacharelado em Direito, Licenciatura em Educação Física, Bacharelado em Enfermagem e Pedagogia.

Pela Portaria Ministerial n. º 1028 de 17 de agosto de 2010 (DOU 18.08.2010), foram unificadas as mantidas Faculdade Renascença e Faculdades Integradas Teresa Martin à FACULDADE DE SÃO PAULO, com sede na Rua Conselheiro Crispiniano 116/120 – Centro – SP e Rua Álvares Penteado, 208/216.

Pela Portaria n. º 1.923 de 18 de novembro de 2010 (DOU 19.11.2010) foi aprovada a transferência de mantença da Faculdade Horizontes, de Instituto Superior de Pesquisa Horizontes S/A para Instituto Educacional do Estado de São Paulo, com sede na Rua Conselheiro Crispiniano no. 116, 120 e 124, CEP 0137-000, São Paulo, Capital.

Em 2011, através da Portaria n. º 196, de 27 de junho de 2011 (DOU 28.06.2011), a Faculdade Horizontes e a Faculdade Brasileira de Recursos Humanos foram também incorporadas à FACULDADE DE SÃO PAULO, mantida pelo Instituto Educacional do Estado de São Paulo – IESP.

Em 05 de novembro de 2012 o Instituto Educacional do Estado de São Paulo – IESP teve sua denominação mudada para União Nacional das Instituições Educacionais São Paulo, conforme registro nº 445.706 do 1º. Oficial de Registro Civil de Pessoa Jurídica.

Em 02 de abril de 2013, a União Nacional das Instituições Educacionais São Paulo voltou a chamar Instituto Educacional do Estado de São Paulo – IESP, conforme registro no. 398.566 do 1º. Oficial de Registro Civil de Pessoa Jurídica.

A partir de 13 de janeiro de 2016 a FACULDADE DE SÃO PAULO passou a ser mantida pela UNIESP S/A, conforme Portaria no. 140, de 23/02/2017,

publicada no D.O.U. de 01/03/2017, nos termos do Estatuto Social registrado na JUCESP

Diante deste contexto, a FACULDADE DE SÃO PAULO - FASP foi concebida para ministrar os cursos de graduação, pós-graduação, extensão, atualização, aperfeiçoamento e capacitação profissional.

Na formação de profissionais demandados pelo mercado de trabalho, vinculação do ensino com o mundo do trabalho e práticas sociais com a pesquisa e extensão, detecta transformações na qualificação de recursos humanos, nas dinâmicas ocupações profissionais do saber humano.

Suas atividades principais são o ensino, a pesquisa e a extensão no campo da educação superior. Estende o conhecimento científico e/ou tecnológico, servindo a sociedade com acompanhamento dos avanços dos novos tempos.

Mantém entrosamento com as Prefeituras Municipais e demais entidades públicas e privadas da área de sua atuação e programa os cursos de graduação, pós-graduação, aperfeiçoamento e atualização, ouvindo a comunidade e as empresas comerciais, industriais e prestadoras de serviços. Integra-se, de fato, com a comunidade e com as Prefeituras Municipais.

Faz semestralmente avaliação de cada curso quanto ao conceito da comunidade e do alunado.

A instituição também sempre busca o aprimoramento de todos os seus recursos humanos, principalmente do corpo docente. Para isso, faz intercâmbio com as universidades e instituições de ensino superior da Região, visando o melhor desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Articula-se com os estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, a fim de contribuir objetiva e corretamente para a melhoria da qualidade da Educação Básica.

A Faculdade de São Paulo – FASP para a região representa um centro educacional, cultural e de promoção social, de forma democrática e participativa. Seu ensino é dirigido para os reais interesses da comunidade, colaborando na criação de condições para o desenvolvimento regional, conectando-se com a expressão socioeconômica e cultural de São Paulo e do Brasil.

Assim, atualmente o FASP oferece à comunidade de São Paulo e região os cursos de:

TABELA 1: CURSOS

CURSO	Nº. VAGA ANUAL	PERÍODO	PORTARIAS
Adiministração	100	Vespertino	Portaria n. 569 de 25/06/1998, publicada no DOU em 29/06/1998. Renovação de Reconhecimento de Curso pela Portaria n. 2.323 de 30/06/2005, publicada no DOU em 04/07/2005
Ciências Contábeis	50	Noturno	Autorizado pela Portaria MEC n° 2.239 de 16/10/2001. Renovação de Reconhecimento pela Portaria MEC n° 313 de 05/07/2024.
Direito	100	Matutino/Noturno	Autorizado pela Portaria MEC n 566 de 26/06/2007. Reconhecimento pela Portaria MEC n° 378 de 21/08/2019.
Direito	100	Matutino/Noturno	Portaria n. 2368 de 22/08/2002, publicada no DOU em 26/08/2002. Renovação de Reconhecimento de Curso pela Portaria n. 543 de 23/09/2016, publicada no DOU em 26/09/2016.
Enfermagem	100	Matutino	Autorizado pela Portaria n. 592 de 24/02/2006, publicada no DOU em 01/03/2006. Renovação de Reconhecimento de Curso pela Portaria n. 793 de 14/12/2016, publicada no DOU em 15/12/2016.
Ciências Biológicas	120	Matutino/Noturno Vespertino	Autorizado pela Portaria n. 328 de 26/02/1999, publicada no DOU em 02/03/1999. Renovação de Reconhecimento de Curso pela Portaria n. 793 de 14/12/2016, publicada no DOU em 15/12/2016.
Letras - Português e Inglês	50	Matutino/Noturno	Autorizado pelo Decreto n. 68.282 de 25/02/1971, publicado no DOU em 26/02/1971. Renovação de Reconhecimento de

			Curso pela Portaria n. 793 de 14/12/2016, publicada no DOU em 15/12/2016.
Pedagogia	50	Vespertino	Autorizado pelo Decreto n. 74.676 de 10/10/1974, publicada no DOU em 11/10/1974. Renovação de Reconhecimento de Curso pela Portaria n. 1093 de 24/12/2015, publicada no DOU em 30/12/2015.
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	50	Vespertino	Autorizado pelo Decreto n.90403 de 07/11/1984, publicada no DOU em 08/11/1984. Renovação de Reconhecimento de Curso pela Portaria n. 1205 de 24/11/2017, publicada no DOU em 27/11/2017.
Rede de Computadores	50	Matutino	Autorizado pela Portaria n. 3.089 de 01/10/2004, publicada no DOU em 04/10/2004. Renovação de Reconhecimento de Curso pela Portaria n. 1093 de 24/12/2015, publicada no DOU em 30/12/2015.

2.4. Inserção Regional

A Faculdade de São Paulo - FASP está localizado próxima às estações Sé, República, Anhangabaú e São Bento do metrô, com integração para linhas de trem e ônibus, o que permite o acesso a estudantes de todas as regiões de São Paulo e da sua região metropolitana.

A região metropolitana de São Paulo é um dos mais densos núcleos populacionais do planeta. De acordo com os dados do IBGE de 2021, a região metropolitana de São Paulo, com seus 39 municípios, tem uma população estimada em 22.048.504 habitantes, quase 22% da população nacional, com densidade demográfica de 8.149,6 hab./km².

Figura 3 - Mapa dos Principais Meios de Acesso nos Arredores da IES**.**

Fonte: Arquivos internos.

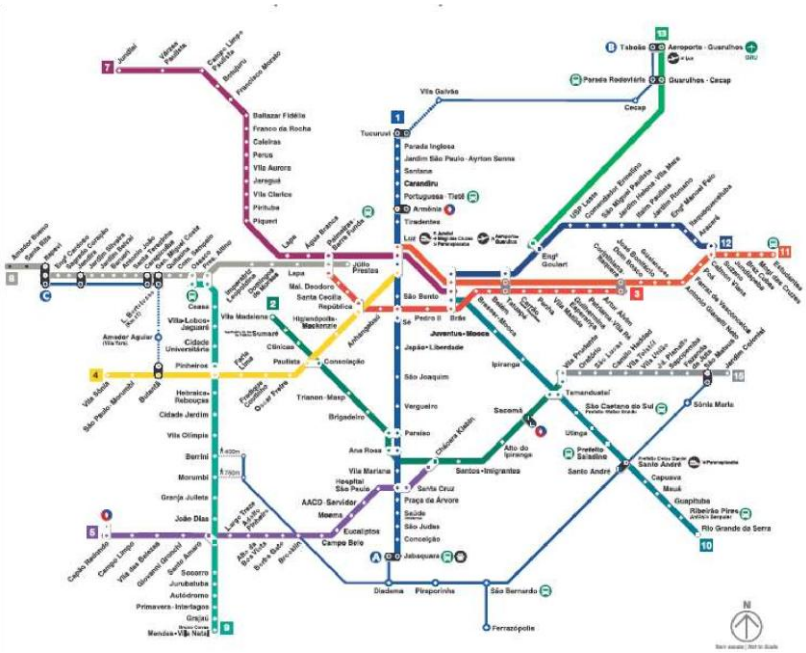
No ano de 2008 foi instituída nova forma de vigilância dos espaços públicos denominada "Aliança pelo centro histórico" que inclui sinergia de esforços da prefeitura da cidade, da associação "Viva o Centro" e das empresas privadas da região. Este projeto teve o objetivo de proporcionar a qualidade total dos serviços públicos como segurança, iluminação e a limpeza das ruas e praças.

Todas estas iniciativas têm trazido mais pessoas para o centro e muitos escritórios e empresas têm se instalado na região. A instalação da instituição de ensino no centro da cidade de São Paulo corrobora a eficiência das políticas públicas para a região, principalmente no que tange à segurança e infraestrutura.

Outro ponto de grande relevância é que o Centro Universitário Capital São Paulo - UNICASP é servida por uma grande rede metroviária, servindo à instituição as linhas – azul, que serve aos bairros do Tucuruvi (zona Norte) até o Jabaquara (zona Sul) – e vermelha. As estações Sé e São Bento estão bem próximas à instituição, conforme Figura 2.

Além disso, a cidade é servida por uma ampla rede ferroviária, com integração com linhas de ônibus e metrô.

Figura 4 - Mapa do Transporte Metropolitano de São Paulo.



Fonte: https://www.cptm.sp.gov.br/Documents/Mapa-Metropolitano.pdf

A cidade de São Paulo, centro financeiro do Brasil e com um orçamento para 2024 de R$ 111,8 bilhões, é a cidade que abriga o campus do Centro Universitário de São Paulo. Localizada no Estado de São Paulo, está entre as cidades mais populosas do mundo, com diversas instituições culturais e uma rica tradição arquitetônica. Há prédios simbólicos como a catedral neogótica na Praça da Sé, o Edifício Martinelli, um arranha-céu inaugurado em 1929, e o Edifício Copan, com suas linhas curvas projetadas pelo arquiteto modernista Oscar Niemeyer. A igreja em estilo colonial do Pátio do Colégio marca o local onde os padres jesuítas fundaram a cidade em 1554.

Possui uma área de 1.521.202 Km2, uma população de 11,45 milhões de pessoas (de acordo com o Censo Demográfico do IBGE realizado em 2022), elevação de 762 m com relação ao nível do mar. É a 5ª (quinta) maior cidade do mundo e, dentre essas cinco primeiras, a única que não fica no Continente Asiático.

Em maio de 2024, o IDH da Cidade de São Paulo era de 0,842, o que a colocava como a capital de estado com o maior IDH do Brasil. Em 2010 esse IDH era de 0,805. São Paulo é uma cidade muito atrativa, com vários pontos turísticos, ampla opção cultural, gastronômica, de lazer e religiosa. Com ampla malha viária e sistemas de transporte público, notadamente o Metrô de São Paulo, que atualmente conta com 6 (seis) linhas, 232 trens, 1.419 carros e um sistema com 104,4 Km de extensão,

transportando diariamente 4 milhões de passageiros em todo o sistema, em dias úteis.

Neste cenário é que a IES desenvolve suas atividades em contínua interação com o seu meio. Esta interação com outras organizações e o conjunto de suas variáveis intervenientes forma o cenário no qual deverá atuar, em contínua adaptação. Procurando ser flexível e ágil, ajustando-se às situações do ambiente, para não perder a continuidade.

A instituição de educação, pela sua responsabilidade social na formação integral do ser humano, atua com base em princípios éticos que possam ser absorvidos e multiplicados por seus alunos.

Outro aspecto importante e em evidência é a questão socioambiental, assunto obrigatório em qualquer fórum que se preste a tratar ou discutir temas em torno de igualdade, disponibilidade de recursos e sobrevivência humana.

Aspectos como o consumo de água, consequentemente o manejo adequado dos

mananciais, a qualidade do ar, qualidade de vida das pessoas e a redução da desigualdade de renda, são estudados e debatidos, no sentido de trazer resultados práticos ao enfrentamento dos problemas da vida humana.

A globalização é outro fator que ultrapassou os limites das projeções feitas num passado muito próximo, sendo hoje elemento incontestável de sobrevivência das nações e suas culturas.

O comércio internacional, a necessidade dos produtos importados e a generalização da necessidade de negociação internacional colocam as empresas em constante estado de alerta.

As políticas públicas da cidade são complexas. Sendo uma das maiores cidades do

mundo, há a necessidade de elaboração bem refinada de tais políticas A FASP tem ocupado o centro desses debates, tendo projetado essas necessidades na implantação de seus cursos e no processo de implementação de novos cursos. Os egressos da IES estão preparados às necessidades do mercado de trabalho e atentos aos novos desafios das empresas e da sociedade como todo.

O conhecimento produzido na instituição e levado à comunidade, seja por meio dos seus alunos, dos cursos oferecidos à comunidade ou à integração do seu corpo docente com os agentes regionais, visa à ampliação de comércio e indústria bem como proporcionar o crescimento da prestação de serviços, todos estes são

fontes geradoras de empregos e que intensificam o potencial econômico-financeiro da região.

Alguns eventos de natureza nacional e regional impactam a gestão da FASP, configurando oportunidades para a melhoria das suas ações finalísticas no ensino de graduação, na pesquisa, na extensão universitária e na inovação. O Brasil, desde 2015, é signatário da “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” da Organização das Nações Unidas (ONU), constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que devem orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional. Os ODS e suas metas envolvem “temáticas diversificadas, como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação. ”

Neste cenário é que a UNIESP planeja constantemente o desenvolvimento da IES e pretende implantar os seus cursos projetados em seu PDI, com suas atenções voltadas para a profissionalização e o desenvolvimento da comunidade de São Paulo e cidades circunvizinhas.

A IES desenvolve suas atividades em contínua interação com o seu meio. Esta interação com outras organizações e o conjunto de suas variáveis intervenientes forma o cenário no qual deverá atuar, em contínua adaptação. Procurando ser flexível e ágil, ajustando-se às situações do ambiente, para não perder a continuidade.

A instituição de educação, pela sua responsabilidade social na formação integral do ser humano, atua com base em princípios éticos que possam ser absorvidos e multiplicados por seus alunos.

Os princípios norteadores da FASP são os mesmos desde sua fundação e serão readequados continuamente quanto ao progresso da ciência e da administração bem como aos avanços que a sociedade assim o exigir.

O cenário importante que continua em evidência é a questão socioambiental. Palco de acentuados protestos, atualmente constitui assunto obrigatório em qualquer fórum que se preste a tratar ou discutir temas em torno de igualdade, disponibilidade de recursos e sobrevivência humana.

Aspectos como o consumo de água, consequentemente, o manejo adequado dos mananciais, a qualidade do ar, qualidade de vida das pessoas e a redução da desigualdade de renda, são estudados e debatidos, no sentido de trazer resultados práticos ao enfrentamento dos problemas da vida humana.

A globalização é outro fator que ultrapassou os limites das projeções feitas num passado muito próximo, sendo hoje elemento incontestável de sobrevivência das nações e suas culturas. Nesse sentido, o comércio internacional, a necessidade dos produtos importados e a generalização da necessidade de negociação internacional colocam as empresas em constante estado de alerta.

A Faculdade de São Paulo - FASP tem ocupado o centro desses debates, tendo projetado essas necessidades na implantação de seus cursos e no processo de implementação de novos cursos. Os egressos da Faculdade estão preparados para as necessidades do mercado de trabalho e atentos aos novos desafios das empresas e da sociedade como todo.

Ciente da necessidade de investimentos na área, a mantenedora da IES não descuida do aporte monetário necessário a investimentos, reformas e construções, remuneração condigna o corpo docente e técnico administrativo e de apoio, assim como na qualificação, aperfeiçoamento e pós-graduação.

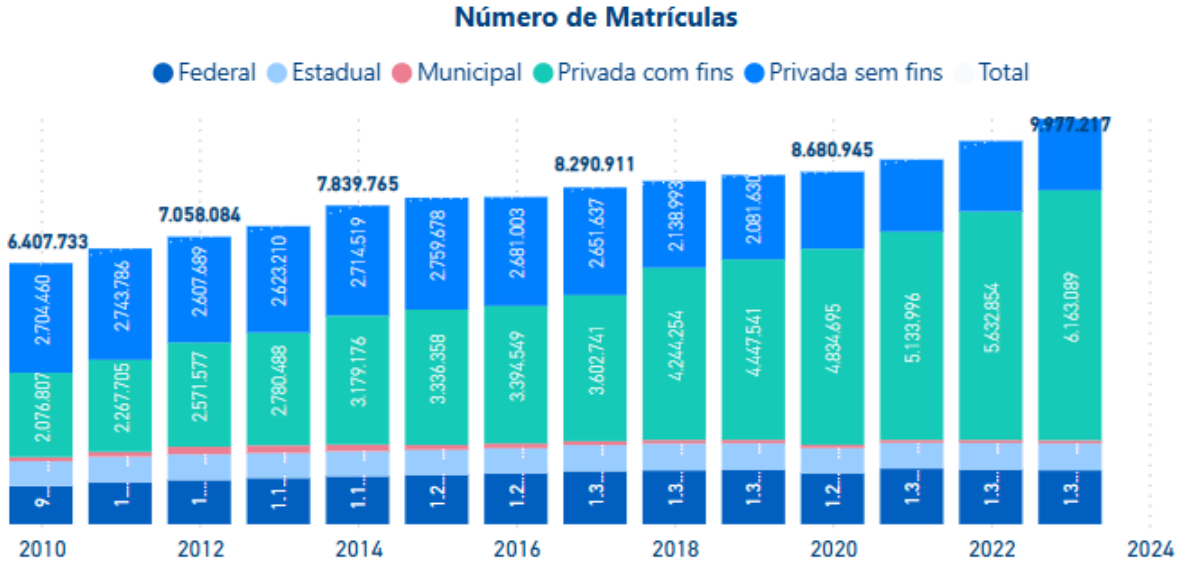
O conhecimento produzido nA Faculdade de São Paulo - FASP e levado à comunidade, seja por meio dos seus alunos, dos cursos oferecidos à comunidade ou à integração do seu corpo docente com os agentes regionais, visa à ampliação de comércio e indústria, bem como proporcionar o crescimento da prestação de serviços, todos estes são fontes geradoras de empregos e que intensificam o potencial econômico-financeiro da região.

O Brasil, desde 2015, é signatário da “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” da Organização das Nações Unidas (ONU), constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que devem orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional. Os ODS e suas metas envolvem “temáticas diversificadas, como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação.”

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), publicado pelo Ministério da Educação, tem orientado as ações e as políticas institucionais da Faculdade de São Paulo - FASP. Em especial, a Meta 12 visa elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e a expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento educacional; a Meta 13 objetiva elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Apesar de toda a situação de pandemia, segundo dados estatísticos do CENSO/INEP de 2020, o número de matrículas na Educação Superior no Brasil (graduação e sequencial) continua crescendo no período de dez anos, atingindo 8.680 milhões, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 - Número de Matrículas da Educação Superior Brasileira (graduação e sequencial) no período de 2010-2023.



Fonte: CENSO/INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2025.

Entre 2010 e 2023, a matrícula na educação superior aumentou 55,72%. A média de crescimento anual do número de matrículas foi de 4,28% ao ano. Em relação a 2022, a variação positiva foi de 14,48%.

Conforme o Censo da Educação Superior de 2019, divulgado em 2020, o

Estado de São Paulo contava com 611 instituições de Educação Superior (160 na capital e 451 no interior), sendo 501 privadas e 110 públicas (5 Federais, 79 Estadual e 26 Municipais).

Ainda conforme o Censo da Educação Superior de 2020, divulgado em 2021, o Estado do São Paulo contava com 46.020 mil matriculados no Ensino Superior de Graduação Presencial, sendo que destes 22.755 mil estavam matriculados na Categoria Administrativa Privada e 23.265 mil na Pública.

Os dados geográficos, populacional e socioeconômicos apresentados evidenciam que A Faculdade de São Paulo - FASP contribui diretamente, ou seja, de forma significativa para o desenvolvimento da região em que está inserida, formando profissionais, e desenvolvendo pesquisas e atividades extensionistas de qualidade para a comunidade. A imagem da IES perante a sociedade tem o importante papel de disseminar o conhecimento pelo Estado de São Paulo e pelo mundo, com cursos de qualidade, nas diferentes áreas do conhecimento. Assim, a IES busca fortalecer na sua comunidade acadêmica, um engajamento individual e coletivo por ações de transformação local e global capazes de contribuir para um mundo melhor.

Ademais, uma instituição com inserção global precisa estar ancorada, antes de tudo, em uma sólida produção regional, pois a capacidade de atuação nas questões locais é o componente mais importante na construção de uma identidade voltada para contribuir com o enfrentamento dos principais desafios do mundo. Com o lastro da sua atuação regional, A Faculdade de São Paulo - FASP estará apta a consolidar tradicionais áreas de atuação e estender suas ações para novas frentes de conhecimento, com o estabelecimento de novas parcerias.

Neste sentido, o fortalecimento da inserção regional e nacional da IES será buscado e priorizando:

- Iniciativas de cooperação entre os pesquisadores e estudantes de graduação, valorizando aquelas de abrangência regional e incentivando sua expansão nacional,
- A construção de currículos e propostas de ensino que dialoguem com as questões contemporâneas, regional, visando a formação de alunos aptos a uma atuação global, partindo-se do princípio de que quanto mais amplo é o conhecimento adquirido, mais qualificada será sua atuação;

- A adoção de atividades colaborativas do Centro Universitário de São Paulo - FASP, por meios remotos e presenciais, entre as unidades mantidas pela mantenedora, UNIESP S.A., ou com outras instituições, locais e nacionais;
- O estabelecimento de colaboração nacional no desenvolvimento de pesquisas de interesse global e de parcerias que levem os docentes/pesquisadores da IES a cooperar com pesquisas realizadas no país;
- A participação em redes de cooperação, local e nacional, cujos objetivos e propostas de atuação possam fortalecer as áreas de pesquisa na IES;

A criação de projetos articulados com os desafios locais, envolvendo estudantes em uma perspectiva global que permitam enfrentá-los com colaboração nacional, a troca de experiência e o crescimento mútuo de conhecimento no âmbito brasileiro.

2.4.1 Contextualização da Região

O Município de São Paulo é parte integrante da Região Centro-Oeste do Estado de São Paulo e como tal sua dinâmica socioeconômica reflete as transformações e os impactos pelas quais aquela vem passando nas últimas décadas.

Ao longo de vários anos, o crescimento das atividades de comércio e prestação de serviços e das atividades urbanas complementares, culminaram no desenvolvimento crescente da urbanização, culminando que os municípios no entorno da cidade de São Paulo fossem se tornando uma grande região econômica. A Região Centro-Oeste do Estado de São Paulo tem se tornando o centro comercial, industrial e de prestação de serviços, sendo de extreme relevância econômica para o país.

Assim sendo, a importância do curso solicitado se dá como resposta a dinâmica transformadora que vêm se processando na Região Centro-Oeste do Estado de São Paulo como um todo e da qual o Município de São Paulo é parte.

O setor terciário assume, em praticamente toda a Região de São Paulo, importância cada vez maior, tanto a geração de produto, como na criação de novas ocupações e absorção de profissionais qualificados que servem à ampliação do papel de liderança regional da cidade de São Paulo no Estado de São Paulo.

Observa-se o crescimento de ramos terciários complementares à produção (publicidade, consultorias, etc), atividades administrativas das empresas, serviços financeiros e uma série de outros serviços especializados que se diversificam e se especializam, ao mesmo tempo em que são ampliadas as alternativas de consumo e

de serviços pessoais para atender às demandas só existem nas grandes cidades.

As mudanças em curso impõem novos conceitos de eficiência, gerência, organização, redefinição de escalas ativas e menores recursos de trabalhadores. As novas práticas criam correntes de informações entre áreas antes independentes das empresas, apoiadas em fluxos de informações mais intensas (desverticalização). As empresas têm uma desverticalização em modo de tornar suas estruturas menos complexas e com menores custos.

2.4.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E CLIMA

- Área total: 1.521,110 km²
- População total: 12.325.232 (IBGE, 2020)
- Densidade demográfica: 7.398,26 hab/km² (IBGE, 2010)
- Clima: Subtropical Úmido
- Altitude: 760,2 metros
- Fuso horário: GMT -3 horas (horário de Brasília)
- IDH: 0,73
- PIB: R$ 714.683.362.460
- PIB per capita: R$ 58.691,90
- Fundação: 25 de janeiro de 1554

São Paulo fica na região Sudeste do Brasil. Possui área territorial de 248,21 mil km²,
sendo assim o 12º estado brasileiro em extensão. A leste, dispõe de uma faixa costeira de aproximadamente 622 km. Faz divisa ao norte, com Minas Gerais; a leste, com Rio de Janeiro; a sul e sudoeste, com Paraná; a oeste, com Mato Grosso do Sul.

O clima predominante no estado de São Paulo é o Tropical, havendo variações nas porções mais elevadas do território (Tropical de Altitude) e também nas áreas litorâneas (Tropical Atlântico).

No geral, os invernos são mais amenos e os verões são quentes. As temperaturas médias no estado ficam entre 18 ºC e 22 ºC, sendo a região oeste consideravelmente mais quente do que as terras mais elevadas e a leste. Os invernos tendem a ser secos na maior parte de São Paulo, e no verão, há a estação chuvosa. O volume anual de chuvas supera os 2000 mm no litoral, enquanto varia de 1500 mm, nas áreas centrais, até 1000 mm ou menos, nas cidades a oeste.

O relevo paulista é formado por planaltos e depressões, concentrando as maiores
elevações na porção oriental do território, próximo do litoral. As médias altimétricas variam na faixa dos 300 m aos 900 m.

As principais elevações do estado são as serras do Mar e da Mantiqueira, situadas a
leste. Fica na Mantiqueira o pico dos Marins, com 2420 metros. Na divisa com o Rio de Janeiro, fica a pedra da Mina, a 2798 metros de altitude.

As formações vegetais características do Cerrado (32,7% da área estadual) e da Mata Atlântica (67,3%) recobrem o estado, enquanto no litoral são encontrados mangues e restingas, além das formações pioneiras nas áreas úmidas tanto da costa quando das zonas fluviais.

O sistema de drenagem de São Paulo está dividido entre as bacias hidrográficas do Paraná e do Atlântico Sudeste. O rio Tietê é o principal do estado, atravessando-o de noroeste a sudeste. Outros importantes rios são o Grande, Paraíba do Sul, Paranapanema, Mogi Guaçu, Piracicaba e Ribeira do Iguape.

2.4.3 ASPECTOS HISTÓRICOS

Em 25 de janeiro de 1554, no que hoje é conhecido Pátio do Colégio. Entre os rios Tietê, Anhangabaú e Tamanduateí, os padres jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, junto com o padre Manuel de Paiva, celebravam a primeira missa na região que marcara a fundação da que viria ser chamada cidade de São Paulo. Em 1560 a região foi classificada como vila de São Paulo de Piratininga e contava somente com 80 habitantes entre padres, índios e portugueses. Era o início de uma história que tornaria a região maior, mais populosa e globalmente reconhecida da sua importância. Com a chegada de mais portugueses, padres e a catequização de índios a população da região chegará a 1.520 pessoas no século XVII. Com o aumento das buscas dos bandeirantes por índios e escravos para trabalhar na extração de ouro e diamantes na região, a população da cidade só aumentará. No início do século XVIII a vila de São Paulo de Piratininga é elevada a categoria de cidade dada sua maior importância no panorama político e econômico, tanto na colônia (Brasil) quanto na metrópole (Portugal). Em 1711 a cidade contava com 3 mil habitantes, incluindo brancos, índios e negros. Com os processos de transformações dos meios de

produção da época, teve o início do período da produção em maior escala da cana-de-açúcar, aumentando significativamente a quantidade de portugueses que chegavam para tentar uma vida melhor na colônia quanto de negros escravos para o trabalho braçal. Ao final do século XVIII a população da cidade de São Paulo contava com aproximadamente 8 mil pessoas.

O século XIX traria diversas transformações urbanísticas para a cidade. Seu contínuo crescimento trazia consigo demandas sociais, econômicas e culturais. Com isso surgiam viadutos, museus, teatros, ruas organizadas, edificações e o principal período de expansão econômica da região de São Paulo que ficaria conhecido como ciclo do café. A produção cafeeira traria consigo consequências que estão presentes até os dias atuais na cidade, bem como os investimentos industriais realizados no período por conta dos excedentes do café. A cidade de São Paulo passaria de 23 mil habitantes em 1822 para aproximadamente 240 mil pessoas em 1900, como é consolidado por 6 fontes diferentes.

A expansão da cidade aumentaria seu espaço físico, econômico, social, cultural e

populacional. O século XX é o principal século de crescimento de São Paulo. Foi no século XX que a cidade registraria seus primeiros milhões de habitantes, chegando a marca de mais de 10 milhões de paulistanos no ano 2000. São Paulo ficaria reconhecido mundialmente pela sua importância financeira, econômica, urbana e das mais diversas áreas. Houve também o crescimento do número de automóveis, o surgimento dos primeiros ônibus urbanos e a expansão da cidade que deu início a um período de grandes projetos e obras viárias em toda a cidade. O crescimento populacional desse período tem forte relação com a chegada de migrantes de outras regiões do país (como do norte e nordestes) e também com a chegada de muitos imigrantes dos mais diversos países (italianos, portugueses, franceses, alemães, japoneses, armênios, sírios, entre outros).

No século XXI há a consolidação das formas oficiais de coleta e divulgação dos dados populacionais. Apesar de algumas divergências nos dados relacionados a cidade de São Paulo por meio do IBGE, Fundação SEADE e DATASUS. Com suas pequenas divergências de contagem de habitantes e diferentes anos disponíveis de dados, pode-se verificar que a cidade continua crescendo. Com as estimativas da Fundação SEADE, é disponibilizado de que a cidade poderá ter total de mais de 12 milhões de moradores.

A cidade de São Paulo conta sua história através dos seus números. O seu crescimento populacional está fortemente relacionado ao seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Durante o século XVI a cidade cresceu 1.250%. No decorrer do século XVII a cidade cresceria 152%. Ao final do século XVIII, o crescimento foi de 526%. No século XIX, São Paulo chegará a crescer 2.999%. No recorde registrado de crescimento populacional da sua história, a cidade cosmopolita cresceria 4.344%. De acordo com as estimativas disponíveis pela fundação SEADE, a previsão é de que São Paulo termine a primeira metade do século XXI com um crescimento de 117%.

Com isso, o presente trabalho procura colaborar com a literatura para consolidar os dados disponíveis referentes a população da cidade de São Paulo no decorrer dos seus 466 anos de história. Dessa forma, é possível trazer as divergências nos mais diversos trabalhos, artigos e sítios eletrônicos e fornecendo uma estimação do crescimento da população em cada um de séculos.

Para trabalhos futuros espera-se identificar a origem das divergências nas mais diversas fontes de dados da população da cidade de São Paulo, dentre suas mais variadas metodologias e fatores que podem trazer vícios de contagem da população nos seus períodos mais remotos.

2.4.4 ASPECTOS ECONÔMICOS

O Produto Interno Bruto (PIB) de São Paulo é o maior entre as unidades federativas brasileiras. O PIB da cidade é de cerca de R$ 763,8 bilhões de, sendo que 83,7% do valor adicionado advém dos serviços, na sequência aparecem as participações da indústria (9,1%), da administração pública (7,2%) e da agropecuária (0%).

O setor terciário lidera a economia de São Paulo, com maior participação referente

ao comércio e às atividades relacionadas ao setor financeiro, de seguros e outras inclusas no mesmo ramo. Uma parcela de 67,48% do PIB do estado é oriunda desse setor, com exceção da administração pública, conforme indicam os dados do IBGE.

A indústria do estado é bastante ampla e diversificada, composta por uma série de

polos industriais bem distribuídos espacialmente e que são especializados em setores variados, como a produção sucroalcooleira, aeroespacial, automotiva, de couros e calçados, química e petroquímica, têxtil, de fármacos, e de alimentos e bebidas.

A agropecuária é responsável por uma fatia muito pequena do PIB, embora suas atividades integrem algumas das mais importantes cadeias produtivas do estado. Destacamse nesse setor os cultivos de cana-de-açúcar, café, algodão, milho, soja e frutas, como a laranja, além dos rebanhos bovinos e da produção de carne e leite.

Assim, segundo os dados do PIB do 4º trimestre no Estado de São Paulo, apurados pela Fundação Seade, a economia paulista avançou 5,7% em 2021. Os setores que mais apresentaram taxas positivas foram o de serviços (6,2%) e indústria (5,6%). A agropecuária teve decréscimo de 5,2.

O município destaca-se no setor financeiro, abrigando as sedes de alguns dos principais bancos nacionais e internacionais bem como de grandes indústrias, que vão desde o setor de tecnologia, de comunicação, até montadoras de veículos e empresas do agronegócio mundial. No geral, 63% das empresas internacionais com filial no Brasil concentram-se em São Paulo. Em função disso, o município é considerado um importante centro financeiro do país.

Por conta da sua estrutura econômica e da densa rede de transportes e de serviços
que garantem a conexão com diversas partes do mundo, São Paulo é um grande atrativo para investimentos internacionais, ficando atrás apenas de centros como Nova York, Hong Kong, Londres e Xangai.

O comércio e o setor varejista desempenham um importante papel na economia do
município, liderando as atividades do setor terciário. Além disso, a capital paulista é um dos principais destinos turísticos no país, e foi considerada o segundo mais desejado do mundo em 2020. O turismo constitui, então, uma grande fonte de receitas para o município..

2.4.5 Dados Socioambientais

A FACULDADE DE SÃO PAULO - FASP nutre um profundo respeito em relação ao meio ambiente, à memória, patrimônios culturais e a produção artística. Existe uma preocupação de abordar esses temas em sala de aula, tornando os alunos

corresponsáveis desse processo, sendo que estes temas constam no currículo básico de algumas disciplinas, e são igualmente abordados em projetos de extensão e em atividades complementares.

Há a promoção de diversas atividades e participação em eventos gratuitamente, voltados para atendimento da população. A IES procura se integrar aos programas e projetos do município para implementação efetiva das atividades, incluindo ainda o conhecimento e preservação do patrimônio cultural da cidade.

Ações institucionais do Instituto:

I. Inclusão Social: alcançada por meio da adoção de mecanismos de incentivo e apoio a processos de inclusão social, envolvendo a alocação de recursos que possibilitem o acesso e permanência dos estudantes (bolsas de estudo, atendimento a portadores de necessidades especiais, financiamentos alternativos e outros);

II. Promoção Humana e Igualdade Étnico-Racial e Indígena: partindo da premissa que “a escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados”, proporciona acesso aos conhecimentos científicos, aos registros culturais diferenciados, à conquista da racionalidade que rege as relações sociais e raciais, aos conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e ajuste das nações como espaços democráticos e igualitários, assim como, adota medidas educacionais que valorizam e respeitam as pessoas para que não haja discriminações sociais e raciais em sua comunidade acadêmica;

III. Ao Desenvolvimento Econômico e Social: almejado por meio de ações e programas que concretizam e integram as diretrizes curriculares com os setores sociais e produtivos, incluindo o mercado profissional, assim como através de experiências de produção e transferência de conhecimentos, tecnologias e dispositivos decorrentes das atividades científicas, técnicas e culturais, visando ao atendimento de demandas locais, regionais e nacionais;

IV. Defesa do Meio Ambiente: presente em ações e programas que concretizam e integram as diretrizes curriculares com as políticas relacionadas à preservação do meio ambiente, estimulando parcerias e transferência de conhecimentos, como também em experiências de

produção e transferência de conhecimentos e tecnologias decorrentes das atividades científicas, técnicas e culturais voltadas para a preservação e melhoria do meio ambiente;

V. Direitos Humanos: programas e projetos voltados para segmentos sociais e comunidades em situação de vulnerabilidade social, visando a reinserção educacional e laboral, emancipação social, acesso às políticas sociais públicas, bem como acesso à Justiça e aos Direitos Humanos; todos voltados para a promoção e proteção da dignidade humana;

VI. Preservação da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural: buscada através de ações e programas que concretizam e integram as diretrizes curriculares com as políticas relacionadas ao patrimônio histórico e cultural, visando sua preservação, como também do estímulo à transferência de conhecimentos e tecnologias decorrentes das atividades científicas, técnicas e culturais com vistas à preservação da memória e do patrimônio cultural.

2.5. Responsabilidade Ambiente, Cultural e Artística

A Faculdade de São Paulo – FASP considera o ensino superior como o grande responsável pela construção do conhecimento, que incita a crítica da realidade, e que, consequentemente, por despertar o aluno para os problemas da sociedade o incentiva ao exercício da cidadania. Portanto, não só preparar o acadêmico para o exercício profissional, mas para a formação de um cidadão atuante em todos os âmbitos da sociedade.

O profissional, que se pretende graduar, deverá ser imbuído de capacidade e iniciativa de buscar soluções inovadoras, estar aberto a mudanças, sendo articulador e líder dos ambientes em que atuará, participando e auxiliando na tomada de decisões. Para isso, precisa estar apto ao ato de comunicar, possuir aptidão analítica e numérica, possuir comportamento equilibrado, alto senso crítico e ético, e atenção e disponibilidade para ações de responsabilidade social.

Além da formação profissional, A Faculdade de São Paulo - FASP complementa dentro de sua área de atuação de responsabilidade social o campo da responsabilidade ambiental, como um conjunto de atitudes da Instituição e de seus alunos, voltado para o desenvolvimento sustentável do planeta. Ou seja, estas

atitudes devem levar em conta o crescimento econômico ajustado à proteção do meio ambiente na atualidade e para as gerações futuras pautadas nos princípios de um meio ambiente sustentável.

Sem perder de vista os objetivos que norteiam a formação de profissionais cidadãos, a linha metodológica da Instituição procura formar profissionais capazes do exercício pleno de todas as atribuições que lhe são conferidas pela legislação e pela própria evolução social e tecnológica. A IES segue o preceito de adotar ações que evitam causar danos ao meio ambiente como poluição de rios e desmatamento em sua área de atuação a nível regional, buscando sensibilizar os discentes, docentes e comunidade em geral à preservação ambiental.

Isto posto, a Faculdade de São Paulo - FASP proporciona ao aluno a oportunidade de exercer a plena cidadania, contribuindo com sua parcela de esforço para a solução dos problemas sociais e ambientais da comunidade na qual está inserida.

Ciente que as instituições são por excelência o veículo natural de disseminação de responsabilidade social, pois são as responsáveis pela formação do cidadão, a IES proporciona aos jovens carentes a possibilidade de ingresso ao ensino superior, e para tanto ao longo da sua existência firmou parcerias Órgãos Governamentais, Instituições e com a Fundação UNIESP SOLIDÁRIA, através da qual oferece à comunidade projetos sociais, programas facilitadores para o acesso de jovens e adultos carentes no Ensino Superior, concedendo bolsas de estudos de até 100%.

Fundação UNIESP SOLIDÁRIA é uma instituição, filantrópica, de cunho social e educacional, constituída em 1999 e que é consciente de que o fator embrionário da pobreza, da exclusão social e da criminalidade se encontra na falta ou escassez da educação.

Acreditando que, em Responsabilidade social, na área educacional, não pode existir doação e sim reciprocidade, a Faculdade exige dos alunos contemplados bom desempenho acadêmico e contrapartida social através da prestação de serviços em creches, asilos, hospitais, associação de produtores rurais, escolas municipais e estaduais e Instituições beneficentes.

Por meio da parceria com os Projetos Sociais da Fundação UNIESP Solidária tem firmado convênios com prefeituras, sindicatos, empresas, associações, fundações, cooperativas, entre outras.

Os convênios promovem a valorização do funcionário associado por

proporcionar um elemento facilitador para ingresso no ensino superior. Além disso, esse incentivo acarreta na melhoria da motivação do funcionário, e, consequentemente, no aumento da produtividade. Com isso, este passa a aplicar o conhecimento adquirido na faculdade em seu dia-dia, o que pode representar um trabalho de maior qualidade, visto que há um maior conhecimento.

Nesse sentido, apresenta-se uma síntese de Programas e Projetos Sociais, e ainda as parcerias com os Governos Federal e Estadual.

Faculdade de São Paulo - FASP e Fundação UNIESP

UNIESP Social

Com o objetivo de inserir o jovem no ensino superior e consequentemente incentivar o desenvolvimento de atividades sociais, **o UNIESP Social** é, sem dúvida, uma contundente política social implantada pela FUNDAÇÃO UNIESP SOLIDÁRIA em todas as suas Faculdades Parceiras localizadas na capital e interior do Estado de São Paulo e nos demais Estados em que há Faculdades do GRUPO. De extraordinária dimensão social, atende diretamente a classe social menos favorecida por meio da mais nobre ação social que uma instituição pode conceber: a educação aliada à consciência de cidadania e dever cívico.

Nesse projeto, as Faculdades da UNIESP concedem bolsas de estudo de até 50% a estudantes financeiramente menos favorecidos e, em contrapartida ao benefício recebido, exige dos bolsistas o compromisso com o desenvolvimento de atividades sociais em instituições públicas ou sem fins lucrativos como asilos, creches, hospitais e ONGs.

Oferecendo a sua contribuição pessoal e profissional para a transformação de centros comunitários, o bolsista estará também exercendo a sua cidadania.

Estudantes ingressantes nas Faculdades da UNIESP por vestibular que comprove carência financeira e se proponham a desenvolver até 06 horas presenciais de atividades de contrapartida social em instituições sem fins lucrativos (creches, asilos, hospitais, fundos sociais, etc.) em projetos com objetivos e público-alvo definidos e voltados para a promoção do desenvolvimento humano e social.

UNIESP Convênios

A UNIESP, em cumprimento à sua missão e sua política de agregar cada vez

maisvalor a seus discentes, vem desde 2003 trabalhando com convênios e parcerias estratégicos, disponibilizando descontos e benefícios aos ingressantes, oriundos de instituições (empresas/associações/sindicatos) conveniadas.

O benefício UNIESP CONVÊNIO é um desconto/bolsa concedido pela UNIESP aos beneficiários ingressantes pelo convênio firmado com instituições (empresas/ associações/ sindicatos) conveniadas com a UNIESP S.A. O percentual varia de 10% a 60% de desconto, de acordo com os termos de cada Convênio.

Programa Segunda Graduação

As Faculdades Parceiras da UNIESP S.A. também disponibilizam programas de incentivos estudantis (de descontos promocionais de até 50%), como o "PROGRAMA SEGUNDA GRADUAÇÃO", que contempla descontos para aqueles que já concluíram um Curso Superior, mas desejam se reciclar, se especializar ou ter novas opções no mercado de trabalho.

Poderá ser contemplado pelo programa aluno egresso de curso de graduação. Os descontos promocionais podem ser de até 50%, para aqueles que já concluíram um Curso Superior.

Governo Federal

Programa Universidade para Todos - PROUNI

O Programa Universidade para Todos, denominado de PROUNI é destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de cinquenta por cento (meia-bolsa) para cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos e oferece ainda a implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior aos autodeclarados indígenas ou negros e aos portadores de deficiência. A FACULDADE DE SÃO PAULO - FASP, diante do lançamento do PROUNI pelo Ministro da Educação e ciente da carência social existente no Oeste Paulista, apoiou o Secretário Executivo do MEC - Fernando Haddad e foi à primeira das 35 instituições que aderiram ao programa, quando do lançamento pelo Ministro da Educação disponibilizando 10% de suas vagas iniciais, para ingresso de alunos ao ensino superior. Para o aluno concorrer a bolsa é necessário realizar o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e conseguir uma nota satisfatória na prova.

Financiamento Estudantil - FIES

Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) é um programa do Ministério da Educação, destinado a financiar a graduação presencial na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

Em 2010, o FIES passou a funcionar em um novo formato: a taxa de juros do financiamento passou a ser de 3,4% aa, o período de carência passou para 18 meses e o período de amortização para 3 (três) vezes o período de duração regular do curso + 12 meses. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a ser o Agente Operador do Programa para contratos formalizados a partir de 2010. Além disso, o percentual de financiamento subiu para até 100% e as inscrições passaram a ser feitas em fluxo contínuo, permitindo ao estudante o solicitar do financiamento em qualquer período do ano.

2.6. Justificativa para a oferta do Curso

São Paulo centro do Estado de São Paulo, que, não só pela força do complexo de atividades, mas também pela dinâmica de crescimento acelerado, constitui-se em um polo de difusão e de atração, com um fluxo migratório a exigir, constantemente, novas ofertas no equipamento urbano e nas condições de atendimento nos campos da saúde, educação, habitação e dos transportes, com forte pressão sobre o mercado de trabalho.

Investir na formação de mão-de-obra nessa área é um compromisso das instituições inseridas nesse território e um dever do Governo, visando à redução dos desequilíbrios inter-regionais.

A comunidade acadêmica e os mantenedores da Faculdade de São Paulo - FASP, conscientes de seu compromisso com a formação de cidadãos éticos e cívicos, ofertantes de mão-de-obra especializada para consolidar e transformar a sociedade, que está sendo construída para o amanhã, vislumbram que, em curto e médio prazo, essa região terá alavancado o seu processo de desenvolvimento, que emergirá da

industrialização e aumento da agricultura, em especial a produção de grãos, e se consolidará em decorrência do fluxo de circulação de produtos e serviços pelos corredores de exportação fluvial e rodoviário, incrementados pelo aquecimento no mundo do trabalho internos e intercontinentais.

O processo de desenvolvimento que o município de São Paulo e região tende a sofrer nos próximos anos, poderá acarretar profundas modificações nas relações entre os indivíduos, os grupos, as organizações de natureza privada e as entidades governamentais, abrindo espaços para o profissional que esteja apto a responder a essas demandas por possuir, entre outras competências e habilidades: qualificação profissional, fidelidade, empreendedorismo, disponibilidade, capacidade de comunicação, liderança e interesse no desenvolvimento regional.

Nesse sentido, A Faculdade de São Paulo - FASP está inserido no contexto de uma realidade marcadamente urbana, onde se evidencia um mercado de trabalho com amplas possibilidades profissionais a efetivos operadores do direito, dado o desenvolvimento socioeconômico de duas importantes unidades federativas do Brasil.

O curso de Direito da Faculdade São Paulo - FASP, capacita-se para atender a demanda regional por profissionais do Direito das mais variadas áreas de atuação, tendo formado diversos profissionais que atuam na área da advocacia, assim como consultorias jurídicas e diversos concursos públicos.

Pretende-se, assim, contribuir na área jurídica para a transformação econômica, social, cultural e profissional do município de São Paulo e região, através da formação de indivíduos que, além de operadores competentes do Direito, sejam os cidadãos prestantes que a sociedade reclama. Ao propor o curso de Bacharelado em Direito, tem-se presente que no século XXI o mundo encontra-se evoluindo para uma sociedade democrática e igualitária, onde o Direito, como ideal de implantação universal da justiça entre as pessoas e como repositório de princípios de conduta normatizada a partir de valores éticos inerentes à pessoa humana, apresenta-se como um fator fundamental para o processo civilizatório.

Por esse motivo, o curso tem a preocupação em oferecer ampla visão ao Operador do Direito para que possa optar pelas diversas áreas de atuação que a formação jurídica proporciona, fornecendo uma capacitação global, desvencilhando o neófito das vetustas e rígidas estruturas curriculares, através de um curso voltado para as demandas da região, conhecida pelo seu potencial em serviços, mas que encontra sérios problemas urbanísticos/ambientais e criminológicos, em face do elevado

avanço demográfico.

Em razão disso fica evidenciado que o curso de direito está estruturado a partir do pressuposto de que o Direito deve considerar o indivíduo como um ser moral que exercita a sua liberdade a partir de normas impostas à sua conduta pela sociedade, regendo-se por um conjunto de valores e princípios que pressupõe a igualdade, a equidade e a necessidade de universalização da justiça entre as pessoas.

3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

A política da Faculdade de São Paulo – FASP para o ensino de graduação fundamenta-se na integração do ensino inovador com iniciação científica e a extensão, objetivando formação de qualidade acadêmica e profissional.

Cultiva e promove, portanto, uma prática calcada em princípios éticos e sociais que possibilite a construção do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento cultural e o desenvolvimento de um pensamento reflexivo, crítico e responsável, que impulsione a transformação sóciopolítico-econômica da sociedade.

Dentre os princípios básicos das Políticas Institucionais identificadas no PDI, aquelas que interferem diretamente no Curso de Direito:

- atenção às necessidades da sociedade e, em especial, na região de inserção do curso, no que concerne à oferta de cursos e programas para a formação e qualificação do Bacharel em Direito;
- atualização permanente do projeto pedagógico, levando-se em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Direito as exigências do mercado e as demandas sócio-econômico-culturais da região em que a IES está inserida;
- discussão permanente sobre a qualidade do ensino de Bacharelado em Direito, através de diferentes fóruns, envolvendo a comunidade acadêmica do curso, principalmente o Núcleo Docente Estruturante - NDE;
- atualização das práticas pedagógicas inovadoras;
- incentivo e estímulo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;
- capacitação e qualificação permanente do corpo docente, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas;
- capacitação e qualificação permanente do corpo técnico-administrativo;
- manutenção e controle da situação legal do curso;
- apoio e acompanhamento da ação pedagógica no âmbito do curso, com as políticas de atendimento ao discente, além das ações de estímulo para a produção discente e à participação em eventos e acompanhamento dos egressos do Centro Universitário;
- incentivo das políticas de educação inclusiva, com acessibilidade no

acompanhamento dos casos que necessitam de atendimento específico, em acordo com as diretrizes do Ministério da Educação, além da inclusão social, que garante a participação igualitária de todos na sociedade, independente da classe social, da condição física, da educação, do gênero, da orientação sexual, da etnia, entre outros aspectos;

- atualização da responsabilidade social, ambiental e ao desenvolvimento econômico e social da região
- desenvolvimento de projetos objetivando a utilização responsável, ética e eficiente de ferramentas de inteligência artificial como apoio a pesquisa e desenvolvimento educacional na formação do discente.

Compatibilizados com essa concepção, fundamenta-se a ação do Centro Universitário com o compromisso com a região, lidando, diuturnamente, com os fatos, problemas e esperanças de uma região dotada de aspectos bem marcados na sua geografia, no seu homem e na sua história, a Faculdade de São Paulo-FASP opta pelo compromisso de, sem perder de vista o universal, encarar, enfrentar, estudar e apoiar o regional. Assim, deseja fazer-se presente na busca participativa de soluções que ajudem a minorar a dívida social para com a sua população, proporcionando-lhe uma melhor qualidade de vida.

Para efetivação do ensino, a metodologia aplicada sofre variações decorrentes da necessária adequação para o atendimento às exigências educacionais da comunidade.

A metodologia implementada, em todos os programas das disciplinas dos diversos cursos da FASP, está vinculada às necessidades contextuais, às possibilidades didáticas da IES, além de estar comprometida com o pluralismo metodológico, o que possibilita aos alunos a aquisição do conhecimento das várias correntes e paradigmas, de forma interdisciplinar e transdisciplinar.

De forma geral, a IES permite a cada curso adequar as metodologias de ensino, pesquisa e extensão que melhor atendam o seu alunado, desde que estas atinjam os objetivos definidos e exigidos para o egresso no seu mercado de trabalho.

No que se refere às atividades acadêmicas desenvolvidas na instituição, a IES visa a integração com a pesquisa e a extensão, por meio da orientação de grupos de estudos, organizado pelos respectivos núcleos de pesquisa e com monitores, permitindo desenvolvimento amplo do potencial do educando, que é sempre orientado

pela qualidade do processo científico e acadêmico.

A Faculdade de São Paulo - FASP tem hoje na expansão das atividades de pesquisa um de seus objetivos, resultando na evolução de sua organização, objetivos, metas e ações. A pesquisa é considerada parte integrante e fundamental de sua missão no processo de ensino, além de instrumento privilegiado de evolução e participação efetiva no desenvolvimento social, cultural e econômico do país.

3.1. Práticas Exitosas ou Inovadoras

As práticas inovadoras são aquelas que a IES articula nas políticas institucionais, como uma ação de acordo com as necessidades do curso. Assim sendo, o curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP propõe as seguintes práticas exitosas/inovadoras:

Tabela 2: Praticas exitosas/inovadoras

Corpo Docente	Os docentes do curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP utilizam, em suas atividades didáticas, concepções de ensino que buscam desenvolver diferentes habilidades e competências necessárias para o egresso exercer suas atividades de maneira compatível com o objetivo da Instituição, caracterizada pelo uso de metodologias ativas de ensino, busca de conceitos a partir de problemáticas sociais e jurídicas da cidade, região, do país e até mesmo de aspectos mundiais.
Inovação Tecnológica	Para que o processo de inovação tecnológica seja efetivo, a IES tem buscado a invenção, adaptação, mudança ou evolução da atual tecnologia e conhecimentos, por meio de práticas baseadas em evidências científicas e estímulo ao empreendedorismo. Entendemos que existem quatro grandes dimensões relacionadas ao campo de atuação do profissional de Direito, são elas: (a) privilegiar os novos paradigmas da educação jurídica

	no Brasil, adotando métodos participativos de ensino aprendizagem, que estimulem o aprendizado crítico e autônomo por parte do corpo discente; (b) ofertar atividades complementares específicas, na modalidade de aprendizado prático - jurídico; (c) reafirmar a proposta pedagógica do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), centrada na concepção do Direito como saber prático; (d) enfatizar a aquisição e o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao futuro bacharel em Direito.
Ação Inovadora	A fim de relacionar-se com a adoção de práticas e procedimentos que oportunizem a criação ou o desenvolvimento de novos produtos ou ideias e permitam a melhoria de processos, apontando para ganhos de eficiência, o curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP, promove extensão a comunidade do município promovendo eventos e palestras, além de buscar parcerias com empresas, pesquisadores e grupos de estudos de outras instituições. Atendimento a Comunidade, em parceria com a OAB, os alunos, orientados pelos professores da instituição, deverão atender demandas de pessoas da comunidade que vivem no em torno da faculdade. Tal ação aproximará a escola e os discentes dos problemas reais vivenciados pela comunidade vizinha, realizando a verdadeira função social do curso de direito de busca de solução de litígios com o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais. Os egressos estarão ainda, totalmente ligados ao meio digital, por intermédio das ferramentas do Processo Judicial Eletrônico – PJe, o

	peticionamento eletrônico do Tribunal de Justiça e – SAJ.
Práticas Inovadoras	Assim, o curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP, evidencia as práticas inovadoras, por meio de Projetos de Iniciação Científica e de Extensão, como “FASP Ação Social”, palestras em escolas, por meio dos discentes do Curso etc. Produz e divulga conhecimentos e tecnologias criativas e inovadoras que atendam ao ensino, evidenciará as práticas inovadoras, por meio de Estágios Curriculares; Biblioteca com base online e Eventos em parcerias com OAB, com cursos, mesas redondas, apresentação de trabalhos acadêmicos. Para auxiliar os alunos que irão realizar o exame da OAB, ENADE, a instituição disponibiliza curso de extensão universitária em plataforma virtual e, alguns professores da Faculdade, ministram os aulões de revisão, em formato presencial ou online por meio do YouTube, nas vésperas das avaliações de primeira e segunda etapas do Exame de Ordem dos Advogados e ENADE.

3.2. Metodologias Ativas

São muitos os benefícios da Faculdade de São Paulo - FASP ao trazer as metodologias ativas para dentro da sala de aula. Porém, o principal é a transformação na forma de conceber o aprendizado, ao proporcionar que o aluno pense de maneira diferente em condições de resolver problemas conectando ideias que, em princípio, parecem desconectadas. Segue abaixo, um fluxograma do que representa as metodologias ativas no aprendizado do aluno.

Figura 5- Fluxograma Metodologias Ativas no Aprendizado do aluno

Fonte: Própria

Por fim, é possível destacar a existência de vários benefícios tanto para a comunidade acadêmica quanto para a IES com a utilização das metodologias ativas. Sendo que os discentes:

- adquirem maior autonomia;
- desenvolvem confiança;
- passam a enxergar o aprendizado como algo tranquilo;
- tornam-se aptos a resolver problemas;
- tornam-se profissionais mais qualificados e valorizados;
- tornam-se protagonistas do seu aprendizado.

Para a IES, os benefícios se mostram, principalmente com:

- maior satisfação dos alunos com o ambiente da sala de aula;
- melhora da percepção dos alunos com a instituição;
- aumento do reconhecimento no mercado;
- aumento da atração, captação e retenção de alunos.

Portanto, a aplicação de metodologias ativas de aprendizagem tem um papel importante para a educação, especialmente no Brasil, onde o setor necessita de transformações substanciais. Por isso, é preciso investir não somente em bons conteúdos, mas se faz necessário ter consciência de que aprimorar os procedimentos usados para educar é algo extremamente relevante.

Assim, no processo de utilização de metodologias ativas de autoaprendizagem, os docentes do curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP adotam as seguintes aprendizagens de ensino:

- **Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) - Problem Based Learning (PBL):** desenvolvida originalmente para o ensino da área da saúde, eixo principal do aprendizado teórico do currículo de algumas escolas, em que o problema guia a aprendizagem. O professor será o orientador e os alunos serão os investigadores em pequenos grupos. É uma metodologia formativa, pois “estimula uma atitude ativa do aluno em busca do conhecimento e não meramente informativa como é o caso da prática pedagógica tradicional” (BERBEL, 1998, p.145). A APB tem grupo tutorial de 8 a10 alunos, para apoiar os estudos. Um deles será o coordenador e outro o secretário. Há rodízios de sessão em sessão, para que todos exerçam essas funções. Um problema é apresentado aos alunos para que estudem, investiguem o caso e apresentem seus resultados. Após isso, os alunos rediscutem o problema, adquirindo novos conhecimentos;
- **Aprendizagem Baseada em Equipes (ABE) - Team Based Learning (TBL):** é uma estratégia instrucional direcionada para grandes classes de estudantes. Procura criar oportunidades e obter os benefícios do trabalho em pequenos grupos de aprendizagem, de modo que se possa formar equipes de 5 a 10 estudantes, que trabalharão no mesmo espaço físico (sala de aula). Uma das características mais importantes do TBL é o fato de que os alunos envolvidos nos grupos se prepararem previamente para as aulas, uma vez que podem ser lançados desafios para os grupos antes, durante ou após as aulas. Além disso, é importante ressaltar que não há necessidade de que os estudantes possuam conhecimento prévio sobre trabalho em equipe, uma vez que estes serão submetidos às atividades que farão com que eles desenvolvam essas habilidades de forma intrínseca;
- **Estudo de Caso:** o estudo de caso envolve a abordagem de conteúdo por intermédio do estudo de situações de contexto real, as quais são denominados “casos”. Pressupõe a participação ativa do estudante na resolução de questões relativas ao caso, normalmente em um ambiente colaborativo com seus pares. Apesar de poder ser resolvido individualmente, uma das maiores riquezas dessa abordagem de ensino é a interação pedagógica que promove mudanças significativas na sala

de aula. Trata-se de uma abordagem ativa e colaborativa, que promove o desenvolvimento da autonomia e da metacognição, quando conduzido de forma apropriada. Os casos são construídos em torno de objetivos de aprendizagem (habilidades e competências) que se pretende desenvolver, e são seguidos de questões que devem ser respondidas pelos estudantes. A presença dessas questões torna o estudo de caso uma abordagem de ensino guiada. Os estudantes analisam os saberes necessários para a resolução do caso, pesquisam e discutem em pequenos grupos. A próxima etapa é a discussão dos resultados no grande grupo, que deve sempre ser finalizada pelo professor, que realiza uma avaliação do trabalho da turma e pode retomar pontos importantes que tenha permanecido descobertos;

- **Mapa Conceitual:** dentre as metodologias ativas, destaca-se o mapa conceitual, que busca, através da construção coletiva, organizar ideias que se conectam a partir de um tema central, assim, é possível sintetizar vários conceitos que se interagem. Para Lima et al. (2017, p. 3), trata-se de "um importante recurso pedagógico, que deve ser utilizado frequentemente no contexto da sala de aula, pois proporciona ao docente condensar os diversos conceitos existentes em sua disciplina, facilitando sua apresentação de forma hierarquizada." Na educação, a construção de mapas conceituais incentiva os alunos a identificarem "ideias prévias, externar e obter conhecimento conceitual, refletir sobre a estrutura cognitiva dos temas abordados e compreender o processo de produção e aquisição de conhecimento" (SANTOS, 2016, p. 120). Para Litto e Mattar (2017, p. 91), "o processo de criação de um mapa pode ajudar a organizar ideias e compreender como elas se relacionam". Além disso, não há uma forma exata para realizá-los, podendo conter "muitos detalhes, incluindo cores, imagens, referência de páginas e exemplos" ou "um plano simples, concentrado em postos-chaves";
- **Sala de Aula Invertida (*flipped classroom*):** Esta metodologia consiste na inversão das ações que ocorrem em sala de aula e fora dela. Considera as discussões, a assimilação e a compreensão dos conteúdos (atividades práticas, simulações, testes) como objetivos centrais protagonizados pelo estudante em sala de aula, na presença do professor, enquanto mediador

do processo de aprendizagem. Já a transmissão dos conhecimentos (teoria) passaria a ocorrer preferencialmente fora da sala de aula. Neste caso, os materiais de estudo devem ser disponibilizados com antecedência para que os estudantes acessem, leiam e passem a conhecer e a entender os conteúdos propostos (SCHENEIDERS, 2018). O professor passa a mediar e orientar as discussões e a realização das atividades, agora executadas em sala de aula, considerados os conhecimentos e conteúdos acessados previamente pelo estudante, isto é, fora do ambiente da sala de aula. Agora o professor pode dedicar o seu tempo de sala de aula, na presença dos estudantes, para consolidar conhecimentos para orientá-lo, esclarecer as suas dúvidas e apoiá-lo no desenvolvimento do seu aprendizado. É, portanto, uma estratégia que propõe mudar alguns elementos do ensino presencial, sugerindo uma alternativa à lógica tradicional.

4. O CURSO

4.1. Histórico e Perfil do Curso

Visando a contribuição no papel de formadores de pensamento e profissionais que ajudarão a elevar o nível sociocultural da comunidade de São Paulo e região são apresentados os pressupostos que norteiam o curso de Direito, bem como o caminho percorrido.

O curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP, foi autorizado pela Portaria Ministerial nº. 566, de 26/06/2007, publicada no D.O.U. em 27/06/2007, reconhecido pela Portaria de nº. 378 de 21 de agosto de 2019, publicada no D.O.U. em 22/08/2019.

O Curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP tem por objetivo primordial formar operadores do Direito humanizados e aptos a interpretar e aplicar a ciência do Direito em todos os seus campos de atuação.

Na FASP, o bacharel em Direito recebe, além da formação teórica, formação ética voltada para o aprendizado prático, todos indispensáveis ao pleno exercício da profissão. Sendo um curso pertencente às Ciências Sociais Aplicadas, tem a preocupação em oferecer uma ampla visão para que o profissional possa optar pelas diversas áreas de atuação que a formação jurídica proporciona.

O curso oferece estrutura capaz de proporcionar ao bacharel diversificadas competências e habilidades para o desempenho da profissão, seja na área da advocacia, como também na vasta área dos concursos públicos como magistratura, promotoria, procuradorias, carreiras policiais e inúmeras outras carreiras públicas que exigem a titulação em Direito.

Durante estes anos o NDE vem trabalhando conforme a atualização da Diretriz Curricular Nacional e demais legislações pertinentes ao ensino superior. Assim, no final de 2021 foram realizadas novas adequações na matriz curricular e no Projeto Pedagógico no início de 2022, com a inclusão das atividades de extensão, com o mínimo de 10% da carga horária total do curso e inserção inserção das disciplinas de Direito Agrário, Direito Desportivo e Direito Eleitoral.

Para tanto, após este processo, o curso passa a ter uma nova matriz vigente. Vale ressaltar que a estrutura curricular do curso foi objeto de reflexão e discussão do colegiado e do NDE, analisando inclusive ápice e mudança de cenários na área da

Direito.

O Curso é organizado em cinco anos, subdivididos em dez termos, com profundo diferencial, uma vez que em seu conteúdo curricular as disciplinas estão totalmente integradas com a visão social do Direito.

Dessa forma, o curso proporciona ao acadêmico a visão e compreensão do direito cada vez mais com as crescentes relações jurídicas coletivas, abrangendo em sua grade curricular Novos Direitos, como Ambiental, do Consumidor, Previdenciário e Seguridade Social, Direito Eleitoral, Desportivo, Agrário, alargando ainda mais o campo de atuação do bacharel na futura profissão.

Além disso, o curso oferece sólidas bases filosóficas, sociológicas e éticas com o escopo de formar profissionais sensíveis aos problemas atuais da nossa sociedade. Assim, o bacharel será capaz de ler, compreender e raciocinar tecnicamente e de forma humanitária podendo atuar em quaisquer das áreas do Direito, desde as mais tradicionais, como direito penal, civil, trabalhista, até aquelas consideradas difusas, direito ambiental, direito do consumidor etc.

O curso de Direito corrobora, por meio de aulas teóricas e práticas, na capacitação do aluno para resolução dos mais variados problemas jurídicos, somando-se à prática jurídica real e simulada, proporcionada pelo Núcleo de Prática Jurídica, no qual pugna por um ambiente jurídico/jurisdicional em total consonância com a ética que deve nortear a atividade do profissional da área do direito.

Estimula-se a formação de pesquisadores capazes de contribuir fortemente para o contínuo aperfeiçoamento da qualidade de vida da sociedade brasileira, por meio da produção e disseminação de conhecimentos nas áreas específicas do exercício das profissões jurídicas.

Por meio do curso de Direito, o aluno irá desenvolver competência e habilidade, conforme o perfil profissional almejado ao final da conclusão do bacharelado. Assim, considera-se uma carga horária específica para cada disciplina, cuja finalidade é atender as áreas de formação fundamental, profissional e prática. Além disso, as ementas são elaboradas de acordo com os propósitos acima elencados, de modo a possibilitar o desenvolvimento do aluno enquanto cidadão.

Para atender a demanda de alunos egressos do ensino médio, tanto da cidade de São Paulo quanto dos municípios vizinhos, já que o investimento em educação é a base para que o nosso país possa alcançar o desenvolvimento esperado, a Faculdade de São Paulo - FASP de São Paulo pretende ser um referencial no

atendimento de uma população de renda média e baixa da cidade e região.

Diante do exposto, o curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP vem ao longo dos anos, evoluindo e se adequando de acordo com as novas concepções para a formação de seus egressos.

Assim, o curso visa o aprimoramento do conhecimento dando ênfase a capacitação ao uso de novas tecnologias, bem como da manutenção do ensino por meio de discussão e adequações de seu currículo de acordo com a necessidade e realidade de seu alunado.

O curso busca ainda dar condições aos seus egressos de continuarem seus estudos após a formação e de exercerem a profissão de forma efetiva frente as novas tecnologias e os novos desafios.

No curso há a preocupação de formar o profissional para o exercício da função da carreira no curso de direito e para isto, o currículo está organizado de forma que os conhecimentos teóricos, o senso crítico e de cidadania, a capacidade para exercer atividades de planejamento, de supervisão e coordenação de projetos de direito perpassam toda a formação do Bacharel em Direito, tendo como referência básica o conhecimento e domínio de técnicas computacionais, compreensão de problemas de Direito em um contexto global, além da convivência pacífica com o meio ambiente e políticas públicas e legislação pertinentes à profissão, bem como as diretrizes e parâmetros curriculares.

A Faculdade de São Paulo – FASP é uma instituição privada do país que contribui para a inserção do estudante carente no ensino superior, praticando assim a democratização do ensino superior.

4.2. Missão do Curso

Formar profissional capacitado para atender às exigências do mercado de trabalho, apto ao autodesenvolvimento e consciente da importância de seu papel enquanto agente transformador da realidade, no exercício da função social como Bacharel em Direito.

4.3. Objetivos

4.3.1 GERAL

Formar bacharéis em Direito orientados preferencialmente para o exercício da advocacia em suas diversas dimensões, com uma sólida formação humanística, técnico-jurídica e prática, com ênfase nos direitos humanos e na atuação nas carreiras jurídicas. Pretende-se, também, preparar o egresso para a atuação junto aos meios alternativos de conflitos, privilegiando a justiça coexistencial, além de estimular a iniciação científica e a pesquisa acadêmica. Preparar ainda, os alunos de direito para ampliar seus conhecimentos nas tecnologias digitais e preparação para atuarem diretamente com os sites de peticionamento eletrônico.

4.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Comunicar-se com precisão técnica;
- Trabalhar de forma cooperativa com outros profissionais;
- Adaptar-se às mudanças nos quadros jurídico-institucionais impostas pelos fenômenos sociais, pelas mudanças nos sistemas constitucional, processual, consumerista, cível, previdenciário, securitário, trabalhista, tributário, internacional público e internacional privado e aos desafios de uma economia globalizada que precisa atender a projetos de desenvolvimento econômico de mundo sustentável;
- Apresentar capacidade de análise e de interpretação do Direito.
- Proporcionar o desenvolvimento do pensamento de caráter jurídico e aplicá-lo de forma crítica e integrada.
- Alcançar o objetivo dos alunos desenvolvem, ao longo do curso, a prática da investigação científica, valorizando os acontecimentos, segundo a disposição no ordenamento jurídico brasileiro, desenvolvendo-a segundo diretrizes metodológicas ministradas. Assim, é possível a formação crítica relativa ao Fato, Valor e Norma, nos termos da teoria tridimensional do Direito.
- Gerar competência para identificar, interpretar e utilizar normas e princípios jurídicos atinentes à correta aplicação do Direito e da Justiça. A estratégia para o pleno atendimento do objetivo é proporcionar condições

para o conhecimento dos principais institutos do ordenamento jurídico, bem como sua construção histórico-filosófica, oportunizando a aplicação de forma concreta nas disciplinas de Prática Jurídica (Simulada e Real) integrando assim o aporte teórico-fundamental com os procedimentos jurídicos e judiciais existentes.

- Propiciar bases materiais e instrumentais da formação jurídica, com base no tratamento interdisciplinar de conceitos e institutos da dogmática jurídica, em consideração aos aspectos do contexto social. A forma de atingir o objetivo é o desenvolvimento do Trabalho Integrado Interdisciplinar, onde o aluno terá a oportunidade de analisar, de forma concisa e integrada, problemáticas atinentes à realidade social. A discussão observará as perspectivas dos variados ramos do Direito, permitindo uma análise social e humanística dos fenômenos jurídicos.
- Desenvolver a capacidade técnica para que possa identificar a presença de interesses difusos e aplicar instrumentos protetivos judiciais e extrajudiciais relativos à solução de conflitos e meta individuais. O objetivo se perfaz com a utilização do núcleo de prática jurídica permitindo o desenvolvimento de competências e habilidades indispensáveis ao discente, na medida em que possibilita uma melhor visualização do emprego da medida judicial competente, observando, para tanto, os substratos teóricos ministrados em sala de aula.
- Estimular no percurso da vivência acadêmica valores de ética e de cidadania, permitindo conjugar a expressão técnico-jurídica aos questionamentos filosóficos e sociais que informam a prática de condutas juridicamente relevantes.
- Dominar o impacto das novas tecnologia e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito
- Priorizar o desenvolvimento da vivência acadêmica que privilegia a articulação do ensino, pesquisa e extensão, como princípio educacional de formação integral.

Além das estratégias mencionadas, para concretizar os objetivos propostos para a formação do profissional, levando em conta as características da região e as especificidades do mercado de trabalho, o Curso de Direito da Faculdade de São

Paulo - FASP realizará diversas atividades que complementam as ações docentes em sala de aula e concretizam efetivamente a aprendizagem dos alunos de forma integral e realista.

4.4. Perfil do Egresso

O perfil do egresso do Curso de Direito deverá ter, sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, a prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

Para que o egresso alcance este perfil, o Curso de Direito, em consonância com a Resolução CNE/CES n° 05/2018, proporcionará condições para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos e normativos, coma devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos
- Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
- Utilizar das ferramentas tecnológicas, plataformas eletrônicas judiciais e obter o letramento digital com as práticas remotas;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de percussão e de reflexão crítica;
- Compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;

- Julgamento e tomada de decisões;
- Comunicação Digital;
- Domínio de tecnologia e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
- Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Importante mencionar também o perfil do egresso, do curso de Direito em conformidade com o Enade:

- generalista, humanístico e axiológico na atuação do Direito;
- reflexivo e crítico para a adequada argumentação e interpretação dos fenômenos jurídicos e sociais;
- propositivo na elaboração de alternativas voltadas para a intervenção nas situações jurídico-sociais; ético no exercício do Direito e na promoção do desenvolvimento da cidadania;
- autônomo e dinâmico na condução de sua própria aprendizagem.

O Bacharel em Direito do curso proposto pela Faculdade de São Paulo - FASP estará apto a atuar nas variadas possibilidades da intervenção profissional, seja em carreiras tradicionais como a advocacia, a Magistratura e o Ministério Público, carreiras policiais, ou transitar pelas novas funções que se abrem no mercado de trabalho, como consultorias a empresas, orientação jurídica de organizações não governamentais.

O Bacharel em Direito, portanto, deve ser preparado para o exercício de ampla gama de atividades, fornecendo o ponto de partida para o ingresso nas carreiras jurídicas. Seu perfil deve ser, em nível da formação universitária básica, necessariamente generalista.

4.4.1 ARTICULAÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO

O campo de atuação de um profissional graduado pelo Curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP será bastante amplo. Ele é habilitado para atuar em todas as áreas do Direito e, em especial como professor, juiz, promotor de justiça,

defensor público, delegado de polícia, advogado e consultor. Pode, ainda, ocupar diversos postos de trabalho nos setores público e privado.

Considerando tal realidade, A Faculdade de São Paulo - FASP proporciona aos alunos de Direito o atendimento supervisionado à comunidade carente por meio da Clínica Jurídica, serviço prestado à comunidade através de assistência jurídica, parte integrante do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) que, além do dividendo social e da possibilidade de prática real pelos discentes, estabelece uma relação com toda a comunidade jurídica.

O curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP, também proporciona aos alunos de Direito o estágio supervisionado em seu Escritório Experimental, parte integrante do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ).

Os serviços prestados junto ao fórum e outros órgãos públicos proporcionam ao discente o contato com servidores e profissionais militantes, iniciando sua trajetória profissional. Este trabalho desenvolvido pela FASP é de grande valia para a articulação com o mercado de trabalho da região, que oferece enormes possibilidades, especialmente para aquele aluno que buscar uma especialidade além do suporte teórico e prático o incentivo para realizar estágios extracurriculares e a participar de eventos na área jurídica e naquelas correlatas à sua formação.

Verifica-se pela descrição das características da cidade de São Paulo e, também, da região atendida pelA Faculdade de São Paulo - FASP que o Curso de Direito da IES forma o profissional da área jurídica com reais possibilidades de inserção no mercado de trabalho, uma vez que possui programas específicos que têm por finalidade incentivar os egressos do Curso de Direito a promover o aprendizado contínuo, como instrumento imprescindível para enfrentar o desafio de um mundo em transformação, no qual as relações sociais se tornam cada vez mais complexas, e onde surgem constantemente novos campos dos saberes jurídicos.

4.5. Articulação com as atividades de pesquisa e extensão

Como princípio educativo, os planos da pesquisa e extensão apontam para uma formação que contempla um profissional autônomo e que seja capaz de usar a pesquisa como hábito permanente de aprendizagem e atualização.

Com base na perspectiva do MEC, a extensão universitária pode ser compreendida como processo que articula o ensino e a pesquisa viabilizando a relação concreta entre a IES e a sociedade por meio da oportunidade da prática de conhecimentos acadêmicos. Com isso, a produção do conhecimento se dá pelo confronto da reflexão teórica, saberes e realidade popular, abrindo assim, espaço para integração efetiva da comunidade na Instituição de Ensino.

A FASP tem hoje na expansão das atividades de pesquisa um de seus objetivos, resultando na evolução de sua organização, objetivos, metas e ações. A pesquisa é considerada parte integrante e fundamental de sua missão no processo de ensino, além de instrumento privilegiado de evolução e participação efetiva no desenvolvimento social, cultural e econômico do país.

A FASP comprometida com o desenvolvimento social sustentável, em âmbito local e regional, busca em parcerias com instituições públicas, privadas e com a comunidade realizar suas ações extensionistas de forma a fomentar as demandas sociais, culturais, econômicos e ambientais.

A articulação e a integração da IES com a sociedade ocorrem por meio da extensão universitária, a partir dos projetos, eventos e cursos de extensão, da cooperação interinstitucional e da prestação de serviços. A instituição incentivas seus docentes dar continuidade em sua formação em cursos de pós-graduação visando ter no quadro de docentes em sua maioria doutores e mestres e uma equipe de técnicos e profissionais preparados para o desenvolvimento com excelência as atividades acadêmicas.

A IES também realiza atividades como as semanas de curso, promovendo institucionalmente e interdisciplinarmente seminários, encontros e palestra que abordam temas relacionados a cultura afro-brasileira, meio ambiente e inclusão social.

No âmbito do curso Direito, além da sala de aula o curso possui os laboratórios específicos, espaços próprios para estudos, Núcleo de Prática Jurídica com ambiente para o desenvolvimento de aulas práticas, proporcionando experiência profissional aos discentes por meio de atividades práticas.

O curso desenvolve ainda projetos de pesquisa e atividades de extensão como a semanas de cursos, feiras de ciência, trote solidário entre outras atividades.

5. ESTRUTURA E CONTEÚDO CURRICULAR

5.1. Projeto Pedagógico e as Diretrizes Curriculares Nacionais

Esse Projeto Pedagógico foi concebido de acordo com orientações do Ministério da Educação - MEC e do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da IES, estabelecendo políticas de ensino, pesquisa e extensão, orientando e contribuindo para a formação do discente nos diversos aspectos acadêmicos.

Para tanto o PPC foi elaborado e estruturado conforme determinam os pareceres: CNE/CES nº 583/2001 de 04/04/2001, que dá orientação para as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação, Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021, que altera o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e CNE/CES nº 8/2007 de 31/01/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

O PPC visa atender também as determinações da Lei nº 10.436, de 24/04/2002 e o Decreto nº 5.626 de 22/12/2005, que dispõe sobre a oferta da disciplina Língua Brasileira de Sinais LIBRAS, da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e n° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP n° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como o Parecer CNE/CP n° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP n° 1, de 30/5/2012, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e também as temáticas relativas às Políticas de Educação Ambiental, no tocante a Lei nº 9.795, de 27/04/1999 e o Decreto nº 4.281 de 25/06/2002.

No que tange a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei nº 12.764 de 27/12/2012 o curso bem como a IES recebe o apoio do Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

Além do atendimento à legislação vigente, a estrutura curricular do curso foi pensada de forma a promover o conhecimento e domínio de técnicas computacionais, compreensão de problemas socioeconômicos além da convivência pacífica com o

meio ambiente e políticas públicas e legislação pertinentes à profissão. O currículo busca também contemplar fundamentos práticos profissionais que auxiliem na profissão do advogado, considerando a dinâmica existente entre a relação ensino e a formação profissional nas diferentes áreas do conhecimento que completam a formação oferecida pelo curso.

Pressupõe, a vivência de um currículo que integra teoria e prática através de mecanismos de colaboração com empresas e instituições, de modo a assegurar aos alunos/profissionais a oportunidade de contato regular supervisionado mediante a sua inserção nos projetos desenvolvidos pelas referidas empresas ou instituições.

5.2. Conteúdos Curriculares

O curso de Direito em seus conteúdos disciplinares atenderá a Legislação vigente, no que tange à inclusão da disciplina de Libras, Políticas de Educação Ambiental, Questões Étnicas Raciais e Indígenas, e Direitos Humanos.

Disciplina de Libras: Em atendimento ao Decreto 9.656 de 27/12/2018, que altera o Decreto nº 5.626 de 22/12/2005, que dispõe sobre a oferta da disciplina Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, A Faculdade de São Paulo - FASP prima por uma educação inovadora com compreensão e promoção da diversidade humana. Assim, as ações da instituição estão voltadas para preparar nossos alunos para se comunicarem com pessoas da sociedade que tem restrições da audição e fala. Por isso, a instituição oferecerá a LIBRAS como disciplina curricular eletiva no curso de Direito, a fim de viabilizar a comunicação entre o profissional e o paciente para uma melhoria do cuidado e, assim, assegurar uma assistência integrada e contínua.

Questões Étnico-Raciais Afro-brasileiros e Indígenas: Em virtude da obrigatoriedade da abordagem dos conteúdos curriculares, relacionados ao ensino da cultura e história afro-brasileira, africanas e indígenas nas disciplinas e atividades dos cursos, (Lei n° 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004), A Faculdade de São Paulo - FASP busca promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes na sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, e a análise das relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma nação democrática, conforme orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das relações étnico-raciais. Para isso, este conteúdo estará inserido no componente curricular da Matriz, disciplina de História e Cultura Afro e Indígena e Estudos Sócios

Antropológicos, além de fazer parte de projetos e atividades práticas do curso de Direito.

Políticas de Educação Ambiental: Em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002, fez-se necessário rever as relações entre o homem e o meio em que vive. Assim, as questões ambientais se mostram de extrema importância e tornaram-se uma diretriz estabelecida pela Política Nacional de Educação Ambiental, instituída em 1999 pela Lei n.º 9.795, a qual estabeleceu que a educação ambiental como uma prática educativa integrada, contínua e permanente e de forma transversal e interdisciplinar. Neste entendimento, o curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP tem se comprometido para que seus alunos tenham a consciência de que a educação ambiental deve ser um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomem consciência do seu meio ambiente e adquiram conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornem aptos a agir individual e coletivamente e resolver problemas ambientais presentes e futuros. O conteúdo de Educação Ambiental será ofertado na matriz, através da disciplina de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, além disso, da abordagem do tema também será foco de projetos e atividades práticas dentro curso. Acreditamos que com essas iniciativas, contribuiremos para que a sociedade entenda o Desenvolvimento Nacional Sustentável, que inclui a sociedade e o exercício da cidadania, como um fator estratégico para a busca da competitividade de nossa nação.

Direitos Humanos: Em cumprimento às Leis nos 9.131, de 24 de novembro de 1995, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com fundamento no Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012, A Faculdade de São Paulo - FASP busca promover, fomentar e divulgar estudos e experiências bem-sucedidas realizados na área dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos. Tais temas serão tratados na Matriz através das disciplinas de Ética, Cidadania e Inclusão Social e Direitos Humanos, juntamente com projetos e atividades práticas do curso de Direito.

Atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito, a estrutura curricular do curso é composta por disciplinas que abrangem todo o processo, proporcionando a integralidade das ações do Direito.

Tabela 3: Estrutura Curricular do Curso de Direito

Conteúdos Curriculares	Resoluções do Conselho Pleno	Módulos
Educação Ambiental	Resolução CNE/CP n. 02/2012	4° - Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Educação das Relações Étnico-Raciais	Resolução CNE/CP n. 1/2004	1° - Estudos Sócios Antropológico 3° - História e Cultura Afro-brasileira e Indigena
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	Lei n. 10.436/2002	Optativa - Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
Educação em Direitos Humanos	Resolução CNE/CP n. 1/2012	1° - Ética, Cidadania e Inclusão Social 4° - Direitos Humanos

5.3. Referencial de conteúdos

Conforme Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021, que altera o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, os conteúdos curriculares estão assim organizados:

I - Formação geral, que tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que, em atenção ao PPC, envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia;

II - Formação técnico - jurídica, que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o PPC, conteúdos essenciais referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Direito Financeiro, Direito Digital, Formas Consensuais de Solução de Conflitos; e

III - Formação prático-profissional, que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o trabalho de conclusão, além de abranger estudos ao letramento digital, práticas remotas mediadas por tecnologia de informação e comunicação.

A concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP atende às exigências expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito (Resolução CNE/CES n. 5 /2018) que estabelece a formação profissional, que revele, pelo menos, as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais a saber: Formação geral, Formação técnico - jurídica e Formação prático-profissional, apresentadas acima, distribuído em 10 (dez) períodos semestrais, além do Estágio Curricular Supervisionado e o Trabalho de Curso. Obedece também a Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007 que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e à duração dos cursos de graduação na modalidade presencial.

O Estágio Supervisionado consiste na solução de casos práticos e teóricos, que serão realizados na própria IES, semanalmente, com controle de presença, inclusive. Este, sem dúvida, é um ponto que diferencia o curso de Direito objeto do presente processo. O referido estágio supervisionado foi inserido na matriz no 7º, 8º, 9º e 10º semestres do curso, conforme regulamento de estágio supervisionado integrante deste projeto. Assim, o acadêmico poderá aplicar os conhecimentos teóricos obtidos no estudo das mais diversas disciplinas.

De forma igualmente inovadora, consta da grade curricular do curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP, o Direito Ambiental, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Direito Eleitoral, Direito Cibernético, que permitirão ao aluno que obtenha conhecimento nas plataformas eletrônicas judiciais, adquira conhecimentos de letramento digital e práticas remotas.

Ressalte-se que o Trabalho de Conclusão de Curso será elaborado na forma de Monografia Jurídica ou Artigo Científico, para orientação, elaboração e defesa perante Banca Examinadora, inclusa na matriz curricular, com professor específico da disciplina, além dos professores orientadores nos diversos ramos de pesquisa estabelecidos, conforme regulamento próprio. Sem deixar de mencionar que, as disciplinas de Leitura e Interpretação de Textos e Introdução à linguagem auxiliam na elaboração de seu estudo monográfico.

Além das disciplinas obrigatórias constantes da matriz curricular apontada, apresenta-se, outrossim, no 9° semestre ocorre a inserção de disciplina eletiva, que definidas pelo NDE, ouvido o colegiado, conferem flexibilidade à matriz curricular, permitindo estudos específicos da área de direito que normalmente não fazem parte da matriz curricular.

Ainda, o curso possui Acessibilidade Metodológica, também conhecida como acessibilidade pedagógica diz respeito à queda de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionado diretamente à concepção subjacente da atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção de barreiras pedagógicas. Como exemplo, citamos os momentos em que professores realizam trabalhos e atividades com o uso de recursos de **acessibilidade** para alunos com deficiência, como textos em braile ou textos ampliados, disponibilização de audiobooks, diagramas e outros recursos pedagógicos.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP reforça a tese de que a questão da interdisciplinaridade não se trata da mera justaposição de disciplinas de áreas diferentes, mas sim na análise do objeto com base nas categorias pertencentes a vários campos do conhecimento, buscando apreender todos os seus aspectos na sua integridade.

Nesse sentido, sendo a formação interdisciplinar imprescindível hoje, na educação jurídica, o professor deve orientar o processo de aprendizagem dos conteúdos de suas disciplinas sempre em correlação com os demais componentes da matriz curricular e com as demais ciências não-jurídicas. O estudo da ciência jurídica no Brasil percorre hoje novos momentos, especialmente para aqueles que acreditam na dimensão social do Direito.

Assim, sem descuidar do seu aspecto técnico, torna-se necessário que a constante luta pelo aprimoramento da ordem jurídica paute-se nos pilares da ética, da moral e da equidade social. Desta forma, os conteúdos das disciplinas fundamentais são considerados verdadeiros alicerces para a compreensão e aplicação dos conteúdos das matérias constantes dos eixos profissional e prático. Diante disso, as disciplinas do eixo profissional devem demonstrar aos alunos uma nova realidade do Direito, que procura atingir não só os escopos jurídicos, mas também os sociais e políticos.

Com base nessa concepção, o ensino de Direito é desenvolvido não apenas nas salas de aula, mas em locais onde se possa dialogar, discutir e debater sobre temas que integram o conteúdo programático das disciplinas, assim como questões de relevância social atreladas a esses conteúdos, fazendo com que professor e aluno venham interagir como sujeitos do conhecimento – dotados de saberes, dúvidas e perplexidades.

5.4. Matriz Curricular do Curso de Direito

A matriz curricular proposta para o Bacharelado em Direito da Faculdade de São Paulo - FASP, contendo a distribuição dos componentes curriculares por semestre letivo, é apresentada a seguir.

O Curso proposto possui uma carga horária total mínima de 3850 horas relógio, a serem integralizadas no prazo mínimo de 10 semestres ou 5 anos e máximo de 15 semestres ou 7 anos e meio, na modalidade semi-presencial, distribuída em conteúdo de acordo com as Diretrizes Curriculares.

A Faculdade de São Paulo - FASP em atendimento à disposição legal da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, prevê a oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como disciplina eletiva que integra a matriz curricular do curso de Direito.

5.5. Estratégias de flexibilização curricular

Apesar de garantir uma formação geral, humanística e axiológica e a competência para análise e domínio de conceitos e terminologias jurídicas, de fornecer meios para construir uma adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, assegurando espaços para a formação crítica e reflexiva para a construção do perfil dos egressos, não se pode bloquear possibilidades de acrescentar ainda, oportunidades de escolhas de possíveis trajetos alternativos.

O perfil buscado e já delineado, acrescido das orientações limitativas da normativa educacional, pela sua abrangência no que tange aos conteúdos e atividades, não pode impedir o discente de fazer determinadas opções individuais na

sua formação. Como consequência, a carga horária destinada à realização de disciplinas eletivas atende aos perfis do curso e às opções subjetivas dos alunos.

Ainda, a estrutura curricular e as metodologias de ensino-aprendizagem estabelecidas ampliam consideravelmente as estratégias de flexibilidade na formação discente, visto que excluem a ideia de uma formatação com base em conteúdo. A partir do 7º período do curso é um momento adequado à realização de atividades que tenham a capacidade de ampliar os interesses particulares dos discentes quanto à carreira que pretendem desenvolver pós-formado, advindas principalmente das atividades práticas que irá desenvolver e das disciplinas eletivas ofertadas à partir do 9º semestre.

5.6. Matriz Curricular do Curso de Direito

Na Matriz a **Flexibilidade e Interdisciplinaridade** são contempladas através dos Trabalho Integrado Interdisciplinar, das Atividades de Extensão, das Atividades Complementares e das Disciplinas Optativas.

As **Atividades de Extensão** da Faculdade de São Paulo - FASP representam 10% do total da carga horária, sendo ofertadas através de Atividades, Desafios e Projetos que são oferecidos a comunidade externa através de apoio as empresas e ações de responsabilidade social.

Assim, a Matriz Curricular do Curso Superior de Direito, totaliza 3.850 horas, conforme representado abaixo:

Tabela 4 : Matriz Curricular do Curso Superior de Direito

1º SEMESTRE						
Componente Curricular	**CH Semanal**	**Teórica**	**Prática**	**Extensão**	**Outras Atividades**	**Total**
Introdução ao Estudo do Direito	1h30	30	0	0	0	30
Ciências Políticas e Teoria Geral do Estado	1h30	30	0	0	0	30
Introdução à Linguagem	3	60	0	0	0	60
Direito Penal: Teoria do Crime	3	60	0	0	0	60
História do Direito	1h30	30	0	0	0	30
Sociologia Geral e Jurídica	1h30	30	0	0	0	30
Estudos Sócios Antropológico (EAD)		40	0	0	0	40
Ética, Cidadania e Inclusão Social (EAD)		40	0	0	0	40
Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito I		0	0	60	0	60
Carga Horária Total	**12**	**320**	**0**	**60**	**0**	**380**
2º SEMESTRE						
Componente Curricular	**CH Semanal**	**Teórica**	**Prática**	**Extensão**	**Outras Atividades**	**Total**
Civil: Parte Geral (Pessoas, Bens e Negócios Jurídicos)	3	60	0	0	0	60
Direito Penal: Sanção Penal	3	60	0	0	0	60

Direito Constitucional: Direito e Garantias Fundamentais	3	60	0	0	0	60
Leitura e Interpretação de Textos	1h30	30	0	0	0	30
Hermenêutica Jurídica	1h30	30	0	0	0	30
Economia (EAD)		40	0	0	0	40
Filosofia (EAD)		40	0	0	0	40
Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito II		0	0	60	0	60
Carga Horária Total	**12**	**320**	**0**	**60**	**0**	**380**
3º SEMESTRE						
Componente Curricular	**CH Semanal**	**Teórica**	**Prática**	**Extensão**	**Outras Atividades**	**Total**
Direito Civil: Obrigações	3	60	0	0	0	60
Direito Penal: Crimes contra a Pessoa	1h30	30	0	0	0	30
Direito Constitucional: Organização Política Administrativa e controle de Constitucionalidade	3	60	0	0	0	60
Teoria Geral do Processo	3	60	0	0	0	60
Filosofia do Direito	1h30	30	0	0	0	30
História e Cultura Afro- Brasileira e Indigena (EAD)		40	0	0	0	40
Psicologia Juridica (EAD)		40	0	0	0	40
Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito III		0	0	60	0	60
Carga Horária Total	**12**	**320**	**0**	**60**	**0**	**380**
4º SEMESTRE						
Componente Curricular	**CH Semanal**	**Teórica**	**Prática**	**Extensão**	**Outras Atividades**	**Total**
Direito Civil: Teoria Geral dos Contratos	1h30	30	0	0	0	30
Direito Penal: Crimes contra o Patrimônio e Contra Dignidade Sexual	3	60	0	0	0	60
Direito Administrativo: Teoria Geral da Administração Pública	3	60	0	0	0	60
Direito Processual Civil: Instrumentalidade	3	60	0	0	0	60
Estatuto da Criança e do Adolescente	1h30	30	0	0	0	30
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (EAD)		40	0	0	0	40
Direitos Humanos (EAD)		40	0	0	0	40
Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito IV		0	0	60	0	60
Carga Horária Total	**12**	**320**	**0**	**60**	**0**	**380**
5º SEMESTRE						
Componente Curricular	**CH Semanal**	**Teórica**	**Prática**	**Extensão**	**Outras Atividades**	**Total**
Direito Civil: Contratos em Espécie	3	60	0	0	0	60
Direito Penal: Crimes contra fé e a Administração e Legislação Penal Especial	3	60	0	0	0	60
Direito do Trabalho: Direito Individual	3	60	0	0	0	60
Direito Processual Civil: Recursos	3	60	0	0	0	60
Direito Processual Penal: Instrumentalidade	3	60	0	0	0	60
Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito V		0	0	60	0	60
Carga Horária Total	**15**	**300**	**0**	**60**	**0**	**360**
6º SEMESTRE						
Componente Curricular	**CH Semanal**	**Teórica**	**Prática**	**Extensão**	**Outras Atividades**	**Total**
Direito Civil: Responsabilidade Civil	1h30	30	0	0	0	30
Direito Administrativo: Licitação, Contratos e Processo Administrativo	1h30	30	0	0	0	30
Direito do Trabalho: Direito Coletivo	1h30	30	0	0	0	30
Direito Processual Civil: Execução	1h30	30	0	0	0	30
Direito Processual Penal: Prisão e Liberdade	3	60	0	0	0	60
Direito Empresarial: Teoria Geral da Empresa	1h30	30	0	0	0	30
Métodos Extrajudiciais e Judiciais de Solução de Conflitos	1h30	30	0	0	0	30
Direito Processual do Trabalho	1h30	30	0	0	0	30
Direitos Difusos: Processo Coletivo	1h30	30	0	0	0	30
Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito VI		0	0	60	0	60
Carga Horária Total	**15**	**300**	**0**	**60**	**0**	**360**
7º SEMESTRE						

Componente Curricular	CH Semanal	Teórica	Prática	Extensão	Outras Atividades	Total
Direito Civil: Direitos Reais	3	60	0	0	0	60
Direito do Consumidor	1h30	30	0	0	0	30
Direito Processual Civil: Procedimentos Especiais e Tutelas de Urgência	3	60	0	0	0	60
Direito Processual Penal: Júri e Recursos	3	60	0	0	0	60
Direito Empresarial: Títulos Mercantis e Lei de Falência	3	60	0	0	0	60
Prática do Processo do Trabalho	1h30	0	30	0	0	30
Estágio Supervisionado I	0	0	0	0	75	75
Carga Horária Total	**15**	**270**	**30**	**0**	**75**	**375**
8º SEMESTRE						
Componente Curricular	**CH Semanal**	**Teórica**	**Prática**	**Extensão**	**Outras Atividades**	**Total**
Direito Civil: Família	3	60	0	0	0	60
Direito Processual Penal: Procedimentos Especiais e Nulidades	3	60	0	0	0	60
Direito Financeiro e Tributário	3	60	0	0	0	60
Prática do Processo Penal	1h30	0	30	0	0	30
Prática do Processo Civil	3	0	60	0	0	60
Trabalho de Curso I	1h30	0	0	0	30	30
Estágio Supervisionado II	0	0	0	0	75	75
Carga Horária Total	**15**	**180**	**90**	**0**	**105**	**375**
9º SEMESTRE						
Componente Curricular	**CH Semanal**	**Teórica**	**Prática**	**Extensão**	**Outras Atividades**	**Total**
Direito Civil: Sucessões	3	60	0	0	0	60
Direito Cibernético	1h30	30	0	0	0	30
Prática do Processo Tributário	1h30	0	30	0	0	30
Ética Profissional	1h30	30	0	0	0	30
Eletiva I	1h30	30	0	0	0	30
Direito da Seguridade Social	1h30	30	0	0	0	30
Direito Ambiental	1h30	30	0	0	0	30
Trabalho de Curso II	0	0	0	0	30	30
Estágio Supervisionado III	0	0	0	0	75	75
Carga Horária Total	**12**	**210**	**30**	**0**	**105**	**345**
10º SEMESTRE						
Componente Curricular	**CH Semanal**	**Teórica**	**Prática**	**Extensão**	**Outras Atividades**	**Total**
Direito Internacional Público e Privado	3	60	0	0	0	60
Eletiva II	1h30	30	0	0	0	30
Eletiva III	1h30	30	0	0	0	30
Tópicos de Direito I	1h30	30	0	0	0	30
Tópicos de Direito II	1h30	30	0	0	0	30
Estudo do Direito Contemporâneo	3	0	0	60	0	60
Estágio Supervisionado IV	0	0	0	0	75	75
Carga Horária Total	**12**	**180**	**0**	**60**	**75**	**315**

Disciplinas presenciais

Disciplinas AVA/EAD

Disciplina Extensão

Disciplinas Extraclasse

	Carga Horária (Horas)
CH de componentes curriculares teóricos	2.720
CH de estágio supervisionado	300
CH de atividade complementar	200
CH de componentes curriculares práticos	150
CH de componentes curriculares de extensão	420

CH trabalho de curso	60
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	**3850**

ELETIVAS					
Disciplinas	**Carga Horaria**	**Teórica**	**Prática**	**Outras Atividades**	**Total**
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	1h30	0	0	0	30
Direito Agrário	1h30	0	0	0	30
Direito Desportivo	1h30	0	0	0	30
Direito Eleitoral	1h30	0	0	0	30
Empreendedorismo	1h30	0	0	0	30

5.7. Ementário

O ementário dos componentes curriculares do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de São Paulo - FASP encontram-se anexados a este PPC.

5.8. Adequação da Metodologia do Processo de Ensino e da Metodologia de Aprendizagem

O aluno ingressante apresenta normalmente deficiências em seu aprendizado anterior e o acompanhamento de atividades de nivelamento desse aluno permite que ele consiga aos poucos suprir a deficiência dos conteúdos básicos. O conteúdo é apresentado de forma gradual e orgânica a fim de desenvolver o raciocínio. A solução de casos práticos põe em prova esse raciocínio, fazendo com que o estudante absorva o curso de Direito como um verdadeiro sistema.

Novas tecnologias são aplicadas no ensino e a interdisciplinaridade estimula na formação não somente de um técnico, mas de um cidadão crítico e construtor de seu próprio aprendizado.

5.9. Modos de Integração entre a Teoria e Prática

A relação entre a teoria e a prática na formação do Bacharel formado pela Faculdade de São Paulo - FASP está presente não somente no modo como as disciplinas são ministradas (metodologia), mas de forma especial, por meio das Atividades complenetares e de extensão, visitas técnicas, e demais atividades laboratoriais integradas ao conteúdo ministrado.

5.10. Dimensionamento da Carga Horária das Disciplinas

O dimensionamento da carga horária das disciplinas foi repensado, reavaliado e então proposto pelo NDE considerando os objetivos do curso, o perfil do egresso, os objetivos das disciplinas e, mais precisamente o conteúdo de cada disciplina e, fundamentalmente se será possível com o dimensionamento desse espaço na organização curricular desenvolver as competências e habilidades próprias de cada unidade de ensino. Tal proposta recente deverá ser acompanhada, analisada, avaliada e reformulada se for o caso, em momentos oportunos desde que sem prejuízo da formação dos alunos e em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

5.11. Adequação e Atualização das Ementas e Programas das Disciplinas

A Matriz Curricular é importante documento do curso, capaz de nortear o caminho a ser percorrido pelo aluno para que sua formação, iniciada no primeiro semestre, complete-se nos dez semestres ou séries do curso. Porém, a Matriz deve estar sempre a serviço do Projeto Pedagógico do Curso, não podendo ser óbice para a efetivação do Projeto Pedagógico e realização dos seus objetivos.

Não é diferente a preocupação com a carga horária das disciplinas, pois esta é distribuída de forma a atender às exigências e peculiaridades de cada uma delas. Não se pode distribuir a carga horária das disciplinas de maneira acertada sem que se atenha aos objetivos, às ementas, e aos conteúdos de cada uma, privilegiando aquelas que apresentam um conteúdo programático mais complexo.

Por fim, há que se ressaltar a preocupação constante com a atualização tanto da Matriz, como das ementas e conteúdo das disciplinas, pois a matriz curricular não pode ser fator limitante e impeditivo da elevação na qualidade do curso. A matriz curricular, suas disciplinas, ementas e conteúdo deverão refletir o processo que deverá ser desenvolvido na construção de todas as competências e habilidades previstas na formação do perfil desejado do futuro advogado. Toda vez e que se fizer necessária a atualização da Matriz Curricular e o NDE estará vigilante para

encaminhar isso, deverá ser feita, sob pena de comprometer a qualidade do curso.

Pautados nestes aspectos bem como nas mudanças globais que envolvem a carreira que o corpo docente revê, propõe e realiza as adaptações necessárias.

5.12. Adequação, Atualização e Relevância da Bibliografia

A atualização e revisão da bibliografia operam-se em duas etapas, a primeira pelo trabalho dos professores, da coordenação do curso e do Núcleo Docente Estruturante - NDE no cuidado de rever e referendar a bibliografia indicada; e a segunda pelo cuidado da IES em atualizar a biblioteca para que as obras indicadas estejam ao alcance efetivo dos alunos e sejam, de fato, instrumento de acompanhamento e complemento das aulas.

5.13. Coerência do Corpo Docente e do Corpo-Técnico Administrativo com a Proposta Curricular

A aderência entre a formação acadêmica do docente, a experiência docente e as atividades que desempenha no mercado profissional, é considerada um elemento de grande importância para a consecução dos objetivos pedagógicos institucionais.

Igualmente, o corpo técnico-administrativo atende de forma plena aos interesses da IES, pois gozam de experiência na área. A equipe gestora está qualificada academicamente e têm o perfil particular buscado pela IES e pelo Curso.

A gestão colegiada das questões pedagógicas e administrativas é um elemento que fortalece o curso, evitando a adoção de medidas advindas de percepções individuais e fortalece a continuidade dos projetos institucionais de forma transparente e comprometida.

5.14. Coerência dos Recursos Materiais Específicos

O Curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP dispõe de laboratórios e instalações específicas - Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ, que atendem de forma plena ao Projeto Pedagógico do Curso.

Além da aquisição de material específico que atendam necessidades do

curso, a IES tem buscado manter uma política de renovação de equipamentos sempre que necessário.

5.15. Estratégias de Flexibilização Curricular

A flexibilização curricular decorre do exercício concreto da autonomia universitária, defendida e garantida pela LDB nº 9.394/96 e pelo Plano Nacional de Educação pela Lei nº 10.172 de janeiro de 2001, que define objetivos e metas que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas oferecidos pelas diferentes instituições de ensino superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientelas e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem.

No curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP a flexibilidade curricular é contemplada na oferta de componentes curriculares como estágio supervisionado, disciplinas eletivas, monitorias, programas de iniciação científica, extensão, atividades complementares e cursos realizados em outras áreas.

Estas atividades complementares são desenvolvidas de forma correlacionada às disciplinas, com um grau de complexidade crescente ao longo do processo de formação, garantindo a característica de um generalista e, ao mesmo tempo, possibilitando o desenvolvimento em áreas de interesse específico. Neste contexto, compondo a formação da graduação, deve-se manter estreita relação no processo de ensino-aprendizagem e está, após a graduação, seja por ação direta nas atividades de ensino, seja na participação efetiva em pesquisa ou incentivando a educação continuada.

Ainda, entre outros requisitos necessários para o curso, está a elaboração do trabalho de conclusão de curso a ser desenvolvido sob a orientação docente, de acordo com a normatização vigente.

Ainda no processo de formação do aluno, a comunicação e permeabilidade entre diferentes cursos, também é um dos eixos comuns que permite mobilidade e a integração entre eixos temáticos comuns. O trabalho em grupo é uma das habilidades requisitadas pela chamada “sociedade do conhecimento”, exigindo o pensar de forma coletiva e o respeito aos diferentes pontos de vista. Para tanto, é importante favorecer a convivência entre alunos de diferentes áreas do saber, por meio de disciplinas que tenham um eixo comum.

Atividades relacionadas ao empreendedorismo a partir da inclusão de projetos

que estimulem o espírito inovador é umas das formas de desenvolver a inovação, bem como a sensibilização e a mobilização da comunidade acadêmica e da sociedade civil a partir de questões raciais, respeito à diversidade e acessibilidade.

A Faculdade de São Paulo - FASP busca e firma parcerias com instituições, entidades no intuito de estender seu trabalho junto a comunidade, bem como a troca de experiências.

6. METODOLOGIA

A organização curricular está organizada em forma de unidades curriculares. Essa não é a única forma possível de organização do conhecimento acadêmico. No entanto, o currículo do curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP será constantemente discutido e revisado, segundo as necessidades reais dos discentes alunos, em reuniões periódicas com o Núcleo Docente Estruturante - NDE, já constituído para elaboração e discussão deste projeto.

A metodologia de ensino aplicada no curso de Direito segue o princípio da transmissão do conhecimento teórico e técnico, desenvolvimento da consciência crítica, desenvolvimento da capacitação técnica e instrumentalização plena do aluno para o trabalho no grande leque dos ofícios. Desta forma, sem perder de vista a formação cultural discente e o princípio de educar, não apenas para o trabalho, mas também na vida, o ensino neste curso dá ênfase às disciplinas de caráter técnico e de aplicabilidade no mercado, como a habilidades de planejamento, projeto, execução, controle, manutenção das edificações em geral, recursos hídricos e saneamento visando à qualidade, segurança, economia e durabilidade dos mesmos.

A formação teórico-conceitual está presente desde o início do curso, dado que, embora no Brasil as organizações judiciárias remonte décadas de existência, o conceito de gerenciamento e a aplicabilidade deste conceito como um fenômeno judicial reestruturado é recente, razão pela qual a pesquisa conceitual e reflexão crítica sobre este fenômeno social e foco de estudo debate como um dos princípios dos métodos de ensino do curso de Direito, através de disciplinas como Práticas Forenses e as disciplinas Eletivas.

Se considerarmos: aluno, professor, conteúdo, cada um desses elementos acaba por exercer uma influência sobre os demais, ligando e alterando as suas características. Entende-se que o aluno é participante efetivo do processo de ensino-aprendizagem e não apenas um ouvinte, e que o professor é um orientador no processo de ensino e não dono do conhecimento, e o conteúdo capacitam o aluno a compreender as informações necessárias para o seu aprendizado.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Faculdade de São Paulo – FASP reforça a tese de que a questão da interdisciplinaridade não se trata da mera justaposição de disciplinas de áreas diferentes, mas sim na análise do objeto a partir de categorias pertencentes a vários ramos de conhecimento, buscando apreender

todos os seus aspectos na sua integridade.

Diante disso, as disciplinas do eixo profissional devem demonstrar aos alunos uma nova realidade que o novo contexto demanda da Direito.

Com esse propósito, o ensino que se oferece ao aluno deve ser uma fonte de produção de conhecimento atualizado e sintonizado com o tempo presente, afastando-se do modelo que se constitui apenas na repetição de um saber estabilizado.

6.1. Adequação da Metodologia do Processo de Ensino-Aprendizagem

No contínuo processo de reconstrução dos projetos pedagógicos e/ou propostas de PPC, como é o caso Direito e atendendo às diretrizes do curso, a Faculdade de São Paulo - FASP incorpora novas práticas que sintonizam a formação à realidade e às novas demandas sociais, dentre as quais as abordagens do ensino por competência e da educação problematizadora ou libertária, numa perspectiva da interdisciplinaridade, da flexibilidade e da contextualização.

A metodologia indica as grandes linhas de ação utilizadas pelos professores em suas aulas, pois é o meio que lançam mão para trabalhar os conteúdos curriculares e alcançar os objetivos pretendidos.

As linhas de trabalho estão centradas na valorização do processo ensino-aprendizagem que provoque uma postura dinâmica e crítica dos alunos, assim como na utilização de ferramentas de ensino que contribuam para a implementação de um processo ensino-aprendizagem emancipatório, que permita a abertura de espaços para a reflexão e a construção do conhecimento. Assim sendo, a metodologia utilizada encontra-se comprometida com o desenvolvimento do espírito científico, com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.

A aprendizagem é entendida como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocadas em uso capacidades pessoais. A atividade pedagógica, entendida como um espaço interdisciplinar, evita a fragmentação e a compartimentalização dos conteúdos. Nas atividades do curso, privilegiam-se as estratégias individuais para a realização das diferentes atividades propostas. Essa liberdade de ação e criação é inerente ao processo ensino-aprendizagem e constitui-se de fundamental importância para o processo de formação profissional. Esse

processo de formação é entendido sob um contexto de interação, autonomia e cooperação. O futuro egresso do Curso de Direito, com base nas experiências vividas durante sua formação, será capaz de atuar autonomamente. Entre as estratégias de ensino utilizadas, destacam-se:

- aulas, conferências e palestras;
- projetos de investigação científica numa perspectiva interdisciplinar;
- práticas didáticas na forma de monitorias, demonstrações e exercícios, etc.;
- consultas supervisionadas em biblioteca para identificação crítica de fontes relevantes;
- aplicação e avaliação de estratégias, técnicas, recursos e instrumentos da área;
- visitas técnicas, documentadas através de relatórios, a pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública;
- projetos de extensão e eventos de divulgação do conhecimento;
- elaboração e avaliação de projetos para organizações;
- realização de atividades extracurriculares;
- estudos de caso;
- práticas integrativas voltadas para o desenvolvimento de competências e habilidades em situações de complexidade variada, representativas do efetivo exercício profissional, por meio Projeto Integrador e sob a forma das Atividades Complementares.

O curso de Graduação de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP, estrutura-se em torno dos seguintes princípios metodológicos, definidos no PDI: interdisciplinaridade, indicada como forma de admitir a ótica pluralista das concepções de ensino, integrando os diferentes campos do conhecimento e possibilitando uma visão global da realidade; como forma de superar o pensar simplificado e fragmentado da realidade; como forma de integrar conhecimentos, buscando uma unidade do saber e a superação dos currículos centrados em conteúdos; articulação entre teoria e prática, que pressupõe ações pedagógicas que, ultrapassando os muros da academia, indicam a necessidade da inserção do aluno em realidades concretas, fazendo com que a formação centrada na prática busque uma contínua aproximação do mundo do ensino com o mundo do trabalho; diversificação dos cenários de

aprendizagem, implicando na participação de docentes, discentes e profissionais nos vários campos do exercício profissional. Essa participação se apresenta na perspectiva de uma efetiva articulação que contribui para a formação profissional. A realidade concreta e os reais problemas da sociedade são substratos essenciais para o processo ensino-aprendizagem; articulação da investigação científica com o ensino e com a extensão, viabilizando a troca de experiências e a construção/reconstrução/significação de conhecimentos.

Dentre as diversas referências que fundamentam este projeto, destacamos a abordagem do Ensino para a competência. Entendamos, aqui, competência por domínio de habilidades, atitudes e valores necessários a um desempenho eficiente e eficaz do aluno, no desenvolvimento das atividades requeridas pelo mundo do trabalho e pelas novas tecnologias.

Apresentamos, a seguir, um quadro comparativo em que constam as bases em que se fundam a abordagem do Ensino por Competência e a do tradicional Ensino por Conteúdo trabalhado na Faculdade de São Paulo - FASP:

Tabela 5: Ensino por Competências

ENSINO POR COMPETÊNCIAS	
COMO ERA	**COMO FICOU**
PARADIGMAS	
Transmissão e acúmulo do conhecimento. Focado no ensino. Formação técnica para o posto de trabalho.	Construção de competências. Focado na aprendizagem. Formação para o mundo do trabalho.
CONHECIMENTO	
Fragmentado, dividido por disciplinas, de caráter enciclopédico, memorizador e cumulativo.	Intertransdisciplinar, contextualizado. Privilégio pela construção de conceitos e pela criação do sentido.
CURRÍCULO	
Compartimentalizado, fracionado, estático, organizado em disciplinas. Eixo em termos do conhecimento, das matérias.	Em rede, dinâmico, organizado em áreas de conhecimento e temas geradores. Em função das pessoas e de seus projetos (eixo nos projetos, problemas e/ou desafios significativos do contexto produtivo). É um meio norteador da prática pedagógica.
CONTEÚDO	
Considerado um fim em si mesmo.	Meio pelo qual se desenvolvem as competências, para ampliar a formação dos alunos e sua interação na realidade, de forma crítica e dinâmica.
SALA DE AULA	
Espaço padronizado de transmissão e	Ambiente multifuncional de reflexão e de

recepção do saber.	situações de aprendizagem (atividade do sujeito).
ATIVIDADE	
Padronizada, rotineira. Caráter transmissivo, elucidativo, explicativo.	Centrada em projetos e resolução de problemas. Caráter desafiador, de pesquisa, de transferência. Situação significante (análises, sínteses, inferências, generalizações, analogias, associações e transferências).
PROFESSOR	
Transmissor do conhecimento. Depositário de conhecimento.	Mediador do conhecimento. Monitor, orientador e assessor. Estimular o aluno a aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e o aprender a conviver.
PEDAGOGIAS	
Valoriza os objetivos da educação. Igualdade (buscando eliminar as diferenças).	Valoriza a finalidade da educação. Ativa, diferenciada, construtivista, cooperativa, aberta, crítica. Equidade (buscando a igualdade sem eliminar as diferenças).
ALUNO	
Receptor (aprendiz do conteúdo). Memorista (compreensão limitada). Passivo. Alienado.	Foco. Construtor do conhecimento. Cidadão. Sujeito que aprende. Agente do processo: faz, pergunta, pesquisa, descobre, cria e aprende.
AVALIAÇÃO	
Classificatória e excludente. Lógica seletiva.	Feedback. Busca avaliar as competências adquiridas. Validação. Autoavaliação. Lógica formativa.
DIFERENCIAL INOVADOR	
Reprodução. Igualdade. Unidade. Eficiência. Racionalidade. Obediência. Submissão. Hegemonia (universalização de uma visão de mundo). Métodos e técnicas. Instrumentos.	Produção. Multifuncionalidade. Competência. Laborabilidade. Flexibilidade. Contextualização. Pragmático. Intersubjetividade. Empreendedorismo. Iniciativa. Inovação. Pluralidade. Visão sistêmica. Transferência. Autonomia. Projetos.

Nessa perspectiva, tem-se como principal inovação nesta proposta do Projeto Pedagógico do curso de Direito, a mudança de foco, do tradicional “ensinar” para o desejável “aprender”, colocando o discente como protagonista do processo ensino-aprendizagem.

Dentre as várias referências em que nos aportamos, destaca-se a da educação problematizadora no livro Estratégias de Ensino-Aprendizagem (BORDENAVE; PEREIRA, 1995), a qual parte das seguintes ideias:

- Uma pessoa só conhece bem algo quando o transforma, transformando-se ela também no processo;
- A solução de problemas implica a participação ativa e o diálogo constante entre alunos e professores. A aprendizagem é concebida como resposta natural do aluno ao desafio de uma situação-problema;
- A aprendizagem torna-se uma pesquisa em que o aluno passa de uma visão “sincrética” a uma visão analítica para chegar a uma “síntese” que equivale à compreensão. Desta apreensão nascem “hipóteses de solução” que obrigam a uma seleção de soluções mais viáveis. A síntese tem continuidade nas práxis, isto é, na atividade transformadora da realidade profissional.

6.2. Acessibilidade Metodológica

É dedicada atenção especial à garantia da acessibilidade metodológica, pedagógica e atitudinal. A acessibilidade metodológica e pedagógica é referente às barreiras nas formas de organização do espaço pedagógico, incluindo metodologias de ensino e avaliação. A acessibilidade atitudinal é relativa às barreiras atitudinais, preconceitos e estereótipos que prejudicam a plena participação das pessoas com deficiência no contexto social. Cabe ao serviço de apoio psicopedagógico, em parceria com a Coordenadoria de Curso e o NDE, o desenvolvimento de assistência pedagógica e outras ações e junto aos docentes, tais como as ações de formação continuada. Entre as várias possibilidades de apoio estão a disponibilização dos seguintes recursos:

- Materiais didáticos e pedagógicos acessíveis;
- Equipamentos de tecnologia assistiva;
- Serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de LIBRAS, caso necessário;
- Software de leitura de texto instalado em computadores da biblioteca;
- Computador portátil individual para uso em sala para aumento da fonte dos slides da aula;
- Disponibilização de tempo adicional para a elaboração de provas escritas, para os casos de distúrbios de aprendizagem e Transtorno de Déficit de Atenção.

Recomenda-se que no planejamento acadêmico dos componentes curriculares seja assegurado o envolvimento do aluno em atividades, individuais e de equipe, que incluem, entre outros:

I - **Aulas teóricas, teórico-práticas e práticas, conferências e palestras**;

II - **Exercícios e práticas** nos laboratórios específicos do curso;

III - **práticas de simulação** - fornece um ambiente seguro onde os alunos têm a oportunidade de realizar uma avaliação e tomar uma decisão sem colocar em risco a existência de um ser humano.

IV - **Estudo de casos e trabalho em equipe** - estratégia de ensino eficaz que possibilita aplicar conhecimentos e avaliar as necessidades de aprendizagem. Aprimora as habilidades de resolução de problemas. Permite avaliar o aluno de forma crítica. Melhora a interação do grupo através do diálogo em sala de aula e enriquece o ambiente de aprendizagem. Promove o pensamento crítico e aumenta a capacidade crítica;

V - **programas on-line e (Web sites, WebCT)** - possibilita ao aluno mudar positivamente; permite a transição para um ambiente de prática baseada em evidência; ensino criativo; promove aprendizagem ativa; é um ambiente de ensino agradável de bom; amplia e diversifica as formas de comunicação entre discentes e docentes; permite a aquisição de novos conteúdos e facilita o aprendizado e a investigação orientada; exige do estudante, acessar, analisar e sintetizar as informações sobre um problema; melhora a aprendizagem clínica; aumenta a compreensão das informações; aumenta o raciocínio; possibilita a prática baseada em evidências; é uma abordagens inovadoras de ensino; possibilita a construção de múltiplas perspectivas; possibilita a crítica e o aprender a pensar em colaboração, debate tribuna e com resolução de problemas;

VI- **projetos de investigação científica** desenvolvidos por docentes do curso;

VII - **práticas didáticas** na forma de monitorias, dramatização, filmes, painel integrativo, jogos criativos, portfólio, demonstrações e exercícios, como parte de disciplinas ou integradas a outras atividades acadêmicas;

VIII - **consultas supervisionadas** em bibliotecas para identificação crítica de fontes relevantes;

IX - **aplicação E avaliação de estratégias, técnicas, recursos e instrumentos da área de Gestão**;

X - **Visitas documentadas** através de relatórios a instituições e locais onde

estejam sendo desenvolvidos trabalhos com a participação de profissionais da área;

XI - **projetos de extensão e eventos de divulgação do conhecimento**, passíveis de avaliação e aprovados pela Instituição;

Também, como opção metodológica para os diversos componentes curriculares que compõem a matriz curricular do Curso de Direito, poderá citar a utilização de pesquisas pontuais voltadas para o aprofundamento e o aperfeiçoamento do conhecimento, assim como para o desenvolvimento de competências e habilidades.

7. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO

7.1. Prática Profissional e/ou Estágio

O Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Direito da Faculdade de São Pauloense – FASP está previsto e descrito no Projeto Político Pedagógico e é entendido como um momento de aprendizagem para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para a formação do futuro advogado.

O Estágio deve promover a relação prática/teoria/prática e ajustando-se aos dispositivos da Lei nº 11.788/2008, que em seu primeiro parágrafo define o Estágio como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior.

A carga horária e a definição do início do Estágio são estabelecidas conforme o disposto nas Diretrizes Curriculares e a RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

> Art. 6º A Prática Jurídica é componente curricular obrigatório, indispensável a consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados próprios, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.
> § 1º É obrigatória a existência, em todas as IES que oferecem o curso de Direito, de um Núcleo de Práticas Jurídicas, ambiente em que se desenvolvem e são coordenadas as atividades de prática jurídica do curso.
> § 2º As IES deverão oferecer atividades de prática jurídica na própria instituição, por meio de atividades de formação profissional e serviços de assistência jurídica sob sua responsabilidade, por ela organizados, desenvolvidos e implantados, que deverão estar estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo seu órgão colegiado competente;
> § 3º A Prática Jurídica de que trata esse artigo deverá ser coordenada pelo Núcleo de Práticas Jurídicas, podendo ser realizada, além de na própria Instituição de Educação Superior:
> I - em departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas;
> II - nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais;
> III - em escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas.
> § 4º. As atividades de Prática Jurídica poderão ser reprogramadas e reorientadas em função do aprendizado teórico-prático gradualmente demonstrado pelo aluno, na forma definida na regulamentação do Núcleo de Práticas Jurídicas, até

> que se possa considera-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica.
> § 5º As práticas jurídicas podem incluir atividades simuladas e reais e estágios supervisionados, nos termos definidos pelo PPC.
> § 6º A regulamentação e o planejamento das atividades de prática jurídica incluirão práticas de resolução consensual de conflitos e práticas de tutela coletiva, bem como a prática do processo judicial eletrônico.

Além das atividades práticas relacionadas ao estágio, os alunos também precisam realizar visitas técnicas a instituições e departamentos como o judiciário, a delegacia de polícia, cartórios extrajudiciais, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil. Tendo em vista a necessidade de conciliar os conteúdos teóricos ministrados com a prática, e perfeitamente integrar-se às diretrizes curriculares estabelecidas pelo curso de Direito, o estágio de supervisão será realizado nas IES por meio do Centro de Prática Jurídica, Gabinete Experimental e Escritório de Advocacia nas IES e em instituições públicas.

É imprescindível, portanto, o estabelecimento de vínculos e de parcerias entre a instituição formadora, espaços minuciosamente escolhidos que recebe os estagiários, o que no curso de Direito se dá por meio de parcerias.

7.1.1 BASE LEGAL

A regulamentação do Estágio do curso de Direito deve atender os dispostos na Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/96) que estabelece a regulamentação para o estágio supervisionado, na Lei nº 11.788/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes de ensino superior e nas normas estabelecidas no regulamento do curso, disponível na IES.

7.1.2 CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Baseado no que prevê a legislação o Estágio Supervisionado é entendido como eixo articulador é concebido como um momento de aprendizagem para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para a formação do futuro Bacharel em Direito colocando, na situação da experiência de exercício profissional, em empresas e organizações que ampliem e fortaleçam suas percepções, atitudes éticas, conhecimentos e competências.

Ele consta de atividades teóricas e práticas exercidas em situações reais de trabalho e são supervisionadas por um professor do curso que encaminhará as orientações para cada turma e disponibilizará o Manual de Estágio para o esclarecimento do discente.

O estágio supervisionado do curso apresenta-se no 7º, 8º, 9º e 10º semestres totalizando uma carga horária de 300 horas e pressupõe a inserção do estagiário em uma situação de realidade e, a atuação participativa em todas as etapas do processo, seja no exercício das atividades técnicas, seja pela participação em outras situações de desenvolvimento. A carga horária total do estágio inclui as horas destinadas ao planejamento, orientação desenvolvimento e avaliação, sendo que 75 horas devem ser cumpridas pelos discentes no 7º semestre, 75 horas no 8º semestre, 75 horas no 9º semestre e 75 horas no 10º semestre.

7.1.3 OBJETIVOS GERAIS

O Estágio Supervisionado de Direito tem como objetivo propiciar aos discentes situações que envolvam a prática do ofício baseado na fundamentação teórica obtida no estudo em sala de aula.

7.1.4 ABRANGÊNCIA

O Estágio Supervisionado Obrigatório é componente curricular, cuja carga horária é requisita para aprovação e obtenção do diploma. São modalidades de Estágio a planejamento, orientação desenvolvimento e avaliação, que devem articular teoria e prática, aproximar e/ou inserir o discente na realidade de sua área de atuação profissional e promover o contato do aluno com o mundo científico.

Essas modalidades de Estágio serão desenvolvidas em etapas, iniciadas conforme estabelece a Matriz Curricular do Curso vigente e de acordo com o previsto no Regulamento de Estágio. São atividades organizadas e desenvolvidas em instituições como Clínica Jurídica do Núcleo de Prática Jurídica da FASP, Escritórios de Advocacia conveniados, Delegacias, Fóruns, Defensorias Públicas, Procuradorias dos entes federados, Ministério Público, além de Departamentos Jurídicos de empresas conveniadas.

7.1.5 SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

O Coordenador de Estágio/ Advogado é escolhido entre o quadro de professores do curso e terá mandato de um ano com direito a recondução. A supervisão do Estágio Supervisionado Obrigatório será exercida por indicação da Coordenação do curso, que é um órgão de disciplinamento, controle, acompanhamento, supervisão geral e avaliação final do Estágio Curricular.

Coordenador de Estágio, que é responsável pelo Estágio, deve pertencer ao quadro de docentes da Faculdade São Paulo – FASP e ser advogado e profissional experiente na área do curso. Ele tem a responsabilidade de divulgar o regulamento do estágio, planejar, controlar e avaliar os estágios, bem como elaborar a organização do estágio e o cronograma de atividades e divulgá-lo e ainda, fornecer aos alunos estagiários, no início do ano letivo, o Manual de Orientações.

A avaliação do estagiário é feita ao final de cada semestre letivo com previsão de Estágio mediante a verificação da efetiva realização das atividades programadas através de relatórios de atividades e supervisão do Orientador de Estágio, atribuindo-se notas a estes instrumentos, de acordo com os critérios de avaliação de aprendizagem da Instituição. Ao final do processo, cabe ao Orientador de Estágio, o apontamento do cumprimento das horas exigidas e das notas atribuídas para o conteúdo jurídico produzido ou, quando for o caso, a menção de Suficiente ou Insuficiente. Considerado insuficiente, se sujeita o aluno à repetição do estágio ou de parte dele, a critério da Comissão de Supervisão de Estágio.

É condição necessária para aprovação, que o discente cumpra a carga horária mínima estabelecida e ações determinadas pelo Regulamento do Estágio Supervisionado, de acordo com os objetivos propostos e as datas previstas, demonstrando conduta compatível com o desempenho da função que irá exercer, especificamente compromisso e ética profissional.

7.2. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

O trabalho de curso é uma atividade acadêmica obrigatória que sistematiza o conhecimento sobre um objeto de estudo relacionado ao curso. Esse pode ser

desenvolvido opcionalmente sob a forma de relatório monográfico ou artigo científico.

Independente da forma de opção, o Trabalho de Conclusão envolve três etapas:

- Formulação de um projeto;
- Desenvolvimento do trabalho escrito na forma de uma investigação científica;
- Apresentação escrita dos resultados

O Trabalho de Conclusão de Curso cumpre a função de catalisar os conhecimentos teórico-práticos construídos ao longo do curso, constituindo-se em análise de um tema ou objeto de estudo a partir destes conhecimentos. A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso consta de dois indicadores: o trabalho escrito, a apresentação oral e a defesa.

O desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é acompanhado pelo orientador escolhido pelo aluno ou indicado pela Coordenação de ouvindo o Coordenador de curso, quando necessário.

Os orientadores formalizam a aceitação dos orientandos por escrito, assinando um Termo de Compromisso de ambas as partes Orientador/Orientando. Individualmente, entregam-no ao Coordenador, que a partir deste documento elabora uma relação de alunos por orientador, mantendo-a atualizada.

Cada orientador disponibiliza um número de horas mensais a serem determinadas pelo colegiado do curso para a orientação, sendo o local, dia do mês e horário, levados ao conhecimento dos respectivos orientandos e das coordenações de curso e de TCC.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é disciplinado em regimento específico.

7.3. Trabalho Integrado Interdiciplinar

O Trabalho Integrado Interdiciplinar de Direito previsto no curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP é caracterizado como uma atividade acadêmica que integra os conhecimentos e habilidades de todas as disciplinas, e consiste no desenvolvimento de um trabalho prático interdisciplinar, a ser apresentado ao final de

cada semestre no curso de Direito. Esta disciplina respeita as características da matriz pedagógica do curso e suas especificidades e é contemplado também como extensão curricular.

O foco do Trabalho Integrado Interdiciplinar de Direito é proporcionar aos discentes um embasamento prático dos conteúdos teóricos adquiridos através dos conteúdos ministrados em sala de aula previstos no Plano de Ensino de cada disciplina.

Trata-se de um trabalho interdisciplinar e em equipe, onde os alunos serão estimulados a verificar a relação entre a teoria e as práticas do mercado. O Trabalho Integrado Interdiciplinar de Direito do curso de Direito apresenta um Regulamento específico, discriminando as normas, atividades didáticas, ementas e bibliografias utilizadas no trabalho interdisciplinar.

7.3.1 OBJETIVO GERAL DO TRABALHO INTEGRADO INTERDICIPLINAR DE DIREITO

Proporcionar aos discentes a oportunidade de desenvolver um trabalho prático interdisciplinar que integre todos os conhecimentos teóricos obtidos em cada disciplina cursada ao longo do semestre do curso de Direito, sendo atividades de extensão com envolvimento da comunidade a qual a instituição está inserida.

7.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO TRABALHO INTEGRADO INTERDICIPLINAR DE DIREITO

- Proporcionar aos discentes a oportunidade de aplicar os conteúdos teóricos adquiridos para resolução de problemas práticos;
- Desenvolver nos alunos habilidades para trabalhar em equipe;
- Proporcionar ao discente a oportunidade de confrontar as teorias estudadas com as práticas profissionais existentes para consolidação de experiência e desempenho positivo aos profissionais;
- Vivenciar as atividades práticas da área de Direito;
- Contribuir para aperfeiçoamento da prática na solução dos problemas cotidianos nos segmentos técnicos, sociais e ambientais;
- Capacitar o discente na elaboração e apresentação de trabalhos,

utilizando metodologias adequadas;

- Contribuir com a formação integral do aluno por meio da inter-relação entre os diversos temas e conteúdos ministrados durante o curso;
- Desenvolver no aluno habilidade de planejamento, organização e disciplina na resolução dos problemas dentro das diversas áreas do conhecimento;
- Despertar no aluno, o interesse para o desenvolvimento de pesquisa;
- Contribuir para a construção do conhecimento coletivo e interdisciplinar;
- Desenvolver competências profissionais – a ética e a solidariedade – melhorando as relações humanas;
- Proporcionar ao estudante competências e habilidades para exercer sua profissão de forma inovadora, competente e ética, pois os conhecimentos adquiridos deixarão de ser vistos de forma isolada, a partir das práticas integrativas do Trabalho Integrado Interdiciplinar.

7.4. Atividades Complementares

As Atividades Complementares constituem-se em componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil profissional, sem que se confundam com estágio curricular. As Atividades Complementares se apresentam como práticas acadêmicas obrigatórias para todo aluno, não permitem dispensa e podem ser desenvolvidas sob múltiplas formas e são consideradas complementares porque compõem a carga horária mínima do curso, somam-se ao currículo, seu cumprimento é considerado requisito indispensável à conclusão do curso e priorizam o aprimoramento pessoal e profissional necessários para o enriquecimento da formação integral do aluno. No curso de Direito é obrigatório a realização de 200 horas a serem entregues até o final da graduação, conforme regulamento específico disponível na IES. São atividades promovidas pelo curso, pela Faculdade de São Paulo - FASP ou por qualquer outra instituição desde que devidamente comprovada, analisada e avaliada pelo curso. As Atividades Complementares contam com o registro específico para o controle e gestão acadêmica, e o acompanhamento é feito pela coordenação de curso, juntamente com o Núcleo de Prárica Jurídica - NPJ e do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão - NEPE da IES.

7.5. Curricularização das Atividades de Extensão

A Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2014) apresenta em seu artigo 3º que (2018, p.1):

> "*A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa."*

Neste processo, a comunidade acadêmica leva conhecimentos e/ou assistência à sociedade, e recebe dela influxos positivos, aprendendo com e com o ganho de conhecimentos relativos às reais necessidades e anseios da população. Dessa forma, há uma troca de saberes, possibilitando assim a participação efetiva do público externo nas questões da Universidade e no resultado de sua produção.

Assim em consonância com a Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 e Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que determina *"... o mínimo 10% do total de horas curriculares exigidos para a graduação de atividades de extensão universitária as quais deverão fazer parte da matriz curricular..."*, os cursos da IES assumem o compromisso com a sociedade e apresentam uma proposta de execução das atividades em consonância com a atual conjuntura social, responsabilizando-se com a formação do profissional cidadão, envolvido e comprometido com os problemas nacionais.

O objetivo principal das atividades de extensão é a troca de saberes, que na perspectiva da comunidade, aproxima conceitos e aprendizados desenvolvidos no ambiente acadêmico para atendimento das demandas do indivíduo, família e comunidade.

Desta forma, a partir da curricularização da extensão o Núcleo Docente Estruturante - NDE do curso de Direito da Faculdade de São Paulo – FASP o

estruturou uma nova matriz de forma sistemática a extensão por meio de sua integração aos conteúdos programáticos dos componentes curriculares, totalizando 420 horas de extensão coordenadas por professores/as do curso, vinculados e contabilizados por meio do acompanhamento realizado pela coordenação de curso, juntamente com o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão - NEPE da IES.

Diante do exposto, a extensão como prática acadêmica interliga a Faculdade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com a sociedade civil e define como política nessa área o desenvolvimento de ações que possibilitem a formação do profissional-cidadão.

Embora os conceitos sobre extensão sejam diversos e existam diferentes propostas para sua prática no mundo universitário, a integração do aprimoramento do saber com o exercício da cidadania parece definir a verdadeira vocação extensionista da IES.

É a extensão que propicia a integração participativa e produtiva da Instituição com a comunidade e permite, por meio dos projetos da educação continuada, de divulgação científica, de ações culturais, artísticas, desportivas, de lazer, de preservação ambiental, comunitárias e de cursos em geral, expandir, transmitir e definir o potencial de conhecimentos acumulados por meio do ensino, da pesquisa e da produção científica.

Na Faculdade de São Paulo - FASP, a extensão se caracteriza pelo desenvolvimento algumas vertentes de ação:

- Cursos;
- Projetos Artístico-Culturais, Esportivos e Comunitários;
- Atividades extracurriculares por semestre;
- Serviços.

A promoção de eventos diferenciados como palestras, debates, minicursos, mesas redondas entre outras, tem sido a forma mais ágil e flexível encontrada pela IES para, proporcionar aos acadêmicos, professores e pesquisadores da instituição o exercício da prática e buscar o aprimoramento dos diferentes segmentos da sociedade.

Assim, essas ações são desenvolvidas por meio de convênios com prefeituras e Empresas, Fóruns, Delegacias, abertura da faculdade para visitação da comunidade, a IES ABERTA, cursos preparatórios de língua portuguesa e matemática

gratuitos para o ENEM, trote solidário com doação de alimentos para entidades carentes, entre outras ações divulgadas pela IES.

No âmbito do curso, pressupõe a formação de um profissional criativo, responsável e transformador, que contribua com a sociedade de forma a torna-la melhor no âmbito humanista, social, econômico e ambiental.

Para tanto, se faz necessário a manutenção do currículo e a formação continuada dos professores, observando-se o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Destaca-se no âmbito do curso atividades com conteúdo de formação humana e atividades transversais que buscam atender e resgatar aos valores humanos dos discente e da sociedade.

Além de contribuir para um ensino pautado no respeito à diversidade e pela inclusão social, buscar melhorar o ensino e o aprendizado dos discentes por meio de estudos em grupos e no núcleo de pesquisas do curso.

As atividades práticas de laboratórios e de campo, bem como as visitas técnicas, as monitorias, os estágios supervisionados, as Atividades Complementares e o Trabalho de Conclusão de também promovem interação do aluno e o a realidade do profissional da Direito.

O curso de Direito também promove política de ensino articulada a práticas de pesquisa e extensão, visto que além da estrutura curricular do curso existe uma preocupação com as ações pedagógicas, de pesquisa e extensionistas.

7.6. Iniciação Científica e Pesquisa

A Faculdade de São Paulo - FASP propõe políticas que incentivam o desenvolvimento da pesquisa em todas as áreas do conhecimento, com vistas ao avanço científico, a promoção da inovação tecnológica, ao intercâmbio e à divulgação científica e tecnológica, contribuindo significativamente para a formação de recursos humanos.

A iniciação científica envolve o aluno com os fundamentos da ciência e com as formas de construção dessa ciência, preparando-o para a futura atuação profissional e, mais do que isso, para uma atuação profissional crítica e autônoma, dando-lhe condições de enfrentar, com maiores chances de sucesso, as novidades

científicas.

A prática pedagógica que possibilita ao aluno, além do conhecimento acumulado de uma área, o acesso ao método de construção desse conhecimento, contribui para a formação de um profissional capaz de identificar um problema de pesquisa, procurando equacioná-lo com instrumentos conceituais adequados e com matrizes teóricas que ajudem a resolvê-lo ou a avançar na sua formulação. O espaço da sala de aula, no entanto, não é o bastante para a formação de alunos que desejam se aprofundar no universo da pesquisa. Condições adicionais são necessárias para iniciar cientificamente os alunos que tenham vocação para a pesquisa, permitindo-lhes participar ativamente em projetos de investigação de docentes.

Nesse sentido, é imprescindível o apoio à iniciação científica para a concretização do projeto acadêmico do IES, propiciando o engajamento do aluno no desenvolvimento de projetos de pesquisa conduzidos por docentes e grupos de pesquisadores experientes. A busca do incentivo à atividade da iniciação científica conduz a uma melhor articulação do grupo de pesquisa, aumenta o impacto do trabalho e o efeito multiplicador dessa atividade, além de diminuir a possibilidade de acomodação institucional, contribuindo para que a sala de aula tenha novo significado enquanto espaço de aprendizagem de habilidades teóricas e práticas e de convivência social eticamente qualificadas.

Além disso, contribui para formar futuros pesquisadores, encaminhar os alunos para programa de pós-graduação e diminuir seu tempo de permanência nesse programa.

No âmbito do curso, os discentes têm desenvolvido projetos de iniciação científica e voltados a preservação e manutenção do meio ambiente como a trilha ecológica.

Sem perder de vista os objetivos que norteiam a formação de profissionais cidadãos, a linha metodológica da Instituição procura formar profissionais capazes do exercício pleno de todas as atribuições que lhe são conferidas pela legislação e pela própria evolução social e tecnológica.

8. APOIO AO DISCENTE

8.1. Núcleo de Apoio ao Discente

O apoio pedagógico ao discente é realizado por meio do Núcleo de Acolhimento, Apoio Discente e Permanência Estudantil, com profissional designado para esta atividade e com o apoio de toda a equipe institucional.

Além do atendimento individualizado o apoio ao discente também é realizado por meio de reuniões regulares com os representantes de classe, que relatam as ocorrências em sala de aula, desde os fatos referentes às questões materiais, como a condição de conservação das salas, ventilação, iluminação e capacidade, até os referentes a problemas didático-pedagógicos, como os procedimentos de avaliação, a metodologia de ensino, a postura do professor. Tal diálogo permite ao coordenador do curso a tomada de decisões. Além disso, há um permanente contato direto da comunidade discente com o coordenador que, dentro da informalidade, poderá colher opiniões sobre o andamento de cada curso.

Para o acompanhamento pedagógico dos discentes são estabelecidas atividades/projetos/programas, visando a dinâmica do processo ensino-aprendizagem, a formação global e a realização profissional do aluno, facilitando, dessa forma, a integração à vida universitária e social.

Procura-se fazer feedback entre as necessidades do aluno e as possibilidades da Faculdade de São Paulo - FASP proporcionando, por meio do planejamento, a expansão dos programas de acompanhamento que visem à adaptação e à permanência do aluno no curso escolhido e na Instituição.

O coordenador do curso também mantém franco e constante diálogo com o órgão de representação estudantil, o qual tem por objetivo implantar ações que tenham por objetivo minimizar as dificuldades encontradas pelos alunos durante o processo ensino-aprendizagem.

Assim, periodicamente serão realizadas reuniões para descrição da realidade, reflexão crítica desta realidade e criação coletiva de propostas para o Curso.

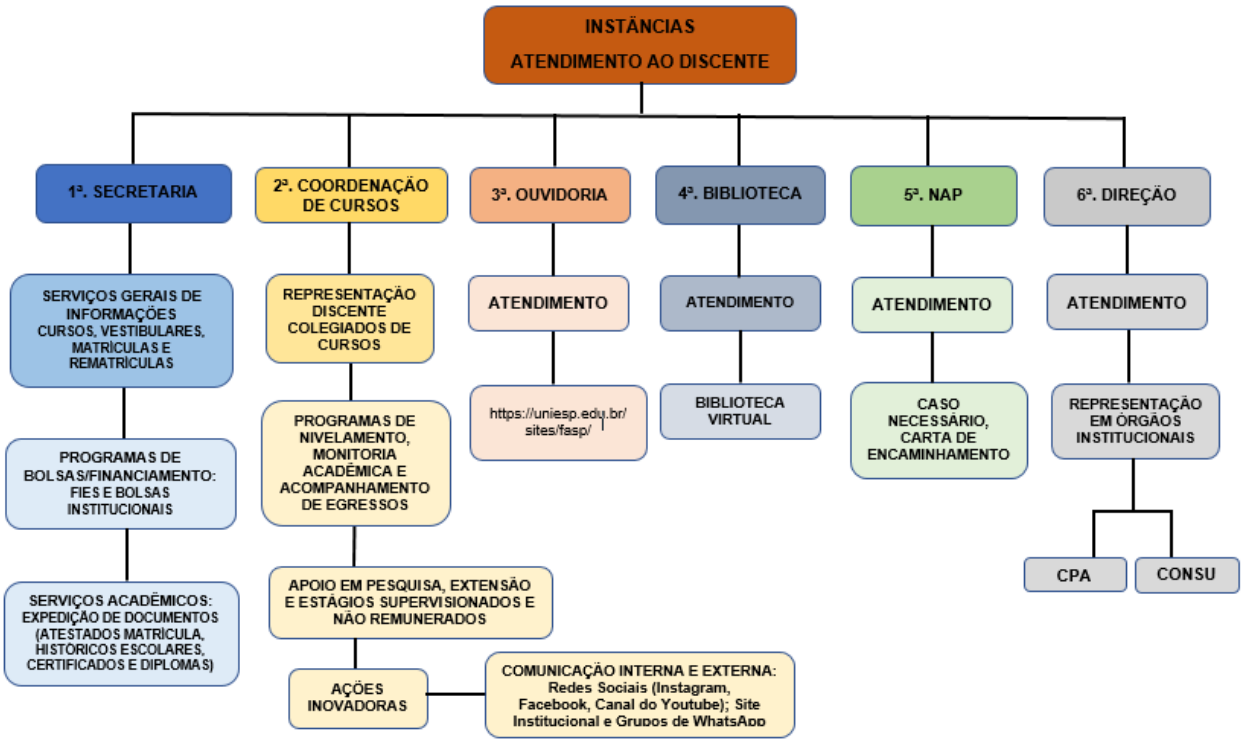
Eventualmente, se necessário, professores, pedagogos ou psicólogos, externos ao curso poderão participar, com o intuito de enriquecer as discussões.

Além disso, os alunos contam com o apoio do Núcleo de Apoio

Psicopedágógico - NAP, cuja atuação está calcada nos seguintes princípios:

- Proporcionar atendimento individual ao aluno, buscando identificar os obstáculos estruturais e funcionais ao pleno desenvolvimento do processo educacional;
- Acompanhar e orientar didaticamente, de modo prioritário, os alunos ingressantes com dificuldades de aprendizagem;
- Estimular o relacionamento produtivo entre professor e aluno;
- Definir o aluno como foco principal do processo ensino-aprendizagem.

FIGURA 6: FLUXOGRAMA DA INSTÂNCIA DE APOIO AO DISCENTE EM TODOS OS SETORES PEDAGÓGICO-ADMINISTRATIVOS



Fonte: Própria

8.2. Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAP

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP, atende a alunos mediante encaminhamento realizado pelo coordenador do curso ou por iniciativa do aluno interessado, objetivando resolver questões especificamente acadêmicas, tais como: problemas de aprendizagem, dificuldades com provas ou questões pontuais de

relacionamentos tangentes a atividade desenvolvida na Faculdade de São Paulo - FASP.

Os atendimentos são realizados individualmente, pelo tempo que for necessário e com a possibilidade de envolvimento familiar nestes e direcionamento profissional quando houver necessidade.

O NAP também acompanha as questões relacionadas a pessoa com deficiência, incluindo a Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Conforme Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012).

Na Faculdade de São Paulo - FASP, o NAP, juntamente com o Comitê de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos, articulados no Plano de Desenvolvimento Institucional, por meio da Politica de Inclusão, a acessibilidade não se limita a permitir que pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida participem de atividades que incluam o uso de produtos, serviços e informações, mas propiciar a inclusão e extensão do uso destes, por todos os segmentos sociais, que garante a participação igualitária de todos na sociedade, independente da classe social, da condição física, da educação, do gênero, da orientação sexual, da etnia, entre outros aspectos.

Assim, no caso das pessoas com deficiência, como das pessoas com Autismo, a IES oferece acessibilidade atitudinal, pedagógica, psicopedagógica, comunicacional, digital, instrumental e metodológica pelos seus colaboradores de cada setor, seja técnico administrativo ou acadêmico.

8.3. Apoio Técnico-Administrativo

A Faculdade de São Paulo - FASP conta com o suporte acadêmico, departamento encarregado da ligação entre os setores oficiais e o Centro Universitário. Atua junto aos cursos, informando e esclarecendo diretores, coordenadores e docentes sobre a legislação em vigor e supervisionando a adequação dos projetos pedagógicos às portarias, resoluções, e legislações do Ministério da Educação.

Esse setor é o orientador acadêmico situado junto a mantenedora atuando de forma online e mantendo um responsável no apoio da unidade.

A IES conta ainda com a Secretaria Acadêmica, onde são concentradas as

informações discentes, atende aos professores recebendo as informações sobre frequência e aproveitamento discente e fornecendo as informações que os Coordenadores e professores possam necessitar.

Cabe à Secretaria orientar os alunos nos assuntos pertinentes à sua vida acadêmica, especialmente no que tange à matrícula, avaliação do rendimento escolar, frequência às aulas, expedição de documentos, etc.

A Coordenação do Curso será sempre o elo entre os discentes e os demais setores administrativos da IES, contando ele com o apoio: do Núcleo de Pesquisa e Extensão, Núcleo de Prática Jurídica, Projetos Sociais, e demais setores.

8.4. Mecanismos de Nivelamento

O Processo Seletivo é o primeiro ato pedagógico da Instituição e, por isso, é visto como um momento de análise diagnóstica do perfil do ingressante. Da mesma forma, a avaliação em sala de aula é vista como um instrumento diagnóstico que aponta e corrige os rumos do processo de ensino e aprendizagem. A partir disso, é planejado o nivelamento dos alunos.

A Faculdade de São Paulo - FASP adota uma série de mecanismos que têm por finalidade superar as deficiências dos alunos ingressantes. De uma maneira geral elas são as seguintes:

- Atividades didáticas preventivas e/ou terapêuticas, presenciais ou não, coordenadas por professores e executadas por alunos monitores ou estagiários de licenciaturas;
- Dedicação para sanar as dificuldades detectadas pelo processo seletivo, em sala de aula, nas disciplinas do primeiro bimestre do semestre letivo;
- Acompanhamento e orientação didática, de moda prioritário, aos alunos ingressantes com dificuldades de aprendizagem;
- Estímulo aos alunos do primeiro período, ingressantes na faculdade, a participarem de eventos promovidos pela Instituição que vislumbrem a integração dos alunos e seu desenvolvimento; e
- Outros que os professores acharem interessantes, desde que aprovados pelo Colegiado de Curso.

A IES conta, ainda com cursos de nivelamentos oferecidos a comunidade interna e externa, nas diversas áreas do conhecimento que são ministrados presencialmente e também à distância, por meio do site da mantenedora, UNIESP S.A.

8.5. Monitoria Acadêmica

O Programa de Monitoria tem por objetivo promover o desenvolvimento dos alunos por meio de diversas atividades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem, tais como o atendimento aos colegas, esclarecendo dúvidas, orientando a realização de exercícios, acompanhando experiências nas aulas práticas, auxiliando em trabalhos de grupo, práticos e experimentais, etc.

A monitoria é exercida por Monitor Voluntário e o mesmo tem a certificação com validade na formação profissional.

8.6. Acompanhamento de Egresso

O Curso de Direito busca manter uma atenção especial voltada a dar atendimento aos alunos egressos, com as seguintes finalidades:

- Proporcionar aos concluintes um acompanhamento especial na etapa final do seu curso;
- Acompanhar e orientar a inserção profissional dos egressos.

O Programa de Atendimento dos Egressos tem como objetivo instituir um canal de integração entre o ex-aluno e o curso.

Os egressos são atendidos, inicialmente, pelo Coordenador do Curso pessoalmente ou por meio de redes sociais ou demais meios eletrônicos, que organiza o cadastramento do ex-aluno, na qual constará um resumo de sua trajetória profissional e suas expectativas futuras.

Cabe ao Coordenador do Curso proporcionar ao egresso o apoio de que necessita para a sua plena inserção profissional e estimulá-lo a continuar participando da vida universitária, transmitindo aos atuais alunos suas experiências após a formatura, participando como autores de artigos para Revistas Científicas da

mantenedora ou em outras do Qualis/CAPES.

Para acompanhamento dos egressos, adotam-se as seguintes ações:

- Manter um contato constante dentro do projeto de Avaliação Institucional, permitindo à IES ter um feedback de suas ações, avaliando seus projetos pedagógicos a partir de seu principal ator – o discente egresso;
- Promover contato permanente com a intenção de criar um banco de empregos e oportunidades, bem como realizar eventos periodicamente reunindo as turmas formadas em eventos sociais esporádicos;
- Participação dos egressos nas jornadas acadêmicas promovidas pelos diferentes cursos de graduação;
- Permitir que o egresso tenha participação nos conselhos da IES como colaborador da comunidade;
- Página na Internet, destinada aos ex-alunos com divulgação de trabalhos, eventos, mensagens, entre outros;
- Estímulo à participação nos eventos sociais, culturais e esportivos da IES;
- Oferta de cursos de educação continuada, em nível de aperfeiçoamento e extensão;
- Propiciar, em conjunto com a mantenedora, que o egresso tenha acesso a todos os convênios que a IES venha a firmar, tanto no aspecto acadêmico como financeiro.

A Faculdade de São Paulo – FASP ainda, irá apoiar seu egresso com o programa de Assistência ao egresso. Os egressos regularmente inscritos nos Quadros da Ordem dos Advogados do Brasil como advogados podem aderir a este programa e fazer uso da sala de atendimento, computadores, internet e mobiliários do Núcleo de Prática Jurídica - NPJ da IES.

8.7. Ouvidoria

A Ouvidoria da Faculdade de São Paulo - FASP, representada por um ouvidor, é o órgão de otimização da comunicação e aperfeiçoamento dos padrões e mecanismos de transparência, eficiência, segurança e controle dos serviços prestados no âmbito de suas unidades, e tem como objetivos:

- Assessorar a Direção Geral da IES quanto aos itens de maior incidência ou de maior relevância, com o fim precípuo de reestruturação de ações e procedimentos para toda a comunidade acadêmica;
- Orientar a comunidade acadêmica em relação à utilização da Ouvidoria;
- Identificar suas instâncias e forma de resolução e orientação das necessidades de docentes e discentes;
- Permitir a participação efetiva da comunidade, tendo em vista a melhoria das condutas acadêmicas e administrativas.

8.8. Bolsas de Estudos e Financiamento Estudantil

É disponibilizado aos alunos diferentes programas de bolsas de estudos. É política institucional oferecer ao discente, bolsas de estudos por meio de Projetos Sociais que na verdade concentram programas facilitadores para o acesso de jovens e adultos carentes ao ensino superior e assim atender a missão da IES.

Também é realizado semestralmente um concurso de Bolsas de Estudo com diferentes percentuais, inclusive integrais.

Uma grande parcela de seus alunos são trabalhadores, por vezes braçais que não dispõem de todos os recursos necessários para arcar com o pagamento integral das semestralidades, para tanto, na tentativa de ampliar o elenco de programas por meio de parcerias com os governos Federal e Estadual (PROUNI e Escola da Família), ainda há a possibilidade de financiar os seus estudos, por meio do FIES, conforme apresentado e/ou proposto no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI.

8.9. Apoio à Participação em Eventos

A Faculdade de São Paulo - FASP assume como política institucional apoiar os alunos para que participem de eventos que possam contribuir para a atualização e aperfeiçoamento de sua formação. Este apoio é realizado na forma de facilitador de transporte aos alunos para eventos, visitas, dentre outros, além de incentivos para publicação de artigos científicos, elaboração de jornais e murais didático-pedagógicos, congressos, seminários, encontros e outras atividades voltadas para a formação mais adequada e atual dos alunos.

Além disso, a organização curricular possibilita a realização de eventos dentro da própria Instituição, bem como a participação dos alunos em atividades extraclasse, objetivando a transdisciplinaridade.

8.10. Apoio a Estágios não Obrigatórios

A Faculdade de São Paulo - FASP entende a relação teoria-prática como eixo articulador da produção do conhecimento na dinâmica do currículo, presente desde o primeiro ano do curso, mediante projetos e atividades práticas incluídas na carga horária das diferentes disciplinas que compõem a matriz curricular. A prática profissional constitui-se em espaço de integração teoria-prática curricular, sendo um instrumento de aproximação do aluno à realidade social e ao mundo do trabalho.

O Estágio quando elencado na matriz curricular, tem caráter técnico, social, cultural e atitudinal, que proporciona a aplicabilidade de conhecimentos teóricos, por meio da vivência em situações reais da futura profissão. Além disto, possibilita o primeiro contato com sua futura profissão e, portanto, é uma atividade fundamental, por ser capaz de otimizar a profissionalização do estudante, permitindo o estabelecimento de canal retro-alimentador entre a IES e a comunidade, na busca constante da moderna tecnologia, aumentando o desenvolvimento técnico-científico de que a sociedade carece e exige.

Como oportunidade diferenciada de integralização e enriquecimento do currículo do curso, destaca-se a possibilidade dos alunos realizarem estágios extracurriculares. Estes estágios quando elencado na matriz curricular, poderão ser realizados em instituições conveniadas com a FASP sob supervisão de um responsável. A prática de estágios, também é utilizada, objetivando oportunizar aos discentes condições de enriquecimento e promoção da melhoria do processo ensino-aprendizagem.

É compreendida como um princípio de aprendizagem que possibilite que o estudante seja capaz de aplicar os conteúdos aprendidos em situações reais, com autonomia. Nesse sentido, é previsto o estágio curricular supervisionado, obrigatório ou não obrigatório, atividade considerada como dimensão indissociável do processo de formação do estudante, assegurada pela relação entre docentes e discentes na orientação do estágio, pela articulação com a política de estágio da IES e pelo intercâmbio entre unidades acadêmicas e os espaços do mercado de trabalho.

Nesse sentido, o discente recebe apoio institucional, à medida que a instituição

mantem diversos convênios com Instituições públicas e privadas, abrindo oportunidades para a colocação dos discentes em estágios, que obrigatórios, ou não, serão supervisionados por docente do curso e seguirão os demais tramites legais previstos incluindo a normatização pelo regulamento do estágio institucionalizado. O estágio não obrigatório pode ser absorvido em horas de atividades complementares.

A instituição oferece ainda o serviço de informações de vagas para estágios em empresas conveniadas. Através do coordenador de estágios, o aluno obtém a informação, e assim, promove o apoio aos alunos no encaminhamento, no acompanhamento e na orientação ao mercado de trabalho, a fim de que obtenham o melhor desempenho profissional.

9. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

9.1. Autoavaliação do Curso

A Faculdade de São Paulo - FASP possui um Sistema de Avaliação Institucional que prevê princípios, procedimentos e critérios das dimensões relevantes do processo de ensino-aprendizagem, do processo de gestão, da avaliação de desempenho de funcionários e docentes, embasado em duas lógicas: processo de avaliação interno que contará com a participação de toda a comunidade acadêmica e; processo de avaliação externa por meio de indicadores de avaliação institucionalizados pelo MEC, além da opinião regular e periódica de uma comissão de especialistas em Gestão Acadêmica. Os desdobramentos institucionais advindos desta proposta são discutidos e aprovados por conselhos competentes que tratam dos seguintes aspectos:

- Organização didático-pedagógica: administração acadêmica, projeto do curso, atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação;
- Corpo docente: formação acadêmica e profissional, condições de trabalho; atuação e desempenho acadêmico e profissional;
- Infraestrutura: instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos.

No contexto do curso de Direito, este avalia o seu projeto de curso valendo-se de dispositivos variados e uma das formas de avaliação é através da Comissão Própria de Avaliação - CPA que por meio de relatórios preenchidos pelos alunos avaliam seus docentes desde assiduidade, didática, domínio de conteúdos, ética, entre outros pontos que podem ser positivos ou frageis.

O objetivo destas avaliações é promover transformações sociais dentro do ambiente da faculdade tornando possível e harmoniosa a relação entre alunos e professores, bem como promover transformações no sentido da melhoria na qualidade do ensino.

Outra maneira de avaliação é feita a partir de reuniões de professores, com o colegiado de curso e representante de discentes, com o NDE, o acompanhamento da execução do plano de ensino pelos docentes e pela análise de índices numéricos referentes ao curso (retenção, evasão, inadimplência e reprovação).

O NDE acompanha os professores, contribui para o desenvolvimento do

Projeto Pedagógico trocando informações e experiências com os professores e a coordenação do curso com o intuito de chegar a um denominador comum e, dessa forma ir de encontro com a proposta do projeto e atingir os objetivos do curso.

Os alunos representantes de turma mantêm um contato constante com a coordenação e professores representantes do colegiado de curso fazendo com que os problemas e dificuldades dos alunos possam ser acompanhados e atendidos em tempo hábil.

A autoavaliação do curso de Direito também se dá pela análise do desempenho didático dos docentes e acadêmicos dos discentes, visando à identificação de problemas, das mudanças necessárias e das inovações exigidas pelo curso e pelo mercado de trabalho.

Os representantes do curso de Direito entendem que a autoavaliação no ensino superior é de fundamental importância uma vez que ela busca o aperfeiçoamento e sustenta a instituição frente às mudanças e não deve ser encarada como uma forma punitiva e sim um incentivo para o processo de tomada de decisões que visem garantir a equidade e eficácia do ensino. Nesse sentido, e partindo do pressuposto de que a autoavaliação é um indutor de melhoria da qualidade da educação a comunidade acadêmica será conscientizada de que esta deve ser coletiva e participativa.

9.1.1 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA IES E DOS CURSOS

A Autoavaliação Institucional é realizada por meio de sua Comissão Própria de Avaliação - CPA, Órgão independente, responsável pelo planejamento e organização da avaliação institucional. Anualmente, é realizada a autoavaliação institucional com a participação dos alunos, docentes, coordenadores e funcionários, que, por meio de um questionário eletrônico, avaliam: atendimento, coordenação, infraestrutura e docentes.

Ao término de cada período de avaliação, a CPA repassa aos gestores e aos demais membros da comunidade acadêmica o relatório final com os pontos positivos e negativos levantados, assim como sugestões de ações a serem desenvolvidas, para que os gestores da IES possam planejar suas atividades e subsidiar decisões diárias em todas as dimensões que compõem o PDI. Destaca-se o envolvimento constante da CPA durante todo o ano letivo, participando ativamente na ouvidoria eletrônica e

no acompanhamento das atividades e cobrando a realização das mesmas.

A Faculdade de São Paulo - FASP busca desde o início de suas atividades a melhoria contínua através da Autoavaliação, visando o aprimoramento e o crescimento como IES, alicerçando-se em bases concretas de modo a oferecer à comunidade de São Paulo e região um ensino superior com qualidade.

Os princípios estabelecidos para o desenvolvimento da CPA são:

- responsabilidade e comprometimento com a melhoria da qualidade da IES;
- respeito à missão e história da faculdade, respeitando suas individualidades;
- globalidade de instrumentos e métodos; a adesão voluntária e sigilo dos participantes; e principalmente, a autonomia em relação à direção da faculdade e o foco no processo formativo e não punitivo.

Objetivos da CPA

- Diagnosticar e produzir conhecimento sobre as fragilidades e potencialidades da Faculdade de São Paulo - FASP em sua totalidade, de maneira cíclica e contínua, com a cooperação de toda a comunidade acadêmica e administrativa;
- Levar a comunidade acadêmica à reflexão sobre o seu papel na relação instituição-aluno-professor;
- Cooperar na produção do Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do processo avaliativo (interno e externo) da Instituição;
- Propiciar elementos que favoreçam a orientação das ações estratégicas e operacionais a fim de subsidiar o desenvolvimento da instituição e a melhoria na qualidade do ensino oferecido.

Metodologia da CPA

- Desenvolvimento de Material de Apoio para sensibilização da comunidade acadêmica e administrativa;
- Promoção de palestras e discussões sobre a importância da Autoavaliação, com o uso de material de apoio/apresentação, mídia eletrônica e impressa;
- Aplicação de Questionários por meio de Ambiente Virtual;
- Elaboração do Relatório da CPA, com os resultados obtidos por meio dos questionários, com gráficos percentuais de resultados por dimensão

avaliada;

- Possibilidade de sugestão de melhorias a serem implantadas na IES;
- Promoção de reuniões com grupos de docentes, direção e técnicos-administrativos para apresentação e discussão do relatório da CPA e consequentemente, as possíveis ações a serem implantadas na IES;
- Apresentação de Resultados à comunidade acadêmica.

Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação

Os resultados obtidos decorrentes das avaliações são levados aos NDEs e colegiados de cada curso. Os resultados positivos são divulgados para expandir e refletir a busca pela melhoria contínua em todos os campos. Já os resultados negativos são discutidos de modo a determinar as causas e o tratamento das mesmas a fim de eliminar as causas de problemas observados nas diversas formas de avaliação, tendo em vista a correção, melhoria, inclusão ou reformulação do PPC, quando for o caso.

Nos casos de avaliação docente, o professor que por ventura apresentar avaliação negativa é encaminhado para o núcleo de apoio pedagógico para orientação, capacitação, e treinamento em didática docente e, em caso de reincidência, poderá ser substituído.

No que se referi à estrutura física, sejam, salas de aula, laboratórios, cantinas, espaços de lazer e convivência, as reivindicações com embasamento e fundamentação, são analisadas pelas coordenações, NDEs e colegiados de cursos e tratadas diretamente com a direção da IES.

As decisões necessárias são sempre tomadas em decorrência dos resultados obtidos nas avaliações efetuadas.

9.1.2 AVALIAÇÕES EXTERNAS DO CURSO

Além da autoavaliação, o resultado das avaliações externas, principalmente o desempenho discente no ENADE deverão direcionar as ações institucionais para a consolidação do curso. A análise dos resultados no Exame Nacional de Cursos fornece subsídios para identificar as eventuais fragilidades no processo de ensino e aprendizagem e deverão desencadear ações reparadoras, como a alteração do conteúdo programático, realocação de docentes, adoção de novos métodos de ensino

e o que mais for necessário.

Pensando nessas fragilidades e observadas as dificuldades apresentadas pelos discentes quanto a realização ENADE, a coordenação de vem discutindo e pensando com o colegiado, medidas de ações reparadoras, tais como o acompanhamento dos alunos com reuniões de orientações quanto a relevância do resultado do Enade e a importância do preenchimento do questionário. O curso, ainda tem criado e divulgado ações para minimizar e trabalhar as dificuldades apresentada pelos alunos e para contribuir para uma avaliação efetiva e comprometida com a formação dos profissionais. Com foco nos bons resultados e na melhoria do ensino-aprendizagem a coordenação e os docentes do curso tem discutido e pensado sistematicamente na metodologia e buscado a constante melhoria no currículo do curso.

9.1.3 AVALIAÇÃO ENSINO X APRENDIZAGEM

O sistema de avaliação do ensino-aprendizagem consta no Regimento Geral da Faculdade de São Paulo - FASP.

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplinas, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento escolar. A frequência às aulas e demais atividades escolares soa obrigatórias e permitidas apenas aos alunos matriculados. Independente dos demais resultados obtidos é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtiver frequência de, no mínimo de 75% das aulas e demais atividades realizadas e a verificação e o registro de frequência são de responsabilidade do professor e seu controle da secretaria acadêmica.

O aluno poderá requerer junto à secretaria acadêmica, nos prazos fixados no calendário escolar, a realização de prova repositiva, a fim de concluir uma das avaliações componentes da média semestral que não tenha sido avaliado.

O aluno convocado para integrar o Conselho de Sentença em Tribunal do Júri, prestar serviço Militar obrigatório ou Serviço da Justiça Eleitoral, assim como o portador de doenças infectocontagiosas e gestantes têm direito a atendimento especial na forma da legislação em vigor.

A aferição do rendimento escolar de cada disciplina é feita através de notas inteiras de 0 (zero) a 10 (dez), permitindo-se a fração de 0,5 (cinco décimos) e o aproveitamento escolar é avaliado pelo acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nas provas, trabalhos, exercícios escolares e outros e, caso

necessário, no exame final.

Dentre os trabalhos escolares de aplicação, há pelo menos uma nova avaliação, tais como: projetos, seminários, pesquisas bibliográficas e de campo, relatórios cujos resultados podem culminar com atribuição de uma nota representativa de cada avaliação bimestral.

Em qualquer disciplina, os alunos que obtiverem média semestral de aprovação igual ou superior a 7 (sete) e frequência igual ou superior a 75% são considerados aprovados.

É promovido ao semestre seguinte, o aluno aprovado em todas as disciplinas do período cursado, admitindo-se ainda a promoção com dependência de até três disciplinas no semestre.

O exame final será aplicado ao aluno que obtiver média semestral inferior a 7, e não inferior a 3. O resultado final não poderá ser inferior a cinco, correspondendo ao cálculo aritmético entre a média semestral e a nota do exame final.

O aluno que obtiver média semestral menor que 3 ou média final menor que 5 será reprovado.

9.2. Número de Vagas

O número de vagas implantadas visa corresponder, com qualidade, à dimensão do corpo docente, tutorial e às condições de infraestrutura da Faculdade de São Paulo - FASP. O curso de Direito possui 100 vagas anuais, com regime de matrícula seriado semestral. O número de vagas para o curso foi fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos e em pesquisas com o mercado de trabalho e, com a comunidade acadêmica, que demonstra sua adequação à dimensão do corpo docente, tutorial e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino, pesquisa e extensão. A Faculdade de São Paulo - FASP observou as particularidades, as especificidades e o Mercado de Trabalho do município de São Paulo e região, elencando pontos que contemplem ao Egresso, no final do curso, as habilidades e as competências específicas de sua região de inserção.

10. TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TICS

Com a acessibilidade comunicacional se elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital). Um dos exemplos de acessibilidade nas comunicações é a presença de interprete na sala de aula em consonância com a Lei de libras e Decreto de Acessibilidade. Na Faculdade de São Paulo - FASP, o interprete é contratado, conforme as necessidades do aluno.

Acessibilidade Digital é o direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acessos físicos, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos. Evidencia-se a existência dessa acessibilidade quando a IES possui acervos bibliográficos dos cursos em formato acessível ao estudante com deficiência (prioritariamente os de leitura obrigatória) e utiliza diferentes recursos e ajudas técnicas para que o estudante tenha acesso a informação e ao conhecimento independentemente de sua deficiência. Na IES está disponível aos discentes, docentes e técnicos administrativos, sistema operacional que permite que pessoas cegas utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo, assim um nível alto de independência no estudo e no trabalho. Biblioteca Virtual (E-Livro): Acessibilidade em voz alta (escutar o livro em voz alta), configurando a velocidade, o volume e a voz (idioma). Modo de exibição noturna. Prodeaf tradutor ou similar (Traduza frases e palavras de português para Língua Brasileira de Sinais - Libras).

Obedecidas às regras fixadas no Regimento Geral da Faculdade de São Paulo - FASP, confere-se ao docente a autonomia de estabelecer, de acordo com o programa e as características da disciplina, os métodos e instrumentos de avaliação, a saber: provas teóricas, provas práticas, realização e apresentação de trabalhos, seminários, avaliação do grau de participação. Os resultados obtidos nessas avaliações, e também o resultado obtido no ENADE, são discutidos, sistematicamente pelos docentes e pela coordenação do curso, permitindo reavaliação da metodologia, na busca da constante de melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Utilizando-se de tecnologias de informação e comunicação o processo de ensino é potencializado, possibilitando aos alunos relacionar trocando informações simultâneas, experiências e tendo uma comunicação imediata. Assim, temos a

oportunidade de rompermos barreiras com a sala de aula, integrando o aluno à comunidade e sociedade de informação.

Além disso, considerando a interação humana mediada pela linguagem, objeto de estudo do curso de Letras, ganha destaque a investigação de textos que circulam pela Internet, assim, em todas as aulas de análise linguística, faz-se presente o uso das TICs como veículos criadores de suportes para a diversidade textual no ciberespaço.

O computador, que é um equipamento de uso individual e simultâneo possui a seguinte relação equipamento/aluno que atende a necessidade dos alunos. A Faculdade de São Paulo - FASP possui laboratórios de informática com máquinas e equipamentos, disponíveis para aulas práticas, com softwares específicos e utilização livre para pesquisas.

No processo ensino-aprendizagem, os alunos se familiarizam com o uso das ferramentas computacionais, adquirem habilidades e técnicas de desenho técnico, como aumento o conhecimento em específico da área.

O mundo atual passa por uma revolução tecnológica muito grande levando todos à busca constante por atualização nesse campo, por isso temos a considerar que todas as possibilidades que a Instituição tiver de inovar e se revestir de uma melhor estrutura tecnológica a ser disponibilizada, será feita, pois hoje, essa abertura de universos e oportunidades de acesso deve ser oferecida a todos os alunos indistintamente.

A Faculdade de São Paulo - FASP também possui setores de atendimento específicos que facilitam e oportunizam o desenvolvimento acadêmico do aluno, tais como:

- Acesso à biblioteca através da Internet e pesquisa local informatizada;
- Acesso à laboratórios de computação com internet;
- Acesso à rede wireless;
- Acesso ao boletim de controle de notas e faltas pela internet;
- Mecanismos de nivelamento para inclusão digital, formação pessoal e conhecimentos básicos.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) adotadas no ensino garantem a execução do Projeto Pedagógico do Curso de Direito, acessibilidade digital e comunicacional, interatividade docente-discente, acesso a materiais a qualquer hora e lugar, além de experiências diferenciadas de aprendizagem.

A Faculdade de São Paulo - FASP disponibiliza recursos de informática na biblioteca, laboratórios, salas de professores, coordenação, NDE, núcleo de mídia e espaços multidisciplinares. A instituição incentiva a incorporação de novas tecnologias ao ensino, promovendo inovações nos cursos. Diversas áreas comuns possuem acesso wireless para estudantes.

A IES incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos.

O ensino utiliza TICs, como multimídia para imagens de qualidade, aplicativos, TV/DVD e som, facilitando a integração de dados e ampliando o acesso à informação. As tecnologias incluem:

- Internet para pesquisas acadêmicas e elaboração de trabalhos;
- Comunicação por e-mail institucional e salas virtuais para troca de informações;
- Pacotes de aplicativos (editor de texto, planilhas, slides, simuladores) para professores e alunos;
- Softwares específicos para disciplinas dos diferentes cursos;
- Vídeos e imagens; QR Codes
- Simulações para experiências interativas e pesquisas;
- TV digital, periódicos eletrônicos, mural de avisos, biblioteca virtual e AVA.

A Faculdade de São Paulo - FASP incentiva a participação de docentes em eventos sobre tecnologia e acessibilidade no ensino. A acessibilidade metodológica inclui flexibilização curricular, enquanto a acessibilidade comunicacional prevê Língua de Sinais, textos em Braille e ampliados, além de leitores de tela. A acessibilidade digital elimina barreiras tecnológicas e oferece conteúdos em formatos alternativos.

Dentre as ferramentas de acessibilidade, A Faculdade de São Paulo - FASP disponibiliza tais como:

- DOSVOX – sistema para deficientes visuais, com síntese de voz para uso independente no estudo e trabalho;
- ProDeaf Móvel – aplicativo tradutor de Português para Libras, com dicionário offline e avatar em 3D.
- Biblioteca Virtual: Acessibilidade em voz alta (escutar o livro em voz alta, configurando a velocidade, o volume e a voz (idioma); e Modo de exibição noturna.

A pandemia impulsionou o uso de ferramentas virtuais, que foram mantidas para suporte acadêmico, permitindo organização de atividades, prazos e

comunicação eficiente entre professores e alunos via aplicativos como WhatsApp.

Atualmente busca discutir o uso da Inteligência Artificial no meio Acadêmico, por meio de cursos, palestras, treinamento, considerando este novo recurso, as potencialidades e as dúvidas a respeito do mesmo.

11. ATIVIDADES DE TUTORIA

Como integrante da equipe acadêmica dos cursos, o tutor cumpre papel estratégico em todas as atividades do curso. As atribuições do tutor não se limitam ao acompanhamento das atividades dos alunos no AVA, mas o de verdadeiro mediador do processo de ensino, uma vez que ele é a pessoa que o aluno toma como referência na condução do seu processo de aprendizagem. É o tutor que faz a mediação entre os conteúdos propostos pelos professores autores e as atividades realizadas pelos alunos, dando vida ao curso e aos princípios definidos no PPC.

O papel principal do tutor é o de conscientizar permanentemente o aluno de que ele estuda para seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional. Para desenvolver essa consciência, o tutor deve motivar o aluno a agir de forma responsável pelo cumprimento das atividades de ensino, devendo manter-se atento aos prazos e tempos de dedicação aos estudos e à pesquisa.

No dia a dia dos cursos, o tutor atende os alunos no AVA e interage com eles, tanto por meio dos fóruns, chats, como também por e-mail. Por meio dessas diferentes ferramentas, o tutor deve dar o devido suporte ao aluno, respondendo continuamente às suas dúvidas, propondo atividades, acompanhando e comentando as produções desenvolvidas no decorrer das aulas. Para questões relativas ao conteúdo dos temas abordados em aulas, o tutor contará com o apoio dos supervisores das respectivas áreas.

O tutor é responsável pela condução das dinâmicas de integração dos conteúdos, organização, mediação e orientação dos alunos na produção de textos coletivos e projetos integradores e/ou complementares às disciplinas em desenvolvimento. Nos fóruns temáticos, participa da elaboração das atividades e dos debates sobre questões pertinentes às temáticas em discussão, colaborando para que o aluno esclareça dúvidas, organize e sistematize informações e conhecimentos acerca do tema em estudo.

11.1. Conhecimentos, Habilidades e Atitudes Necessárias às Atividades de Tutoria

O tutor a distância é um docente com formação acadêmica compatível com o

Plano de Ensino da disciplina ao qual está vinculado, sendo a titulação mínima de especialista, e que possui domínio das técnicas indicadas para o desenvolvimento da ação docente nesta modalidade de ensino.

É um ator importante e indispensável na rede de comunicação que vincula os alunos às disciplinas e à Instituição de Ensino, pois, além de manter a motivação dos alunos, possibilita a retroalimentação acadêmica e pedagógica do processo educativo.

O papel do tutor a distância é imprescindível para transmitir ao aluno segurança de que ele não está só em seu processo de aprendizagem. Dentro de uma abordagem na qual o aprendiz é o agente do processo de aquisição e reconstrução do conhecimento, esse docente é o orientador, instigador, aquele que vai levar os alunos ao trabalho cooperativo e colaborativo. É também aquele que potencializa o diálogo, a troca de conhecimento e oportunizando a produção coletiva dos discentes.

O corpo de tutores da Faculdade de São Paulo - FASP do Curso de Direito é formado:

Tabela 6: TUTORES

Tutor On-line	Experiência com Tutoria	Titulação	Formação
Bruno Lessa Meirelles	14 Anos	Doutor	Graduação e Administração / Mestrado em Administração de Empresas / Doutor em Administração
Fernanda Garcia Scrocchio Lourenção	2 Anos	Especialista	Graduação em Letras e Pedagogia / Especialização em Gestão Escolar
Gustavo Celestino Martins	18 Anos	Doutor	Graduação em Educação Física / Graduação em Pedagogia / Especialização em Fisiologia do Exercício e Treinamento Desportivo / Mestrado em Educação Física / Doutorado em Ciências do Movimento Humano
José Carlos Trinca Zanetti	14 anos	Mestre	Graduação em Direito / Mestrado em Direitos Coletivos e Cidadania
Juliana da Costa Pereira	5 Anos	Especialista	Graduação em Letras, Pedagogia / Especialização em Libras / Especialista em Educação Inclusiva / Especialista em Atendimento Educacional Especializado / Especialização em

			neuroaprendizagem.
Leonardo Ramos de Oliveira Campanini	11 Anos	Especialista	Graduação em Gestão de Recursos Humanos e Psicologia / Especialização em Gestão em Pessoas / Especialização Educação a Distância / Especialização em Saúde Mental, Psicopatologia e Atenção Psicossocial / Especialização em Terapia Cognitivo Comportamental
Marcela Fernanda Tomé de Oliveira	9 Anos	Mestre	Graduação em Psicologia / Mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias
Regina Dinamar do Nascimento Silva	6 Anos	Mestre	Graduação em Licenciatura em Educação Artística. Habilitação em Artes Plásticas / Especialização em Dança e Consciência Corporal / Especialização em Psicopedagogia / Mestrado em Artes
Sônia Aparecida Santiago	5 Anos	Doutora	Graduação em Ciências Biológicas e Pedagogia / Especialização em Gestão Ambiental / Especialização em Psicopedagogia / Especialização em Gestão Escolar / Mestrado em Biologia Molecular e Morfofuncional / Doutorado em Biologia Celular e Estrutural

Fonte: Própria

11.2. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é o sistema que propicia o ambiente similar à sala de aula aos alunos. Neste ambiente virtual além do conteúdo das aulas (vídeo aulas e demais objetos instrucionais), são disponibilizadas ferramentas de avaliação e interação do processo de ensino. O AVA utilizado pela Faculdade de São Paulo - FASP está estruturado onde os sistemas possuem ações de integração que permitem que as informações sejam compartilhadas para que a gestão acadêmica seja desenvolvida, apresentando ferramentas específicas para a implementação de conteúdo, administração, organização e avaliação somativa e

formativa, garantindo a oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância. Trata-se de uma plataforma que possibilita a criação e administração de cursos na Web, sendo utilizada pela IES a partir do conceito socio construtivista, pautada na construção de conhecimentos em grupos sociais de maneira colaborativa e significativa. O ambiente apresenta recursos para a implementação de conteúdo, administração, organização, comunicação e avaliação.

Nesse ambiente, o aluno terá acesso a todas as ferramentas necessárias para baixar conteúdo, estudar, realizar atividades, interagir com os colegas e tirar as dúvidas e se comunicar com o seu tutor. A Plataforma de Educação a Distância utilizada pela Faculdade de São Paulo - FASP foi projetada para atender os cursos ofertados pela IES dentro do alto padrão de funcionalidade e qualidade em tecnologia, bem como o uso de softwares e objetos de aprendizagem compatíveis com a realidade e necessidade de cada curso. A plataforma integra-se ao Sistema Acadêmico, Moodle, que é responsável pelo processo de registro de notas, sendo o lugar para operacionalizar os cursos e transferir os resultados acadêmicos. Para a construção do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) foi levado em consideração os diversos dispositivos disponíveis aos usuários, logo apresenta um layout responsivo, onde os elementos se organizam para uma melhor usabilidade e navegabilidade. Após apresentação de login e senha previamente fornecidos, o aluno matriculado terá acesso livre aos mecanismos de comunicação institucional que visa ajudá-lo a compreender e refletir sobre o conhecimento, em ambiente de comunicação permanentemente aberto, no qual poderá se comunicar e interagir com seus colegas. Para isso, o aluno conta com alguns recursos para conhecer a plataforma de ensino e ter um maior aproveitamento de tudo o que estará ao seu alcance durante todo o andamento do curso. Ele terá acesso a inovações em tecnologias educacionais, bem como, recursos de organização, informação e comunicação. Os recursos utilizados na construção da disciplina foram concebidos levando-se em consideração uma avaliação formativa.

- Recursos e Materiais Instrucionais: A estratégia de ensino e aprendizagem adotada privilegia a construção do conhecimento pelo aluno, portanto, ela contempla situações que promovem a reflexão, produção, troca de experiência e a aprendizagem autônoma e colaborativa. O ambiente online apresenta os seguintes recursos:

Devices: Plataforma Moodle, idealizada com objetivo de ser um instrumento de democratização no ensino, disponibiliza acesso via computadores, tablets e

celulares - IOS e Android.

- Recursos de Ambientação: Painel do Curso: permite uma visão de todos os recursos disponibilizados ao aluno para auxiliar seu momento inicial junto ao Moodle.

Tutoriais (vídeos de apresentação): apresenta os elementos estruturantes do curso – tecnológicos e pedagógicos. Informações sobre acesso aos recursos, navegação no ambiente virtual e comunicação no AVA. Caso surjam dúvidas tecnológicas ao longo do curso, é possível contatar o suporte tecnológico.

- Recursos instrucionais de organização, informação e comunicação:

Tutoriais: espaço destinado para respostas de dúvidas comuns sobre acesso, acessibilidade, atualização de perfil, painel, envio de mensagens, disciplinas, exercícios, notas e secretaria. Perfil do Aluno: área do Moodle onde o aluno, de forma optativa, compartilha seus dados - nome, e-mail, cidade - com demais colegas, fazendo parte da rede social desta (Minha Turma).

Calendário Acadêmico: sugestão de como organizar sua agenda para um melhor aproveitamento. Apresentamos as atividades na ótica anual, semestral e mensal.

Mural de Avisos e Notícias: espaço para comunicados variados da coordenação do curso, docentes e técnicos-administrativos ao aluno.

- Recursos contemplados nas Unidades de Aprendizagem:

Apresentação (Boas-Vindas): o Diretor Geral se apresenta e dá as boas-vindas aos alunos, apresenta o objetivo geral do curso, sua estrutura, a importância para a atividade profissional individual. Também traz uma breve introdução sobre os conteúdos abordados e os objetivos de aprendizagem.

Vídeo Aula: apresenta a visão do professor sobre o conteúdo levando em consideração suas vivências e experiências, para que o aluno tenha uma visão diferente sobre o conteúdo.

Fórum de Dúvidas: canal de comunicação entre Professor-Aluno, Professor/Tutor-Aluno, para que dúvidas relacionadas ao tema exposto na aula sejam sanadas. O tempo de resposta previsto para atendimento da demanda originada do aluno é de até 24 horas.

Plano de Aula: apresenta mediante este instrumento o conteúdo programático que se pretende executar na aula, de forma detalhada, assim como informações acerca de bibliografia sobre o tema.

Leitura Complementar: apresentamos conteúdo de livros - material de base

conceitual, com linguagem dialógica e recursos visuais, atendendo os objetivos de aprendizagem previstos para a Unidade; material complementar vinculados ao tema apresentado na aula - revistas eletrônicas, artigos etc.

Exercícios de Fixação: questões de múltipla escolha para avaliar se as competências propostas nos objetivos de aprendizagem foram atingidas pelo aluno.

Bloco de Anotações: permite ao aluno simultaneamente assistir à aula e fazer suas anotações em bloco de notas no Moodle, que posteriormente pode ser impresso ou baixado em formato PDF. Durante todo o período de integralização do curso este material fica disponível para consulta na área do aluno.

Estudos de Caso: atividade que apresenta um problema baseado no dia a dia da profissão para promover uma reflexão do aluno sobre o tema. Item que contextualiza a teoria e a prática. Aplicação do conteúdo na vida profissional.

Fórum Temático: privilegia a interação entre os alunos, professor-tutor, onde promove uma problematização ou desafio que potencializa o compartilhamento da informação, da socialização, da troca e da construção do conhecimento.

Avaliações: atividade desenvolvida para a promoção de pesquisa dos conteúdos estudados.

Atividades Complementares: destinado à disponibilização de congressos, transmissões ao vivo e gravadas, semanas temáticas, como também para disciplinas optativas – gratuitas e pagas, para enriquecimento acadêmico do nosso corpo discente.

Aulas Interativas: proporcionamos aos nossos alunos, coordenadores de curso, docentes e tutores a experiência de interagir utilizando serviço de conferência remota, via software Zoom Vídeo Communications. Ricas experiências em trocas de conteúdo, além de acontecerem de forma online, oferecem chat para comunicação paralela ao evento em questão.

Simulados: Relatório analítico com o gráfico da sua performance e orientações sobre pontos para maior atenção.

Gestão das etapas do TCC: com objetivo de flexibilizar o contato entre docentes e alunos, aumentar a gestão e produtividade docente, permite a orientação remota, com registros todas as etapas desse processo, e mantém um repositório eletrônico dos TC’s.

- Suporte Tecnológico: Chat em tempo real, canal de comunicação online, 24 horas por dia, exclusivo para reportar problemas de acesso, senhas, cadastro no

sistema, navegação, visualização dos conteúdos das aulas, entre outros.

Por meio do AVA, o aluno também tem acesso à biblioteca virtual (*E*-livro).

11.3. Base Legal

No Brasil, as bases legais para a modalidade de educação a distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que foi regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, publicado no D.O.U. de 20/12/05 (que revogou o Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998) com normatização definida na Portaria Ministerial n.º 4.361, de 2004 (que revogou a Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998), e na Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019.

O Decreto n.º 5.622 no seu Art. 1º. apresenta:

"Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos."

Ainda o Art. 1, em seu § 1º. apresenta a seguinte redação:

"A educação a distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:
I – Avaliações de estudantes;
II – Estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;
III – Defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente;
IV – Atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso."

O mesmo Decreto, em seu Art. 12, inciso X, letra c), apresenta:

"Pólos de educação a distância, entendidos como unidades operativas, no País ou no exterior, que poderão ser organizados em conjunto com outras instituições, para a execução descentralizada de funções pedagógico-administrativas do curso, quando for o caso."

11.4. Acordo de Cooperação Técnica

Baseado numa moderna visão de mercado, o presente Termo de Cooperação técnica científica, cultural entre os partícipes visa o desenvolvimento e execução dos programas educacionais englobando a modalidade de ensino à distância para todos os cursos das unidades mantidas pela UNIESP S.A.

Compete a Universidade Brasil:

- Prestar assistência tecnológica e, por solicitação da Instituição de Ensino parceira, também prestar assistência metodológica para implementar novos cursos de educação à distância.
- Em regime de cooperação e com concordância pedagógica e operacional de ambas as partes, viabilizar operacionalmente novos cursos de graduação e pós-graduação propostos por qualquer uma das mantidas da UNIESP.
- Disponibilizar e customizar interfaces com os Sistemas de Gestão Acadêmico-Administrativo da mantida pela UNIESP já existentes e de Gestão dos Ambientes (AVA - Plataforma de Educação a Distância), bem como os referidos Tutores, com experiência na área, responsáveis por cada disciplina.
- Oferecer parceria com a empresa de Tecnologia Educacional e produtora dos conteúdos educacionais.
- Compartilhar dos recursos de designer instrucional, prestando assessoria para o desenvolvimento de projetos dos cursos, envolvendo metodologia didático - pedagógica, processos ensino-aprendizagem, processos avaliativos (competências cognitivas, habilidades, atitudes, feedback), interatividade e autoria para Cursos em EAD.
- Disponibilizar equipe de capacitação, suporte e assistência técnica para os usuários das mantidas pela UNIESP trabalharem com educação a distância em todos os níveis, para utilizar a metodologia e a ferramenta de educação à distância.
- Acompanhar e monitorar o desenvolvimento do sistema EaD após a sua implantação, gerenciando e avaliando conjuntamente com a UNIESP todo o programa, em todos os seus aspectos tanto na área tecnológica, pedagógica, assim como na financeira comercial.

- Manter à disposição do aluno ambiente de educação baseado em tecnologia WEB, com ambientes distintos para curso, unidade curricular, sala de aula virtual, biblioteca virtual.
- Buscar soluções e recursos tecnológicos para atender às necessidades do modelo didático-pedagógico e socioeconômico desenhado para os Cursos de Educação a Distância que serão oferecidos pelas unidades mantidas da UNIESP, de modo a atender às necessidades dos cursos e alunos.
- Armazenar os conteúdos e disponibilizar o acesso ao ambiente de educação, durante sete dias por semana e vinte e quatro horas por dia, com recursos de acesso adequados e dentro dos padrões e normas da Internet.
- Disponibilizar a todos os alunos, servidor de agenda pessoal vinculado automaticamente ao ambiente de educação Aluno/Classe/Turma/Curso, que permitirá ao usuário, inclusive, a administração de atividades particulares.
- Disponibilizar Banco de Dados e estrutura de gerenciamento individual por instituição (Domínio).
- Manter, sob sua guarda, em caráter sigiloso, arquivos e bancos de dados, com os conteúdos e informações dos alunos em seus equipamentos e unidades de back-up.
- Cooperar durante os processos de autorizações, reconhecimentos e renovações de reconhecimentos, junto ao MEC de cursos de graduação e de pós-graduação na modalidade EaD.

Compete a UNIESP S.A.:

- Disponibilizar equipe multidisciplinar nas áreas de tecnologia da informação e comunicação, para dar suporte de desenvolvimento, produção e avaliação de material didático.
- Identificar, oferecer, divulgar e orientar os cursos oferecidos ou as disciplinas ofertadas à distância, conforme matriz curricular de cada curso, pelas mantidas da UNIESP.
- Executar os serviços administrativos que consistem nas inscrições para vestibulares, matrículas, protocolo e controle de documentação, administração da situação financeira e negociação de inadimplência.

- Disponibilizar computadores com acesso à internet, organização física de aulas, fiscalização e aplicação de avaliações e outros eventos presenciais.

11.5. Equipe Multidisciplinar

A Equipe Multidisciplinar das unidades mantidas pela UNIESP, prevista em consonância com o PDI e PPC, é formada por profissionais de diferentes competências e regiões envolvidas no desenvolvimento de projetos de educação à distância e é responsável pela disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação à distância e tem previsão de plano de ação documentado/implementado e processos de trabalho formalizados. A Equipe Multidisciplinar possui Regulamento Próprio e é composta pelos seguintes membros, conforme Portaria de Nomeação.

Tabela 7: Equipe Multidisciplinar

Nº	NOME	CARGO
1	Iara Grandino	Presidente
2	Hélio dos Santos França Junior	Docente
3	Angelita Aparecida Leme	Analista de Legislação e Política Educacional
4	Mariane Brugnolo Serafim	Docente/Tutora
5	Delma Gonçalves	Coordenadora
6	Ana Lucia Miola Basso	Pesquisadora Institucional
7	José Carlos Zanetti	Docente / Tutor
8	Marcela Cardoso Hitzscky	Analista de Suporte EAD/LMS
9	Roseli de Lourdes Gomes	Docente

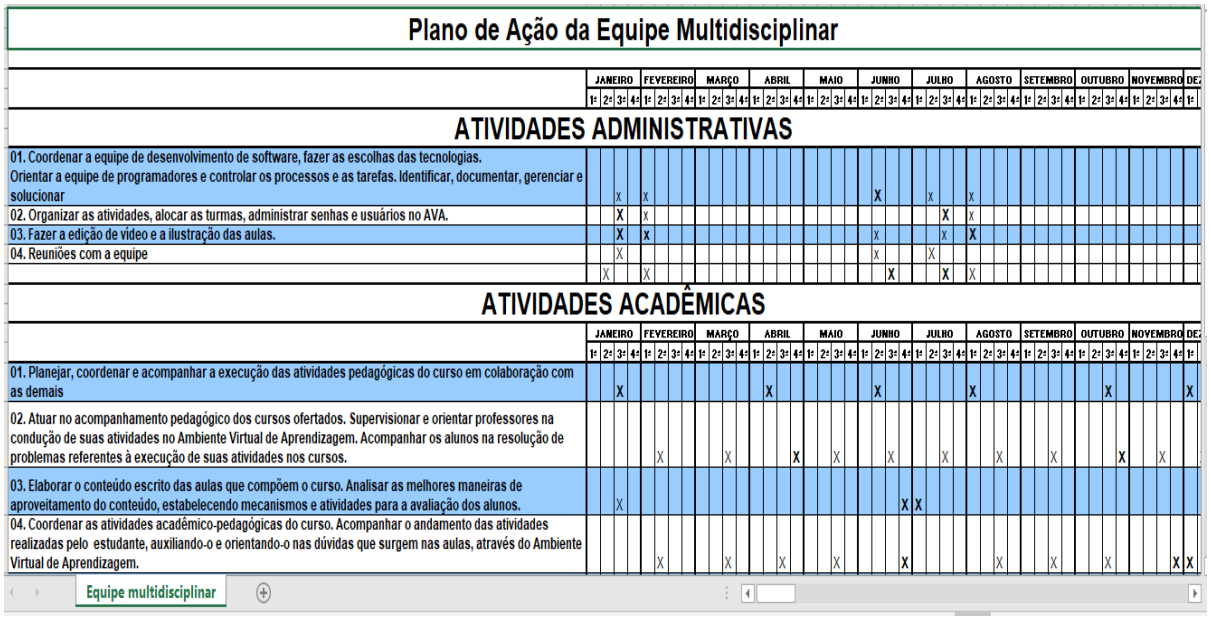
Fonte: Própria

11.6. Plano de Ação e os Processos de Trabalho da Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar das unidades mantidas pela UNIESP tem a finalidade de auxiliar as instâncias administrativo-pedagógicas no planejamento e implementação de ações que visem a melhoria da qualidade do ensino dos cursos ofertados pela instituição, em função disto criou-se um plano de ação e de processo de trabalho para a Equipe Multidisciplinar.

Segue abaixo o Plano de Ação da Equipe:

Tabela 8 : Plano de Ação da Equipe



Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar

	JANEIRO				FEVEREIRO				MARÇO				ABRIL				MAIO				JUNHO				JULHO				AGOSTO				SETEMBRO				OUTUBRO				NOVEMBRO				DEZ
	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS																																												
01. Coordenar a equipe de desenvolvimento de software, fazer as escolhas das tecnologias. Orientar a equipe de programadores e controlar os processos e as tarefas. Identificar, documentar, gerenciar e solucionar			x		x																X				x				x														
02. Organizar as atividades, alocar as turmas, administrar senhas e usuários no AVA.			X		x																						X		x														
03. Fazer a edição de vídeo e a ilustração das aulas.			X		x																x						x		X														
04. Reuniões com a equipe			X																		x				X																		
		X				X																X				X			X														
ATIVIDADES ACADÊMICAS																																												
	JANEIRO				FEVEREIRO				MARÇO				ABRIL				MAIO				JUNHO				JULHO				AGOSTO				SETEMBRO				OUTUBRO				NOVEMBRO				DEZ
	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª
01. Planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades pedagógicas do curso em colaboração com as demais			X										X								X							X							X							X	
02. Atuar no acompanhamento pedagógico dos cursos ofertados. Supervisionar e orientar professores na condução de suas atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Acompanhar os alunos na resolução de problemas referentes à execução de suas atividades nos cursos.						X				X				X				X				X				X				X				X				X				
03. Elaborar o conteúdo escrito das aulas que compõem o curso. Analisar as melhores maneiras de aproveitamento do conteúdo, estabelecendo mecanismos e atividades para a avaliação dos alunos.			X																				X	X																		
04. Coordenar as atividades acadêmico-pedagógicas do curso. Acompanhar o andamento das atividades realizadas pelo estudante, auxiliando-o e orientando-o nas dúvidas que surgem nas aulas, através do Ambiente Virtual de Aprendizagem.						X				X				X				X					X							X				X						X	X	

Equipe multidisciplinar

11.7. Processo de Controle de Produção ou Distribuição de Material Didático (Logística)

O material didático utilizado nas disciplinas ofertadas na modalidade à distância, é de responsabilidade EDUCAZ TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO E TREINAMENTO, em parceria com a Universidade Brasil.

A EDUCAZ oferece a prestação de serviços de Design Instrucional e Curadoria, prospecção, contratação, gestão e coordenação de professores conteudista, atividades de Design Gráfico, e revisor.

Assim, a empresa destina-se a apoiar e suportar os conteúdos apresentados nas disciplinas EAD, sendo concebidos e revisados de modo a permitir a excelente execução das atividades das disciplinas EAD do curso em questão. Garante assim que a formação definida no PPC seja plenamente atendida, uma vez que atendem a critérios de abrangência, adequação bibliográfica às exigências da formação, aprofundamento e coerência teórica.

Os conteúdos trabalhados nos cursos que são oferecidos pelas unidades mantidas da UNIESP foram selecionados a partir da filosofia, princípios, objetivos e metas a serem alcançados e se adequam à natureza específica de cada curso oferecido.

Esse trabalho conjunto encaminha a vida acadêmica, planejando os

diferentes conteúdos programáticos, para que venham conferir uma base sólida de sustentação ao plano evolutivo da construção de conhecimentos, habilidades, hábitos, atitudes e valores, em cada um dos cursos que serão oferecidos pela Faculdade.

Para isso, dentro de uma orientação global, toma como base a Diretriz Curricular Nacional e os padrões de qualidade referentes ao Curso, bem como informações conceituais, reflexões e discussões levadas a efeito em reuniões e eventos de cada uma das áreas.

O planejamento do processo de ensino e aprendizagem constitui-se em um dos processos pedagógico-administrativos de singular importância na organização, sendo que, a partir da sua concretização prática nas salas de aulas e outros ambientes especiais, poderão ser alcançados os objetivos, as metas propostas para cada curso e concretizada a missão institucional. Esse processo é realizado por meio de reuniões regulares, onde a decisão consensual é a tônica adotada, considerando os seguintes aspectos:

- O desenvolvimento das potencialidades educativas e afetivas que se quer construir como perfil de saída;
- Deve ser funcional, aplicável à profissão, ajustado à instituição, ser atualizado técnica e cientificamente;
- Deve ser flexível, permitindo e ajustando-se às particularidades dos alunos, prevendo saídas e permitindo a integração com conteúdos afins;
- Deve estar coerente a partir dos objetivos e competências propostos e, também, com a formação do profissional em questão;
- Atualidade, alcançada por meio da constante busca de novos conhecimentos;
- Contribuição social, com vistas a atender às necessidades da sociedade local, regional e nacional;
- Interdisciplinaridade dos conteúdos, possibilitando a compreensão do conteúdo a partir de diversas perspectivas.
- Integração vertical e horizontal dos conteúdos, possibilitando não apenas a compreensão da sequência lógica dos conteúdos ao longo do curso, mas também a interligação entre as diversas áreas de conhecimento dentro de um todo complexo.

Nas disciplinas à distância os processos de ensinar e de aprender não acontecem de forma simultânea e nem em espaços necessariamente compartilhados por alunos e professores, as propostas de ensino nessa modalidade são mediadas por meio de materiais didáticos.

O material didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma é concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no Projeto Pedagógico de cada Curso, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre aluno e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando o seu aperfeiçoamento.

O desenvolvimento, bem como a aquisição de material didático-pedagógico é muito importante para a análise e seleção dos conteúdos a serem desenvolvidos dentro dos componentes curriculares, e essa é uma atividade que envolve dedicação da equipe de apoio técnico da Instituição.

Todos os materiais didáticos utilizados nas disciplinas à distância das mantidas pela UNIESP passam por rigoroso processo de aquisição e/ou produção, análise, revisão e diagramação.

Outro ponto relevante é a objetividade da escrita - a linguagem acadêmica deve ser priorizada; no entanto, os textos devem ser apresentados de forma clara e dialógica, convidando o aluno a compreender os conteúdos e a aprofundar-se em questões e conceitos fundamentais.

A equipe multidisciplinar é composta de professores e tutores com a responsabilidade de revisar o material didático adquirido pela empresa EDUCAZ, para ser veiculado pela Web. A equipe de revisão é integrada por profissionais das áreas de produção em mídias e conhecimento, especialistas em educação e novas tecnologias de comunicação e informação, além de diagramadores e especialistas em WEB, e os coordenadores dos respectivos cursos.

Todos os materiais educacionais e atividades propostas são baseadas nas melhores práticas pedagógicas encontradas no mercado, com a compreensão de que a aquisição, bem como o desenvolvimento do material didático, deve ter critérios estruturados, para que os projetos pedagógicos atendam aos requisitos de formação exigidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais respectivas, e que também possam expressar o pensamento da Instituição quanto, à cultura, à ciência e à formação

profissional cidadã.

Os materiais didáticos (audiovisual e escrito), são adquiridos e/ou produzidos para o ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Esse ambiente virtual possui livros digitais, videoaula, e conteúdos complementares que possibilita o estudo e desenvolvimento das atividades acadêmicas que facilitam o processo ensino-aprendizagem.

11.8. Mecanismos de Interação entre Docentes, Tutores e Estudantes

A Plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), contém metodologias inovadoras, onde os professores envolvem os alunos de formas novas e estimulantes, proporcionando um relacionamento mais eficaz, mantendo os alunos informados, envolvidos e colaborando uns com os outros. A plataforma cria salas de aula, escritórios e salas de reunião virtuais que abrem mais possibilidades a mais alunos, oferecendo novas abordagens de aprendizado em grupo com o conceito de web conferência.

Dessa forma, a Plataforma possibilita as instituições desenvolverem processos educacionais, destinado ao desenvolvimento de métodos que privilegiam a proatividade dos educandos, e sua autonomia durante o processo de aprendizagem, totalmente a distância ou complementar ao ensino presencial. Possui layout diferenciado, de fácil usabilidade e sistema de gerenciamento acadêmico vinculado. A utilização do AVA possibilita e incentiva que o indivíduo autônomo, pensante e reflexivo atue frente aos novos conteúdos que serão discutidos em comunidades de aprendizagem colaborativa.

No AVA os materiais didáticos se articulam numa arquitetura pedagógica previamente planejada. O desenvolvimento das disciplinas conta com Atividades para serem realizadas pelo aluno, em cada disciplina, utilizando a ferramenta Fórum no AVA e a entrega de trabalho ou exercícios.

Para efetivar a interlocução entre a comunidade acadêmica virtual serão utilizados os seguintes recursos:

- Ambiente Virtual de Aprendizagem, com recursos de fórum, chat, caixa de mensagens, agenda, objetos de aprendizagem, planos de ensino, planos de aula, videoaula, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, relatórios de frequência e participação discente e docente, relatório de notas, entre outros;

- Telefone/WhatsApp e E-mail.

Por meio desses recursos, o aluno terá acesso ao conteúdo das disciplinas e aos tutores, que mediarão o processo de aprendizagem.

12. CORPO DOCENTE

Os professores do curso devem estar permanentemente preocupados com a aprendizagem como processo qualitativo e interdisciplinar, dando prioridade à autoimagem dos alunos como geradora de melhor desempenho. Devem estar voltados para o desenvolvimento tanto no próprio corpo docente, quanto no discente, das características humanas requeridas pela atual sociedade em termos de espírito empreendedor, visão estratégica e generalista, compreensão holística da realidade e adaptabilidade aos cenários de mudança.

O corpo docente do curso deve estar imbuído da necessidade de aperfeiçoamento constante e contínuo de sua qualificação, competência técnica, cultural e pedagógica, atitudes responsáveis e éticas, demonstrando comprometimento com o futuro do país e da instituição, capacidade para trabalho coletivo, interdisciplinar e organizado, além de possibilitar aumento gradativo de sua carga horária de trabalho na instituição. A sua comprovada experiência na área do curso e suas habilitações são fundamentais ao bom êxito das atividades.

Para desempenhar com qualidade suas funções, os docentes devem:

- construir conhecimentos, competências, habilidades e atitudes previstas para atuação na educação superior;
- estar consciente de que sua formação deve contemplar os diferentes âmbitos do conhecimento profissional de sua área de atuação;
- entender que a seleção dos conteúdos do curso deve orientar-se pelas diretrizes e sugestões previstas neste Projeto Pedagógico, buscando identificar as necessidades dos alunos para que se garantam os conteúdos necessários às diferentes etapas da aprendizagem do curso de Direito;
- saber tratar os conteúdos ministrados no curso, de modo articulado com outros conteúdos e estratégias pedagógicas;
- entender que a avaliação é processo que deve orientar o trabalho do professor, a autonomia dos alunos em relação ao seu processo de aprendizagem e a qualificação de profissionais preparados para iniciar a carreira docente.

As atividades docentes compreendem:

I - As relacionadas com a preservação, elaboração e transmissão de conhecimentos, através de:

a) aulas, conferências, seminários e outras formas de exposição de debates;

b) realização de trabalhos práticos e treinamento;

c) elaboração de trabalhos destinados à publicação e ligados ao ensino, pesquisa ou extensão;

d) participação em congressos e reuniões de caráter científico, didático, cultural e artístico, para os quais seja designado.

II - as relacionadas com a formação ética dos alunos;

III - as relacionadas com a administração da faculdade ou da própria mantenedora, privativas do exercício da função docente a seguir:

a) participação em trabalhos de programação e assessoramento vinculados ao ensino, à pesquisa e à extensão;

b) participação em comissões para as quais forem designados, visando à seleção de novos docentes, verificação do aprendizado que não o da disciplina na qual seja titular, ou execução de outras atividades de interesse da Instituição.

12.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE

O NDE é o órgão consultivo e deliberativo, responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso, e tem por finalidade, a criação e consolidação do mesmo. A composição e atuação do NDE está baseada na Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, Resolução N° 01, de 17 de junho de 2010.

De acordo com o Art. 2º da resolução citada acima são atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de

conhecimento do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Os membros deste núcleo são apresentados a seguir:

Tabela 9: Membros Núcleo NDE

Nome	Titulação	Regime de Contratação	Tempo de Experiência no Magistério	Tempo de Experiência em Outros Ramos
Vanessa Bianchi Mochetti	Mestre	Parcial	15 anos	35 anos
Carlos Eduardo Moreira Durce	Mestre	Parcial	12 anos	19 anos
Márcio Magalhães Fontoura	Doutor	Parcial	28 anos	28 anos
Sergio Roberto Lopes	Mestre	Parcial	12 anos	30 anos
Joelma Gomes do Nascimento	Mestre	Integral	20 anos	25 anos

Fonte: Própria

Desde a sua criação, o NDE do curso de Direito atua em conjunto com os professores e coordenação do curso para implantação/desenvolvimento do PPC, discutidas em reuniões ordinárias realizadas periodicamente, isto é, mensalmente e/ou extraordinariamente com convocação específica e, devidamente registradas em atas.

12.2. Atuação do Coordenador

O coordenador do curso de Direito é a Profa. Me. Joelma Gomes do Nascimento designada pelo Diretor da instituição sendo a responsável pelo curso – professora eficaz, crítica, reflexiva, flexível e proativa – catalisa o comprometimento com uma visão clara e forte, bem como se envolve na busca vigorosa desta, estimulando padrões mais elevados de desempenho de todo o corpo docente e corpo discente de seu curso.

A coordenadora atua na gestão acadêmica e pedagógica do curso, desempenhando as atividades de planejamento e seleção de docentes, integração aluno-professor, reuniões com discentes e docentes, avaliação das atividades complementares, implementação de programas das semanas acadêmicas, visitas técnicas, controle da frequência e aprendizado discente, análise dos planos de ensino, controle do andamento e cumprimento do conteúdo programático das disciplinas do

curso e análise metodológica das provas e trabalhos. Comparece às salas de aula, quando necessário, para avaliação e condução de anormalidades no clima interno, com poder de negociar situações novas.

Atua no âmbito do NDE com trabalhos de acompanhamento e revisão do PPC, planejamento de revisão da bibliografia, aquisição de novas obras, acompanhamento da utilização do potencial bibliográfico. Ainda, conduz as reuniões de colegiado e participa de todas as reuniões de treinamentos e planejamentos acadêmicos realizados na IES.

Distribui encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitando as especialidades, bem como supervisiona e fiscaliza a execução das atividades programadas bem como a assiduidade dos professores e, desempenha outras funções inerentes ao cargo.

12.3. Experiência Profissional, de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do(a) Coordenador(a)

A coordenador do curso de Direito é a Profa. Me. Joelma Gomes do Nascimento Mestre (2010) em Direito na Sociedade da Informação pela FMU Faculdades Metropolitanas Unidas, Câmpus de São Paulo. Especialista em Direito Processual Civil pela Cogeae PUC e Especialista e Direito e Processo do Trabalho pela FADISP. Coordenadora de Curso de Direito desde 2010 atuando nas Instituições do Grupo Uniesp. Advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo sob nº 162.294. No magistério superior atua há 25 anos.

12.4. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

O regime de trabalho do coordenador do curso de Direito é o regime integral (40 horas) sem dedicação exclusiva, com 20 horas semanais destinadas, exclusivamente, à Coordenadoria do Curso.

12.5. Titulação do Corpo Docente do Curso

O corpo docente do curso de Direito do Centro é composto atualmente por

10 (dez) docentes sendo:

• 02 Doutores – 22,22%

• 07 Mestres – 77,77%

Veja abaixo o quadro de docentes do curso e suas respectivas titulações.

Tabela 10: Titulação Docentes

DOCENTES	TITULAÇÃO
Carlos Eduardo Moreira Durce	Mestre
Carlos Henrique Chaves Bruno	Mestre
Sergio Roberto Lopes	Mestre
Joelma Gomes do Nascimento - **Coordenadora**	Mestre
João Adalberto Campato Junior	Doutor
Marcio Magalhães Fontoura	Doutor
Ricardo Casciano Farabulini	Mestre
Roseli de Lourdes Gomes	Mestre
Vanessa Bianchi Mochetti	Mestre

12.6. Índice de Qualificação do Corpo Docente – IQCD

É um indicador de desempenho adotado em instituições de ensino superior. O Seu valor varia de 1 (todos os professores possuem apenas graduação) até 5, situação em que todos os docentes são doutores. O indicador é calculado por meio da expressão matemática: IQCD=5D+3M+2E+G / D+M+E+G, onde:

D = nº de professores com doutorado;

M = nº de professores com mestrado;

E = nº de professores com especialização;

G = nº de professores apenas graduados;

“/” significa dividido.

Assim, o curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP atualmente pelo cálculo apresentado acima uma média ponderada da capacitação docente com **IQCD = 3,4.**

12.7. Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso

O corpo docente do curso de Direito tem o seguinte regime de trabalho:

- Tempo Integral: 02 professor – 22%
- Tempo Parcial: 07 professores – 77%

Veja abaixo a relação de docentes e seus respectivos regimes de trabalho:

Tabela 11: Regime de Trabalho Docentes

DOCENTES	REGIME DE TRABALHO
Carlos Eduardo Moreira Durce	Parcial
Carlos Henrique Chaves Bruno	Parcial
Sergio Roberto Lopes	Parcial
Joelma Gomes do Nascimento - **Coordenadora**	Integral
João Adalberto Campato Junior	Parcial
Marcio Magalhães Fontoura	Parcial
Ricardo Casciano Farabulini	Parcial
Roseli de Lourdes Gomes	Integral
Vanessa Bianchi Mochetti	Parcial

12.8. Quadro de Docentes

Os docentes do curso da Faculdade de São Paulo - FASP apresentam características compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso. O corpo docente do curso é constituído por pessoal que exerça atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração em geral.

A idoneidade profissional, a capacidade didática, a integridade moral e a boa conduta são condições para o ingresso e permanência no Quadro de Pessoal Docente da Instituição. A admissão de professores, cumpridas as normas regimentais, far-se-á mediante contrato de trabalho celebrado com a Entidade Mantenedora.

As estatísticas de qualificação do corpo docente da Faculdade de São Paulo - FASP indicam que o mesmo é constituído por profissionais capacitados por doutorado, mestrado e especialista, todos aptos à docência no ensino superior, fator que contribui para a excelência do ensino oferecido.

12.9. Experiência Profissional do Corpo Docente do Curso de Direito

A Faculdade de São Paulo – FASP delineou como perfil do quadro docente para seus cursos de graduação, professores que possuem formação e experiência profissional nas áreas das unidades curriculares e disciplinas a serem ministradas em cada curso.

Assim, o corpo docente do curso de Direito é composto por docentes qualificados com ampla experiência profissional, inseridos em suas respectivas áreas de atuação e preocupados em buscar uma qualificação profissional compatível com as exigências de uma instituição inovadora e participante, que objetiva formar profissionais para atuar na área de Direito com alto grau de excelência.

A Instituição tem a preocupação de manter em seu quadro docente, aqueles cuja formação e experiência atendam satisfatoriamente aos objetivos pedagógicos institucionais, com qualidade e excelência acadêmica.

Assim, os docentes do curso possuem experiência profissional comprovada que demonstra e justifica a relação entre a experiência docente para apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional. Os docentes se mantêm atualizado com relação à interação conteúdo e prática, que possibilita a aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e analisa as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão.

O tempo de experiência profissional do corpo docente do curso de Direito está ilustrado abaixo.

Tabela12 : Experiência Corpo Docente

DOCENTES	GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (MESES)
Carlos Eduardo Moreira Durce	Direito	Mestre	228
Carlos Henrique Chaves Bruno	Direito	Mestre	243
Sergio Roberto Lopes	Direito	Mestre	360
Joelma Gomes do Nascimento	Direito	Mestre	300
João Adalberto Campato Junior	Direito	Doutor	412
Vanessa Bianchi Mochetti	Direito	Mestre	420
Marcio Magalhães Fontoura	Pedagogia	Doutor	348
Roseli de Lourdes Gomes	Pedagogia	Mestre	300
Ricardo Casciano Farabulini	Direito	Mestre	420

Fonte: Própria

12.10. Experiência de Magistério Superior do Corpo Docente do Curso de Direito

A experiência de magistério superior do corpo docente do curso de Direito é apresentada abaixo. Fica evidente a experiência na docência superior por parte do quadro de docentes, já que 100% dos professores do curso estão em sala de aula a mais de 10 anos.

Tabela 13: Experienciência Magistério Superior Docentes

DOCENTES	GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO	EXPERIÊNCIA MAGISTÉRIO SUPERIOR (MESES)
Carlos Eduardo Moreira Durce	Direito	Mestre	180
Carlos Henrique Chaves Bruno	Direito	Mestre	156
Sergio Roberto Lopes	Direito	Mestre	156
Joelma Gomes do Nascimento	Direito	Mestre	240
João Adalberto Campato Junior	Direito	Doutor	380
Vanessa Bianchi Mochetti	Direito	Mestre	180
Marcio Magalhães Fontoura	Pedagogia	Doutor	348
Roseli de Lourdes Gomes	Pedagogia	Mestre	120
Ricardo Casciano Farabulini	Direito	Mestre	210

Fonte: Própria

12.11. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica do Corpo Docente do Curso de Direito

A Faculdade de São Paulo - FASP mantém mecanismos institucionais de apoio à produção pedagógica, científica, técnica, cultural e artística dos seus docentes. Para tanto, tem como objetivos:

- Desenvolver e difundir pesquisas nas suas áreas de atuação e que possam constituir-se em diferencial efetivo para a IES;
- Elaborar calendário de eventos para a divulgação da produção científica, técnica, cultural e artística dos docentes;
- Divulgar o trabalho do Núcleo de Pesquisa mediante redes cooperativas;

- Estimular o desenvolvimento de atitudes empreendedoras entre alunos e professores;
- Incentivar o intercâmbio de pesquisadores da instituição, nos planos local, nacional e internacional.

A FASP dispõe de apoio à pesquisa que estimula a produção científica docente e discente através de incentivo à publicação e de programas de Iniciação Científica, com organização de congressos internos ao mesmo tempo que estimula a participação discente em congressos regionais e nacionais.

12.12. Funcionamento do Colegiado de Curso ou Equivalente

O Regimento da Faculdade de São Paulo - FASP define as atribuições e a composição do Colegiado de Curso. Este deve ser compreendido como órgão deliberativo e de assessoramento em matéria didático-científica, sendo constituído pelo coordenador do curso, pelos professores que integram o curso e por um representante discente do curso, indicado pelo órgão de representação estudantil, para mandato de 1 (um) ano, com direito a uma recondução.

O Colegiado de Curso terá as seguintes atribuições:

a) coordenar, acompanhar, controlar e avaliar o desenvolvimento das atividades curriculares, no âmbito do respectivo curso;

b) efetuar estudos que fundamentem propostas de cursos, habilitações, de reformulação curricular, enunciando as ementas e objetivos e indicando os conteúdos;

c) promover a avaliação periódica do curso, na forma definida pela Congregação;

d) avaliar o desempenho docente, segundo normas aprovadas pelo colegiado competente;

e) revisar e organizar as programações de ensino das disciplinas integrantes do curso, para fins, inclusive, de elaboração do catálogo anual;

f) emitir parecer nos processos de aproveitamento de estudos;

g) definir o perfil profissional;

h) aprovar a indicação de professore para as disciplinas do curso;

i) definir normas de estágios e reconhecer sua validade;

j) realizar estudos e propor a aquisição e utilização de multimeios;

k) sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento dos cursos, bem como opinar sobre assuntos que lhe sejam submetidos à apreciação.

O Conselho do Curso reunira-se ordinariamente segundo convocação prévia do Coordenador do Curso e extraordinariamente por iniciativa própria, por solicitação do Diretor Acadêmico ou por requerimento de 2/3 de seus membros.

As reuniões do colegiado serão sistemáticas, normalmente após as reuniões de docentes, respeitando as pautas sugeridas nas reuniões didáticas pedagógicas do coordenador do curso e corpo docente.

O Colegiado do Curso de Direito é composto pelo coordenador do curso, automaticamente designado presidente do Órgão, pelos docentes do curso e por um representante discente. O representante discente será indicado mediante consenso entre os alunos.

Os membros desta comissão são apresentados a seguir:

Tabela 14: Membros Colegiado de Curso

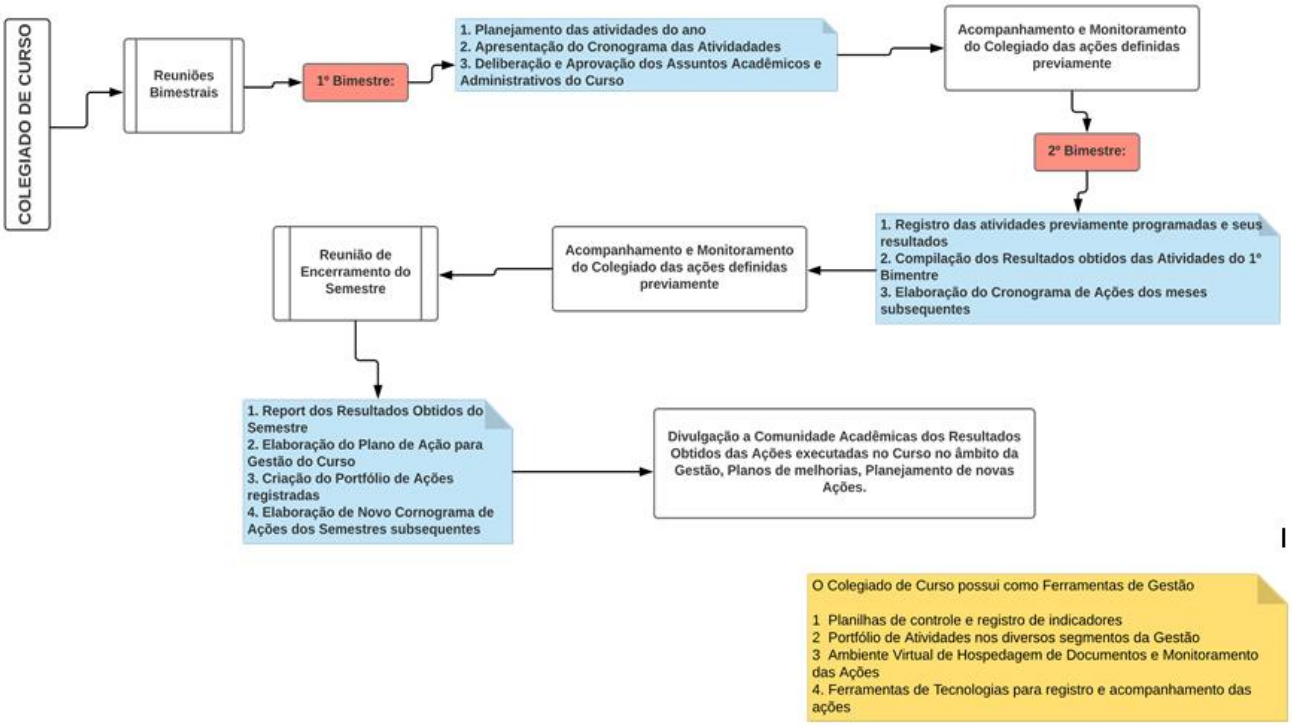
REPRESENTANTES	**MEMBROS**
Joelma Gomes do Nascimento	Presidente
Carlos Henrique Chaves Bruno	Docente
Carlos Eduardo Moreira Durce	Docente
Sergio Roberto Lopes	Docente
João Adalberto Campato Junior	Docente
Renato Moreira Figueiredo	Docente
Vanessa Bianchi Mochetti	Docente
Marcio Magalhães Fontoura	Docente
Roseli de Lourdes Gomes	Docente
Ricardo Casciano Farabulini	Docente
Jackson Aguiar Andrade	Discente

Fonte: Própria

As reuniões ordinárias do Colegiado são realizadas bimestrais e/ou extraordinariamente com convocação específica e com resultados registrados em atas e arquivados. A atuação básica consiste em conduzir o processo de ensino, pesquisa e extensão, com atividades de planejamento, seleção de novos docentes, e solicitação de melhorias para o curso.

O funcionamento do colegiado é descrito no fluxograma abaixo.

Figura 7:Fluxograma Funcionamento Colegiado



Fonte: Própria

13. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

A Faculdade de São Paulo - FASP se beneficia de sua localização geográfica (localizada ao centro da cidade de São Paulo).

À área atual oferece bom ambiente de ensino e aprendizagem. Saliente-se que as salas de aula foram projetadas segundo as exigências específicas do ensino superior, particularmente para as aulas noturnas. São arejadas, com iluminação natural e artificial adequadas, amplas, comportando turmas de até, 50 alunos. Dispõem de instalações próprias para a utilização dos recursos audiovisuais disponíveis.

O Curso conta com a disponibilidade de salas de aulas específicas e especializadas para as aulas, biblioteca, laboratórios específicos, instalações administrativas, instalações para professores (sala de professores, sala de reuniões, gabinetes de trabalhos), instalações sanitárias, instalações para a Coordenação do Curso, NPJ, Sala de Pesquisa e Extensão, Laboratórios de Informática equipado com computadores, multimídia, ligados em rede de conexão à internet, condições de acesso para portadores de necessidades especiais, infraestrutura de segurança e plano de expansão física.

Os equipamentos de Informática, os equipamentos audiovisuais (projetores de multimídia, notebooks, retroprojetores, telas reflexivas) também estão disponíveis na Instituição para servir aos alunos do Curso de Direito da Faculdade São Paulo – FASP.

Os serviços de conservação das instalações gerais e dos equipamentos são mantidos de forma satisfatória por um quadro de funcionários e técnicos com responsabilidade setorizada na instituição, para que possa ser oferecido amplo atendimento aos corpos docente e discente.

13.1. Instalações Administrativas

As instalações administrativas da IES atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Na área administrativa conta com:

- Secretaria Acadêmica com balcão de atendimento, computador, estação de trabalho, armários, impressora e copiadora. Sala para Direção, mesa de reunião com cadeiras e mesa de trabalho.
- Comercial, com balcão de atendimento, computador, estação de trabalho, armários.
- Sala do TI, com mesa de atendimento, computador, estação de trabalho, armário.
- Sala para coordenadores de curso com gabinetes individuais, munidos de

estações de trabalho, armários e computadores.

- Sala de professores, com mesa, cadeiras, computadores e bancadas para uso de internet sem fio WiFi.
- Gabinete para professores de tempo integral, com espaço para computadores e servidos por internet (Wi Fi).
- Sanitários para uso de funcionários e professores.
- Salas do NPJ com mesas para reuniões, computadores e rede wi-fi.
- Sala da CPA com mesa para reuniões.
- Sala para Professores Integrais com computadores e mesa de atendimento.
- Sanitários femininos e masculinos, incluindo adaptado para atendimento aos portadores de necessidades especiais.
- Biblioteca com acervo de livros e periódicos, computadores e espaço para estudo individual e em grupo.
- Cantina.
- Salas de aula com carteiras, mesa de professor, ventilação e quadro branco.
- Laboratório de Informática.
- Laboratório Interdisciplinar ou Pesquisa Operacional.
- Auditório.

Todos os laboratórios foram projetados com capacidade de 40 alunos, de forma a oferecer ao discente um atendimento de melhor qualidade.

Os serviços de conservação das instalações gerais e dos equipamentos são mantidos de forma satisfatória por um quadro de funcionários e técnicos com responsabilidade setorizada na instituição, para que possa ser oferecido amplo atendimento à comunidade acadêmica.

O acesso aos recursos e equipamentos de informática é permitido aos discentes e aos docentes através dos 3 laboratórios de informática, com 72 computadores disponíveis no total.

A utilização dos instrumentos de multimídia acontece por meio de prévio agendamento a ser realizado em documento específico ao responsável da área.

O acesso à Internet é liberado a todos os funcionários e alunos desde que para uso administrativo ou acadêmico.

13.2. Salas de Aula

As salas de aula da Faculdade de São Paulo - FASP possuem boa dimensão, sistema de iluminação natural e artificial e espaços adequados para comportar turmas máximas de aproximadamente 50 alunos. As instalações são apropriadas à utilização dos recursos audiovisuais necessários à prática pedagógica. O mobiliário e os equipamentos estão devidamente adaptados à quantidade de alunos e às funções de ensino de modo a favorecer a necessária comodidade. Atendem aos requisitos de iluminação, limpeza, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

13.3. Auditório

A Faculdade de São Paulo - FASP possui auditório com boa dimensão, sistema de iluminação natural e artificial e espaços adequados para comportar turmas máximas de 100 alunos, com instalação apropriada para à utilização de recursos audiovisuais. O mobiliário e os equipamentos estão devidamente adaptados à quantidade de alunos e às funções de ensino de modo a favorecer a necessária comodidade. Atendem aos requisitos de iluminação, limpeza, acústica, ventilação, climatização, acessibilidade, conservação e comodidade.

13.4. Salas de Professores e Professores em Tempo Integral

A Faculdade de São Paulo - FASP possui espaço adequado destinado a sala de professores e em Tempo Integral, com mesas para reuniões com cadeiras, quadro de avisos, abastecimento com água mineral, computadores ligados a internet para pesquisa e digitação de notas e armários individuais.

Atendem aos requisitos de disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, climatização, acessibilidade, conservação e comodidade.

13.5. Espaços para Atendimento aos Discentes

A Faculdade de São Paulo - FASP disponibiliza de sala destinada as atividades de coordenação e serviços acadêmicos, com mesas, cadeiras, armários e computadores ligados à rede de Internet e atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, acessibilidade, conservação, equipamentos, gabinete individual para coordenador, número de funcionários, atendimento aos alunos e aos docentes.

13.6. Espaços de Convivência e de Alimentação

O perfil do aluno da Faculdade de São Paulo - FASP é o de um aluno participante, autônomo e ator principal do processo da aprendizagem, pressupondo, assim, uma grande interatividade e intensidade de comunicação com a Direção, com os professores e entre si.

A Diretoria da IES estimula e dá condições para que aconteça continuamente o intercâmbio de ideias, atividades, experiências e trabalhos comuns entre todas as séries e cursos da Instituição, colocando à disposição dos alunos espaço, oportunidade e estrutura para que se encontrem e organizem atividades de interesse comum, e possam atuar no cotidiano estudantil, sendo pró-ativos no processo de formação intelectual e aquisição de conhecimento, garantindo condições ideais de aprendizagem e para construção da cidadania.

As portas abertas da Diretoria e da Coordenação dos Cursos propiciam um ambiente rico de trocas e liberdade de expressão e a Pró-Reitoria vê a organização

dos alunos como fator auxiliar na gestão da Instituição. O projeto arquitetônico do campus proporciona um ambiente acolhedor e conta com diversos espaços para convivência e interatividade da comunidade acadêmica, com acessibilidade e avaliação periódica do espaço. A faculdade disponibiliza ainda, uma cantina que funciona nas instalações do campus, sob a responsabilidade de pessoal qualificado.

Diante do exposto, Faculdade de São Paulo - FASP possui espaços de convivência e de alimentação que atendem às necessidades e a demanda e, considerando uma análise sistêmica e global, apresentam-se com dimensões adequadas aos fins, com limpeza, iluminação, ventilação e acessibilidade.

13.7. Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas: Infraestrutura Física

A infraestrutura dos laboratórios, ambientes e cenários para as práticas didáticas da Faculdade de São Paulo - FASP é adequada às necessidades institucionais, quanto aos espaços, suficiente ao número de alunos, equipamentos e recursos tecnológicos e gerenciamento da manutenção patrimonial, o que permite aos professores, técnicos e alunos boas condições para o desenvolvimento das atividades pedagógicas dos cursos. Os espaços são organizados de acordo com as necessidades dos cursos de forma a propiciar a integração de atividades multidisciplinares, o que assegura condições adequadas em relação à iluminação, limpeza, mobiliário e equipamentos, acessibilidade, acústica e ventilação apropriada às necessidades locais.

Objetivando oferecer condições de ensino em alto nível, as instalações de laboratórios da IES, no que se refere qualidade dos serviços, zelam pelo cuidado em dois aspectos:

I. Segurança de docentes, discentes e equipamentos;

II. Serviços de apoio materiais e tecnológicos.

Os laboratórios da IES atendem às necessidades do curso de Direito com infraestrutura e regulamentação apropriadas. Todos se encontram implantados com normas de funcionamento, utilização e segurança, manual de biossegurança,

equipamentos de emergência e extintores de incêndio. O descarte de resíduos é realizado por área competente, de acordo com as normas vigentes.

Todos os laboratórios possuem acessibilidade, espaços próprios para cadeirantes, atendendo às necessidades institucionais, às leis de acessibilidade e às exigências do Ministério da Educação - MEC.

Os serviços de conservação das instalações gerais e dos equipamentos são mantidos de forma satisfatória por um quadro de funcionários e técnicos com responsabilidade setorizada na instituição, para que possa ser oferecido amplo atendimento aos corpos docente e discente dos cursos.

13.8. Laboratórios, Ambientes e Cenários para as Práticas Didáticas: Serviços

Todos os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas da Faculdade de São Paulo - FASP atendem as necessidades dos docentes e discentes, com regulamentos apresentados e apontados em todas as dimensões do PDI, que objetiva a excelência na prestação de serviços educacionais.

Desta forma, o planejamento dos laboratórios atende às exigências do Projeto Pedagógico do curso de Direito da IES com relação ao suporte técnico, equipamentos, instalações e segurança, além de atender as necessidades individuas das atividades práticas desenvolvidas em cada curso, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

A comunidade acadêmica tem acesso aos laboratórios especializados exceto quando os mesmos estão destinados às atividades didáticas práticas.

13.9. Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA

A Faculdade de São Paulo - FASP disponibiliza uma sala, destinada as atividades da Comissão Própria de Avaliação - CPA, com mesa, cadeiras, armários, computador ligado à rede e internet. A Avaliação Institucional é realizada por meio eletrônico no portal da Instituição, garantido aos participantes total sigilo de informações. O ambiente atende aos requisitos de dimensão, iluminação, ventilação, acessibilidade, limpeza, conservação e equipamentos.

13.10. Biblioteca: Infraestrura e Serviços

A Faculdade de São Paulo - FASP possui uma Biblioteca e computadores para serem utilizados pelos alunos na pesquisa à base de dados local e outras bases nacionais e internacionais na procura de referências bibliográficas, incluídos no portal da CAPES.

Possui instalações de gabinetes individuais de estudo e salas para estudos individuais ou em grupo. As instalações para o acervo estão adequadas para a quantidade de alunos e livros existentes, devendo ser melhorada de acordo com as necessidades futuras.

A Faculdade de São Paulo - FASP possui uma biblioteca, com TV digital, tablets para empréstimo, cabines individuas e coletivas para estudo, mesas redondas e cadeiras, computadores para consulta e para portador de necessidades especiais, com teclados em Braile e fones de ouvido, para pesquisa na internet e consulta online do acervo.

Horário de atendimento – segunda a sexta-feira das 8h às 22h, com os seguintes serviços oferecidos: empréstimo domiciliar e local de livros e empréstimo local de Tablets para trabalho dentro da IES, levantamento (pesquisa) bibliográfico via internet, interbibliotecas com outras instituições da rede, orientação bibliográfica e auxilio a pesquisa, elaboração de ficha catalográfica e videoteca.

A infraestrutura da biblioteca apresenta espaço e acervos suficientes para atender a capacidade de atendimento e qualidade em serviços oferecidos a comunidade acadêmica. O ambiente atende aos requisitos de dimensão, iluminação, ventilação, acessibilidade, limpeza, conservação e equipamentos.

Além disso, a Biblioteca possui:

- Regimento interno: no qual são definidos sua missão, finalidades, funcionamento, entre outros;
- Regulamento para atendimento e consulta: que descreve os procedimentos para acesso aos serviços;
- Convênios com Biblioteca Virtual e periódicos online;

- Normas: de preservação do acervo, de utilização das salas de estudo em grupo, dos serviços da caixa de devolução, do serviço de cópias, de empréstimo domiciliar, de guarda-volumes e de utilização do espaço físico;
- Plano de Contingência: que é o instrumento que fornece antecipadamente, informação necessária sobre os procedimentos a serem adotados em situações de emergência.

O Regulamento da Biblioteca está disponível na IES para consulta.

13.10.1 BIBLIOTECA: PLANO DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO

O acervo de livro é adequado em quantidade, pertinência, relevância acadêmico-científica e atualização; contempla as bibliografias, básica e complementar, dos cursos oferecidos pela Faculdade de São Paulo - FASP. A adequação dos periódicos impressos é verificada de acordo com a necessidade dos usuários da Biblioteca e daqueles específicos dos cursos oferecidos pela Instituição.

Para atender usuários potenciais da Biblioteca, os mecanismos de seleção, aquisição e atualização do acervo bibliográfico e audiovisual, tomam por base, tanto a bibliografia arrolada nos programas de ensino dos Projetos Pedagógicos de cada um dos cursos da instituição, como as bibliografias recomendadas pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE, em conjunto com os coordenadores e professores, fruto das reuniões periódicas.

De forma geral, para assegurar a qualidade e atualização do acervo bibliográfico e audiovisual, os critérios adotados são:

- adequação do material aos objetivos do curso e da disciplina;
- autoridade/conceito do autor;
- equilíbrio da obra quanto à distribuição do conteúdo;
- qualidade técnica quanto a ponto de vista gráfico e/ou sonoro;
- custo justificável em consideração à verba disponível;
- idioma acessível aos usuários;
- atualidade do material;
- disponibilização de livros-texto, na razão de um livro para cada 10 e menos 15 vagas autorizadas/ reconhecidas, nos cursos de graduação;
- disponibilização da bibliografia complementar, na proporção de dois exemplares para cada título;

- disponibilização dos demais títulos, em função de estatísticas de empréstimo e uso da coleção e da disponibilidade de outros títulos similares na coleção da Biblioteca.

Todo acervo da Bibioteca da Faculdade de São Paulo - FASP permite o acesso a todo material bibliográfico por meio de terminais de consulta, listagens e fichários. É permitido o empréstimo domiciliar para alunos e funcionários da instituição. No caso de usuários externos é permitida a consulta local.

O acesso à internet é permitido apenas para alunos e funcionários e utilizado o sistema de reserva para uso da internet e dos equipamentos quando há muita procura.

O usuário pode fazer solicitações e renovações via área do aluno, no link para a biblioteca.

A biblioteca tem seu acervo ampliado e atualizado principalmente de acordo com as solicitações dos professores. Dá-se prioridade ao aumento do número de exemplares para os livros textos de todos os cursos, tudo isso em conformidade com a verba orçamentária que é específica.

O Acervo virtual de livros e periódicos é acessado por alunos e colaboradores por meio de área especifica no portal. A biblioteca virtual está disponível também para acesso em qualquer local de interesse do aluno.

A IES conta com terminais de consulta dentro da própria biblioteca e conta com laboratório de informática disponível para pesquisas. O acesso à internet é feito por diversos computadores de uso livre para os alunos e funcionários.

A política de desenvolvimento de aquisição, expansão e atualização do acervo da biblioteca da IES tem por finalidade a definição de critérios para a atualização do acervo, bem como a necessidade da aplicação correta dos recursos orçamentários disponibilizados pela Instituição, uma vez que essa política prevê a otimização da utilização dos recursos financeiros disponíveis. Para que os objetivos sejam alcançados, é fundamental que não só os profissionais da informação estejam envolvidos no processo decisório, mas também o corpo técnico (coordenadores, professores), pois contribuirão sobremaneira para a tomada de decisão, por meio de seus conhecimentos.

Todo o acervo é informatizado e funciona em rede. O software utilizado é o TOTVS, que possibilita a consulta e a alimentação das bases de dados

simultaneamente. O sistema permite controle e acesso a módulos de consulta, catalogação e circulação, e possibilita ao aluno fazer reservas, devoluções, empréstimos e renovações.

Os alunos e professores dos cursos da Faculdade de São Paulo - FASP - tem acesso a Biblioteca Virtual, *E*-Livro Educacional Brasil SA, inscrita no CNPJ nº. 34.878.390/0001-19, com aproximadamente 11 mil títulos, com funções de acessibilidade, tais como: acessibilidade em voz alta (escutar o livro em voz alta), configurando a velocidade, o volume e a voz (idioma) e modo de exibição noturna. E periódicos indexados na Base EBSCO, conforme as áreas do conhecimento.

A Biblioteca da IES, possui como instrumento para aquisição, expansão e atualização do acervo a Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC), cuja finalidade é de estabelecer parâmetros e responsabilidades para o desenvolvimento do acervo bibliográfico, norteando o planejamento e avaliação das coleções, e funcionando como um guia para fundamentar a tomada de decisão do profissional bibliotecário em relação à composição do acervo, e de apontar o método de trabalho para consecução dos objetivos. Sendo revisada garantindo assim, a cada 02 (dois) anos a adequação à necessidade da comunidade universitária, aos objetivos da Biblioteca e aos da IES.

A formação do acervo deve ser constituída de acordo com seus recursos orçamentários, e deverá adquirir diferentes tipos de materiais, tais como: Obras de Referência: Bibliografias, Índices, Catálogos; Livros; Periódicos; Trabalhos Acadêmicos; Folhetos; Jornais; DVD e outros, tanto impresso como em formato eletrônico.

A aquisição dos materiais é um processo administrativo que requer estratégias e ações que visem o melhor uso do recurso financeiro associado à eficácia no atendimento ao solicitante. As modalidades da Aquisição podem ser:

Compra: Devido às restrições orçamentárias e a grande quantidade de documentos produzidos, torna-se impossível para qualquer biblioteca universitária adquirir todo o material bibliográfico disponível no mercado editorial. Sendo assim, a Biblioteca estabeleceu as seguintes prioridades para compra de material bibliográfico:

a) periódicos de referência (Base de Dados, Bibliografias, etc.);
b) assinatura de periódicos cujos títulos já fazem parte da lista básica, conforme indicação dos docentes;

c) obras que estejam na bibliografia dos cursos de graduação;
d) obras para cursos em fase de reconhecimento, credenciamento, recredenciamento;
e) obras para implantação de novos cursos;
f) desenvolvimento de pesquisas;
g) materiais para dar suporte técnico a outros setores da Instituição.

A ordem estabelecida acima não significa a prioritária, mas sim, critérios a serem observados no valor da verba para aquisição. Os casos não previstos serão submetidos à apreciação das Coordenações.

Doação: Materiais recebidos como doações serão submetidos aos mesmos critérios do material comprado. Não serão adicionados novos títulos ou volumes ao acervo somente porque foram recebidos de forma gratuita. Quanto às doações recebidas, a Biblioteca poderá dispor das mesmas, da seguinte maneira: incorporá-las ao acervo; doá-las ou permutá-las com outras Instituições e/ou descartá-las. Seleção das obras doadas: serão verificados os critérios abaixo:

a) Livros

- Autoridade do autor, editor e do próprio tradutor, se for o caso;
- Relevância do conteúdo para a comunidade universitária;
- Indicação do título em bibliografias e abstracts;
- Condições físicas do material;
- Língua em que está impresso.

b) Periódicos

- No caso da existência do título, serão aceitos para completar falhas ou coleção;
- No caso de não existência do título, serão aceitos somente aqueles cujos conteúdos sejam adequados aos interesses da comunidade universitária;
- Indexação do título em índices e abstracts;
- Citação do título em bibliografias.

c) Materiais não convencionais

- Para incorporação ao acervo serão obedecidos os mesmos critérios da aquisição deste tipo de material por compra.

Permuta: a) Livros - as obras permutadas com as Livrarias ou Instituições de Ensino Superior serão selecionadas e acrescidas ao acervo de acordo com a relevância e diversificação do material, atendendo as sugestões dos usuários; b) Periódicos - os periódicos permutados com as Editoras ou Instituições de Ensino Superior serão selecionados e acrescidos ao acervo de acordo com a relevância dos títulos e os cursos oferecidos pela Faculdade.

Desbastamento: é o processo pelo qual se retiram do acervo ativo títulos ou exemplares, parte de coleções, quer para remanejamento ou para descarte. Deve ser um processo contínuo e sistemático, para manter a qualidade da coleção. O desbastamento da coleção deverá ser feito no máximo a cada 03 (três) anos.

Remanejamento: É a armazenagem em depósito da Biblioteca do material bibliográfico retirado do acervo ativo, com o objetivo de abrir espaços para materiais novos. Este material ficará organizado e à disposição da comunidade quando solicitado. Critérios para se remanejar material bibliográfico:

- Títulos históricos e não utilizados durante os últimos 5 (cinco) anos;
- Coleção de periódicos correntes, anteriores aos últimos 3 (três) anos;
- Coleções de periódicos de compra encerrada e que tenham em formato eletrônico;
- Coleções de periódicos de valor histórico.

Descarte: Chama-se descarte, o processo mediante o qual o material bibliográfico, após ser avaliado, é retirado da coleção ativa, seja para ser doado a outras Instituições ou ainda eliminado do acervo, possibilitando a economia de espaço. A Biblioteca adotará para descarte de livros os seguintes critérios:

a) inadequação: obras cujos conteúdos não interessam à Instituição, as incorporadas ao acervo anteriormente sem uma seleção prévia ou escritas em línguas pouco acessíveis;
b) desatualização: este critério se aplica principalmente às obras cujos conteúdos já foram superados por novas edições. Entretanto, para aplicação deste critério, deve-se levar em consideração, principalmente, a área de conhecimento a que se refere a obra;
c) condições físicas (sujas, infectadas, deterioradas ou rasgadas). Após

análise do conteúdo e relevância da obra, esta deverá ser recuperada se for considerada de valor e não disponível no mercado para substituição. Havendo possibilidade de substituição com seu custo inferior à da recuperação do material, será feita a aquisição e o material descartado;

d) duplicatas: número excessivo de cópias de um mesmo título em relação à demanda.

Para o descarte de periódicos, a Biblioteca adotará os seguintes critérios:

a) coleções não correntes que não apresentem demanda;
b) periódicos de divulgação geral ou de interesse temporário;
c) periódicos recebidos em duplicata;
d) coleções de periódicos de caráter não científico.

Os critérios para descarte de trabalhos acadêmicos seguirão os mesmos critérios referentes a descarte de livros.

13.10.2 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR

Na formação da bibliografia básica do curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP, considerou-se para cada unidade de ensino um mínimo de 3 (três) títulos, sendo que, para cada uma das obras indicadas existe em média um exemplar na biblioteca para até 6 (seis) alunos, os quais estão devidamente atualizados e tombados junto ao acervo patrimonial da IES e devidamente referendado pelo NDE.

13.10.3 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR

Na formação da bibliografia complementar do presente curso, considerou-se para cada unidade de ensino um mínimo de 5 (cinco) títulos, o que atende de forma excelente ao programa fixado nos planos de ensino das disciplinas do curso, os quais estão devidamente atualizados e tombados junto ao patrimônio da IES e devidamente referendado pelo NDE.

13.10.4 BIBLIOTECA VIRTUAL

Os alunos dos cursos da Faculdade de São Paulo - FASP tem acesso a *E*-Livro Educacional Brasil SA, inscrita no CNPJ nº. 34.878.390/0001-19, com aproximadamente 11 mil títulos, com funções de acessibilidade, tais como:

acessibilidade em voz alta (escutar o livro em voz alta), configurando a velocidade, o volume e a voz (idioma) e modo de exibição noturna. O Acervo virtual de livros e periódicos é acessado por alunos e colaboradores por meio de área especifica no portal. A biblioteca virtual está disponível também para acesso em qualquer local de interesse do aluno e do professor, com acesso 24 horas/dia.

A *E*-Livro Educacional conta com um acervo completo e funcionalidades exclusivas, com praticidade, flexibilidade e segurança para suas pesquisas, por meio de:

- Tecnologia avançada e dinâmica de busca;
- Conteúdos únicos e exclusivos;
- Atualização constante do acervo;
- Presença global;
- Leitor online (text to speech) em 3 idiomas: Inglês, Português e Espanhol;
- Possibilidade de acesso à leitura modo offline;
- Funcionalidades dinâmicas como: Modo resumo, Citações Compartilhadas, Tradutor, Maps, Youtube e muito mais;
- Plataforma segura e responsiva.

13.10.5 PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS

A Faculdade de São Paulo - FASP reconhece a importância e a imprescindibilidade dos periódicos especializados na construção do saber, principalmente em atividades ligadas ao ensino e pesquisa, dispensando constante atenção para a continuada expansão do acervo de periódicos da sua Biblioteca. Atualmente, o acervo da Biblioteca conta com títulos indexados na Base EBSCO, entre outros das áreas do conhecimento.

13.10.6 SALAS DE APOIO DE INFORMÁTICA OU ESTRUTURA EQUIVALENTE

A Faculdade de São Paulo – FASP possui 3 (três) Laboratório de Informática e dispõe de 72 Computadores cada (DELL PROCESSADOR CORE i3, 4GB de memória RAM, HD 500GB, Monitor 19 Polegadas, teclado e mouse DELL, com Sistema Operacional Windows 7 - 64 Bits, Office 2016 – Profissional, acesso à internet), disponíveis para aulas práticas, com softwares específicos e utilização livre

para pesquisas, com computadores disponibilizados para atendimentos especiais, além de teclados em Braile e fones de ouvido.

O mundo atual passa por uma revolução tecnológica muito grande levando todos à busca constante por atualização nesse campo, por isso temos a considerar que todas as possibilidades que a Instituição tiver de inovar e se revestir de uma melhor estrutura tecnológica a ser disponibilizada, será feita, pois hoje, essa abertura de universos e oportunidades de acesso deve ser oferecida a todos os alunos indistintamente.

13.10.7 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A IES dispõe atualmente de infraestrutura de Tecnologia da Informação com rede de computadores que interliga equipamentos entre microcomputadores, impressoras entre outros.

A IES conta com uma estrutura própria de acesso à Internet, para uso acadêmico, que opera por fibra óptica, disponível através de computadores ligado à rede cabeada e três pontos de transmissão de rede sem fio, cobrindo todo perímetro da instituição.

Este recurso está disponível internamente aos alunos, tanto para atividades de aula como para atividades extra aula, oferecendo possibilidades de pesquisa e desenvolvimento de trabalhos.

Para manter este parque tecnológico a Instituição conta com um Departamento de Tecnologia da Informação da mantenedora, auxiliado pelo responsável local. Estes são responsáveis pela manutenção preventiva e corretiva dessa infraestrutura com corpo técnico especializado.

Objetivo: A política de aquisição, atualização e manutenção de equipamentos de Tecnologia da Informação visa garantir aos cursos de graduação e extensão da Faculdade infraestrutura de tecnologia adequada para seu melhor funcionamento.

O programa de atualização da IES oferece acesso à hardwares e softwares disponíveis no mercado. Para atendimento quanto à acessibilidade, os laboratórios de informática são equipados com softwares específicos de leitura de tela, teclados adaptados, fones de ouvido e espaço reservado para cadeirantes.

13.10.8 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, DEPARTAMENTOS ACADÊMICOS E DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS

A Faculdade de São Paulo - FASP possui microcomputadores distribuídos entre os laboratórios de informática, departamentos acadêmicos e departamentos administrativos da IES, conta com Datashow.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção e no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada.

Os critérios de prioridade de atualização dos equipamentos são analisados em duas dimensões: critérios estratégicos para os serviços educacionais da Instituição (passíveis de deferimento pelo Departamento de Tecnologia da Informação e critérios técnicos).

Os critérios técnicos são identificados pelo tempo de uso do equipamento, uso de recursos de processamento, capacidade de armazenamento, acesso à rede e demanda de manutenções corretivas.

13.10.9 PLANO DE AMPLIAÇÃO DA INTERNET

A Faculdade de São Paulo - FASP conta com internet banda larga, distribuída em toda a instituição através de rede cabeada e rede sem fio, contando com bloqueio de websites indesejados através de firewall.

Para melhorar a segurança está em processo de implantação um servidor Proxy e Firewall para monitoramento da Internet que passará a dispor de controle rigoroso e proteção, proporcionando maior segurança e possibilitando uma expansão gradativa da velocidade de conexão sem a troca de equipamentos, bastando a contratação de mais banda com o provedor atual.

13.10.10 EXPANSÃO DE HARDWARE E SOFTWARE

A expansão da infraestrutura de tecnologia deve ser prevista no PDI (Projeto Pedagógico Institucional) da IES. Após aprovação pela direção da Faculdade, a necessidade de expansão deve ser encaminhada ao Departamento de Tecnologia da Informação que, por sua vez, definirá as configurações de hardwares e softwares necessárias, bem como o projeto de implantação, e encaminhará para o Departamento de Compras.

13.10.11 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

O Departamento de Tecnologia da Informação possui uma equipe de técnicos e monitores de laboratórios de informática. Essa equipe é responsável por manter a infraestrutura de Tecnologia da Informação em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e manutenção corretiva. O Departamento de Tecnologia da Informação planeja e executa um cronograma de manutenção preventiva anualmente em todos os equipamentos de Tecnologia da Informação da Instituição.

As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos usuários diretamente ao Departamento de Tecnologia da Informação. O suporte e manutenção dos equipamentos obedecem ao seguinte Programa de Manutenção:

- Manutenção Permanente: Realizada pelo técnico da IES. Consiste na verificação diária do funcionamento normal de todos os computadores, antes do início de utilização do Laboratório de Informática;
- Manutenção Preventiva: Realizada semanalmente no Laboratório de Informática pelo técnico da IES, onde é realizada a verificação das conexões e estado geral dos equipamentos;
- Manutenção Corretiva (interna): Realizada pelo técnico da IES. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva;
- Manutenção Corretiva (externa): Realizada por empresa de suporte externa. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo Departamento de Tecnologia da Informação.

13.11 Instalações Sanitárias

A Faculdade de São Paulo - FASP possui espaço adequado para as instalações sanitárias, atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, segurança,

iluminação, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade, possui gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas institucionalizadas.

13.12 Laboratório de Informática

Os laboratórios de Informática são utilizados com o objetivo de auxiliar os discentes e docentes no conteúdo das disciplinas relacionadas a informática e Direito bem como outras de modo geral.

Os laboratórios de Informática servem para integrar os recursos tecnológicos à comunidade acadêmica, objetivando dinamizar o processo de ensino, pesquisa e extensão. São de uso exclusivo dos alunos e professores e seu uso é comum a todos os cursos. O laboratório é equipado com softwares apropriados para pesquisa e para o desenvolvimento e visualização da prática exigida pelo curso de Direito, além softwares para acessibilidade.

Nas aulas práticas, as turmas de 50 alunos, são divididas em dois grupos. Cabe ressaltar que o laboratório de informática poderá ser utilizado pela comunidade acadêmica fora do horário previsto para aula. Para viabilizar esta utilização, A Faculdade de São Paulo - FASP mantém os laboratórios em funcionamento das 16h às 22 horas de segunda a sexta-feira, com a supervisão do pessoal de apoio ligado a TI.

Os equipamentos são atualizados periodicamente. Além disso, a IES realiza pesquisas para a avaliação dos equipamentos lançados no mercado e que melhor atendem às necessidades de sua comunidade acadêmica.

Os softwares disponíveis na IES são atualizados anualmente ou conforme solicitação do corpo docente. A manutenção dos equipamentos e atualização de programas é feita por funcionários da própria da faculdade, qualificados para esse fim.

13.13 Infraestrutura Tecnológica

Os equipamentos de informática e internet são atualizados e em número adequado para a quantidade de usuários. Os terminais são localizados nas bibliotecas, laboratórios, secretarias, sala dos professores, coordenação e setores administrativos.

Os discentes também utilizam para suas atividades e pesquisas os

computadores instalados na sala dos professores, salas de estudos da Biblioteca e Laboratórios de Informática. Os equipamentos e materiais disponíveis para os discentes são em quantidade suficiente para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, compatíveis com a proposta pedagógica de cada curso.

A acessibilidade de rede internet/intranet em velocidade desejável, tendo em vista que o perfil de alunos da IES tem seus próprios equipamentos e quando não, podem fazer uso dos equipamentos disponibilizados na IES, é o foco da infraestrutura de informática.

A IES dispõe atualmente de infraestrutura de Tecnologia da Informação - TI com rede de comunicação que interliga computadores e impressoras. Essa rede está conectada à Internet banda larga com fibra ótica de 20 Mb de banda dedicada.

A política de aquisição e atualização de hardwares visa atender a demanda. Todas as compras são feitas periodicamente, e são direcionadas através da apuração das necessidades, com base nas novas tecnologias, e tendências. Sendo que, em alguns casos opta-se pela locação de equipamentos.

A equipe de TI mantém alguns equipamentos em estoque, caso venha a surgir algum tipo de problema. Portanto, a política de manutenção de equipamentos de tecnologia visa garantir aos cursos a infraestrutura de tecnologia adequada para seu melhor funcionamento.

Todos os equipamentos (computadores, impressoras, teclados, mouses, monitores, roteadores, Datashow, etc.) que são usados para o ensino presencial, são revisados mensalmente, através de manutenção preventiva, e substituídos se necessário.

Considerando a oferta de recursos de Ferramentas e Sistemas Operacionais livres, a Faculdade de São Paulo - FASP desenvolve política e disseminação do uso de Software Livre em um dos seus laboratórios de Informática, visando aumentar o conhecimento dos alunos, seus benefícios económicos e os possíveis resultados em um mercado competitivo. Frente a crescente expansão e atualização dos softwares no mercado, a faculdade vem se reciclando a cada surgimento de uma nova funcionalidade ou ferramenta significativa, desde que as mudanças sejam realmente importantes para o aprendizado dos Discentes nas duas modalidades.

Como também, contemplando a área administrativa, de modo que está tenha uma melhor agilidade no atendimento aos Discentes e melhoria no fluxo de trabalho. A IES disponibiliza computadores nos departamentos de atendimento ao Discente,

apoio aos Docentes, e apoio/consulta na biblioteca física.

Além disso, a Faculdade vem traçando e aprimorando um plano de contingência que objetiva estabelecer procedimentos de comunicação e mobilização para controle e tratamentos de incidentes, com foco na redução de impacto negativo causado por desastres e no restabelecimento dos serviços de Tecnologia da Informação (TI). Em caso de contingências e emergências que possam ocorrer durante as atividades na execução dos serviços de Tecnologia da Informação, o plano de contingência contém os procedimentos de correção e/ou eliminação dos problemas. Para tanto, esse plano deve assegurar que os processos críticos têm seus riscos identificados, avaliados, monitorados e controlado.

A Faculdade de São Paulo - FASP vem nos últimos anos se dedicando ao atendimento de acesso à tecnologia e informação destinado a atender as pessoas com necessidades especiais. Desta forma, os serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS são contemplados na IES pelo acesso a softwares instalados nos computadores disponibilizados para as pessoas com as necessidades de acessibilidade, por meio das novas tecnologias de informação e comunicação, bem como por recursos didáticos para apoiar a **educação de estudantes surdos ou com deficiência auditiva**, em atendimento ao disposto no art. 14, § 1º, inciso VIII do Decreto nº 5.626/2005, conforme apresentados abaixo:

- BRAILLE TRANSLATOR: trata- se de um site simples que converte o texto digitado em braile;
- BRAILE VIRTUAL: é um curso online, gratuito, baseado em animações gráficas destinados à difusão e ensino do sistema braile a pessoas que enxergam e também aos alunos. O programa braile virtual pode ser salvo e usado fora da internet de forma gratuita;
- DICIONÁRIO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: disponibilizado pelo acesso ao site (https://www.ines.gov.br/dicionario-de-libras/).

A Faculdade de São Paulo - FASP buscando condições para o desenvolvimento do pleno potencial dos seus alunos, oferece-se para os **estudantes com deficiência visual e/ou cegos**, os softwares instalados nos computadores disponibilizados para as pessoas com as necessidades de acessibilidade, por meio das novas tecnologias de informação e comunicação, descritas abaixo:

- DOSVOX: sistema operacional, permite que pessoas cegas utilizem um

microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim um nível alto de independência no estudo e no trabalho;

- MECDaisy: baseado no padrão internacional Daisy - Digital Accessible Information System - a ferramenta brasileira traz sintetizador de voz (narração) e instruções de uso em português. O software permite converter qualquer texto em formato Daisy e, após a conversão, é possível manusear o texto sonoro de maneira semelhante ao texto escrito;
- NVDA: um sintetizador de voz, que é uma ferramenta em forma de hardware ou software que transforma o texto em voz. É um sistema gratuito que possibilita que usuários com deficiência visual possam acessar e interagir com o sistema operacional Windows e vários outros aplicativos;
- Teclado em Braile, com fone de ouvido;
- Biblioteca Digital (*E-Livro*), conta com áudio-book e mudança de tela;

Dando continuidade aos serviços de acessibilidade oferecidos pela Faculdade de São Paulo - FASP, segue abaixo a o programa de atende os **estudantes com deficiências motoras graves**:

- MOTRIX: é um software que permite que pessoas com deficiências motoras graves, possam ter acesso a microcomputadores, permitindo um acesso amplo à escrita, leitura e comunicação, por intermédio da internet. O acionamento do sistema é feito através de comandos que são falados num microfone.

13.14 Infraestrutura de Execução e Suporte

A Faculdade de São Paulo - FASP conta com um Departamento de Tecnologia da Informação, o qual é responsável pela manutenção preventiva e corretiva de toda a infraestrutura, contanto com colaborador especializado para oferecer suporte tanto para os funcionários e docentes como para os discentes.

13.15 Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos

Semestralmente são revistas todas as necessidades de atualização tecnológica do parque de equipamentos e softwares da Faculdade de São Paulo - FASP. Estas revisões são baseadas no orçamento corporativo para investimentos. As revisões acontecem nos meses de janeiro e julho, acompanhando o início dos períodos letivos semestrais.

Para fazer frente aos desafios da prestação de serviços de Tecnologia da Informação a IES tem, ao longo do tempo, adequado o Plano Gestor da Tecnologia da Informação, que tem como objetivo fornece diretrizes para a organização, alinhando tecnologia e planejamento e alocando de maneira estruturada os recursos orçamentários de infraestrutura tecnológica.

Este plano abrange os seguintes componentes de Tecnologia da Informação:

- Infraestrutura;
- Hardware;
- Softwares acadêmicos;
- Equipamentos de rede;
- Sistemas Operacionais;
- Comunicações;
- Pessoas (responsáveis pelos serviços);
- Processos.

Com seu parque tecnológico atual, atende satisfatoriamente os cursos e demais atividades acadêmicas da instituição.

13.16 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

A FASP conta com o sistema TOTVS. Através do sistema é feito o controle de matrículas, cadastro de alunos, evitando a duplicidade de dados e correspondência; emissão personalizada de certificados, declarações, histórico escolar e outros documentos. Com um sistema de gestão escolar pensado especialmente para o setor, permite entre suas funcionalidades:

- Realizar abertura e acompanhamento de processos acadêmicos, controla também, todo o trâmite de solicitações feitas por aluno, professores e outros colaboradores da Instituição;

- Processo Seletivo: Permite o gerenciamento de vestibulares e concursos de bolsas de maneira eficiente, disponibilizando a inscrição dos candidatos através da internet. Os candidatos também podem consultar essas informações no módulo e realizar a impressão de protocolo de inscrição e do boleto de pagamento, no caso de processos com taxa de inscrição;
- Professor: O avanço da tecnologia e a facilidade de acesso à internet têm proporcionado às instituições a oportunidade de maximizar a qualidade dos seus serviços, além de proporcionar agilidade em algumas atividades essenciais para o bom andamento da instituição. Disponibiliza um ambiente online para dar apoio aos docentes da instituição durante as suas atividades acadêmicas de lançamento de notas, de frequência e de controle das turmas. Os principais recursos oferecidos por este módulo são: Lançamento de notas; Histórico das notas inseridas e alteradas; Visualização das médias dos alunos; Lançamento da frequência das turmas com listas de chamada por dia, por etapa e por mês; Configuração da composição das notas pelo professor.

Emissão de relatórios sobre: situação acadêmica dos alunos, notas lançadas pelo professor e atas de notas enviadas.

- Permite a disponibilização de diversas informações e serviços a professores e alunos, além de serviços diferenciados por meio da Internet, contendo os seguintes recursos disponíveis neste módulo: Quadro de avisos; Boletim de notas e faltas; Ficha de ocorrência; Ficha financeira e impressão de boletos.

13.17 Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ

O Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da Faculdade de São Paulo é o ambiente físico ou virtual em que se desenvolvem as atividades de prática jurídica do curso de Direito, com o objetivo de oferecer, na própria instituição, atividades voltadas à formação profissional e à prestação de serviços de assistência jurídica sob sua responsabilidade. Essas atividades são planejadas, organizadas, implantadas,

desenvolvidas, controladas e ajustadas pelo próprio NPJ, sendo estruturadas e operacionalizadas conforme regulamentação específica.

As metodologias aplicadas no NPJ são estruturadas para desenvolver habilidades, capacidades, atitudes e resultados que permitam aos discentes consolidar uma formação jurídica completa, com base na ética, na responsabilidade, na disciplina e no comprometimento com o interesse público. O objetivo é que se tornem profissionais com postura crítica, sensibilidade social e domínio prático das ferramentas jurídicas, capazes de se destacar pela solidez de sua formação e pela relevância de sua atuação nos diversos contextos profissionais:

a) Competência: Desenvolver a capacidade de atuação prática em contextos jurídicos reais e simulados, com foco na aplicação segura, crítica e contextualizada dos instrumentos normativos. Promover o domínio progressivo da argumentação jurídica, da interpretação de casos concretos e da resolução de impasses, inclusive em ambientes de ambiguidade, volatilidade, complexidade e incerteza. Estimular a competência multidisciplinar, a autonomia intelectual e a tomada de decisão fundamentada, mesmo diante de informações parciais ou limitadas.

d) Habilidades: Aprimorar a comunicação jurídica oral e escrita; a capacidade de elaborar peças processuais e documentos de interesse jurídico, conduzir atendimentos e interagir em diferentes formatos (presenciais e remotos). Fortalecer a habilidade de atuar em equipe, integrar saberes jurídicos e utilizar ferramentas tecnológicas aplicáveis à prática profissional. Estimular a criatividade, a adaptabilidade e a postura proativa para engajamento prático e operacional autônomo, com base em cenários simulados e experiências práticas reais. Desenvolver, ainda, a habilidade de identificar, explorar e dominar as ferramentas de trabalho — especialmente as digitais — com autonomia e curiosidade técnica, como parte da rotina de preparação profissional.

c) Atitudes: Cultivar o compromisso ético, a responsabilidade no exercício das funções jurídicas e a disciplina no cumprimento de prazos e metas. Estimular a resiliência frente a situações complexas ou adversas e a disposição para o aprendizado contínuo. Promover o senso de pertencimento institucional, o espírito de corpo e a construção de um ambiente colaborativo, equitativo e sensível às diversidades e singularidades dos discentes. Incentivar, ainda, o protagonismo com responsabilidade, por meio de uma postura ativa e consciente dos alunos quanto ao

seu próprio desenvolvimento, à segurança coletiva e ao impacto de sua atuação no ambiente acadêmico e profissional.

d) Resultados: Formar profissionais com sólida base técnica, preparados para atuar com responsabilidade, senso crítico e consciência social nos diversos espaços do sistema de justiça. Possibilitar a superação de inseguranças e assimetrias por meio da vivência prática estruturada e progressiva. Estimular o engajamento dos discentes em atividades jurídicas simples e recorrentes, previstas no currículo, ampliando gradativamente sua capacidade de análise e interpretação para que possam reconhecer, contextualizar e refletir criticamente sobre temas mais complexos ou menos abordados na prática tradicional. Essa exposição orientada amplia o campo de visão da prática jurídica e contribui para a formação de repertório consistente e sensível à diversidade das demandas sociais. Gerar evidências de aprendizagem aplicada, com desenvolvimento contínuo e mensurável de competências individuais e coletivas, refletidas na qualidade dos atendimentos e das ações jurídicas conduzidas no âmbito do NPJ.

Nesse contexto, as atividades de prática jurídica visam à formação de profissionais aptos a aplicar seus conhecimentos na solução de casos práticos, reais ou simulados, por meio de estágios supervisionados, nos termos definidos neste PPC, bem como em programas e atividades de clínica jurídica com atividade prática complementar. Também envolvem a coordenação e o controle de atividades relacionadas à prática jurídica em ambientes externos ao FASP, tais como: departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas; órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais; escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas.

Complementarmente, o NPJ poderá ainda, em conformidade com a regulamentação aplicável, desenvolver atividades de clínica jurídica para atendimento de pessoas que necessitam de assistência jurídica, mas que não possuem condições econômicas ou financeiras para contratação de advogados, com a finalidade de proporcionar o acesso à justiça, colaborar em construir instituições eficazes e promover a paz e a justiça social e a cidadania. Para isso, cabe ao NPJ, gradativamente e de acordo com o desenvolvimento da capacidade dos discentes, implantar e aplicar de métodos de sistema de justiça multiportas, iniciando-se com a triagem e encaminhando as pessoas que precisam de atendimento jurídico aos

métodos mais adequados de prevenção ou solução de conflitos, sejam eles autocompositivos ou heterocompositivos, judiciais ou extrajudiciais.

No que se refere ao estágio supervisionado, este é destinado aos discentes que já tenham cumprido maior carga horária de formação teórica, os quais têm prioridade na realização dos atendimentos ao público e nas demais atividades práticas complementares. Todavia, considerando o perfil e o engajamento dos alunos, estimula-se a participação nas atividades de clínica jurídica desde os períodos iniciais do curso, sempre sob acompanhamento de discentes mais experientes e com orientação direta dos professores responsáveis.

Reafirma-se, assim, que o NPJ pode, nos limites éticos e técnicos previstos, atuar também por meio de atividades de clínica jurídica voltadas ao atendimento de pessoas que necessitam de assistência jurídica mas não dispõem de condições econômicas ou financeiras para contratar advogados, com a finalidade de proporcionar o acesso à justiça, contribuir para a construção de instituições eficazes e promover a paz, a justiça social e a cidadania. Para isso, cabe ao NPJ, de forma gradativa e conforme o desenvolvimento técnico dos discentes, implantar e aplicar métodos do sistema de justiça multiportas, iniciando pela triagem e encaminhando os atendidos aos meios mais adequados de prevenção ou solução de conflitos, sejam eles autocompositivos ou heterocompositivos, judiciais ou extrajudiciais.

Além dessas atribuições, o NPJ exerce a função de aplicar técnicas práticas de conciliação e mediação para solução de impasses internos entre discentes no contexto das atividades práticas, sejam eles decorrentes de divergências em trabalhos em grupo ou de situações simuladas propostas nas dinâmicas jurídicas. Dessa forma, o próprio NPJ passa a operar como uma câmara de conciliação e mediação — real ou simulada — permitindo aos alunos vivenciarem, na prática, a estruturação, o funcionamento e a operação de mecanismos autocompositivos, alinhados aos princípios da cooperação, da escuta qualificada e da cultura da paz.

Alinhado às diretrizes institucionais, o NPJ tem como fundamento o desenvolvimento de estratégias educativas sustentáveis, considerando, necessariamente, a dignidade da pessoa humana, a redução das externalidades negativas ambientais e o aproveitamento eficaz de seus recursos.

Nesse sentido, busca, de forma gradativa, desenvolver habilidades de inclusão e o aperfeiçoamento das competências de seus discentes em ambientes virtuais e digitais, além de implantar métodos e recursos que simulem a prática de processos e

procedimentos em formato eletrônico; substituir a utilização de documentos em papel por documentos digitais; reutilizar materiais e equipamentos existentes e aproveitáveis até sua inutilidade ou ineficácia; e reduzir o consumo de insumos.

Quanto à estrutura operacional, o NPJ prevê o desenvolvimento de suas atividades tanto em sua estrutura física, que conta com salas exclusivas destinadas à prática jurídica, quanto de forma remota, refletindo a realidade atual da dinâmica das atividades jurídicas. Essa flexibilidade permite que os discentes vivenciem experiências práticas em diferentes formatos — presenciais, remotos, individuais e em grupo —, em variados arranjos pedagógicos. Além disso, favorece a familiarização com ferramentas digitais amplamente utilizadas, ou similares às adotadas por órgãos do sistema de justiçam, nacional e internacional, como tribunais, ministérios públicos, procuradorias, defensorias públicas, departamentos jurídicos e escritórios de advocacia. Essa organização amplia o tempo dedicado à prática jurídica e fortalece a integração entre eles, contribuindo para a formação de profissionais adaptados às exigências contemporâneas do exercício jurídico.

Do ponto de vista metodológico, adota-se no NPJ estratégias que fomentam o protagonismo estudantil nos projetos e atividades desenvolvidas. Os discentes são incentivados a propor projetos e ações, elaborar peças processuais e documentos, realizar atendimentos jurídicos, além de organizar e participar ativamente de eventos temáticos, sempre sob a orientação dos docentes. A supervisão dos professores assegura a segurança jurídica e a qualidade técnica das atividades, ao mesmo tempo em que promove a experimentação prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula. Essa dinâmica fortalece o compromisso dos alunos com um aprendizado significativo, contribuindo para sua formação cidadã, crítica e comprometida com os valores democráticos e com a transformação social.

A formação da liderança discente também é incentivada por meio da atuação em projetos interdisciplinares, na supervisão de grupos de trabalho e na participação ativa na gestão dos casos atendidos. Os alunos são instigados a tomar decisões, assumir responsabilidades e coordenar ações coletivas, sempre com o suporte pedagógico dos professores orientadores. Essa abordagem estimula a autonomia, a iniciativa e a capacidade de conduzir processos colaborativos — competências essenciais ao exercício ético e eficiente da prática jurídica.

A liderança é construída em ambiente de absoluto respeito às características individuais dos discentes, permitindo que, dentro de seus próprios limites e com

desenvolvimento progressivo, possam aprimorar valores éticos como lealdade, compromisso, pontualidade, integridade, disciplina e altruísmo. Também se busca fortalecer a autoimagem e a percepção da comunidade sobre sua atuação como liderança, bem como superar eventuais sentimentos de inferioridade por meio da autoconfiança profissional adquirida com a vivência prática e o domínio progressivo das competências jurídicas.

Por fim, a experiência prática vivenciada no NPJ contribui significativamente para ampliar a capacidade intelectual, encorajar e manter o trabalho em equipe de forma harmônica, definir objetivos com clareza e manter o foco na execução das atividades. Além disso, promove o desenvolvimento de habilidades mentais, físicas, emocionais e interpessoais, bem como de competências cognitivas superiores, como o pensamento analítico — essencial para decompor e compreender situações jurídicas complexas —, o pensamento crítico — voltado à avaliação fundamentada de argumentos e decisões — e o pensamento criativo — voltado à proposição de soluções jurídicas adequadas, inovadoras e responsáveis. Tudo isso é desenvolvido de forma progressiva, em consonância com as possibilidades individuais e coletivas dos discentes.

14 INFRAESTRUTURA PLANEJADA PARA DEFICIENTES

O prédio está adaptado e preparado para que deficientes não tenham dificuldades de locomoção, sendo que recursos para deficientes visuais e auditivos estão disponíveis na instituição (quando necessário), atendendo ao que determina a legislação específica.

Entre os requisitos exigidos para atender as deficiências físicas estão os seguintes: rampas de acesso, vagas marcadas no estacionamento, adaptação de portas dos banheiros, barras de apoio. As instalações compõem-se de edificações, espaços livres, áreas de esportes e lazer, serviços e apoios, podendo apresentar um bom índice de aproveitamento das dependências nos dois turnos, além de infraestruturas de apoio ao aluno.

Desta forma, A Faculdade de São Paulo - FASP segue o que está disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei n° 10.098/2000, nos Decretos n° 5.296/2004, n° 6.949/2009, n° 7.611/2011 e na Portaria n° 3.284/2003, assim há condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Tabela 15 - Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, temos determinações específicas para as pessoas com deficiência.

Espectro da Acessibilidade	Definições	Práticas e exemplos relacionados à IES	Práticas efetivamente utilizada na IES
Acessibilidade Atitudinal	Refere-se a percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.	Essa acessibilidade pode ser notada quando existe, por parte dos gestores institucionais, o interesse em implementar ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude. A priorização de recursos para essas ações é um indicativo da existência de acessibilidade atitudinal.	● NAP (Núcleo de Apoio Psicopedagógico); ● Orientações aos familiares dos alunos com deficiência.
Acessibilidade Arquitetônica (também conhecida como física)	Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos.	Os exemplos mais comuns de acessibilidade arquitetônica são a presença de rampas, banheiros adaptados, elevadores adaptados, piso tátil, entre outras.	● Rampas de acesso; ● Piso tátil; ● Banheiros adaptados; ● Placas impressas em Braile.
Acessibilidade Metodológica (também conhecida como pedagógica)	Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionado diretamente a concepção subjacente a atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção de barreiras pedagógicas.	É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aulas quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.	● Impressões ampliadas; ● Interprete de libras; ● Aplicativo no celular para a comunicação com surdo - *Hand Talk;* ● Softwares específicos para os níveis de deficiência, tais como auditiva, visual e motora, apresentados na Acessibilidade Digital; ● Biblioteca Virtual (*E-Livro*) e o Ambiente Virtual de Aprendizagem, com acessibilidades que viabilizam a aprendizagem.
Acessibilidade nas comunicações	É a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos	Um dos exemplos de acessibilidade nas comunicações é a presença de interprete na sala de aula em consonância com a Lei de libras e Decreto de Acessibilidade.	● Interprete de libras; ● Aplicativo no celular para a comunicação com surdo - *Hand Talk;*

	em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).		● Placas de identificação em Braile.
Acessibilidade Programática	Eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos entre outros.	Ocorre quando a IES promove processos de sensibilização que envolvem a informação, o conhecimento e a aplicação dos dispositivos legais e políticas relacionadas á inclusão e á acessibilidade de estudantes com deficiência na educação superior. Muitas vezes estes estudantes não têm conhecimento de seus direitos e, em razão disso, não vislumbram a possibilidade de acessar a universidade. Essa acessibilidade se expressa, também, toda vez que novas leis, decretos, portarias são criados com o objetivo de fazer avançar os direitos humanos em todos os seus âmbitos.	● Palestras que abordam o tema. ● Trabalhos desenvolvidos em sala de aula sobre direitos humanos. ● Disponibilidade de documentos legais sobre Inclusão.
Acessibilidade Instrumental	Superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), do trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística de esportiva).	Esse tipo de acessibilidade envolve todas as demais e sua materialidade reflete a qualidade do processo de inclusão plena do estudante na educação superior.	● Interprete de libras; ● Traduções em Braile – aplicativo no celular, que traduz automaticamente texto e áudio (*Hand Talk*).
Acessibilidade nos transportes	Forma de acessibilidade que elimina barreiras não só nos veículos, mas também nos pontos de paradas, incluindo as calçadas, os terminais, as estações e todos os outros equipamentos que compõem as redes de transportes.	Percebe-se aderência da IES a esse tipo de acessibilidade quando existe transporte coletivo à disposição dos estudantes e aqueles com algum tipo de deficiência física ou mobilidade reduzida conseguem fazer uso do mesmo com segurança e autonomia, sem prejuízo para sua locomoção.	● Guias rebaixadas das calçadas; ● Linha de ônibus adaptados para deficientes.
Acessibilidade Digital	Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acessos físicos, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.	Evidencia-se a existência dessa acessibilidade quando a IES possui acervos bibliográficos dos cursos em formato acessível ao estudante com deficiência (prioritariamente os de leitura obrigatória) e utiliza diferentes recursos e ajudas técnicas para que o estudante tenha acesso a informação e ao conhecimento independentemente de sua deficiência.	● Sistema DOSVOX (O sistema operacional DOSVOX permite que pessoas cegas utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim um nível alto de independência no estudo e no trabalho); ● DICIONÁRIO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, BRAILE TRANSLATOR, BRAILE

			VIRTUAL, instalados nos computadores específicos para a acessibilidade; ● Biblioteca Virtual (*E-Livro*): Acessibilidade em voz alta (escutar o livro em voz alta, configurando a velocidade, o volume e a voz - idioma); modo de exibição noturna; ● *Hand Talk* tradutor ou similar (Traduz frases e palavras de português, e áudio para Língua Brasileira de Sinais - Libras); ● MECDaisy (ferramenta brasileira traz sintetizador de voz-narração e instruções de uso em português); ● NVDA (um sintetizador de voz, que é uma ferramenta em forma de hardware ou software que transforma o texto em voz); ● MOTRIX (é um software que permite que pessoas com deficiências motoras graves, possam ter acesso a microcomputadores, permitindo um acesso amplo à escrita, leitura e comunicação, por intermédio da internet); ● Teclado em Braile com fone de ouvido.

Fonte: Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação *in loco* do Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior - SINAES (INEP, 2013).

CONCLUSÃO

Com base nas informações fornecidas, é possível concluir que o Curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP é de grande importância para a região e para os estudantes que buscam formação de qualidade na área jurídica. A instituição conta com um corpo docente qualificado, uma infraestrutura adequada e um projeto pedagógico que busca preparar os alunos para atuarem de forma ética e competente no mercado de trabalho.

Além disso, o Curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP busca contribuir para o desenvolvimento da região, formando profissionais capacitados e comprometidos com a justiça e a cidadania. Dessa forma, a instituição tem um papel importante na formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Com base nas informações disponíveis, é possível concluir que o Curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP apresenta uma observância adequada às diretrizes curriculares de Direito exigidas pelo Ministério da Educação. O curso possui uma estrutura curricular que contempla as disciplinas obrigatórias e complementares previstas nas diretrizes, além de oferecer atividades complementares e estágios supervisionados que são fundamentais para a formação dos futuros profissionais do Direito.

É importante ressaltar que a observância das diretrizes curriculares pelo curso é fundamental para garantir a qualidade da formação dos alunos e sua capacidade de atuação no mercado de trabalho. Além disso, a preocupação da IES em manter um corpo docente qualificado e atualizado, bem como a oferta de recursos e infraestrutura adequados, contribui para a formação de profissionais capazes de atuar com ética e excelência em diversas áreas do Direito.

Portanto, é possível afirmar que o Curso de Direito da Faculdade de São Paulo - FASP apresenta uma observância satisfatória às diretrizes curriculares exigidas pelo Ministério da Educação, o que contribui para a formação de profissionais capacitados e preparados para enfrentar os desafios da prática jurídica.

São Paulo-SP, 10 de março de 2025.

Aprovado em 10 de março de 2025 pela Resolução do Conselho Superior, 13/2025

REFERÊNCIAS

BERBEL, N. A. N. **A problematização e a aprendizagem baseada em problemas**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 2, n. 2, p. 139-154, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Superior. Carga Horária Mínima e Procedimentos Relativos à Integralização e Duração dos Cursos de Graduação, Bacharelados, na Modalidade Presencial. **Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 jun. 2007. Seção I, p. 6. Republicada em 17 set. 2007. Seção 1, p. 23.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Superior. Procedimentos a serem Adotados Quanto ao Conceito de Hora-Aula, e dá Outras Providências. **Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 jul. 2007. Seção I, p. 56.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Superior. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. **Resolução CNE/CES n° 05, de 17 de dezembro de 2018**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 de dez. 2018, Seção 1, p. 47 e 48.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 maio 2012, Seção I, p. 48.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 jun. 2004, Seção I, p. 11.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação**.** Educação Ambiental, Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá Outras Providências. **Decreto Federal nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jun. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Estabelece Normas Gerais e Critérios Básicos para a Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida, e dá Outras Providências. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e daí outras

providências. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 dez 2018, Seção I, p. 49.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. **Lei Federal nº 9.394, 1996**.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Língua Brasileira de Sinais – Libras. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005** – Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Seção I, p. 28.

BRASIL. Ministério da Educação. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2018.

LIMA, F. B.; FERNANDES, J. D.; SANTOS, R. M. S.; SANTOS, J. O. Uma abordagem sobre a utilização dos mapas conceituais no ensino de biologia. **Revista Latino-Americana de Educação, Cultura e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2017.

LITTO, F. M.; MATTAR, J. **Educação aberta online:** pesquisar, remixar e compartilhar. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. **Verbete IQCD (Índice de Qualificação do Corpo Docente)**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/iqcd-indice-de-qualificacao-do-corpo-docente/>. Acesso em: 10 de dez. 2021.

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI, 2018-2022.

SANTOS, E. **Mídias e tecnologias:** na educação presencial e a distância. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

SCHENEIDERS, L. A. **O método da sala de aula invertida (*flipped classroom*).** Lajeado: Ed. da Univates, 2018.

ANEXO I

EMENTÁRIO
CURSO DE DIREITO
MATRIZ CURRICULAR 2025

1° Semestre

COMPONENTE CURRICULAR: Introdução ao Estudo do Direito
CH: 30h
EMENTA:
Estudos preliminares da ciência do direito e suas manifestações na dogmática jurídica. Aplicação dos conhecimentos iniciais das normas sistematizadas em caráter interdisciplinar, inserindo os parâmetros da ética profissional, da sociabilidade e da postura crítico-reflexiva.
CONTEUDO PROGRAMÁTICO:
O Direito e suas conceituações, objetivos, finalidades e técnicas. Mecanismos de controle social: ética, moral, religião e Direito. Histórico e fontes do Direito. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB). Prática e utilização de legislação codificada. Normas jurídicas: integração, interpretação e aplicação no tempo e no espaço. Norma Jurídica: estrutura e classificação. Teoria Tridimensional do Direito. Organização judiciária.
OBJETIVOS:
Fomentar o interesse pela ciência jurídica contribuindo para a inserção dos conceitos doutrinários na atuação social do aluno. Possibilitar postura reflexiva e orientada pela ética social e profissional. Buscar entendimento e expressividade crítica como formas de inserir a pesquisa na formação holística do aluno.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
MEZZOMO, C. Introdução ao direito. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2011. 196 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/171370. Acesso em: 28 abr. 2025
S. D. A. Neto, Introdução ao Estudo do Direito, 1. Bookwire - Editora Dialética, 2021. [En Línea] Diponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202115. Acesso em: 28 abr. 2025
GONZAGA DE SOUZA, D. Filosofia e direito. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2018. 368 p. Diponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171489. Acesso em: 28 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
"JÚNIOR, D. D. C. (Org.) ; OLIVEIRA, L. S. D. (Org.). Direitos humanos e direitos fundamentais: debates contemporâneos. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 620 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/254942. Acesso em: 28 abr. 2025
"
HEILMANN, M. D. J. R. A. (Org.). Temas de Direito Ambiental e Administrativo. 1. ed. Curitiba: Bookwire - Editora Appris, 2021. 388 p. Diponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/193539. Acesso em: 28 abr. 2025
XAVIER, G. Direito Administrativo: 4.700 Questões Respondidas. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Foco, 2021. 793 p. Diponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/205589. Acesso em: 28 abr. 2025
CORTEZ FERNANDES, A. Direito Civil: contratos. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2011. 384 p. Diponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171375. Acesso em: 28 abr. 2025

CORTEZ FERNANDES, A. Direito Civi: responsabilidade civil. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2013. 296 p. Diponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171376. Acesso em: 28 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Ciências Políticas e Teoria Geral do Estado

CH: 30h

EMENTA:

O exercício da consciência política de Estado deve ser iniciado nos primeiros anos da pesquisa prática jurídica. A compreensão da sociedade, os movimentos públicos e individuais através das decisões coletivas se objetivam através da Teoria do Estado. As operações estatais, funções, elementos e evolução até a contemporaneidade. Organização histórica, construções constitucionais e autoritárias. Reflexões sobre a democracia, Estado e Religião. Interpretação do discurso público. A escolha do Estado e os Direitos Humanos. Sufrágio e minorias. História construção constitucional brasileira.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. APRESENTAÇÃO DA POLÍTICA E SEUS CONCEITOS: 1.1 Ciência Política e Teoria do Estado; 1.2 Evolução histórica; 1.3 O fenômeno político: poder e legitimidade; 2. ORIGEM DA SOCIEDADE: 2.1 Características da sociedade; 2.2 Teoria da Origem Natural (Aristóteles, Cícero, Santo Thomás de Aquino); 2.3 Teoria Contratualista (Hobbes, Locke, Rousseau); 3.SURGIMENTO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO: 3.1 O estado oriental antigo; 3.2 A cidade-estado grega; 3.3 O Estado romano; 3.4 O estado medieval; 3.5 Instituições feudais: A Igreja Católica; 3.6 O estado nacional; 3.7 O absolutismo monárquico; 3.8 A revolução liberal; 3.9 “Estado de Direito e “Constitucionalismo”; 4. DEFINIÇÃO DO ESTADO MODERNO; 4.1 Elementos constitutivos: povo, território e soberania; 4.2 Estado e Nação; 4.3 Soberania: o componente político-jurídico do Estado 5. FORMA DE GOVERNO: 5.1 Classificações antigas e modernas; 5.2 Monarquia e República; 5.3 Presidencialismo e Parlamentarismo; 6. REGIMES POLÍTICOS: Democracia (formal e substancial) e Ditadura (conservadora e revolucionária).

OBJETIVOS:

Desenvolver um olhar crítico em relação as formas organizacionais do Estado. Reconhecer a importância da pesquisa políticas dos entes estatais. Refletir os conceitos e pluralidade de elementos incorporados pelo organização político-estrutural da soberania do Estado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LUCAS, J. I. Ciência política. ed. [S. l.]: Universidade Caxias do Sul, 2021. 187 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/213541. Acesso em: 28 abr. 2025

FIUZA, R. A. M. Aulas de teoria do estado (4a. ed.). ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Del Rey, 2016. 229 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175820. Acesso em: 28 abr. 2025

"ABAL MEDINA, J. M. Manual de Ciencia Política. 2. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Eudeba, 2020. 332 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/153621. Acesso em: 28 abr. 2025”

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FAU, M. E. Diccionario básico de Ciencia Política. ed. Buenos Aires: La Bisagra, 2013. 129 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/127991. Acesso em: 28 abr. 2025

VILLAMAR CRUZ, V. ; LÓPEZ DURÁN, R. Teoría del estado. ed. México, D.F: IURE Editores, 2018. 265 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/40258. Acesso em: 28 abr. 2025
PALACIO, E. Teoría del Estado. 1. ed. [S. l.]: Editorial Docencia, 2013. 154 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/215623. Acesso em: 28 abr. 2025
RUSSO, J. Repensar la ciencia política. ed. México: Editorial Miguel Ángel Porrúa, 2011. 334 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/38513. Acesso em: 28 abr. 2025
DIZ OTERO, I. Ciencia política contemporánea. ed. Barcelona: Editorial UOC, 2013. 269 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/56588. Acesso em: 28 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Introdução à Linguagem

CH: 60h

EMENTA:

Apresentação da relação entre o Direito e a Linguagem e a importância no processo do pensar jurídico. Figuras de linguagem e o discurso. A importância da gramática da língua portuguesa na manifestação da estrutura do pensamento jurídico e na construção transdisciplinar.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

Noções básicas do estudo da linguagem. Leitura sistemática. Coesão, coerência, clareza, informatividade e adequação comunicativa em diferentes situações de interação verbal e escrita, com aplicação prática das normas da Língua Portuguesa. Linguagem Jurídica: características gerais.

OBJETIVOS:

Facilitar transição da linguagem informal para a formal. Prover ao aluno ferramentas para o desenvolvimento de habilidades argumentativas adequados a oralidade e a redação jurídica. Demonstrar a importância da linguagem profissional e ética como ferramentas para o operador do Direito. Produção de textos sociocomunicativos. Desenvolvimento de textos jurídicos e científicos; leitura crítica e interpretativa; elaboração de textos permeados pela clareza, intencionalidade, coesão e coerência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARCHIORI, M. Linguagem e discurso. Difusão Editora, 2018. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/173719. Acesso em: 28 abr. 2025
"VILELA, D. S. ; MONTEIRO, A. (Org.). Paradoxos do infinito e os limites da linguagem. ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016. 367 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/160460. Acesso em: 28 abr. 2025”
SAMPAIO, S. M. As Relações Lógico-Semânticas De Projeção Em Textos Acadêmicos. 1. ed. Jundiaí: Bookwire - Paco e Littera, 2019. 124 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/243365. Acesso em: 28 abr. 2025**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

NEVES, M. H. D. M. Guia de uso do português: confrontando regras e usos (2a. ed.). Sño Paulo: Fundação Editora UNESP, 2012. p. Disponpivel em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/174957. Acesso em: 28 abr. 2025
VILLELA, A. M. N. (Org.), SOBRINHO, J. C. (Org.) ; DA SILVA, R. B. (Org.). Linguagem, tecnologia e educação. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Peirópolis, 2010. 403 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/196089. Acesso em: 28 abr. 2025

FERNANDES, L. C. Interação: práticas de linguagem. 1. ed. Londrina: Bookwire - EDUEL, 2019. 187 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/198740. Acesso em: 28 abr. 2025
LARROSA, J. Linguagem e educação depois de Babel. 2. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Autêntica Editora, 2017. 364 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/192720. Acesso em: 28 abr. 2025
FONTANA, N. M. SOLDATELLI PAVIANI, N. M. ; PAESE PRESSANTO, I. M. Práticas de linguagem: gêneros discursivos e interação. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2019. 238 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/171398. Acesso em: 28 abr. 2025.

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Penal: Teoria do Crime

CH: 60h

EMENTA:

Estudos sobre os principais institutos da parte geral de direito penal. Fontes do direito penal. Princípio da legalidade. Princípios. Vigência da lei penal. Do crime. Tipicidade. Da antijuridicidade. Da culpabilidade. Das causas excludentes da imputabilidade. Do concurso de pessoas. Da comunicabilidade.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

Conceito e função do Direito Penal. Teoria da Norma Penal. Princípios. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Teoria do Crime. Classificação dos crimes. Conceito de crime. Fato típico. Ação e a omissão penalmente relevante. Dolo e culpa. Nexo de causalidade e imputação objetiva do resultado. Tipicidade. Antijuridicidade. Causas de exclusão da antijuridicidade. Culpabilidade: imputabilidade, potencial conhecimento da ilicitude (Teoria do Erro) e exigibilidade de conduta diversa. Tentativa e consumação. Desistência voluntária, arrependimento eficaz, arrependimento posterior e crime impossível. Concurso de pessoas: autoria e participação.

OBJETIVOS:

Instrumentalizar o acadêmico à reflexão sobre o Direito Penal e os reflexos na sociedade durante a evolução jurídica. Compreender o crime a partir das Teorias Penais modernas. Facilitar a assimilação do Direito Penal através do exame da conduta humana em face da aplicação da doutrina teórica aos fatos relevantes contemporâneos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RODRIGUES, C. Manual de direito penal. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Bookwire - Editora Foco, 2019. 849 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/133380. Acesso em: 28 abr. 2025
MENDES PEREIRA, G. Direito penal I. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2012. 98 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171379. Acesso em: 28 abr. 2025
"ARANHA FILHO, A. J. Q. T. D. C. (Coord.), MAGNO, L. E. (Coord.) ; CURY, R. (Coord.). Temas atuais de Direito Penal e Direito Processual Penal. 1. ed. [S. l.]: Editora Rideel, 2021. 356 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/266840. Acesso em: 28 abr. 2025”

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ZANETTI, J. C. T. Direito e Processo Penal: reflexões críticas contemporâneas. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 251 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202089. Acesso em: 28 abr. 2025
OLIVEIRA DUARTE STUHR, W. O. D. Estudos comparados de direito penal e processual penal brasileiro e português. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais,

2009. 168 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/65806. Acesso em: 28 abr. 2025
LARA, M. D. Discussões sobre direito penal digital na contemporaneidade. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 161 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/203719. Acesso em: 28 abr. 2025
SILVA, K. C. D. Direito Penal do Inimigo: Aspectos Jusfilosóficos e Normativos. ed. Jundiaí, Sao Paulo: Bookwire - Paco e Littera, 2016. 177 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/118869. Acesso em: 28 abr. 2025
BATISTA, G. B. D. M. Ética, Direito Penal e Mercado: Mercantilização do Sistema Penal no Brasil. 1. ed. Curitiba: Bookwire - Editora Appris, 2021. 422 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/194365. Acesso em: 28 abr. 2025.

COMPONENTE CURRICULAR: História do Direito

CH: 30h

EMENTA:

A história do Direito Brasileiro caminha junto com a sociedade Ocidental, mas ele se inicia desde as primeiras gravuras de povos sem escrita até as práticas do direito primitivo Oriente-Ocidente, que propôs em seus primórdios os conceitos de controle e práticas. Serão indicadas as influências mais latentes do Direito Brasileiro como: Grécia Antiga, Império Romano, Direito Canônico e a Portuguesa. A constituição do Direito privado, positivo, comparado e os passos da implementação do Estado Democrático de Direito formada pela contemporaneidade. Analisar o movimento realizado pelas minorias e pessoas distanciadas de seus direitos por etnia, cor e status social.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. CONCEITUAÇÃO E OBJETO DA HISTÓRIA DO DIREITO; 1.1 O Direito na Pré-história: “direitos primitivos”; 1.2 O Direito na História Antiga: Egito. Suméria. Mesopotâmia. Grécia. Roma; 1.3 O Direito na Idade Média: Direito Medieval. Feudalismo. Magna Carta da Inglaterra. Legislação Canônica e Inquisição; 1.4 Idade Moderna: Surgimento do Estado Moderno. Renascimento. Reformas Protestantes. Estados Absolutistas. Grandes Navegações. Revolução Francesa. Iluminismo. Revolução Industrial; 1.5 Idade Contemporânea: Encíclica Rerum Novarum – Papa Leão XIII. O Processo de Codificação do séc. XIX e sua contextualização. A Declaração Universal dos Direito do Homem (ONU); 1.6 História do Direito no Brasil.

OBJETIVOS:

Identificar as influências das instituições internacionais dentro da constituição jurídica brasileira. Relacionar os fortes ganhos que a Constituição Federativa do Brasil de 1988 propiciou para a sociedade brasileira. Confrontar dados históricos de melhoria de vida da população frente a escolha de um novo regime político democrático.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

WOLKMER, A. C. (Org.). Fundamentos de História do Direito (10a. ed.). ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Del Rey, 2019. 633 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175827. Acesso em: 28 abr. 2025
OLIVEIRA, M. A. C. D. (Il.). Constitucionalismo e História do Direito: 2ª edição. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. 782 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/206744. Acesso em: 28 abr. 2025

RIBAS, C. L. Discursos na Cultura do Direito: Uma Análise Interdisciplinar da História não Contada. 1. ed. Curitiba: Bookwire - Editora Appris, 2020. 156 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/194307. Acesso em: 28 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MEZZOMO, C. Introdução ao direito. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2011. 196 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171370. Acesso em: 28 abr. 2025 Virtual

S. D. A. Neto, Introdução ao Estudo do Direito, 1. Bookwire - Editora Dialética, 2021. [En Línea] Diponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202115.Acesso em: 28 abr. 2025 Virtual

GONZAGA DE SOUZA, D. Filosofia e direito. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2018. 368 p. Diponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171489. Acesso em: 28 abr. 2025 Virtual

MELLO, V. T. C. Doutrina brasileira do habeas corpus: Um estudo de história do Direito. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Paco e Littera, 2021. 206 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/255280. Acesso em: 28 abr. 2025 Virtual

NOGUEIRA DA SILVA, C. (Coord.) ; SEIXAS, M. (Coord.). Estudos Luso-Hispanos de História do Direito. ed. Madrid: Dykinson, 2021. 657 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/182187. Acesso em: 28 abr. 2025 Virtual

COMPONENTE CURRICULAR: Sociologia Geral e Jurídica

CH: 30h

EMENTA:

O pensamento sociológico surge com a sociedade, que captura todos os movimentos estruturais de um Estado, ocasionando um pluralismo jurídico, que se relaciona diretamente com a participação popular que ao longo da história lutou pelo acesso à justiça. Aqui será apresentada a luta de classes, a alienação, ideologia que caminham com o direito. A evolução da mediação social a construção do direito e a democracia e suas teorias de sistematização social. A reconstrução da América Latina e a escolha da Democracia como representação de estado-político. Fortificação dos elementos de direito privado influência do (*common law*) e um aumento na estrutura social de direito.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. O Direito nos Clássicos da sociologia (Durkheim, Marx e Weber); 2. O Direito na Teoria Sociológica Contemporânea (Luhmann, Habermas, Bourdieu, Foucault e Boaventura de Souza Santos); 3. A Metodologia da Pesquisa Sociológica sobre o Direito; 4. O Direito na Teoria Social Contemporânea – principais abordagens e conceitos: 4.1. Pluralismo Jurídico, legalidade e legitimidade (Gurwitch, Erhlich, Grumpovicht); 4.2. Direito e mudança social; 4.3. Socialização e Controle Social; 4.4. Diferenças e Desigualdades Sociais e o Direito (gênero, geração, classe e raça); 4.5. O Direito e os novos movimentos sociais – as demandas por reconhecimento; 4.6. Juridificação e Judicialização da vida social. 5. A Sociologia Jurídica no Brasil: 5.1. O surgimento da Sociologia Jurídica no Brasil; 5.2. A consolidação da abordagem sociológica sobre o Direito nos anos 80/90.

OBJETIVOS:

Compreender a importância dos movimentos sociais, pesquisando os reflexos destas mudanças dentro dos estratos mais relegados da sociedade. Reconhecer a mudança e o pensamento crítico entre o formalismo jurídico e as necessidades sociais da maioria da

população brasileira. Buscar uma prática jurídica voltada a realidade do Brasil e um olhar consciente aos casos concretos que serão apresentados dentro de sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HERNÁNDEZ, P. P. Sociología jurídica. ed. [S. l.]: Universidad Abierta para Adultos (UAPA), 2018. 261 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175607. Acesso em: 28 abr. 2025

OLIVEIRA, L. Manual de Sociologia Jurídica. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Vozes, 2019. 214 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/204633. Acesso em: 28 abr. 2025

MAUSS, M. Sociologia e Antropologia. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Ubu Editora, 2018. 731 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/207017. Acesso em: 28 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARBONNIER, J. Sociología jurídica. 1. ed. Santiago de Chile: Ediciones Olejnik, 2019. 288 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/235637. Acesso em: 28 abr. 2025

BOUDON, R. A Sociologia como ciência. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Vozes, 2021. 144 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/204753. Acesso em: 28 abr. 2025

CUNHA, F. S. História & Sociologia. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Autêntica Editora, 2013. 101 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/192517. Acesso em: 28 abr. 2025

DURAND, J. A Sociologia de Marx. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Vozes, 2016. 149 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/204755. Acesso em: 28 abr. 2025

LÓPEZ ÁLVAREZ, A. Glosario jurídico básico. ed. San Vicente: ECU, 2013. 476 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/62279. Acesso em: 28 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Estudos socioantropológicos (EAD)

CH: 40h

EMENTA:

O estudo do homem abrangendo sua evolução, crenças e valores. Os múltiplos aspectos culturais, sociais, de poder nas determinações históricas. Formação da consciência crítica para a convivência do homem em seu contexto histórico e social, com ênfase na reflexão acerca das temáticas que envolvem racismos, preconceitos e etnocentrismos. O desenvolvimento do pensamento sociológico. A ciência do homem e sua diversidade. A construção do campo antropológico: suas primeiras bases teóricas. O século XVIII e a ciência antropológica. As escolas antropológicas. Estudo da história afro-brasileira e indígena.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Sociologia Clássica Homem, a cultura, a tradição; 1.1 Teorias Sociológicas: Comte, Durkheim, Weber e Karl Marx; 1.2 A Sociologia no Brasil, a Sociologia do Desenvolvimento; 2. Instituições e Controle Social Adaptação, coerção e repressão; 3. Sociologia Contemporânea; 3.1 A questão da pobreza: cidadania e exclusão Social; 3.2 A Violência, questão ecológica, gênero, etnia e multiculturalismo; 3.3 Neoliberalismo e globalização; 4. Antropologia. A Antropologia e o direito: O outro nas relações sócio – culturais; 4.1 Antropologia Social, Cultural e jurídica; 4.2 Evolução física e o impacto social; 4.3 Cultura, costumes, tradição e religião; 4.4 Manifestações humanas nas práticas sociais e jurídicas; 5. A Construção Cultural do Corpo A cultura do corpo em uma sociedade de consumo; 5.1 O corpo e seus signos sociais, A natureza cultural do ser humano; 5.2 O envelhecimento: o

corpo, o sentimento de inutilidade, o cuidado as perspectivas do idoso; 6. Relações de alteridade, Cultura e Direito. As identidades culturais e sexuais das tribos urbanas; 6.1 O exótico e o diferente nas relações sociais e culturais; 6.2 A criminalização dos movimentos sociais, indígenas e de cultuara alternativa: hip-hop, grafiteiros, entre outros.

OBJETIVOS:

Compreender a contribuição da Sociologia e da Antropologia, tendo em vista os fenômenos sociais, para o desenvolvimento do Direito, Justiça e Sociedade. Analisar processos sociais numa visão crítico-analítica da sociedade contemporânea. Desenvolver reflexões interdisciplinares direcionadas a evolução das sociedades humanas em processos de interação, e as dificuldades que ocorrem em decorrência disso, considerando seus contextos políticos, históricos e culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HERZFELD, M. Antropologia: Prática teórica na cultura e na sociedade. 1. ed. Petrópolis, RJ: Bookwire - Editora Vozes, 2019. 586 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/204743. Acesso em: 28 abr. 2025

NIZ, P. A. R. Metodologia Em Ciências Sociais Hoje: Práticas, Abordagens e Experiências de Investigação. Volume 2. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/119005. Acesso em: 28 abr. 2025

MENDONÇA, B. M. O conceito de Sociedade Internacional. Paco Editorial, 2016. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/119027. Acesso em: 28 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MAUSS, M. Sociologia e Antropologia. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Ubu Editora, 2018. 731 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/207017. Acesso em: 28 abr. 2025

MERLE, J. y Trivisonno, A. T. G. A moral e o direito em Kant: ensaios analíticos. Universidade Caxias do Sul, 2015. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171396. Acesso em: 28 abr. 2025

BENTO, F. R. Maquiavel pré-sociólogo e outros ensaios. Paco Editorial, 2010. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/113592. Acesso em: 28 abr. 2025

CAMPO A. A. L. Diccionario básico de antropología. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/79954. Acesso em: 28 abr. 2025

ZANCHI, M. T. y Zugno, P. L. Sociologia da saúde. Universidade Caxias do Sul, 2012. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171410. Acesso em: 28 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Ética, Cidadania e Inclusão Social (EAD)

CH: 40h

EMENTA:

Bases históricas da construção dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil. A formação e a construção da cidadania. Inclusão e exclusão social. Análise dos processos de responsabilidade socioambiental, inclusão social e sustentabilidade. Ética e a sua relação com a inclusão social. O uso das ferramentas do planejamento e do sistema de informação como bases para a construção e avaliação de projetos sociais e ambientais. A Declaração Universal dos Direitos do Homem. Os direitos da criança e do adolescente. Direitos da mulher. Direitos das minorias.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Bases históricas da construção dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil: análise crítica a partir de 1930; 2. O processo de formação da cidadania; 3. Os novos movimentos sociais e seu papel para a reconstrução da cidadania; 4. Inclusão e Exclusão Sociais: uma dicotomia; 5. Consumo e cidadania; 6. A Ética e sua relação com a inclusão social; 7. Análise dos processos de responsabilidade socioambiental, inclusão social e sustentabilidade; 8. O uso das ferramentas do planejamento e do sistema de informação como bases para a construção e avaliação de projetos sociais e ambientais.

OBJETIVOS:

Desenvolver capacidade de análise crítica em torno do campo da ética e da cidadania. Refletir de forma autônoma e participativa sobre o ser como agente transformador da sociedade em que vive. Investigar a origem e a importância de ética nas questões que envolvem cultura e identidade e que permeiam as relações sociais ambientais e políticas no mundo contemporâneo. Atualizar conceitos e valores próprios de uma nova consciência do papel social, como indivíduo e futuro profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FABRIS, E. T. H. (Org.) ; KLEIN, R. R. (Org.). Inclusão & biopolítica. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Autêntica Editora, 2016. 263 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/192162. Acesso em: 28 abr. 2025

WERTHEIN, J. Pobreza e desigualdade no Brasil: Traçando caminhos para inclusão social. ed. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 289 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/65962. Acesso em: 28 abr. 2025

CLEMENTE, A. J. Cidadania: Um Conceito Inútil?. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Appris, 2020. 210 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/195136. Acesso em: 28 abr. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OLIVEIRA, A. F. D. (Coord.) y Magalhães, A. D. P. (Coord.). Filosofia e ética: abordagens em tecnologia, ambiente e sociedade. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/108159. Acesso em: 28 abr. 2025

BURSZTYN, M. Ciência, Ética e Sustentabilidade: Desafios ao Novo Século. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/104687. Acesso em: 28 abr. 2025

PEREIRA, J. A. Ética, Fenomenologia e Gestão do Conhecimento nas Organizações. Paco Editorial, 2018. p. Disppnpivel em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/118919. Acesso em: 28 abr. 2025

BLANCO, L. A. Ética integral. Bogotá: Ecoe Ediciones, 2013. p. Disponpível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/69262. Acesso em: 28 abr. 2025

MANICA, L. E. ; CALIMAN, G. Inclusão das pessoas com deficiência na educação profissional e no trabalho. ed. Jundiaí: Bookwire - Paco e Littera, 2015. 213 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/108175. Acesso em: 28 abr. 2025

2° Semestre

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Civil: Parte Geral (Pessoas, Bens e Negócios Jurídicos)

CH: 60h

EMENTA:

Estudo da lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Introdução aos institutos de Direito Civil do estudo dos sujeitos de direito. Representação. Personalidade. Bens: diferentes classes de bens. Estudo dos objetos das relações jurídicas. Introdução ao estudo dos fatos jurídicos. Fatos jurídicos: negócio jurídico, elementos do negócio jurídico vícios do negócio jurídico (erro, dolo, coação, lesão e estado de perigo), atos jurídicos lícitos e atos jurídicos ilícitos, prescrição e decadência, prova. Possibilidades do Direito Civil.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Princípios e Conteúdos do Direito Civil; 2. Das Pessoas; 3. Da Individualização da Pessoa Natural; 4. Da Pessoa Jurídica; 5. Dos Bens; 6. Bens de Família; 7. Dos Fatos Jurídicos; 8. Dos Atos Jurídicos; 9. Dos Defeitos dos Atos Jurídicos; 10. Dos Elementos Essenciais Particulares; 11. Dos Elementos Acidentais; 12. Das Nulidades; 13. Dos Atos Ilicítos; 14. Da Prescrição; 15. Da Decadência.

OBJETIVOS:

Proporcionar ao acadêmico do curso de Direito os conhecimentos introdutórios ao Direito Civil, assim como, o estudo dos sujeitos de direito. Conhecer os objetos das relações jurídicas e dos fatos jurídicos. Apresentar aos acadêmicos de Direito o conceito e a classificação dos bens e sua relevância jurídica assim como, analisar os planos de existência, validade e eficácia dos negócios jurídicos e definir os limites teóricos da prescrição e da decadência, e os casos em que são aplicáveis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORTEZ FERNANDES, A. Direito civil: introdução, pessoas e bens (2a. ed.). ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2016. 286 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171483. Acesso em: 28 abr. 2025

ARAUJO, R. A. C. ; DENSA, R. (Il.). Direito Civil Brasileiro: parte geral. 2. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Foco, 2021. 609 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202444. Acesso em: 28 abr. 2025

"REDECKER, A. C. 20 anos do Código Civil Brasileiro. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2023. 367 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/231805. Acesso em: 28 abr. 2025

"**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

MEZZOMO, C. Introdução ao direito. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2011. 196 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171370. Acesso em: 28 abr. 2025

MANSO REAL AMADEO, R. D. C. (Org.), GUIMARÃES ZVEIBIL, D. (Org.) ; DELLORE, L. (Org.). Direito processual civil contemporâneo. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Bookwire - Editora Foco, 2019. 745 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/179454. Acesso em: 28 abr. 2025

CORTEZ FERNANDES, A. Direito Civil: fatos jurídicos. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2010. 166 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171377. Acesso em: 28 abr. 2025

FABRÍCIO MANOEL, O. O concepturo do direito romano ao código civil. ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Del Rey, 2020. 164 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/140006. Acesso em: 28 abr. 2025

MARCHETTI FILHO, G. F. Estudos de Direito - Direito Civil: teoria geral do Direito Civil. ed. Campo Grande: Editora Contemplar, 2020. 386 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/176377. Acesso em: 28 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Penal: Sanção Penal

CH: 60h

EMENTA:

Pena: espécies, cominação, aplicação, suspensão condicional e livramento condicional. Efeitos da Condenação. Reabilitação. Medidas de Segurança. Ação Penal. Extinção da Punibilidade.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Sanção Penal. 1.1. Limites Constitucionais. 1.2. Fundamentos 1.3. Espécies de Pena. 1.3.1. Privativas de Liberdade 1.3.2 Restritivas de Direito 1.3.3. Multa; 2. Cominação e aplicação da pena. 2.1. As circunstâncias legais e judiciais. 2.2. Cálculo da pena; 3. A suspensão condicional da pena. 3.1. Definição, requisitos objetivos e subjetivos. 3.2. Hipóteses de revogação. 3.3. A suspensão condicional do processo; 4. Livramento Condicional. 4.1. Definição, requisitos objetivos e subjetivos. 4.2. Hipóteses de revogação e seus efeitos; 5. Dos efeitos da sentença penal condenatória e absolutória. 5.1. Efeitos genéricos e específicos. 5.2. A reabilitação; 6. Medidas de Segurança. 6.1. Pena e medida de segurança. 6.2. Periculosidade. 6.3. Espécies. 6.4. Execução, Suspensão e Extinção; 7. Ação Penal. 7.1. Ação penal pública. 7.2. Ação penal privada; 8. Causas Extintivas da Punibilidade. 8.1. Morte. 8.2. Anistia, graça ou indulto; 8.3. Abolitio criminis. 8.4. Prescrição, decadência ou perempção. 8.5. Renúncia e perdão, na ação penal privada. 8.6. Retratação. 8.7 Perdão judicial.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito Penal, proporcionando o debate e a reflexão crítica a respeito da teoria geral do erro e das penas, o concurso de pessoas e de crimes, a aplicação das penas, à luz da Constituição da República e seus princípios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

JUNCAL, R. Medida de Segurança: Estudo sobre a superação da sanção penal fundamentada na periculosidade. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 226 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202122. Acesso em: 28 abr. 2025

COSTA CHAGAS, C. Corrupção: Processo Sancionatório, Administrativo e Penal em uma Perspectiva de Direito Comparado. ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Del Rey, 2019. 224 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/140873. Acesso em: 28 abr. 2025

RODRIGUES, C. Manual de direito penal. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Bookwire - Editora Foco, 2019. 849 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/133380. Acesso em: 28 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MENDES PEREIRA, G. Direito penal I. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2012. 98 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171379. Acesso em: 28 abr. 2025

"AUFIERO, A. Teoria e Prática de Processo Penal e Execução Penal. 8. ed. [S. l.]: Editora Rideel, 2022. 680 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/266846. Acesso em: 28 abr. 2025"

ZANETTI, J. C. T. Direito e Processo Penal: reflexões críticas contemporâneas. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 251 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202089. Acesso em: 28 abr. 2025

LARA, M. D. Discussões sobre direito penal digital na contemporaneidade. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 161 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/203719. Acesso em: 28 abr. 2025
ABREU MARQUES, C. D. A sanção no âmbito do direito consumerista: há ressocialização do fornecedor no mercado de consumo?. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 103 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202326. Acesso em: 28 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Constitucional: Direitos e Garantias Fundamentais

CH: 60h

EMENTA:

Controle de Constitucionalidade. Estrutura e organização do Estado Brasileiro. Organização dos Poderes. Poder Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Funções essenciais à Justiça. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Ordem social. Ordem econômica e financeira.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Constitucionalismo e conceito de constituição; 2. Poder constituinte; 3. Princípios constitucionais; 4. A eficácia das normas constitucionais; 5. Interpretação e aplicação das normas constitucionais; 6. Os direitos fundamentais e suas gerações; 7. Direitos individuais; 8. Direitos sociais e políticas públicas; 9. Nacionalidade e direitos políticos; 10. Colisões entre direitos fundamentais: razoabilidade e proporcionalidade; 11. Garantia dos direitos fundamentais: remédios constitucionais.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito Constitucional, seus principais conceitos e princípios, estrutura e organização do Estado Brasileiro, a defesa do Estado e das suas instituições democráticas, a forma que os poderes se organizam.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DAHER, F. C. ; SANTANA, P. C. Direito constitucional. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 425 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201465. Acesso em: 28 abr. 2025
DRAGO, G. D. Manual de Direito Constitucional. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2019. 136 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/173379. Acesso em: 28 abr. 2025
DOS SANTOS, E. Direito Constitucional sistematizado. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 1081 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/187188. Acesso em: 28 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, K. G. Direito Constitucional: Direito Constitucional Positivo (22a. ed.). ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Del Rey, 2017. 895 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175822. Acesso em: 28 abr. 2025
DANTAS, P. R. D. F. Curso de Direito Constitucional. 8. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Foco, 2025. 1716 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/282026. Acesso em: 28 abr. 2025
ELIEZER, C. R. ; SOUSA, L. R. D. C. Direitos Fundamentais e Estado Democrático de Direito. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 205 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202114. Acesso em: 28 abr. 2025

HONÓRIO, A. G. Direito Constitucional: Federalismo, Constituição e Federação. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 410 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202336. Acesso em: 28 abr. 2025
OLIVEIRA, M. A. C. D. (Il.). Constitucionalismo e História do Direito: 2ª edição. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. 782 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/206744. Acesso em: 28 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Leitura e Interpretação de Textos

CH: 30h

EMENTA:

Desenvolvimento de atividades de leitura, interpretação e produção de gêneros acadêmicos: produção de resumos e resenhas, suas diferenças e semelhanças. Situação de produção dos gêneros acadêmicos: o papel social do autor e do destinatário, circulação do texto e efeitos pretendidos com a produção textual. Planejamento dos textos acadêmicos.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Compreensão e interpretação de textos; 2. Coesão, coerência e textualidade; 3. Pronomes demonstrativos; 4. Funções deíctica, anafórica e catafórica; 5. Preposição, locução prepositiva e as suas relações.

OBJETIVOS:

Reconhecer e produzir textos de forma coerente, analisando, interpretando e aplicando os recursos de linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização e estruturas, de acordo com as condições de produção e recepção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, M. O. D. C. Interpretação de textos. 2. ed. [S. l.]: Editora Rideel, 2015. 68 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/250732. Acesso em: 28 abr. 2025
"STRUFALDI, S. Redação pessoal e profissional. ed. Lugar de publicación no identificado: Bookwire - Editora Sidus - 36 Linhas, 2017. 41 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/188939. Acesso em: 28 abr. 2025”
"SANTOS, J. D. Práticas de Leitura e Interpretação de Textos: Um Olhar Sociointeracionista. 1. ed. Curitiba: Bookwire - Editora Appris, 2020. 108 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/193513. Acesso em: 28 abr. 2025

"**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

"MARCHIORI, M. (Org.). Linguagem e discurso. ed. São Paulo: Difusão Editora, 2018. 197 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/173719. Acesso em: 28 abr. 2025”
DE ALMEIDA, R. C. S. Práticas de leitura e Produção de Texto. 1. ed. Petrópolis, RJ: Bookwire - Editora Vozes, 2017. 97 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/204794. Acesso em: 28 abr. 2025
SEXTO BERNARDES, A. Do texto pelas mãos do escritor ao texto nas mãos do leitor: pensando a leitura e a escrita na biblioteca. ed. São Paulo: Red Revista Brasileira de Educação, 2006. 14 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/104131. Acesso em: 28 abr. 2025
URIBE, Á. (Dir.), Machado de Assis, J. M. y Rodríguez Muñoz, C. (Ed.). (2010). Textos críticos. Universidad Nacional Autónoma de México, 2010.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/34552. Acesso em: 28 abr. 2025

"SAMPAIO, S. M. As Relações Lógico-Semânticas De Projeção Em Textos Acadêmicos. 1. ed. Jundiaí: Bookwire - Paco e Littera, 2019. 124 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/243365. Acesso em: 28 abr. 2025"

COMPONENTE CURRICULAR: Hermenêutica Jurídica

CH: 30h

EMENTA:

Conceituação de hermenêutica jurídica com detalhamentos sobre o seu objeto. Facilitar a compreensão sobre como interpretar uma norma jurídica. Modos de produção do Direito e os instrumentos hermenêuticos. Hermenêutica e construção do Direito. Hermenêutica jurídica e jurisprudência. Hermenêutica constitucional.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. O que é hermenêutica?: 1.1 Origem da palavra e significado; 1.2 Hermenêutica, interpretação, compreensão, explicação e aplicação; 1.3 Lógica, hermenêutica e retórica; 2. Escolas Hermenêuticas; 3. Métodos da Hermenêutica Jurídica: 3.1 Método gramatical ou literal; 3.2 Método exegético (o espírito do legislador); 3.3 Analogia e a interpretação extensiva e restritiva; 3.4 Método histórico; 3.5 Método teleológico; 3.6 Método científico e a Escola da Livre Pesquisa; 3.7 Método sociológico; 3.8 Escola do Direito Livre; 4. Hermenêutica Aplicada: 4.1 O texto da lei: características discursivas e elaboração; 4.2 Eficácia, validade e justiça; 4.3 A figura do legislador; 4.4 Estudos de “hard cases” Constitucionais.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito e seus métodos de interpretação. Contribuir para uma melhor interpretação dos institutos jurídicos e uma análise dos precedentes dos principais tribunais pátrios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRONDIN, J. ¿Qué es la hermenéutica?. ed. Barcelona: Herder Editorial, 2015. 175 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/45769. Acesso em: 28 abr. 2025

GÓMEZ GARCÍA, J. A. Derecho y analogía: estudios de hermenéutica jurídica. ed. Madrid: UNED - Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2017. 120 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/48916. Acesso em: 28 abr. 2025

DUEÑAS RUIZ, Ó. J. Lecciones de hermenéutica jurídica. 8. ed. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2023. 488 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/248688. Acesso em: 28 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

STRECK, L. L. Dicionário de Hermenêutica. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Letramento, 2018. 402 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/209770. Acesso em: 28 abr. 2025

GÓMEZ ADANERO, M. GÓMEZ GARCÍA, J. A. ; UTRERA GARCÍA, J. C. Filosofía del derecho: lecciones de hermenéutica jurídica. ed. Madrid: UNED - Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2019. 207 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/122260. AAcesso em: 28 abr. 2025

MELLO, C. D. M. Hermenêutica e direito – A hermenêutica de Heidegger na (re)fundamentação do pensamento jurídico. 2. ed. [S. l.]: Editora Processo, 2018. 245 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/278134. Acesso em: 28 abr. 2025

LIMA, P. P. M. D. ADEODATO, J. M. ; ALVES, L. F. A. Retórica, Hermenêutica e Argumentação Jurídica: estudos e resultados de um grupo interinstitucional de pesquisa. 1.

ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2024. 391 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/277830. Acesso em: 28 abr. 2025
DEMO, A. J. ; BONOMO JÚNIOR, A. Manual do acadêmico de direito. 1. ed. Brasil: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 237 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201458. Acesso em: 28 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Economia (EAD)

CH: 40h

EMENTA:

Introdução à economia. Evolução do pensamento econômico. Demanda, oferta e equilíbrio de mercado. Produção e custos. Estruturas de mercado. Introdução à macroeconomia. Determinação da renda e do produto nacional: o mercado de bens e serviços. Política monetária. Inflação. O setor público. Crescimento e desenvolvimento econômico. Economia e meio ambiente.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceitos Introdutórios de Economia; 2. Teoria da Escolha; 3. Análise dos Determinantes da Oferta e Demanda de um Bem e o Equilíbrio de Mercado; 4. Fundamentos de Microeconomia: Demanda e Oferta. Teoria do Consumidor. Teoria do Produtor; 5. Fundamentos de Macroeconomia: Sistema de Contas Nacionais. Renda e Emprego. Sistema Monetário; 6. Interferências do Governo no Mercado e Eficiência Econômica; 7. Produção e Custos; 8. Estruturas de Mercado; 9. Externalidades e Bens Públicos.

OBJETIVOS:

Propor conhecimentos básicos sobre a ciência econômica, para entender como se processo a organização do aparelho produtivo na produção e distribuição de bens e serviços conjugando para isso e a partir da tecnologia os fatores capital (K), trabalho (Tr) e recursos naturais (Rn).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MANKIW, N. G. Introdução à Economia. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2013. (7)
PASSOS, Carlos Roberto martins; NOGAMI, Otto. Princípios de economia. 5ª ed. São Paulo: Cengage Learning: 2009 (12)
GARBE, H. Economia de empresas: manual aplicado para executivos. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2022. 79 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/233021. Acesso em: 28 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CUNHA, F. Economia Colaborativa: recriando significados coletivos. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Bambual Editora LTDA, 2020. 121 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/260961. Acesso em: 28 abr. 2025
CAMPOS, V. ; TADASHI, R. Política e Economia. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Melhoramentos, 2014. 117 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/257461. Acesso em: 28 abr. 2025
CARDOSO, F. G. Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico. ed. Jundiaí, Sao Paulo: Bookwire - Paco e Littera, 2018. 134 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/119019. Acesso em: 28 abr. 2025
DA SILVA, J. M. A. Análise Macroeconômica e Avaliação Governamental. 1. ed. Santa Maria: Bookwire - Editora UFSM, 2020. 463 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/198988. Acesso em: 28 abr. 2025

MANKIW, N. G. Macroeconomía. 10. ed. España: Antoni Bosch editor, 2020. 856 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/173781. Acesso em: 28 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Filosofia (EAD)

CH: 40h

EMENTA:

Filosofia e práxis. O nascimento da filosofia ocidental e principais correntes. A reflexão filosófica como possibilidade de apreensão radical da totalidade social: sua trajetória no processo de desenvolvimento do ser social e sua relação com a ciência moderna.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Direito e Filosofia; 2. A questão originária da Filosofia do Direito: Direito natural x Direito positivo; 3. Origens da Filosofia do Direito (Sofistas e Sócrates); 4. Filosofia do Direito na Antiguidade; 5. Filosofia do Direito na Idade Moderna; 6. Filosofia do Direito na Contemporaneidade; 7. Temas de Filosofia do Direito: 7.1 A questão da validade jurídica: Kelsen, Ross e Hart; 7.2 A questão da justiça; 7.3 Direito e Moral.

OBJETIVOS:

Proporcionar ao estudante conhecimentos relativos a existência humana a partir da reflexão filosófica. A verdade, o conhecimento, as virtudes e os valores moral éticos e estéticos de cada época, a partir da compreensão dos princípios filosóficos e a relação com o advento da modernidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NASCIMENTO, J. V. FERREIRA, A. ; CANO, M. R. D. O. (Coord.). Filosofia. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Blucher, 2018. 161 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/250921. Acesso em: 28 abr. 2025

GUIMARÃES, B. Filosofia como esclarecimento. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Autêntica Editora, 2015. 222 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/192553. Acesso em: 28 abr. 2025

GONZAGA DE SOUZA, D. Filosofia e Direito. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2018. 368 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171489. Acesso em: 28 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

STEPHEN, A. Filosofia para Apressadinhos. 1. ed. São Paulo: Bookwire - Editora Cultrix, 2015. 153 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/190422. Acesso em: 28 abr. 2025

PAVIANI, J. Uma introdução à filosofia. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2014. 112 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171395. Acesso em: 28 abr. 2025

PRETTI, G. Filosofia para o dia a dia. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Ícone Editora, 2015. 153 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/178219. Acesso em: 28 abr. 2025

VERAS, T. D. S. ; FIGUEIREDO, S. P. F. Filosofia: Conceitos e Reflexões. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 197 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/200542. Acesso em: 28 abr. 2025

"DECAT, T. L. Escritos de filosofia política e teoria do direito. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2022. 75 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/263472. Acesso em: 28 abr. 2025”

3° Semestre

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Civil: Obrigações

CH: 60h

EMENTA:

Conceitos e princípios do Direito das Obrigações. Modalidades das obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Perspectivas do Direito das Obrigações.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Direito das Obrigações 1.1. Localização do Direito das Obrigações no Código Civil Brasileiro. 1.2. Noções gerais. 1.3. Evolução histórica. 1.4. Distinção entre direitos obrigacionais e direitos reais. 1.5. Importância econômico-social do direito das obrigações. 2. Conceito de Obrigação 2.1. Diferenças entre obrigação, dever jurídico, ônus jurídico e estado de sujeição. 2.2. Diferença entre obrigação e responsabilidade. 2.3. Características da obrigação: transitoriedade; pessoalidade; globalidade. 2.4. Elementos constitutivos da obrigação: sujeitos; objeto; vínculo. 2.5. Fontes das obrigações. 2.6. Princípios fundamentais. 3. Classificação das Obrigações 3.1. Obrigação civil. 3.2. Obrigação empresarial. 3.3. Obrigação moral. 3.4. Obrigação natural. 3.5. Obrigação positiva e obrigação negativa. 3.6. Obrigação de dar. Obrigação de fazer. 3.7. Obrigação de não fazer. 3.8. Obrigação líquida. 3.9. Obrigação ilíquida. 3.10. Obrigações simples, cumulativas, alternativas e facultativas. 3.11. Obrigação momentânea ou instantânea; continuada ou periódica. 3.12. Obrigação pura, condicional, modal ou a termo. 3.13. Obrigação divisível e indivisível. 3.14. Obrigação solidária e subsidiária. 3.15. Obrigação de meio; de resultado; de garantia. 3.16. Obrigação principal e obrigação acessória. 3.17. Obrigação propter rem. 3.18. Obrigações decorrentes de atos unilaterais. 4 Transmissão das obrigações 4.1. Cessão de crédito. 4.2. Cessão de débito.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidade do Direito Civil, os principais conceitos, princípios e perspectivas dos Direitos das Obrigações. Contribuir para o aprofundamento da visão do Direito Civil Constitucional, tendo como princípio basilar o ser humano e, o patrimônio como decorrência de seu agir.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARCHETTI FILHO, G. F. Estudos de Direito - Direito Civil: Teoria Geral das Obrigações. ed. Campo Grande: Editora Contemplar, 2018. 305 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/176989. Acesso em: 28 abr. 2025

FERNANDES, A. C. Direito civil: obrigações (2a. ed.). ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2019. 288 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171498. Acesso em: 28 abr. 2025

MENEZES, J. B. D. (Coord.), CICCO, M. C. D. (Coord.) ; RODRIGUES, F. L. L. (Coord.). Direito civil na legalidade constitucional: algumas aplicações. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Foco, 2021. 465 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202442. Acesso em: 28 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MEZZOMO, C. Introdução ao direito. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2011. 196 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171370. Acesso em: 28 abr. 2025

MANSO REAL AMADEO, R. D. C. (Org.), GUIMARÃES ZVEIBIL, D. (Org.) ; DELLORE, L. (Org.). Direito processual civil contemporâneo. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Bookwire - Editora Foco, 2019. 745 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/179454. Acesso em: 28 abr. 2025

ROSENVALD, N. PIANOVSKI RUZYK, C. E. ; MENDONÇA FERREIRA DUARTE, A. Novas fronteiras da responsabilidade civil: direito comparado. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2020. 441 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/187157. Acesso em: 28 abr. 2025
CORRÊA, A. D. P. M. Princípios Fundamentais de Direito Civil: uso inadequado da terminologia. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 134 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/203556. Acesso em: 28 abr. 2025
JÚNIOR, G. N. B. SILVA, L. C. P. D. ; LIMA, M. M. C. Desafios e Perspectivas do Direito Processual Civil Contemporâneo - Volume 1. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 619 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/200691. Acesso em: 28 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Constitucional: Organização Político-administrativa e Controle de Constitucionalidade

CH: 60h

EMENTA:

Constitucionalismo. Conceito de constituição. Constituição de 1988: princípios e objetivos fundamentais. Poder constituinte. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Conflito de normas constitucionais. Direitos fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos da nacionalidade, direitos políticos. Garantias processuais dos direitos fundamentais.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. FEDERALISMO: 1.1 Federalismo e repartição de competências; 1.2 As entidades federadas: autonomia e competências; 2. REGIME DEMOCRÁTICO: 2.1 Democracia e representação política; 2.2 Partidos políticos; 3. ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: 3.1 Separação dos poderes; 3.2 Sistema de governo; 4. PODER LEGISLATIVO: 4.1 Poder Legislativo: organização, garantias e competências; 4.2 Processo legislativo; 5. PODER EXECUTIVO: organização, competências; 6. PODER JUDICIÁRIO: 6.1 Poder Judiciário: organização, garantias e competências; 6.2 O Supremo Tribunal Federal: composição, organização e competências; 6.3 Controle de constitucionalidade: natureza e modalidades.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito Constitucional, seus principais conceitos e princípios, além da evolução histórica das normas constitucionais, de forma a destacar a importância dessa disciplina no Direito contemporâneo; além de fornecer o necessário para que o discente entender as normas constitucionais, a sua interpretação e formas de modificação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DAHER, F. C. ; SANTANA, P. C. Direito constitucional. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 425 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201465. Acesso em: 28 abr. 2025
DRAGO, G. D. Manual de direito constitucional. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2019. 136 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/173379. Acesso em: 28 abr. 2025
DOS SANTOS, E. Direito constitucional sistematizado. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 1081 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/187188. Acesso em: 28 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, K. G. Direito Constitucional: Direito Constitucional Positivo (22a. ed.). ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Del Rey, 2017. 895 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175822. Acesso em: 28 abr. 2025
DANTAS, P. R. D. F. Curso de Direito Constitucional. 8. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Foco, 2025. 1716 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/282026. Acesso em: 28 abr. 2025
ELIEZER, C. R. ; SOUSA, L. R. D. C. Direitos Fundamentais e Estado Democrático de Direito. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 205 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202114. Acesso em: 28 abr. 2025
HONÓRIO, A. G. Direito Constitucional: Federalismo, Constituição e Federação. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 410 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202336. Acesso em: 28 abr. 2025
OLIVEIRA, M. A. C. D. (Il.). Constitucionalismo e História do Direito: 2ª edição. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. 782 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/206744. Acesso em: 28 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Teoria Geral do Processo

CH: 60h

EMENTA:

Lide. Sociedade. Jurisdição. Direito Processual. Noções fundamentais e históricas. Aplicação do Direito Processual. Processo e Constituição. Institutos e Princípios Fundamentais do Direito Processual. Poder Judiciário e Ministério Público. Ação e Procedimento. Competência. Sujeitos do processo.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1 TEORIA GERAL. 1.1. Noções introdutórias: a) conflito de interesses e lide; b) autodefesa e autocomposição; c) jurisdição, ação e processo. 1.2. Direito material e direito processual: distinções. Direito processual: a) conceito b) autonomia; c) relações com os demais ramos do direito; d) tutela jurisdicional dos direitos e) direitos fundamentais e processo 1.3. Princípios constitucionais do processo. 1.4. Outros princípios do processo. 1.5. Norma Processual: a) características; b) fontes; interpretação. 1.6. Eficácia da lei processual no tempo e no espaço. 2. JURISDIÇÃO 2.1. Jurisdição: a) conceito e características; b) princípios; c) função jurisdicional e as demais funções do estado. d) a jurisdição no Estado contemporâneo 2.2. Limites da jurisdição: a) extensão e limites da jurisdição; b) limites internacionais; c) limites nacionais. 2.3. Jurisdição voluntária: a) conceito; b) teorias; c) peculiaridades. 2.6. Equivalentes jurisdicionais: a) conciliação; b) transação; c) arbitragem; d) sentença estrangeira e) juizados especiais. 3. COMPETÊNCIA 3.1. Competência: a) conceito; b) critério para sua divisão; c) competência material e competência funcional. 3.2. Competência material: a) jurisdição competente, b) foro competente; c) juízo competente. A competência em razão do valor. 3.3. Competência funcional: a) competência hierárquica; b) competência pelas fases do processo; c) competência pelo objeto do juízo. 3.4. Modificações da competência: a) competência absoluta e relativa; b) prorrogação da competência; c) conexão, continência e prevenção. 3.5. Verificação da competência: a) competência relativa e absoluta; b) exceção de incompetência; c) conflito de competência. 4. AÇÃO 4.1. Ação: a) conceito; b) teorias civilistas; c) teorias autonomistas; d) a posição do código. e) direito fundamental de ação e tutelas dos direitos 4.2. Condições da ação: a) possibilidade jurídica do pedido; b) legitimidade para a causa; c) interesse de agir. d) crítica às condições da ação 4.3. Classificações das ações: a) critérios; b) classificação pela natureza da sentença pretendida. 4.4. Identidade e semelhança entre ações: a) identidade; b) os elementos da ação; c)

semelhança: hipótese e conseqüência. 4.5 Exceção: a) a bilateralidade da ação e do processo; b) conceito e natureza jurídica de exceção; c) classificação das exceções. 5. PROCESSO 5.1. Processo: a) processo e procedimento; b) natureza jurídica do processo; c) relação jurídica processual e relação jurídica material. d) o processo e os direitos fundamentais 5.2. Tipos do processo: a) processo de conhecimento; b) processo cautelar; c) processo de execução. 5.3. Sujeitos do processo: a) o juiz; b) autor e réu, o litisconsórcio; c) terceiros intervenientes; d) ministério publico; e) advogado. 5.4. Pressupostos processuais: a) conceito; b) classificação; c) efeitos. 5.5. Tramitação do processo: a) instauração, curso e término do processo; b) suspensão do processo. 6. ATOS DO PROCESSO 6.1. Ato processual: a) conceito e classificação; b) lugar para a realização; c) cooperação jurisdicional interna e externa. 6.2. Tempo para a prática do ato processual: a) momento; b) prazos; c) férias forenses. 6.3. Despesas com o ato processual: a) custas processuais; b) responsabilidade pelo pagamento. 6.4. Validade do ato processual: a) condições de existência do ato processual; b) condições de validade do ato processual; c) nulidade do ato processual. 6.5. Ainda a validade do ato processual: a) esquematização das nulidades; b) nulidade absoluta e relativa; c) anulabilidade; d) convalidação do ato.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo discutir concepções e finalidades do Direito Processual, transmitindo conceitos introdutórios à teoria geral do processo, suas noções fundamentais e sua aplicabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

OLIVEIRA DUARTE STUHR, W. O. D. Estudos comparados de direito penal e processual penal brasileiro e português. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2009. 168 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/65806. Acesso em: 28 abr. 2025

COELHO, E. M. Direito Penal: Parte Geral. Volume 1 (3a. ed.). ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Del Rey, 2015. 337 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175817. Acesso em: 28 abr. 2025

CASTAÑON ÁLVAREZ, M. J. ; ECHARRI CASI, F. Práctica procesal penal. ed. Madrid: Dykinson, 2019. 474 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/129613. Acesso em: 28 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

"KLIPPEL, R. Teoria geral do processo & teoria do processo civil brasileiro. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2018. 429 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/187186. Acesso em: 28 abr. 2025”

RODRIGUES, C. Manual de Direito Penal. 4. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Foco, 2024. 1435 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/267907. Acesso em: 28 abr. 2025

"MELO, N. D. D. Lições de Processo Civil: Teoria geral do processo e procedimento comum - Vol 01. 3. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2022. 616 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/239751. Acesso em: 28 abr. 2025"

FONSECA, D. C. D. S. A concepção de direito que prevalece na contemporaneidade: uma crítica à expansão do Direito Penal. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. 130 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/206749. Acesso em: 28 abr. 2025

FILGUEIRA, E. B. F. Justiça restaurativa no sistema penal e processual penal como forma de concretização do estado democrático de direito. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 254 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/203697. Acesso em: 28 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Penal: Crimes contra a Pessoa

CH: 30h

EMENTA:

Crimes Contra a Vida. Lesões Corporais. Periclitação da Vida e da Saúde. Rixa. Crimes Contra a Honra. Crimes Contra a Liberdade Individual. Crimes Contra a Inviolabilidade do Domicílio. Crimes Contra a Inviolabilidade de Correspondência. Crimes Contra a Inviolabilidade dos Segredos.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução; 2. Crimes Contra A Vida: Homicídio, Induzimento, Instigação ou Auxílio a Suicídio, Infanticídio, Aborto; 3. Lesões Corporais; 4. Periclitação da Vida e da Saúde e da Rixa; 5. Crimes Contra a Honra: Calúnia, Difamação, Injúria; 6. Crimes Contra a Liberdade Individual.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito Penal, proporcionando o debate e a reflexão crítica a respeito dos Crimes Contra a Pessoa à luz dos princípios estabelecidos pela Constituição Federal da República e legislação pertinente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MIRABETE, J. F. ; FABBRINI, R. N. Manual de Direito Penal - Parte Especial -. Volume 2: Arts. 121º a 234 do CP. 38. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Foco, 2025. 1067 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/282023. Recuperado de: 09 May 2025

RODRIGUES, C. Manual de direito penal. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Bookwire - Editora Foco, 2019. 849 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/133380. Recuperado de: 09 May 2025

MACEDO, M. C. Crimes Ambientais: uma discussão sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica . 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 54 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/200420. Acesso em: 28 abr. 2025

RODRIGUES, C. Manual de Direito Penal. 4. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Foco, 2024. 1435 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/267907. Acesso em: 28 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MENDES PEREIRA, G. Direito penal I. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2012. 98 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171379. Acesso em: 28 abr. 2025

"ALVES, M. D. A. Crimes Digitais: análise da criminalidade digital sob a perspectiva do Direito Processual Penal e do Instituto da Prova. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 126 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202030. Acesso em: 28 abr. 2025"

ROCHA, S. L. P. D. Crimes na Licitação. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Contracorrente, 2015. 189 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/198056. Acesso em: 28 abr. 2025

"ALMEIDA, A. Q. D. Direito Penal Econômico: e autoria no crime tributário praticado em nome e no interesse da pessoa jurídica. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2023. 212 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/252654. Acesso em: 28 abr. 2025"

PEREIRA, A. A. O contrato de repartição de benefícios no acesso ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético: uma análise a partir da dignidade da pessoa humana. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 108 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201482. Acesso em: 28 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Filosofia do Direito

CH: 30h

EMENTA:

Conceituação de Filosofia do Direito a partir de seus métodos e contribuições. Filosofia do Direito na Grécia Antiga. Filosofia do Direito na Roma Antiga. Filosofia do Direito na Idade Média. Filosofia do Direito no Renascimento. Filosofia do Direito Moderno. Sistemas Jurídicos Contemporâneos. Lógica, seus princípios e tipos.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. A Filosofia do Direito: 1.1. Conceito, objeto e método da Filosofia do Direito; 1.2. O problema ontológico do direito; 1.3. O problema epistemológico do direito; 1.4. O problema axiológico do direito; 2. O direito como sistema de regras: 2.1. Leis, soberania e direito; 2.2. Os fundamentos do sistema jurídico; 2.3. Justiça, moralidade e direito; 3. O direito como interpretação: 3.1. Crítica do modelo de regras; 3.2. Integridade e direito; 3.3. Justiça e direito; 4. O direito como o justo: 4.1. Lei natural, prudência e direito; 4.2. Pessoa humana, comunidade e direito; 4.3. Justiça e direito.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo aprofundar os conceitos sobre Filosofia, ingressando na Filosofia do Direito a fim de proporcionar um panorama sobre o pensar histórico- filosófico sobre o Direito, contribuindo para o aprofundamento da concepção do Direito, e da relação do ser humano com a política.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONZAGA DE SOUZA, D. Filosofia e direito. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2018. 368 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171489. Acesso em: 28 abr. 2025

VASCONCELOS, J. Estudo de Filosofia do Direito para o exame da OAB. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 124 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/203510. Acesso em: 28 abr. 2025

"MURATA, D. P. (Org.). Curso de Filosofia do Direito Contemporânea. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2024. 825 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/270728. Acesso em: 28 abr. 2025”

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARX, K. ; VIANA, N. Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel: O manifesto inaugural do materialismo histórico. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Edições Redelp, 2020. 58 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/208513. Acesso em: 28 abr. 2025

PAVIANI, J. Uma introdução à filosofia. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2014. 112 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171395. Acesso em: 28 abr. 2025

PRETTI, G. Filosofia para o dia a dia. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Ícone Editora, 2015. 153 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/178219. Acesso em: 28 abr. 2025

VERAS, T. D. S. ; FIGUEIREDO, S. P. F. Filosofia: Conceitos e Reflexões. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 197 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/200542. Acesso em: 28 abr. 2025

GUIMARÃES, B. Filosofia como esclarecimento. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Autêntica Editora, 2015. 222 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/192553. Acesso em: 28 abr. 2025.

COMPONENTE CURRICULAR: História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (EAD)

CH: 40h

EMENTA:

Reflexões sobre os aspectos estruturantes da formação cultural brasileira: história e memória dos povos afro-brasileiros e indígenas. As diversidades culturais delineadas através das singularidades nas línguas, nos dialetos, nas religiões, nos símbolos, nas artes, nas literaturas, no folclore e notadamente nos costumes.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS: 1.1 Breve Panorama Histórico; 1.2 Lei 10639/2003; 1.3 Orientações Étnico-Raciais; 1.4 Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais; 1.5 Construção de Identidades Sociais; 1.6 Feminismo Negro; 1.7 O Genocídio do Negro Brasileiro; 2. CULTURAS INDÍGENAS: 2.1 Historiografia; 2.2 Povos indígenas (do período colonial à atualidade); 2.3 indígenas nos livros didáticos e paradidáticos; 2.4 Indigenismo e Indianismo; 2.5 Debate sobre demarcação de terras;

OBJETIVOS:

Socializar e produzir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores quanto à pluralidade étnico-racial, tornando os acadêmicos receptivos aos processos de inclusão e que sejam capazes de interagir e de negociar objetivos comuns no contexto do respeito aos direitos legais e na valorização dos seres humanos indistintamente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PIMENTEL, C. S. Memória Brasileira em Áfricas: Da Convivência à Narrativa Ficcional em Comunidades Afro-Brasileiras. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/118996. Acesso em: 28 abr. 2025

BRITO, Ê. J. D. C. Leituras Afro-Brasileiras. Volume 1: Ressignificações Afrodiásporicas Diante da Condição Escravizada no Brasil. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018. p.Disponpivel em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/118984. Acesso em: 28 abr. 2025

BRITO, Ê. J. D. C. Leituras afro-brasileiras. Volume 2: Contribuições Afrodiaspóricas e a Formação da Sociedade Brasileira. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/118985. Acesso em: 28 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DOS SANTOS, S. A. Educação: um pensamento negro contemporâneo. Paco Editorial, 2014. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/120466. Acesso em: 28 abr. 2025

SILVA, A. D. A. Representações e marcadores territoriais dos povos indígenas do corredor etnoambiental Tupi mondé. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/119102. Acesso em: 28 abr. 2025

VIGEVANI, T. OLIVEIRA, M. F. D. ; LIMA, T. Diversidade étnica, conflitos regionais e direitos humanos. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Unesp, 2022. 150 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/253840. Acesso em: 28 abr. 2025

SANGLALLI, A. Tekoha Ka´aguy: Diálogos Entre Saberes Guarani e Kaiowá e o Ensino de Ciências da Natureza. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/119127. Acesso em: 28 abr. 2025

CAMPO A. A. L. Diccionario básico de antropología. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/79954. Acesso em: 28 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Psicologia Jurídica (EAD)

CH: 40h

EMENTA:

Introdução ao estudo da Psicologia. Psicologia enquanto ciência e sua interface com o Direito. Dinâmica da Personalidade. Percepção e memória do testemunho. Aspectos da psicopatologia. Transtornos psicológicos.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Psicologia Jurídica: aspectos históricos, objeto e domínios de intervenção; 2. Noções de Direito e suas relações com a Psicologia; 3. A inserção do psicólogo na carreira juridical. Atribuições e Normas CRP; 4. Psicologia e Criminologia; 5. Perícia e Laudos Psicológicos-Avaliação Psicológica; 6. Direito de Família: 6.1 Guarda Compartilhada; 6.2 Alienação Parental; 6.3 Psicologia jurídica no âmbito da infância e juventude; 7. Abuso sexual; 8. Medidas sócio-educativas (CREAS); 9. Divorcio e Mediação Familiar; 10. Violência Doméstica – Políticas, leis, trabalho com vítimas e agressores; 11. Psicologia Policial; 12. Autópsia Psicológica.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo introduzir o estudo da psicologia enquanto ciência e sua correlação com a ciência jurídica, analisando principalmente a dinâmica da personalidade e os transtornos psicológicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

"VASCONCELLOS, S. J. L. ; LAGO, V. D. M. A Psicologia Jurídica e as suas Interfaces: Um panorama atual. 2. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora UFSM, 2022. 282 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/255471. Acesso em: 29 abr. 2025"

JIMÉNEZ ARDILA, L. O. Psicología jurídica aplicada. 1. ed. Bogotá: Universidad Católica de Colombia, 2021. 99 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/256893. Acesso em: 29 abr. 2025"

SORIA VERDE, M. Á. (Coord.), GARRIDO GAITÁN, E. ; RODRÍGUEZ ESCUDEIRO, R. Psicología jurídica: un enfoque criminológico. ed. Las Rozas (Madrid): Delta Publicaciones, 2006. 193 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/170220. Acesso em: 29 abr. 2025”

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ROVINSKI, S. L. R. (Org.) ; CRUZ, R. M. (Org.). Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção. 1. ed. São Paulo: Bookwire - Vetor Editora, 2017. 526 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/196111. Acesso em: 29 abr. 2025

SERAFIM, A. D. P. (Org.), BARROS, E. L. D. (Org.) ; RIGONATTI, S. P. (Org.). Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica II. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Vetor Editora, 2011. 308 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/199970. Acesso em: 29 abr. 2025

SERAFIM, A. D. P. (Org.), BARROS, E. L. D. (Org.) ; RIGONATTI, S. P. (Org.). Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica I. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Vetor Editora, 2011. 332 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/199967. Acesso em: 29 abr. 2025

GARCÍA-LÓPEZ, E. Mediación, perspectivas desde la psicología jurídica. ed. Bogotá: Editorial El Manual Moderno Colombia, 2014. 316 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/71143. Acesso em: 29 abr. 2025

CLEMENTE DÍAZ, M. (Dir.), BLANCO RAD, M. L. ; CATALÁN FRÍAS, M. J. Manual de Psicología Jurídica Laboral. ed. Las Rozas, Madrid: Delta Publicaciones, 2007. 265 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/170180. Acesso em: 29 abr. 2025

4º semestre

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Civil: Teoria Geral dos Contratos

CH: 30h

EMENTA:

Noção geral. Formação. Classificação. Da estipulação em favor de terceiro. Da promessa de fato. Vício redibitório. Evicção. Contratos aleatórios. Contrato preliminar. Contrato com pessoa a declarar. Extinção do contrato.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

Teoria Geral dos Contratos: Conceito; Requisitos de Validade; Princípios Fundamentais; Formação dos Contratos; Classificação: Considerados em si mesmos (quanto à natureza da obrigação; quanto à forma; quanto à sua designação, quanto ao objeto, quanto ao tempo de sua execução, quanto à pessoa do contratante); e Reciprocamente Considerados; Efeitos do Contrato; Extinção Contratual.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo propor a discussão crítica da concepção e finalidade do Direito Civil, seus principais conceitos e princípios como fundamentação teórica para compreender a Teoria dos Contratos e suas particularidades e perspectivas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORTEZ FERNANDES, A. Direito Civil: contratos. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2011. 384 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171375. Acesso em: 29 abr. 2025

MENDES, E. S. As Relações Contratuais Fáticas no Direito Comercial: Negociações Pré-Contratuais, Comportamentos Concludentes e Negócios Jurídicos Tácitos. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 369 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201127. Acesso em: 29 abr. 2025

ROUSSEAU, J. Do contrato social. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Principis, 2021. 134 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/258072. Acesso em: 29 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GRECO, O. Modelos de contratos (2a. ed.). ed. Buenos Aires, Argentina: Valletta Ediciones, 2009. 423 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/66805. Acesso em: 29 abr. 2025

LUCCO, A. L. Responsabilidade Civil nos Contratos de Empreitada. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 143 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202140. Acesso em: 29 abr. 2025

"AYALA ESCORZA, M. D. C. Contratos civiles. ed. Ciudad de México: IURE Editores, 2022. 337 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/205706. Acesso em: 29 abr. 2025"

ROQUE, S. J. Do contrato de franquia empresarial. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Ícone Editora, 2012. 225 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/178211. Acesso em: 29 abr. 2025

ROQUE, S. J. Do contrato de transporte. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Ícone Editora, 2009. 223 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/178198. Acesso em: 29 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Penal: Crimes contra o Patrimônio e contra a Dignidade Sexual

CH: 60h

EMENTA:

Crimes contra o patrimônio. Furto. Roubo e Extorsão. Usurpação. Dano. Apropriação Indébita. Estelionato e Outras Fraudes. Receptação. Crimes contra a propriedade imaterial: violação de direito autoral. Disposições Gerais. Dos crimes contra a liberdade sexual. Dos crimes sexuais contra vulnerável. Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual. Do ultraje público ao pudor.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO: 1.1 Furto; 1.2 Roubo; 1.3 Apropriação indébita; 1.4 Apropriação indébita previdenciária; 1.5 Estelionato; 1.6 Receptação; 2. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL: Estupro, Importunação sexual, violação da intimidade sexual, estupro de vulnerável e divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito Penal, proporcionando o debate e a reflexão a respeito dos Crimes Contra o Patrimônio, à luz da Constituição da República Federativa, seus princípios e legislação penal. Também pretende discutir os conceitos e as finalidades do Direito Penal, proporcionando a análise, o debate e a reflexão crítica relativa aos crimes contra a dignidade sexual, a paz pública, tendo como mediação norteadora a Constituição da República Federativa em seus princípios pertinentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DE BRITO, D. T. ; PANICHI, E. Crimes contra a dignidade sexual: a memória jurídica pela ótica da estilística léxica. 1. ed. Londrina: Bookwire - EDUEL, 2013. 238 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/195707. Acesso em: 29 abr. 2025

HAYES, S. CARPENTER, B. ; DWYER, A. Sex, Crime & Morality. ed. New York: Taylor & Francis Group, 2012. 145 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/138840. Acesso em: 29 abr. 2025

RODRIGUES, M. N. S. Violência Intrafamiliar: O Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes. ed. Jundiaí: Bookwire - Paco e Littera, 2017. 184 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/119147. Acesso em: 29 abr. 2025**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

FRANCK, M. I. Abuso sexual infantil. ed. [S. l.]: Bonum, 2018. 191 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/213568. Acesso em: 29 abr. 2025

KILMARTIN, C. ; BERKOWITZ, A. D. Sexual Assault in Context. ed. [S. l.]: Taylor & Francis Group, 2014. 138 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/154645. Acesso em: 29 abr. 2025

BROWN, J. M. (Il.) ; WALKLATE, S. L. (Il.). Handbook On Sexual Violence. ed. New York: Taylor & Francis Group, 2011. 545 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/138842. Acesso em: 29 abr. 2025

LOSADA, A. V. (Comp.), RILOVA SALAZAR, F. ; MARTORELLA, A. M. Abuso sexual infantil. ed. [S. l.]: RV Ediciones, 2020. 155 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/197592. Acesso em: 29 abr. 2025

SORIA VERDE, M. Á. El agresor sexual y la víctima. ed. Barcelona: Marcombo, 2009. 241 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/45895. Acesso em: 29 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Administrativo: Teoria Geral da Administração Pública

CH: 60h

EMENTA:

Introdução ao direito administrativo. Fontes do direito administrativo. Princípios da administração pública. Poderes administrativos. Administração pública. Controle da administração pública. Ato administrativo e agentes públicos.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Estado: organização, estrutura e administração; 2. Órgão e agentes públicos; 3. Características da Administração Pública; 4. Princípios Constitucionais e Não Constitucionais da Administração Pública; 5. Modelos Teóricos da Administração Pública; 6. Gestão Pública e Privada; 7. Administração Direta e Indireta: 7.1 Autarquias e Fundações; 7.2 Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista; 7.3 Agências Executivas e Reguladoras; 7.4 Consórcios e Terceiros Setor; 8. Desconcentração e Descentralização.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito Administrativo, seus principais conceitos e princípios, a função e organização administrativa, poder de polícia e serviços públicos, além dos seus Agentes Públicos, os atos administrativos, as licitações e contratos administrativos, e a responsabilidade civil do Estado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HIGA, A. S. (Coord.). Manual de Direito Administrativo. 2. ed. [S. l.]: Editora Rideel, 2021. 676 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/266833. Acesso em: 29 abr. 2025

HEILMANN, M. D. J. R. A. (Org.). Temas de Direito Ambiental e Administrativo. 1. ed. Curitiba: Bookwire - Editora Appris, 2021. 388 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/193539. Acesso em: 29 abr. 2025

XAVIER, G. Direito Administrativo: 4.700 Questões Respondidas. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 793 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/205589. Acesso em: 29 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RIBOLI, C. Prática jurídica no direito administrativo, constitucional e tributário. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 598 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201124. Acesso em: 29 abr. 2025

CARVALHO, G. M. D. Precedentes Administrativos no Direito brasileiro. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Contracorrente, 2015. 246 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/198054. Acesso em: 29 abr. 2025

"MARRARA, T. Manual de Direito Administrativo. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2022. 428 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/230807. Acesso em: 29 abr. 2025"

L'ASTORINA, F. B. ; ESTEFAM, A. Direito administrativo. 2. ed. São Paulo: Editora Rideel, 2023. 424 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/245878.Acesso em: 29 abr. 2025

LUNA GONZÁLEZ, A. C. Proceso administrativo. ed. México D.F: Grupo Editorial Patria, 2015. 335 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/39415. Acesso em: 29 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Processual Civil: Instrumentalidade

CH: 60h

EMENTA:

Dos atos processuais. Da Formação, da Suspensão e da Extinção do Processo. Da Petição Inicial. Improcedência Liminar do Pedido. Da Audiência de Conciliação ou de Mediação. Da Contestação. Da Reconvenção. Da Revelia. Das Providências Preliminares e do Saneamento.

Do Julgamento Conforme o Estado do Processo. Da Audiência de Instrução e Julgamento. Das Provas. Da Sentença e da Coisa Julgada.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Forma dos Atos Processuais; 2. Do tempo e do Lugar dos Atos Processuais; 3. Dos prazos processuais; 4. Da formação, suspensão e extinção do Processo; 5. Procedimento comum: 5.1 Petição inicial; 5.2 Despacho inicial e audiência de conciliação; 5.3 Atos de comunicação; 5.4 Contestação; 5.4.1 Revelia; 5.5 Providências preliminares; 5.6 Julgamento conforme o estado do processo; 5.7 Audiência de instrução e julgamento; 5.8 Provas; 5.9 Sentença; 5.10 Coisa Julgada.

OBJETIVOS:

Esta unidade de ensino pretende disponibilizar aos alunos, em forma de análise crítica, um amplo panorama dos principais instrumentos do Direito Processual Civil assim como sua aplicabilidade em situação real.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RODRIGUES, D. V. D. O. Instrumentalidade como causa e consequência: estudo sobre a influência da terceira fase metodológica do direito processual civil. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 219 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201047. Acesso em: 30 abr. 2025

MANSO REAL AMADEO, R. D. C. (Org.), GUIMARÃES ZVEIBIL, D. (Org.) ; DELLORE, L. (Org.). Direito processual civil contemporâneo. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Bookwire - Editora Foco, 2019. 745 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/179454. Acesso em: 30 abr. 2025

"FRANCISCO, E. ESTEFAM, A. (Coord.) ; BARONOVSKY, R. (Coord.). Direito Processual Civil. 1. ed. [S. l.]: Editora Rideel, 2022. 516 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/266850. Acesso em: 30 abr. 2025”

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, F. I. M. A. D. BRAZ, M. B. D. C. ; SANT'ANNA, V. D. S. Temas Contemporâneos de Direito Processual. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 352 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201075. Acesso em: 30 abr. 2025

RODRIGUES, L. M. Projeção da Autonomia Privada no Direito Processual Civil e sua contribuição para a prestação de uma tutela jurisdicional efetiva: autonomia privada e processo civil. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 107 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/200445. Acesso em: 30 abr. 2025

STRENGER, G. Efetividade processual e sua celeridade: sob o enfoque do processo civil contemporâneo. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 149 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201009. Acesso em: 30 abr. 2025

GARCIA, W. RODRIGUES, G. ; DENSA, R. (Il.). Manual completo de direito civil: ideal para provas e concursos (3a. ed.). ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 409 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/187182. Acesso em: 30 abr. 2025

"PINHEIRO, G. C. (Org.) ; AZEVEDO, J. S. (Org.). Diálogos entre Direito Civil e Direito Processual Civil. Volume 1. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2022. 134 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/233280. Acesso em: 30 abr. 2025”

COMPONENTE CURRICULAR: Estatuto da Criança e do Adolescente

CH: 30h

EMENTA:

Criança e Adolescente. A Criança e o Adolescente na Constituição Federal, na Legislação Civil, Penal, Trabalhista e no Estatuto da Criança e do Adolescente, e no Estatuto do Idoso. Conceitos e Direitos fundamentais. A Prevenção e a Política de Atendimento. Medidas de Proteção e Socioeducativas. A Prática de Ato Infracional. A Criação dos Conselhos. A Justiça da Infância da Juventude e do Idoso. Os Crimes e as Infrações administrativas. Das medidas de proteção aos idosos. Da Política de Atendimento ao Idoso. Do acesso à justiça. Dos crimes.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Dos Direitos Fundamentais; 2. Da Prevenção; 3. Da Política de Atendimento; 4. Das Medidas de Proteção; 5. Do Conselho Tutelar; 6. Acesso à Justiça; 7. Perda e Suspensão do Pátrio Poder; 8. Da Prática de Ato Infracional e das Infrações Administrativas; 9. Dos Recursos; 10. Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos.

OBJETIVOS:

Crianças, Adolescentes e Idosos, numa perspectiva de inclusão à cidadania, preceituados pela Constituição da República Federativas no que concerne a proteção dos direitos fundamentais, além de contribuir para uma política de prevenção dos atos infracionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DUPRET, C. Curso de Direito da Criança e do Adolescente (3a. ed.). 3. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Letramento, 2015. 776 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/197926. Acesso em: 30 abr. 2025

"PONTES, A. Adolescentes em conflito com a lei: um estudo com os adolescentes da Casa Marista de Semiliberdade nas práticas discursivas acerca dos direitos fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2022. 36 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/263083. Acesso em: 30 abr. 2025"

NEVES, G. B. LOYOLA, K. ; ROSA, E. ECA: estatuto da criança e do adolescente: leis especiais comentadas para concursos. 3. ed. [S. l.]: Editora Rideel, 2019. 460 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/250689. Acesso em: 30 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SOUSA, Adriane de. Estatuto da Criança e do Adolescente : lei no 8.069/1990. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Alumnus, 2019. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Estatuto_da_Crian%C3%A7a_e_do_Adolescente_le/T9CMDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1. Acesso em: 30 abr. 2025

"ESCANE, F. G. ; BENATTO, P. H. A. (Coord.). Estatuto da Criança e do Adolescente - Coleção Direto e Reto 1ª Fase OAB. 1. ed. [S. l.]: Editora Rideel, 2022. 260 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/266827. Acesso em: 30 abr. 2025"

"GENTIL, E. ESTEFAM, A. (Coord.) ; BARONOVSKY, R. (Coord.). Direito da Criança e do Adolescente. 1. ed. [S. l.]: Editora Rideel, 2022. 324 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/266860. Acesso em: 30 abr. 2025"

MARCHETTI FILHO, G. F. Estudos de Direito - Direito Civil: teoria geral do Direito Civil. ed. Campo Grande: Editora Contemplar, 2020. 386 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/176377. Acesso em: 30 abr. 2025

GALLASSI, A. MAGALHÃES MARTINS, G. (Coord.) ; PITELLI ZAMARIAN HOUAISS, L. (Coord.). Estatuto da pessoa com deficiência: comentários à Lei 13.146/2015. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Bookwire - Editora Foco, 2019. 409 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/180134. Acesso em: 30 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (EAD)

CH: 40h

EMENTA:

Meio ambiente: Conceitos básicos. A questão ambiental. A relação meio ambiente x desenvolvimento: histórico. Desenvolvimento sustentável: Conceitos básicos, ética e cidadania

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. A Crise Ambiental; 2. Ecossistemas; 3. Ciclos Biogeoquímicos; 4. A Dinâmica das Populações; 5. Desenvolvimento Sustentável; 6. Gestão Ambiental.

OBJETIVOS:

Reconhecer os padrões emergentes em ecologia; analisar criticamente os padrões existentes em populações e comunidades; entender como os processos e padrões em populações e comunidades alteram a dinâmica dos ecossistemas; propiciar ao discente a compreensão sobre desenvolvimento sustentável; fomentar o conhecimento sobre desenvolvimento, relacionado aos temas ética, meio ambiente e cidadania.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MADARASZ, N. R. Calgaro, C. y Veiga, I. S. Sociedade e ambiente: direito e estado de exceção. Universidade Caxias do Sul, 2018. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175474. Acesso em: 30 abr. 2025

ARNOLD, C. D. M. Borile, G. O. y Pereira, A. O. K. Meio ambiente, novos direitos e a sociedade de consumo. Universidade Caxias do Sul, 2018. p. Dispopnpivel em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175481. Acesso em: 30 abr. 2025

ROGÉRIO JÚNIOR, T. Educação, meio ambiente e saúde, volume 3: escritos científicos do extremo sul do Piauí. Paco Editorial, 2018. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/112015. Acesso em: 30 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OLIVEIRO, E. M. D. Temática ambiental, Educação ambiental e ensino: dos limites da lógica formal à necessidade da dialética. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/112018. Acesso em: 30 abr. 2025

"PERING, E. Integração e meio ambiente no mercosul. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2009. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/65808. Acesso em: 30 abr. 2025"

CALGARO, C. y Koppe Pereira, H. Consumo, democracia e meio ambiente: os reflexos socioambientais. Universidade Caxias do Sul, 2016. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171481. Acesso em: 30 abr. 2025

DE CAMARGO, A. L. B. Desenvolvimento sustentável: Dimensões e desafios. 1. ed. Campinas - SP: Bookwire - Papirus Editora, 2020. 216 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/231818. Acesso em: 30 abr. 2025

MACHADO, V. Diálogos interprofissionais sobre ambiente e sustentabilidade. Universidade Caxias do Sul, 2019. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175487. Acesso em: 30 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direitos Humanos (EAD)

CH: 40h

EMENTA:

Fundamentos e desenvolvimento histórico da construção dos direitos humanos. Os grandes valores ético-jurídicos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Cidadania enquanto fenômeno jurídico - Direitos Humanos e Constituição. Cidadania, Direitos Humanos e democracia. Cidadania na sociedade contemporânea. Ética e cidadania. Cidadania e meio ambiente. Pluralismo, tolerância e cidadania. Direitos Humanos no Brasil. Os direitos humanos no sistema internacional: sistema global e sistemas regionais. O sistema

interamericano. Abordagem transversal de temas ligados ao meio ambiente e diversidade étnico-racial.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. As Concepções e as Características dos Direitos Humanos; 2. Fundamentos e desenvolvimento histórico da construção dos direitos humanos; 3. Os grandes valores ético-jurídicos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos; 4. Cidadania enquanto fenômeno jurídico; 5. Direitos Humanos e Constituição; 6. Cidadania, Direitos Humanos e democracia; 7. Os direitos humanos no sistema internacional: sistema global e sistemas regionais; 8. O sistema interamericano (de Direitos Humanos); 9. Tribunal Penal Internacional; 10. Direitos Humanos no Brasil; 11. Pluralismo, tolerância e cidadania; 12. Abordagem transversal de temas ligados ao meio ambiente e diversidade étnico-racial.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades dos Direitos Humanos, analisando o seu desenvolvimento histórico e os valores difundidos na Declaração Universal dos Direitos humanos e os sistemas internacionais de Direitos Humanos. Contribuir na análise dos Direitos Humanos no Brasil e no mundo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

"JÚNIOR, D. D. C. (Org.) ; OLIVEIRA, L. S. D. (Org.). Direitos humanos e direitos fundamentais: debates contemporâneos. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 620 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/254942. Acesso em: 30 abr. 2025"

ALVARENGA, R. Z. D. Direitos Humanos. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 187 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/203559. Acesso em: 30 abr. 2025

CALGARO, C. ; BIASOLI, L. Ética e Direitos Humanos. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2016. 352 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171484. Acesso em: 30 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SILVA, D. D. M. R. D. Educação e Direitos Humanos. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 120 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202333. Acesso em: 30 abr. 2025

ENGELMANN, W. ; WITTMANN, C. Direitos humanos e novas tecnologias. ed. Anhangabaú, Jundiaí, SP: Bookwire - Paco e Littera, 2015. 389 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/108189. Acesso em: 30 abr. 2025

DINALI, D. D. J. VAZ, F. M. D. O. ; LIMA, M. G. Direitos humanos e temas sociais. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 240 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/200856. Acesso em: 30 abr. 2025

BROETTO, M. G. ; ALVARENGA, R. Z. D. Direitos Humanos na Atualidade. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 316 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201026. Acesso em: 30 abr. 2025

SYMONIDES, J. Direitos Humanos: Novas dimensões e desfíos. ed. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 397 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/65951. Acesso em: 30 abr. 2025

5º semestre

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Civil: Contratos em Espécie

CH: 60h

EMENTA:
Continuação do estudo da parte especial do direito dos contratos, com a análise dos demais contratos típicos de direito privado.
CONTEUDO PROGRAMÁTICO:
1. Compra e venda; 2. Doação; 3. Comodato e Mútuo; 4. Depósito; 5. Contrato estimatório; 6. Mandato; 7. Comissão; 8. Agência e distribuição; 9. Corretagem; 10. Empreitada; 11. Fiança; 12. Transporte; 13. Seguro.
OBJETIVOS:
Continuar o estudo da parte especial do direito dos contratos, iniciado na disciplina de Direito Civil: Teoria Geral dos Contratos, com a análise específica dos demais contratos típicos de direito privado, a fim da apreensão dos conhecimentos relativos a cada um dos espécimes obrigacionais contratuais previstos no programa, mediante a compreensão de seus elementos necessários à sua formação, bem como à sua validade e eficácia. Assim, objetiva-se possibilitar ao aluno uma análise crítica de cada tipo contratual como suporte a possibilitar a elaboração válida e eficiente de quaisquer dos contratos estudados.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CORTEZ FERNANDES, A. Direito Civil: contratos. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2011. 384 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/171375. Acesso em: 30 abr. 2025
PEREIRA, Caio Mário Da Silva. Instituições de Direito civil: contratos. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. v.3 (9)
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: contratos e atos unilaterais. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2017, vol. 3 (8)
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil - Vol. III - Contratos Em Espécie. Atlas. 9. ed. 2009.
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil. 3 ed. São Paulo: saraiva, 2009 (10)
GOMES, Orlando. Contratos. Rio de Janeiro: Forense, 2008 (2)
MENDES, E. S. As Relações Contratuais Fáticas no Direito Comercial: Negociações Pré-Contratuais, Comportamentos Concludentes e Negócios Jurídicos Tácitos. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 369 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201127. Acesso em: 30 abr. 2025
ROUSSEAU, J. Do contrato social. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Principis, 2021. 134 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/258072. Acesso em: 30 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Penal: Crimes contra a Fé e a Administração Pública em Geral
CH: 60h
EMENTA:
A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito Penal, proporcionando o debate e a reflexão a respeito dos Crimes Contra, a paz pública, a fé pública e a Administração e a Lesgislação Penal Especial e sua aplicabilidade, como suporte conceitual na análise de crimes não abordados em Direito Penal. Pretende também contribuir para o aprofundamento do conhecimento da legislação penal extravagante, e sua aplicabilidade, como suporte conceitual na análise de crimes não abordados em Direito Penal. Pretende também contribuir para o aprofundamento do conhecimento da legislação penal extravagante
CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

Dos Crimes contra a Incolumidade Pública: Dos Crimes de Perigo Comum, Dos Crimes contra a Segurança dos Meios de Comunicação e transporte e outros Serviços Públicos, Dos Crimes contra a Saúde Pública; Dos Crimes contra a paz pública; Dos Crimes contra a Fé Pública: Da Moeda Falsa, Da Falsidade de Títulos e outros papéis Públicos, Da Falsidade Documental, De Outras Falsidades; Dos Crimes contra a Administração Pública: Dos Crimes Praticados por Funcionário Público Contra a Administração em Geral, Dos Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral, Dos Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral, Dos Crimes Contra a Administração da Justiça, Dos Crimes Contra as Finanças Públicas.

OBJETIVOS:

Esta unidade de ensino pretende demonstrar criticamente a importância de se sopesar a realidade social, política e econômica quando do estudo do Direito Penal objetivando desenvolver no acadêmico – futuro operador do Direito – competências para propor alteração da práxis punitivista.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Código penal interpretado. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2015. (22)

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Manual de direito penal brasileiro. 11.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.(7)

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial 2: crimes contra a pessoa. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.(10)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte especial: artigos 121 a 212 do código penal. 12. ed. Niterói: Impetus, 2015.(5)

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: v.3: parte especial: dos crimes contra a dignidade sexual a dos crimes contra a administração pública (arts. 213 a 359-H). 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (3)

MIRABETE, Julio Fabrini; FABRINI, Renato N. Manual de Direito Penal. Parte especial arts. 235 a 361 dp CP. 30 ed. Ver. e atual. São Paulo: Atlas, 2016 (10)

PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Parte especial, arts. 184 a 288. 4 ed. rev. Atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006 (2)

DUTRA, L. ESTEFAM, A. (Coord.) ; BARONOVSKY, R. (Coord.). Legislação Penal Especial. 1. ed. [S. l.]: Editora Rideel, 2022. 596 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/266854. Acesso em: 30 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito do Trabalho: Direito Individual

CH: 60h

EMENTA:

Introdução. Natureza. Princípios. Fontes. Evolução do direito do trabalho. Evolução constitucional dos direitos sociais. Relação de trabalho. Terceirização. Contrato de trabalho. Remuneração e salário. Estabilidade. FGTS. Duração do trabalho. Descansos remunerados. Segurança e medicina do trabalho. Normas especiais. Trabalho infantil. Extinção do contrato de trabalho. Greve. Organização judiciária do trabalho.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Direito do Trabalho: Conceito. Caracterização. Divisão. Natureza Jurídica. Denominação e Conteúdo. Funções. Autonomia; 2. Fontes do Direito do Trabalho. Conceito. Classificação e Hierarquia. Conflitos e suas Soluções; 3. Princípios Constitucionais do Direito do Trabalho. Princípios Peculiares do Direito do Trabalho; 4. Estrutura da Relação de Emprego: Requisitos para sua Caracterização. Contrato de Emprego. Denominação. Conceito. Classificação.

Características. Elementos de Validade. Nulidade Total e Parcial. Trabalho Lícito e Trabalho Proibido Efeitos da Declaração de Nulidade; 5. Empregado. Conceito. Caracterização. Altos Empregados. Trabalhadores Intelectuais; 6. Empregador. Conceito. A empresa. Grupo Econômico. Consórcio de Empregadores. Sucessão de Empregadores. Situações de Responsabilização Empresarial; 7. Alteração do Contrato de Emprego. Alteração Unilateral e Bilateral. Transferência do Local de Trabalho. Remoção. Reversão. Promoção. Rebaixamento. Alteração de Horário de Trabalho. Redução da Remuneração. Jus Variandi; 8. Suspensão e Interrupção do Contrato de Emprego. Conceito. Caracterização. Distinções. Tipificação. Situações Controvertidas; 9. Cessação do Contrato de Emprego. Resilição, Resolução e Rescisão do Contrato. Efeitos da Extinção Contratual por Tempo Indeterminado (Pedido de Demissão, Resolução Indireta, do Obreiro, Dispensa Sem Justa Causa, Dispensa por Justa Causa Operária , Ruptura por Culpa Recíproca, Extinção da Empresa e do Estabelecimento, Morte do Empregado ou Empregador Pessoa Natural).

OBJETIVOS:

Direito do Trabalho, propiciando ao aluno um amplo conhecimento das origens históricas, de seus princípios fundamentais e sua integração nas relações jurídicas internas e internacionais, bem como o estudo sistemático do contrato de trabalho, seus elementos, sujeitos, objetos e conteúdos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PRAZERES, Í. A. C. PINTO, A. P. (Coord.) ; SOUZA, L. R. C. (Coord.). Manual de direito do trabalho. 1. ed. [S. l.]: Editora Rideel, 2018. 384 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/250739. Recuperado de: 09 Maio 2025

DANTAS, J. A. M. ABC do direito do trabalho. 1. ed. São Paulo, SP: LTr Editora Ltda. 2021. 259 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/232538. Recuperado de: 09 Maio 2025

MOTA, V. ESTEFAM, A. (Coord.) ; BARONOVSKY, R. (Coord.). Direito do Trabalho. 1. ed. [S. l.]: Editora Rideel, 2022. 388 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/266851. Recuperado de: 09 Maio 2025"

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TEIXEIRA FILHO, M. A. Cadernos de processo do trabalho, n. 39: ação rescisória: primeira parte. ed. [S. l.]: LTr Editora Ltda. 2021. 95 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209032. Acesso em: 30 abr. 2025

KOURY, L. R. N. (Coord.), ASSUNÇÃO, C. S. S. (Coord.) ; CUNHA, N. X. (Coord.). Execução no processo do trabalho. ed. [S. l.]: LTr Editora Ltda. 2020. 355 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209084. Acesso em: 30 abr. 2025

"OLIVEIRA, P. E. V. (Org.). Direito do Trabalho: desafios nos tempos contemporâneos. Volume 1. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2022. 84 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/233448. Acesso em: 30 abr. 2025"

DANTAS, J. A. M. ABC do direito do trabalho. 1. ed. São Paulo, SP: LTr Editora Ltda. 2021. 259 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/232538. Acesso em: 30 abr. 2025.

TEIXEIRA FILHO, M. A. Cadernos de processo do trabalho. n. 37: mandado de segurança: segunda parte. ed. [S. l.]: LTr Editora Ltda. 2021. 119 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209030. Acesso em: 30 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Processual Civil: Recursos

CH: 60h

EMENTA:

Teoria geral dos recursos; Recurso independente e recurso adesivo; Os recursos do CPC: apelação, agravo, embargos de declaração, recurso extraordinário, recurso especial, recurso adesivo; recursos inominados; Das ações de Impugnação autônoma. Da reclamação.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. TEORIA GERAL DOS RECURSOS: 1.1 Duplo grau de jurisdição; 1.2 Distinção entre recurso e ação autônoma de impugnação; 1.3 Natureza jurídica do recurso; 1.4 Princípios fundamentais dos recursos; 1.5 Atos judiciais sujeitos a recurso; 1.6 Distinção entre error in procedendo e error in judicando; 1.7 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito; 1.8 Direito entre conhecimento e provimento dos recursos; 1.9 Recurso adesivo; 2. APELAÇÃO: 2.1 Requisitos de admissibilidade; 2.2 Efeitos suspensivo e devolutivo da apelação; 2.3 A extensão e a profundidade do efeito devolutivo; 2.4 O princípio tantum devolutum quantum appellatum; 2.5 A proibição da reformatio in pejus; 2.6 As questões não decididas em primeiro grau; 2.7 Questões de ordem pública; 2.8 Devolução das questões anteriores à sentença; 2.9 Novas questões de fato na apelação; 2.10 Procedimento e primeira e segunda instâncias; 2.11 Agravo; 3. AGRAVO DE INSTRUMENTO: 3.1 Admissibilidade; 3.2 Hipóteses de cabimento; 3.3 Efeitos suspensivo e devolutivo; 3.4 Procedimento; 3.5 Juízo de retratação; 4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: 4.1 Natureza jurídica; 4.2 Hipóteses de cabimento; 4.3 Efeitos; 4.4 Procedimento; 5. TÉCNICA DE CONTINUAÇÃO DO JULGAMENTO; 6. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL: 6.1 Hipóteses de cabimento; 6.2 Requisitos; 6.3 Hipóteses de recurso ordinário para o STJ; 6.4 Hipóteses de recurso ordinário para o STF; 7. RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO: 7.1 Regras gerais aplicáveis ao recurso especial e ao recurso extraordinário; 7.2 Prequestionamento; 7.3 Esgotamento da instância; 7.4 Condições de admissibilidade do recurso especial; 7.5 A instrução da petição de interposição do recurso especial; 7.6 Condições de admissibilidade do recurso extraordinário; 7.7 Repercussão geral.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo analisar e discutir criticamente a concepção e a finalidade dos recursos do Direito Processual Civil, seus conceitos e princípios fundamentais, bem como elementos da jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

VALCANOVER, F. H. Segurança Jurídica e Recursos Repetitivos: apreciação crítica a luz dos princípios do contraditório, do devido processo legal, da ampla defesa e da duração razoável do processo: de acordo com o novo CPC de 2015. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 247 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203739. Acesso em: 30 abr. 2025

ARAUJO, R. A. C. ; DENSA, R. (Il.). Direito Civil Brasileiro: parte geral. 2. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 609 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202444. Acesso em: 30 abr. 2025

MENEZES, J. B. D. (Coord.), CICCO, M. C. D. (Coord.) ; RODRIGUES, F. L. L. (Coord.). Direito civil na legalidade constitucional: algumas aplicações. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 465 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202442. Acesso em: 30 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ROQUE, A. GAJARDONI, F. ; DELLORE, L. Código de processo civil: Lei 13.105/2015. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2020. 265 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/187201. Acesso em: 30 abr. 2025

SANTOS, A. P. D. A Tecnologia da Videoconfêrencia nos Julgamentos do Tribunal do Júri. 1. ed. Curitiba: Bookwire - Editora Appris, 2020. 58 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/195064. Acesso em: 30 abr. 2025
MANSO REAL AMADEO, R. D. C. (Org.), GUIMARÃES ZVEIBIL, D. (Org.) ; DELLORE, L. (Org.). Direito processual civil contemporâneo. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Bookwire - Editora Foco, 2019. 745 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/179454. Acesso em: 30 abr. 2025
MENEZES, J. B. D. (Coord.), CAYCHO, R. A. C. (Coord.) ; BARIFFI, F. J. (Coord.). Capacidade jurídica, deficiência e direito civil na América Latina. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 457 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202447. Acesso em: 30 abr. 2025
CARVALHO, F. I. M. A. D. BRAZ, M. B. D. C. ; SANT'ANNA, V. D. S. Temas Contemporâneos de Direito Processual. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 352 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201075. Acesso em: 30 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Processual Penal: Instrumentalidade

CH: 60h

EMENTA:

Princípios informadores do processo penal. Eficácia da lei processual penal no tempo e no espaço. Inquérito Policial. Condições de procedibilidade Ação Penal. Denuncia e queixa. Ação civil “ex delicto”. Sujeitos processuais. Das provas. Exame de corpo de delito e perícias em geral. Interrogatório e confissão. Reconhecimento das pessoas e das coisas. Documentos. Indícios. Da busca e apreensão. Das provas proibidas. Teoria do fruto da árvore envenenada.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Direito processual penal. Definição; natureza jurídica e instrumentalidade; 2. Sistemas processuais penais: inquisitório, acusatório e misto; 3. Princípios constitucionais do processo penal; 4. Aplicação da lei processual no tempo e no espaço; 5. Fase pré-processual de investigação criminal. O inquérito policial. Finalidade da investigação e atribuições da autoridade policial. Instauração e atos do inquérito policial (lugar, tempo, forma, e publicidade). O investigado como sujeito de direitos. Garantias fundamentais no inquérito policial. Valor probatório. A atuação do Ministério Público e do Juiz na investigação policial. Arquivamento e desarquivamento do inquérito; 6. Jurisdição e competência; 7. Ação penal: natureza jurídica; pretensão punitiva e pretensão acusatória; condições da ação penal; justa causa para a ação penal e seu controle judicial; ação penal pública e suas espécies; ação penal privada e suas espécies; requisitos formais da denúncia e da queixa; rejeição (total e parcial) e aditamento; 8. Provas.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo criar condições para que os alunos possam apreender criticamente os principais instrumentos do Direito Processual Penal e sua aplicabilidade na dinâmica dos processos desenvolvidos na realidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MASELLI, P. G. C. Código de Processo Penal Brasileiro: os reflexos do Tribunal Inquisitorial em seu conteúdo. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 163 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203696. Acesso em: 30 abr. 2025
ZANETTI, J. C. T. Direito e Processo Penal: reflexões críticas contemporâneas. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 251 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202089. Acesso em: 30 abr. 2025

GOUVEA, C. C. Alternativas à Prisão no Ordenamento Penal Brasileiro. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 145 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201105. Acesso em: 30 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMORIM, P. A. D. A incorporação do sistema de precedentes no Direito Brasileiro: uma análise a partir da (in)constitucionalidade da prisão após a condenação em segunda instância. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2021. 123 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/211175. Acesso em: 30 abr. 2025

ARÊAS, P. A. M. A sentença penal condenatória e sua qualidade de título executivo civil: reflexos no processo civil da sentença penal condenatória. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 120 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200493. Acesso em: 30 abr. 2025

LINJARDI, I. C. D. M. (Coord.), LINJARDI, L. G. S. (Coord.) ; VERAS, N. A. (Coord.). Código de processo penal: comentado à luz da Defesa (2a. ed.). ed. Campo Grande: Editora Contemplar, 2021. 951 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176822. Acesso em: 30 abr. 2025

OLIVEIRA, J. R. D. ; LIMA, M. L. O. O Processo Penal como um jogo estratégico: a aplicação da Teoria dos jogos à Delação Premiada. 1. ed. Brasil: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 60 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200467. Acesso em: 30 abr. 2025

CHIARELLA, M. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas como pena alternativa à prisão . 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 120 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201069. Acesso em: 30 abr. 2025

6º semestre

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Civil: Responsabilidade Civil

CH: 30h

EMENTA:

Responsabilidade Civil: caracterização, pressupostos, modalidades e excludentes. Responsabilidade civil subjetiva e responsabilidade civil objetiva. Responsabilidade por fato próprio, fato de terceiro, fato de coisa ou animal. Direitos especiais de responsabilidade civil. Efeitos cíveis da sentença penal. Responsabilidade da Administração Pública. Culpa. Dano.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Responsabilidade Civil: elementos essenciais; 2. Espécies de Responsabilidade; 3. Responsabilidade da Administração Pública; 4. Responsabilidade contratual; 5. Acidente de trabalho e Responsabilidade Civil; 6. Responsabilidade Civil Automobilística; 7. A cláusula de não indenizar: diferença entre causa de irresponsabilidade e cláusula de não indenizar; 8. Responsabilidades do sócio, do gerente e dos administradores; 9. Responsabilidade do tomador de crédito e do credor; 10. Os meios de defesa ou as excludentes da Responsabilidade Civil; 11. Influência da sentença criminal sobre o juízo de reparação; 12. Ação Civil “ex delito”.

OBJETIVOS:

Construir com o aluno o conhecimento necessário para a utilização com eficácia dos elementos de doutrina, jurisprudência e legislação pertencentes ao universo da Responsabilidade Civil. Demonstrar a essencialidade do estudo da Responsabilidade Civil na formação jurídica, política e profissional e na consolidação e proteção dos direitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MAIMONE, F. H. C. D. P. Responsabilidade Civil na LGPD. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2022. 129 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/205596. Acesso em: 30 abr. 2025
TEIXEIRA NETO, F. Responsabilidade civil objetiva: da fragmentariedade à reconstrução sistemática. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2022. 569 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203024. Acesso em: 30 abr. 2025
"MARCHETTI FILHO, G. F. Estudos de Direito - Direito Civil: Responsabilidade Civil. ed. Campo Grande: Editora Contemplar, 2018. 241 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176991. Acesso em: 30 abr. 2025”

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, M. M. (Coord.), ROSENVALD, N. (Coord.) ; MUNIZ, F. A. D. S. (Coord.). Responsabilidade civil e comunicação: IV Jornadas Luso-Brasileiras de Responsabilidade Civil. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 417 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202464. Acesso em: 30 abr. 2025
DO RÊGO MONTEIRO FILHO, C. E. (Coord.), ROSENVALD, N. (Coord.) ; DENSA, R. (Coord.). Coronavírus e responsabilidade civil: impactos contratuais e extracontratuais (2a. ed.). 2. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 593 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/187181. Acesso em: 30 abr. 2025
LUCCO, A. L. Responsabilidade Civil nos Contratos de Empreitada. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 143 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202140. Acesso em: 30 abr. 2025
TEIXEIRA, A. C. B. (Coord.), ROSENVALD, N. (Coord.) ; MULTEDO, R. V. (Coord.). Responsabilidade civil e direito de família: o direito de danos na parentalidade e conjugalidade. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 537 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202462. Acesso em: 30 abr. 2025
CORTEZ FERNANDES, A. Direito Civi: responsabilidade civil. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2013. 296 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/171376. Acesso em: 30 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Administrativo: Licitação, Contratos e Processo Administrativo

CH: 30h

EMENTA:

Licitação. Conceito. Modalidades. Contratos administrativos. Conceito. Modalidades. Concessão. Parceria público-privada. Responsabilidade civil do Estado. Intervenção do Estado na propriedade. Desapropriação. Processo Administrativo.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Licitação: definições básicas, panorama normativo e princípios; Etapa interna: preparação da licitação; Modalidades e tipos de licitação; Etapa externa: o procedimento da licitação; Procedimentos especiais; Contratação direta: afastamento do dever de licitar; 2. Contratos administrativos; 3. Processo Administrativo Disciplinar: Conceito; Histórico; Fontes; Princípios; Instauração; Distinção entre Sindicância e Processo Disciplinar; 3.1. Fases do Processo: Considerações Gerais; Da comissão; Prazos; Instrução; Inquirição de Testemunhas; Interrogatório do Acusado; Acareação; Diligências e Perícias; Indiciação; Citação; Defesa; Revelia; Relatório Final;
32. Julgamento: Aplicação das penalidades e seus efeitos; Nulidades; Prescrição; Extinção da punibilidade; Crimes Funcionais; Exoneração do servidor que responde PAD; 3.3. Recursos: Pedido de Reconsideração; Recurso Hierárquico; Revisão do PAD.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito Administrativo, seus principais conceitos e princípios, a função e organização administrativa, poder de polícia e serviços públicos, além dos seus Agentes Públicos, os atos administrativos, as licitações e contratos administrativos, a responsabilidade civil do Estado e as regras, princípios e fases do processo administrativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARRARA, T. Manual de Direito Administrativo: funções administrativas, intervenção na propriedade e bens estatais. 4. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Foco, 2024. 522 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/258045. Recuperado de: 09 May 2025

MENDES, E. S. As Relações Contratuais Fáticas no Direito Comercial: Negociações Pré-Contratuais, Comportamentos Concludentes e Negócios Jurídicos Tácitos. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 369 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201127. Acesso em: 30 abr. 2025

HIGA, A. S. (Coord.). Manual de Direito Administrativo. 2. ed. [S. l.]: Editora Rideel, 2021. 676 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/266833. Recuperado de: 09 Maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GRECO, O. Modelos de contratos (2a. ed.). ed. Buenos Aires, Argentina: Valletta Ediciones, 2009. 423 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/66805. Acesso em: 30 abr. 2025

LUCCO, A. L. Responsabilidade Civil nos Contratos de Empreitada. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 143 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202140. Acesso em: 30 abr. 2025

AYALA ESCORZA, M. D. C. Contratos civiles. ed. Ciudad de México: IURE Editores, 2022. 337 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/205706. Acesso em: 30 abr. 2025

ROQUE, S. J. Do contrato de franquia empresarial. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Ícone Editora, 2012. 225 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/178211. Acesso em: 30 abr. 2025

ROQUE, S. J. Do contrato de transporte. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Ícone Editora, 2009. 223 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/178198. Acesso em: 30 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito do Trabalho: Direito Coletivo

CH: 30h

EMENTA:

Princípios especiais do Direito Coletivo do Trabalho. Organização sindical brasileira. Centrais sindicais. Garantias sindicais. Greve. Negociação Coletiva. Acordo Coletivo. Convenção Coletiva. Arbitragem e mediação no Direito Coletivo do Trabalho.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução ao Direito Coletivo do Trabalho e às relações coletivas de trabalho; 2. Breve histórico do sindicalismo: outros países e Brasil; 3. Conceito e Natureza Jurídica de Sindicato; 4. Funções do Sindicato; 5. O sindicalismo e a Organização Internacional do Trabalho; 6. Liberdade Sindical; 7. Organização Sindical brasileira: estrutura, atividades, prerrogativas, garantias e receitas; 8. Conflitos Coletivos de Trabalho e suas formas de solução; 9. Negociação Coletiva de Trabalho: Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho; 10. Mediação e Arbitragem; 11. Dissídio Coletivo; 12. Greve e Lockout.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo discutir criticamente a concepção e a finalidade do Direito do Trabalho, propiciando ao acadêmico amplos conhecimentos relativos ao Direito Coletivo do Trabalho e as formas de organização dos trabalhadores no encaminhamento de suas demandas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SANTOS, C. B. D. M. Os Requisitos de Validade do Negócio Jurídico na Perspectiva do Direito Coletivo do Trabalho: O Exame das Normas Coletivas Pela Justiça do Trabalho Após a Reforma Trabalhista. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 110 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200849. Acesso em: 30 abr. 2025

BRITO FILHO, J. C. M. D. Direito sindical: análise do modelo brasileiro de relações coletivas de trabalho à luz do direito estrangeiro comparado e da doutrina da OIT: proposta de inserção da comissão de empresa. ed. [S. l.]: LTr Editora Ltda. 2019. 425 p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209056. Acesso em: 30 abr. 2025

CLEMENTE, E. T. M. C. O princípio da adequação setorial na negociação coletiva trabalhista: parâmetros constitucionais clássicos e os desafios da reforma trabalhista. 1. ed. São Paulo, SP: LTr Editora Ltda. 2021. 177 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/232559. Acesso em: 30 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TEIXEIRA FILHO, M. A. Cadernos de processo do trabalho, n. 39: ação rescisória: primeira parte. ed. [S. l.]: LTr Editora Ltda. 2021. 95 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209032. Acesso em: 30 abr. 2025

KOURY, L. R. N. (Coord.), ASSUNÇÃO, C. S. S. (Coord.) ; CUNHA, N. X. (Coord.). Execução no processo do trabalho. ed. [S. l.]: LTr Editora Ltda. 2020. 355 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209084. Acesso em: 30 abr. 2025

MOTA, V. ESTEFAM, A. (Coord.) ; BARONOVSKY, R. (Coord.). Direito do Trabalho. 1. ed. [S. l.]: Editora Rideel, 2022. 388 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/266851. Acesso em: 30 abr. 2025

RACHED, J. Dançando com o urso: negociações sindicais. 1. ed. São Paulo: Bookwire - Primavera Editorial, 2016. 103 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203952. Acesso em: 30 abr. 2025

TEIXEIRA FILHO, M. A. Cadernos de processo do trabalho. n. 37: mandado de segurança: segunda parte. ed. [S. l.]: LTr Editora Ltda. 2021. 119 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209030. Acesso em: 30 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Processual Civil: Execução

CH: 30h

EMENTA:

Da Execução em Geral: Disposições Gerais, Das Partes, Da Competência, Dos Requisitos Necessários para Realizar Qualquer Execução. Das Diversas Espécies de Execução: Disposições Gerais, Do Cumprimento de Sentença e suas espécies. Da Execução para a Entrega de Coisa, Da Execução das Obrigações de Fazer ou de Não Fazer, Da Execução por Quantia Certa, Da Execução contra a Fazenda Pública, Da Execução de Alimentos. Dos Embargos à Execução. Da Suspensão e da Extinção do Processo de Execução.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Noções preliminares da execução (ou cumprimento): 1.1. Natureza 1.2. Princípios. 1.3. Ato executivo. 2. Execução e cumprimento em geral. 2.1. Ação executiva. 2.1.1. Em geral. 2.1.2. Espécies. 2.1.2.1. Executiva de crédito. 2.1.2.2. Executiva geral (execução sincrética). 3. Meios executórios. 3.1. Coação. 3.2. Sub-rogação. 2. Execução de créditos 2.1. Pressupostos

gerais da execução. 2.2. Título executivo. 2.2.1. Natureza. 2.2.2. Caracteres. 2.2.3. Espécies. 2.2.3.1. Extrajudicial. 2.2.3.2. Judicial. 2.3. Ação e Mandado Monitório. 2.3.1. Conceito. 2.3.2. Procedimento. 2.3.3. Inadimplemento. 2.4. Pressupostos processuais da execução. 2.4.1. Competência. 2.4.2. Legitimação. 2.4.3. Exceção de pré-executividade. 3. Formação do processo executivo 3.1. Obrigações e execução. 3.2. Liquidação. 3.3. Cumulação de execuções. 3.4. Execução provisória. 3.5. Efeitos da propositura da execução. 3.6. Controle da petição inicial. 2. Regras comuns aos procedimentos executivos. 2.1. Responsabilidade patrimonial. 2.2. Fraude na execução. 2.3. Responsabilidade do credor. 2.4. Comportamento processual do devedor. 4 Espécies da execução 4.1. Execução para entrega de coisa. 4.1.1. Noções gerais. 4.1.2. Entrega de coisa certa. 4.1.3. Entrega de coisa incerta. 4.2. Execução de obrigação de fazer. 4.2.1. Obrigação fungível. 4.2.2. Obrigação infungível. 4.2.3. Obrigação de declarar vontade. 4.2.4. Obrigação de não fazer. 4.2.5. Coação patrimonial. 4.3. Execução por quantia certa. 4.3.1. Rito comum. 4.3.2. Execução contra a Fazenda Pública. 4.3.3. Execução hipotecária. 4.3.4. Execução de obrigação alimentar. 4.3.5. Insolvência civil. 4.4. Suspensão da execução. 4.5. Oposição do executado. 4.5.1. Impugnação. 4.5.2 Embargos. 4.6. Oposição do terceiro: embargos. 4.7. Extinção da execução. 4.8. Execução no Juizado Especial Cível.

OBJETIVOS:

A unidade de ensino Direito Processual Civil – Execução tem por objetivo discutir a concepção e a finalidade da execução no Direito Processual Civil, seus conceitos e princípios nos procedimentos e processos de execução em geral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUENO, S. D. A. M. Cognição e mérito na execução civil: técnicas e limites. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 232 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202075. Acesso em: 30 abr. 2025

MENDES, A. G. D. C. (Coord.), ALVIM, T. A. (Coord.) ; CABRAL, T. N. X. (Coord.). Execução Civil - Novas tendências: estudos em homenagem ao professor Arruda Alvem. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 841 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/205590. Acesso em: 30 abr. 2025

RODRIGUES, M. A. ; DENSA, R. (Il.). Execução por quantia certa contra devedor solvente. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 511 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202443. Acesso em: 30 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINS, J. L. S. A Execução Fiscal à Luz do Devido Processo Legal. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 218 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203539. Acesso em: 30 abr. 2025

"FRANCISCO, E. ESTEFAM, A. (Coord.) ; BARONOVSKY, R. (Coord.). Direito Processual Civil. 1. ed. [S. l.]: Editora Rideel, 2022. 516 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/266850. Acesso em: 30 abr. 2025"

MANSO REAL AMADEO, R. D. C. (Org.), GUIMARÃES ZVEIBIL, D. (Org.) ; DELLORE, L. (Org.). Direito processual civil contemporâneo. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Bookwire - Editora Foco, 2019. 745 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/179454. Acesso em: 30 abr. 2025

GROSMAN, C. F. (Il.) ; MANDELBAUM, H. G. (Il.). Mediação no judiciário: teoria na prática e prática na teoria. 1. ed. São Paulo: Bookwire - Primavera Editorial, 2014. 355 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/205438. Acesso em: 30 abr. 2025

DOUTOR, M. Medidas Executivas Atípicas na Execução por Quantia Certa, Diretrizes e Limites de Aplicação. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 191 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201083. Acesso em: 30 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Processual Penal: Prisão e Liberdade

CH: 60h

EMENTA:

Da prisão em flagrante. Da prisão preventiva. Da prisão domiciliar. Das outras medidas cautelares. Da liberdade provisória, com ou sem fiança. Processo comum ou ordinário. Processo sumário. Sentença em geral. Coisa julgada. Habeas Corpus. Lei de Execução Penal.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Das Prisões Cautelares; 2. Das Prisões Cautelares em Espécie; 3. Da Liberdade Provisória; 4. Medidas Assecuratórias; 5. Dos Ritos Processuais; 6. Questões Prejudiciais e Procedimentos Incidentes; 7. Sentença; 8. Execução Penal.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo analisar e discutir criticamente a concepção e a finalidade do Direito Processual Penal, seus conceitos e princípios essenciais aplicados a prisão, processo e sentença.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MASELLI, P. G. C. Código de Processo Penal Brasileiro: os reflexos do Tribunal Inquisitorial em seu conteúdo. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 163 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203696. Acesso em: 30 abr. 2025

DEMERCIAN, P. H. ; MALULY, J. A. Curso de processo penal. 10. ed. São Paulo: Editora Rideel, 2023. 596 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/245888. Acesso em: 30 abr. 2025

GOUVEA, C. C. Alternativas à Prisão no Ordenamento Penal Brasileiro. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 145 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201105. Acesso em: 30 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMORIM, P. A. D. A incorporação do sistema de precedentes no Direito Brasileiro: uma análise a partir da (in)constitucionalidade da prisão após a condenação em segunda instância. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2021. 123 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/211175. Acesso em: 30 abr. 2025

ARÊAS, P. A. M. A sentença penal condenatória e sua qualidade de título executivo civil: reflexos no processo civil da sentença penal condenatória. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 120 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200493. Acesso em: 30 abr. 2025

LINJARDI, I. C. D. M. (Coord.), LINJARDI, L. G. S. (Coord.) ; VERAS, N. A. (Coord.). Código de processo penal: comentado à luz da Defesa (2a. ed.). ed. Campo Grande: Editora Contemplar, 2021. 951 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176822. Acesso em: 30 abr. 2025

OLIVEIRA, J. R. D. ; LIMA, M. L. O. O Processo Penal como um jogo estratégico: a aplicação da Teoria dos jogos à Delação Premiada. 1. ed. Brasil: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 60 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200467. Acesso em: 30 abr. 2025

CHIARELLA, M. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas como pena alternativa à prisão . 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 120 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201069. Acesso em: 30 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito empresarial: Teoria Geral da Empresa

CH: 30h

EMENTA:

Conceito e princípios do Direito Empresarial. Teoria da empresa. Estabelecimento empresarial. Empresário. Empresário individual. Registro de empresas.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Origem e Evolução Histórica do Direito Comercial. 2 O Empresário e o Cenário Econômico. 3 Teoria da Empresa e o Direito Empresarial no Brasil. 4 Teoria da Empresa: Ato de Empresa e Ato Simples. 5 Função Social da Empresa. 6 Regime Jurídico do Empresário Individual. 7 Sócios. 8 Nome Empresarial. 9 Estabelecimento Empresarial.

OBJETIVOS:

Esta disciplina apresenta como propósito maior e inicial discutir criticamente a concepção e a finalidade do Direito Empresarial, seus principais conceitos e princípios, fundamentando o debate e a reflexão concernente à Teoria da Empresa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARMANI, W. FERREIRA, R. E. ; JOVETTA, D. C. Direito Empresarial - Teoria Geral da Empresa - Vol 01. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Foco, 2024. 271 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/267904. Acesso em: 30 abr. 2025

LIMA, L. M. D. Direito Empresarial e Inovação: Os Sistemas de Direitos de Propriedade Intelectual. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2017. 280 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/200495. Acesso em: 30 abr. 2025

REZENDE, B. ; SANTOS, E. Direito empresarial. 1. ed. São Paulo: Editora Rideel, 2023. 292 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/245886. Acesso em: 30 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PIRES, J. S. ; MORAES, P. A. D. Direitos Humanos e Empresas: da obrigação do Estado à responsabilidade da atividade empresarial. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 268 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/200449. Acesso em: 30 abr. 2025

SPERCEL, T. A. Lei Anticorrupção e Direito Empresarial: Repressão à Corrupção em Grupos Empresariais. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 383 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201087. Acesso em: 30 abr. 2025

MARRARA, T. Manual de Direito Administrativo. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2022. 428 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/230807. Acesso em: 30 abr. 2025

DAMIAN, T. Direito de empresa: fundamentos jurídicos para estudantes, administradores, advogados, contadores e empresário. ed. Jundiaí, Sao Paulo: Bookwire - Paco e Littera, 2015. 401 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/112025. Acesso em: 30 abr. 2025

SACRAMONE, M. B. (Coord.), NUNES, M. G. (Coord.) ; KOURY, F. F. D. A. Direito societário e recuperação de empresas: estudos de jurimetria. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Foco, 2021. 321 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202439. Acesso em: 30 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Métodos Extrajudiciais e Judiciais de Solução de Conflitos

CH: 30h

EMENTA:

Conflito. Métodos de solução de conflitos. Método Judicial. Métodos Extrajudiciais. Negociação, Conciliação, Mediação e Arbitragem. Mudança de Paradigmas. Princípios da Mediação. Atitudes do Mediador. Aplicabilidade da Mediação. Técnicas usadas na Mediação. Estratégias usadas na Negociação. Processo de Mediação. A arbitragem na Constituição Brasileira de 1988. A novidade legislativa infraconstitucional. Noções prévias. Convenção de arbitragem. Árbitros. Procedimento Arbitral. Sentença arbitral. Sentença arbitral estrangeira.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. A Crise do Poder Judiciário. Acesso à justiça, efetividade da prestação jurisdicional e sistemas de solução de conflitos. Autocompositivos: conciliação, mediação e negociação. Heterocompositivos: jurisdição e arbitragem; 2. Métodos extrajudiciais de resolução de conflitos e a resolução adequada. Antecedentes históricos e a visão no direito comparado. Políticas Públicas em Resolução Adequada de Disputas e os direitos elementares da cidadania. Abordagem e compreensão do conflito. Normas pertinentes: Resolução 125/2010 – CNJ; Lei 13.140/2015 (Mediação); Novo Código de Processo Civil: Disposições gerais relativas à matéria, convenções processuais, obrigatoriedade da audiência de mediação/conciliação inicial. Mediação. Princípios da mediação. Atitudes do mediador. Aplicabilidade da mediação. Tribunal Multiportas; 3. Arbitragem: princípios e conceitos fundamentais; fundamentos históricos e teoria geral (Lei nº 9.307/96).

OBJETIVOS:

Apresentar os meios judiciais e não estatais para a solução de conflitos: negociação, mediação, conciliação e arbitragem visando habilitar o acadêmico para distinguir corretamente estes institutos, identificando a forma correta de sua utilização para a promoção da pacificação social, de acordo com os fundamentos legais vigentes, apresentando os fundamentos conceituais dos métodos extrajudiciais de resolução de conflitos com conhecimento técnico e aplicação ética, com a finalidade de ampliar o acesso à Justiça.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BALTAZAR, A. J. Mediação e Conciliação nos Cartórios Extrajudiciais: papel do oficial de registro de imóveis no âmbito da execução extrajudicial de bens imóveis alienados fiduciariamente. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 106 p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203703. Acesso em: 30 abr. 2025

RABELO, F. C. P. Arbitragem e Resoluções Extrajudiciais de Conflitos Trabalhistas após o advento da Lei 13.467/17. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 150 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203752. Acesso em: 30 abr. 2025

AQUINO, R. V. D. Jurisdição civil: o requerimento administrativo prévio à luz da dinâmica dos conflitos. 1. ed. Brasil: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 76 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200428. Acesso em: 30 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SOUZA, A. A. D. A mediação como método de solução de conflitos individuais do trabalho no Brasil: legislação, panorama e vantagens. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 153 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201052. Acesso em: 30 abr. 2025

SAMPAIO, A. L. Mediação no inventário judicial como método adequado para solução de conflitos na sucessão hereditária. RECIMA 21, 3 (4), 1364. [S. l.], v. n. 18 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/220329. Acesso em: 30 abr. 2025

SOUZA NETTO, A. E. D. ; MENDES LONGO, S. A recuperação empresarial: e os métodos adequados de solução de conflitos. ed. Porto Alegre: Paixão Editores, 2020. 208 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176415. Acesso em: 30 abr. 2025

NALINI, J. R. Ética para Escreventes: roteiro de conduta para funcionários das delegações extrajudiciais. 1. ed. Brasil: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 55 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200426. Acesso em: 30 abr. 2025
NETO, A. R. Responsabilidade Civil dos Delegatários dos Serviços Extrajudiciais. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 187 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201068. Acesso em: 30 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Processual do Trabalho

CH: 30h

EMENTA:

Introdução ao direito processual do trabalho. Formas de solução dos conflitos trabalhistas. Princípios do direito processual do trabalho. Organização e funcionamento da Justiça do Trabalho. Normas de direito processual do trabalho. Competência da Justiça do Trabalho. Ação trabalhista. Dissídio individual. Nulidades no Direito Processual do Trabalho. Provas. Sentença. Estudo dos Recursos Processuais, sua natureza, cabimento e pressupostos, bem como o estudo do Processo de Execução, as Ações Especiais no Direito Processual do Trabalho.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Princípios Comuns ao Processo Civil e Processo do Trabalho e Específicos ao Processo do Trabalho. Novo Código de Processo Civil (aplicação subsidiária e suplementar ao Processo do Trabalho); 2. Estrutura Judiciária Trabalhista; 3. Competência territorial e material da Justiça do Trabalho; 4. Atos, Termos e Prazos Processuais; 5. Nulidades Processuais; 6. Prova no Processo do Trabalho; 7. Recursos no Processo do Trabalho; 8. Execução Trabalhista.

OBJETIVOS:

O objetivo principal desta disciplina é discutir a concepção e a finalidade do Direito Processual do Trabalho, propiciando o entendimento da Justiça do Trabalho, seus órgãos, o processo de conhecimento, as provas e a sentença.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

TEIXEIRA FILHO, M. A. Comentários ao novo código de processo civil sob a perspectivado processo do trabalho (3a. ed.). ed. [S. l.]: LTr Editora Ltda. 2019. 1537 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209101. Acesso em: 30 abr. 2025
LEITE, G. ; RICALDE, M. D. C. Execução no processo do trabalho (2a. ed.). ed. Campo Grande: Editora Contemplar, 2021. 321 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176821. Acesso em: 30 abr. 2025
RACHED, J. Dançando com o urso: negociações sindicais. 1. ed. São Paulo: Bookwire - Primavera Editorial, 2016. 103 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203952. Acesso em: 24 jan. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TEIXEIRA FILHO, M. A. Cadernos de processo do trabalho, n. 39: ação rescisória: primeira parte. ed. [S. l.]: LTr Editora Ltda. 2021. 95 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209032. Acesso em: 30 abr. 2025
KOURY, L. R. N. (Coord.), ASSUNÇÃO, C. S. S. (Coord.) ; CUNHA, N. X. (Coord.). Execução no processo do trabalho. ed. [S. l.]: LTr Editora Ltda. 2020. 355 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209084. Acesso em: 30 abr. 2025
OLIVEIRA, P. E. V. (Org.). Direito do Trabalho: desafios nos tempos contemporâneos. Volume 1. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2022. 84 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/233448. Acesso em: 30 abr. 2025

CLEMENTE, E. T. M. C. O princípio da adequação setorial na negociação coletiva trabalhista: parâmetros constitucionais clássicos e os desafios da reforma trabalhista. 1. ed. São Paulo, SP: LTr Editora Ltda. 2021. 177 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/232559. Acesso em: 30 abr. 2025
TEIXEIRA FILHO, M. A. Cadernos de processo do trabalho. n. 37: mandado de segurança: segunda parte. ed. [S. l.]: LTr Editora Ltda. 2021. 119 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209030. Acesso em: 30 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direitos Difusos: Processo Coletivo

CH: 30h

EMENTA:

Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. O sistema norte-americano das ações coletivas. A ação civil pública. O Ministério Público e a ação civil pública. A defesa dos interesses difusos e coletivos nas leis 7347/85 e 8078/90. O inquérito civil público. A coisa julgada em matéria de interesses difusos e coletivos. A execução judicial referente a interesses difusos e coletivos. A ação civil pública consumerista.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Teoria Geral do Processo Coletivo; 2. Instrumentos extrajudiciais de tutela coletiva; 3. Instrumentos do processo coletivo: a) Ação civil pública b) Ação popular c) Mandado de segurança coletivo d) Mandado de injunção coletivo e) Habeas Corpus coletivo f) Ação de improbidade administrativa e acordo de não persecução cível g) Ação de responsabilização por atos lesivos à Administração Pública; 4. Coisa julgada em matéria de interesses difusos e coletivos; 5. Execução judicial referente a interesses difusos e coletivos.

OBJETIVOS:

Possibilitar uma formação jurídica que torne o profissional do Direito mais apto a responder, nos planos teórico e prático, aos crescentes e inusitados desafios e demandas decorrentes dos conflitos de interesses de natureza metaindividual, ou seja, difusos e coletivos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASTOS, F. Curso de processo coletivo. 3. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2022. 1157 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/230792. Acesso em: 30 abr. 2025
LOURENÇO, H. ; DENSA, R. (Il.). Processo coletivo sistematizado. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 241 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202446. Acesso em: 30 abr. 2025
PEREIRA, R. G. A legitimação para agir no processo coletivo brasileiro: análise à luz do modelo constitucional de processo delineado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 90 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200829. Acesso em: 30 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

"BRASIL. LEIS, DECRETOS, ETC. Estatuto da criança e do adolescente. 11. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/16121>. CARVALHO, Jeferson Moreira de. Estatuto da criança e do adolescente.
2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000. Acesso em: 30 abr. 2025"
GOMES, R. G. Tutela Coletiva no Direito Eleitoral: legitimidade dos interessados difusos na fiscalização das eleições. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 511 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201140. Acesso em: 30 abr. 2025

WATANABE, K. Acesso à ordem jurídica justa: conceito atualizado de acesso à justiça, processos coletivos e outros estudos. ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Del Rey, 2019. 449 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/167982. Acesso em: 30 abr. 2025

GUERRA, M. V. D. M. E. Substituição Processual Conglobante: novas observações sobre a substituição processual nos processos coletivos e a necessidade de controle judicial da legitimação adequada e da adequada representação. 1. ed. Brasil: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 185 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201481. Acesso em: 30 abr. 2025

AZEVEDO, T. P. D. Anulação dos instrumentos coletivos de trabalho: análise de processos: avanço ou retrocesso?. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 194 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202162. Acesso em: 30 abr. 2025

7º semestre

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Civil: Direitos Reais

CH: 60h

EMENTA:

Introdução aos Direitos Reais. Terminologia. Posse. Propriedade. Direito de Vizinhança.

Condomínio. Direitos Reais de Gozo e Fruição. Direito Real de Aquisição. Direitos Reais de Garantia sobre Coisa Alheia. Alienação Fiduciária em Garantia.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução aos Direitos em relação às coisas 1.1. Conceito e Introdução dos direitos reais. 1.2. Características. 1.3. Evolução dos direitos reais. 1.4. Teorias sobre a distinção entre direitos reais e pessoais. 1.5. Distinção entre direitos reais e direitos obrigacionais. 1.6. Classificação dos direitos reais. 1.7. Constituição dos direitos reais. 2. Posse 2.1. Origem. 2.2. Conceito. 2.3. Teorias. 2.4. Detenção. 2.5. Natureza jurídica. 2.6 Objeto da posse. 2.7. Classificação da posse. 2.8. Aquisição da posse. 2.9. Perda da posse. 2.10. Efeitos da posse. 3. Propriedade 3.1. Breve histórico. 3.2. Fundamento jurídico. 3.3 Características. 3.4. Conceito. 3.5. Sujeitos da propriedade. 3.6. Objeto. 3.7. Modalidades de propriedade. 3.8. Aquisição da propriedade. 3.9.1. Sistemas de aquisição. 3.9.2. Modos de aquisição. 3.9.3. Aquisição da propriedade imóvel pela transcrição. 3.9.4. Aquisição da propriedade pela acessão. 3.9.5. Aquisição pela usucapião. 3.9.6. Limitações ao direito de propriedade. 3.9.7. Perda da propriedade imóvel. 3.9.8. Aquisição e perda da propriedade móvel. 3.9.9. Condomínio voluntário. 3.10. Condomínio edilício. 3.11. Propriedade resolúvel. 3.12. Propriedade fiduciária. 3.12. Propriedade intelectual. 4. Direitos reais na coisa alheia 4.1. De gozo ou fruição. 4.1.1. Enfiteuse. 4.1.2. Superfície. 4.1.3. Servidões. 4.1.4. Usufruto. 4.1.5. Uso. 4.1.6. Habitação. 4.1.7. De Aquisição: Direito do promitente comprador. 4.2. De garantia. 4.2.1. Penhor. 4.2.2. Hipoteca. 4.2.3. Anticrese.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo discutir criticamente a concepção e a finalidade do Direito Civil, seus conceitos e princípios primordiais, além das perspectivas e peculiaridades dos Direitos Reais.

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Civil: Direitos Reais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SOUZA, A. S. R. Direito das Coisas: Coleção Direito Civil (7a. ed.). ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Del Rey, 2019. 309 p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/175826. Acesso em: 30 abr. 2025
MARCHETTI FILHO, G. F. Estudos de Direito - Direito Civil: Direito das Coisas. ed. Campo Grande: Editora Contemplar, 2018. 305 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176988. Acesso em: 30 abr. 2025
CORTEZ FERNANDES, A. Direito civil: direitos reais (2a. ed.). ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2016. 282 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/171506. Acesso em: 30 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MELO, N. D. D. Lições de Direito Civil. Vol. 4: Direito das Coisas. 5. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2022. 460 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/231804. Acesso em: 30 abr. 2025
MARCHETTI FILHO, G. F. Estudos de Direito - Direito Civil: teoria geral do Direito Civil. ed. Campo Grande: Editora Contemplar, 2020. 386 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176377. Acesso em: 30 abr. 2025
CASSETTARI, C. Elementos de Direito Civil. 12. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Foco, 2024. 1342 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/267903. Acesso em: 30 abr. 2025
CORTEZ FERNANDES, A. Direito Civil: contratos. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2011. 384 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171375. Acesso em: 30 abr. 2025
MENDES, E. S. As Relações Contratuais Fáticas no Direito Comercial: Negociações Pré-Contratuais, Comportamentos Concludentes e Negócios Jurídicos Tácitos. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 369 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201127. Acesso em: 30 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito do Consumidor

CH: 30h

EMENTA:

Noções básicas sobre o direito do consumidor. Proteção das relações de consumo. Teoria geral do direito do consumidor. Proteção do consumidor no âmbito civil. Proteção do consumidor no âmbito administrativo. Proteção do consumidor no âmbito penal. Proteção do consumidor no âmbito jurisdicional. Noções do SNDC - Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Igualdade de direito.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Noções Introdutórias; 2. Proteção Civil do Consumidor; 3. Proteção Administrativa do Consumidor; 4. Proteção Penal do Consumidor; 5. Práticas Comerciais; 6. Contratação no CDC; 7. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

OBJETIVOS:

Construir com o acadêmico a compreensão crítica do Direito do Consumidor como um microssistema, a partir do tratamento jurídico dado à relação de consumo pelo Código de Defesa do Consumidor. Afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, L. E. L. D. Direito do consumidor e democracia no processo de outorga de concessão de serviço público. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 172 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201073. Acesso em: 30 abr. 2025
ALMEIDA BRESEGHELLO, F. M. D. (Coord.), BRITO FILOMENO, J. G. (Coord.) ; GUIDO JÚNIOR, A. C. Os 30 anos do código de defesa do consumidor: evolução e desafios no

relacionamento com clientes. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 145 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/187191. Acesso em: 30 abr. 2025
GREGORIO, C. L. Direito do consumidor e transparência no marketing verde: A promoção do consumo consciente pelo enfrentamento do greenwashing. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 135 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202229. Acesso em: 30 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MIRAGEM, B. (Coord.) ; DENSA, R. (Coord.). Compliance e relações de consumo. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2022. 353 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/205593. Acesso em: 30 abr. 2025
SILVEIRA, J. F. A Aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos Contratos Empresariais sob a Ótica da Análise Econômica do Direito. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 281 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200931. Acesso em: 30 abr. 2025
ABREU MARQUES, C. D. A sanção no âmbito do direito consumerista: há ressocialização do fornecedor no mercado de consumo?. 1. ed. Brasil: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 103 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202326. Acesso em: 30 abr. 2025
ROCHA, A. S. D. (Coord.) ; DENSA, R. (Il.). Contratos de consumo: parâmetros eficientes para a redução da assimetria informacional. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 209 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202449. Acesso em: 30 abr. 2025
CONCEIÇÃO, M. M. COSTA, R. ; RODRIGUES, A. M. O consumidor on-line, o código de defesa do consumidor e a lei geral de proteção de dados. RECIMA 21, 3 (4), 1362. [S. l.], v. n. 10 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/220327. Acesso em: 30 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Processual Civil: Procedimentos Especiais e Tutelas de Urgência

CH: 60h

EMENTA:

Procedimentos especiais. Tutela provisória. Tutela de urgência: Do Procedimento da Tutela Antecipada Requerida em Caráter Antecedente e Do Procedimento da Tutela Cautelar Requerida em Caráter Antecedente. Tutela de evidência. Legislação extravagante em matéria de tutela provisória. Possibilidades do Direito Processual Civil. Ações de Procedimentos Especiais do Código de Processo Civil

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Tutela Provisória. Noções Gerais. Tutela Provisória em suas espécies e Tutela de Evidência. 2. Da Ação de Consignação em Pagamento; 3. Da Ação de Exigir Contas; 4. Das Ações Possessórias; 5. Da Ação de Divisão e da Demarcação de Terras Particulares; 6. Da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade; 7. Do Inventário e da Partilha; 8. Dos Embargos de Terceiro; 9. Da Oposição; 10. Da Habilitação; 11. Das Ações de Família; 12. Da Ação Monitória; 13. Da Homologação do Penhor Legal; 14. Da Regulação de Avaria Grossa; 15. Da Restauração de Autos; 16. Dos Procedimentos De Jurisdição Voluntária.

OBJETIVOS:

Esta unidade de ensino apresenta como objetivo principal discutir a concepção e a finalidade do Direito Processual Civil, seus principais conceitos e princípios dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária e contenciosa e as tutelas provisórias em geral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, M. G. D. S. D. Arbitragem e Tutelas Provisórias. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 123 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202157. Acesso em: 30 abr. 2025
BRIDA, N. A. D. Reclamação: a tutela do direito e o controle difuso de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 236 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/196339. Acesso em: 30 abr. 2025
MANSO REAL AMADEO, R. D. C. (Org.), GUIMARÃES ZVEIBIL, D. (Org.) ; DELLORE, L. (Org.). Direito processual civil contemporâneo. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Bookwire - Editora Foco, 2019. 745 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/179454. Acesso em: 30 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RODRIGUES, L. M. Projeção da Autonomia Privada no Direito Processual Civil e sua contribuição para a prestação de uma tutela jurisdicional efetiva: autonomia privada e processo civil. 1. ed. Brasil: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 107 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200445. Acesso em: 30 abr. 2025
PEDRA, A. S. FABRIZ, D. C. ; DIAS, H. M. Direitos Fundamentais e Sua Tutela - Volume 1. 1. ed. Brasil: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 275 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200732. Acesso em: 30 abr. 2025
PEDRA, A. S. FABRIZ, D. C. ; MARTINS, H. Direitos Fundamentais e Sua Tutela - Volume 2. 1. ed. Brasil: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 309 p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200733. Acesso em: 30 abr. 2025
JEAN, O. H. Tutela Coletiva: Processo Coletivo e IRDR: O Desafio da Litigiosidade Repetitiva. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 189 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201044. Acesso em: 30 abr. 2025
SOARES, C. H. NUNES, L. S. ; ÁVILA, L. A. D. L. Direito em tempos de crise: soluções processuais adequadas para a tutela de direitos coletivos e individuais. 1. ed. Brasil: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 639 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200693. Acesso em: 30 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Processual Penal: Júri e Recursos

CH: 60h

EMENTA:

Processos dos crimes de competência do júri. Procedimento especial dos crimes dolosos contra a vida. Nulidades. Recursos gerais. Recursos em sentido estrito. Apelação. Apelação das decisões do Tribunal do Júri. Revisão. Recurso extraordinário. Embargos. Revisão. Mandado de segurança. Habeas Corpus.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Tribunal do Júri: características, fundamentos e procedimento; 2. Recursos: Teoria Geral; 3. Recursos em Espécie: 3.1. Em sentido estrito. 3.2. Apelação. 3.3. Embargos de declaração. 3.4. Embargos infringentes e de nulidade. 3.5. Carta testemunhável. 3.6. Agravo de Execução, de instrumento e regimentais. 3.7. Do Recurso especial 3.8. Do Recurso extraordinário. 3.9. Do recurso ordinário constitucional. 4. Ações autônomas de impugnação 4.1. Habeas Corpus. 4.2. Revisão Criminal. 4.3. Mandado de Segurança. 5. Medidas Correcionais: correição parcial e reclamação.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo discutir a concepção e a finalidade do Direito Processual Penal, propiciando ao discente refletir criticamente sobre o funcionamento da Justiça Criminal Brasileira, a partir de seus procedimentos, acompanhando e avaliando o desenvolvimento do

sistema processual no propósito de verificar o cumprimento de suas funções precípuas principalmente em relação ao procedimento do Júri e recursos da área penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

VALCANOVER, F. H. Segurança Jurídica e Recursos Repetitivos: apreciação crítica a luz dos princípios do contraditório, do devido processo legal, da ampla defesa e da duração razoável do processo: de acordo com o novo CPC de 2015. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 247 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203739. Acesso em: 30 abr. 2025

OLIVEIRA, R. D. ESTEFAM, A. (Coord.) ; BARONOVSKY, R. (Coord.). Direito Processual Penal. 1. ed. [S. l.]: Editora Rideel, 2022. 468 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/266855. Acesso em: 30 abr. 2025

FILGUEIRA, E. B. F. Justiça restaurativa no sistema penal e processual penal como forma de concretização do estado democrático de direito. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 254 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203697. Acesso em: 30 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OLIVEIRA DUARTE STUHR, W. O. D. Estudos comparados de direito penal e processual penal brasileiro e português. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2009. 168 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/65806. Acesso em: 30 abr. 2025

SANTOS, A. P. D. A Tecnologia da Videoconfêrencia nos Julgamentos do Tribunal do Júri. 1. ed. Curitiba: Bookwire - Editora Appris, 2020. 58 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/195064. Acesso em: 30 abr. 2025

NUNES JÚNIOR, F. M. A. Poderes Instrutórios do Juiz no Processo Penal. ed. Jundiaí: Bookwire - Paco e Littera, 2017. 269 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/111881. Acesso em: 30 abr. 2025

ALVES, M. D. A. Crimes Digitais: análise da criminalidade digital sob a perspectiva do Direito Processual Penal e do Instituto da Prova. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 126 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202030. Acesso em: 30 abr. 2025

ZANETTI, J. C. T. Direito e Processo Penal: reflexões críticas contemporâneas. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 251 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202089. Recuperado de: 09 Maio 2025

CARVALHO, F. I. M. A. D. BRAZ, M. B. D. C. ; SANT'ANNA, V. D. S. Temas Contemporâneos de Direito Processual. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 352 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201075. Acesso em: 30 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito empresarial: Títulos mercantis e Lei de Falência

CH: 60h

EMENTA:

Noções de crédito. Função dos títulos de crédito. Teoria geral dos títulos de crédito. Legislação vigente e aplicável. Cambiais - Letra de Câmbio e Nota Promissória. Duplicata Mercantil e de Prestação de Serviços. Cheque. Títulos de Financiamento Comercial, Industrial, Rural e Imobiliário. Títulos Representativos - Conhecimento de Depósito, Warrants, Conhecimento de Transporte. Falência e Recuperação judicial

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

Dos títulos de crédito - Da propriedade industrial: nome empresarial, marcas, expressões e sinais de propaganda, patentes de invenção, modelos de utilidade e desenhos industriais – Contratos mercantis. Direito Falimentar. A instauração da falência. Pressupostos da falência. Competência. Pedido de falência. Processo da falência: fase de conhecimento; liquidação e

encerramento do processo falimentar. Ação constitutiva de falência. Sentença declaratória da falência. Sentença denegatória. Recursos e revogação da falência. Ações revocatórias. A administração da falência. Efeitos da falência. Recuperação Judicial de Empresas: meios de recuperação da empresa; órgãos da recuperação judicial; processo de recuperação judicial e recuperação extrajudicial. A falência do empresário individual: pessoa e bens do empresário individual falido; responsabilidade penal; reabilitação do falido. Regime jurídico dos atos e contratos do falido. Regime jurídico dos credores do falido. Direito Penal Falimentar. Crimes falimentares.

OBJETIVOS:

Esta unidade de ensino tem por objetivo principal discutir a concepção e a finalidade do Direito Empresarial, seus principais conceitos e princípios, proporcionando aos acadêmicos o debate e a reflexão crítica a respeito da Teoria geral dos títulos de crédito e do Direito Falimentar em perspectiva mais ampla.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FILHO, P. F. D. O. (Coord.), FARO, A. G. J. D. M. ; CAVALCANTE, A. V. S. D. O. Lei de recuperação e falência: pontos relevantes e controversos da reforma pela Lei 14.112/2020. Volume 04. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2022. 129 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/205597. Acesso em: 30 abr. 2025

SPERCEL, T. A. Lei Anticorrupção e Direito Empresarial: Repressão à Corrupção em Grupos Empresariais. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 383 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201087. Acesso em: 30 abr. 2025

PIRES, J. S. ; MORAES, P. A. D. Direitos Humanos e Empresas: da obrigação do Estado à responsabilidade da atividade empresarial. 1. ed. Brasil: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 268 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200449. Acesso em: 30 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PINHEIRO, C. D. R. (Coord.) ; SANTOS, A. A. (Coord.). Compliance entre a teoria e a prática: reflexões contemporâneas e análise dos programas de integridade das companhias listadas no novo mercado. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2022. 760 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203023. Acesso em: 30 abr. 2025

KLUWER, W. JusFormulários: insolvência: incluindo PER, PEAP e PEVE. ed. Lisboa: Wolters Kluwer España, 2021. 885 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/177411. Acesso em: 30 abr. 2025

TOMAZETTE, M. Comentários à reforma da lei de recuperação de empresas e falência. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 145 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/187180. Acesso em: 30 abr. 2025

SACRAMONE, M. B. (Coord.), NUNES, M. G. (Coord.) ; KOURY, F. F. D. A. Direito societário e recuperação de empresas: estudos de jurimetria. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 321 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202439. Acesso em: 30 abr. 2025

LIMA, R. R. S. E. Limites dos Negócios Jurídicos Processuais: um estudo sobre o objeto das convenções atípicas. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 297 p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203488. Acesso em: 30 abr. 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Prática Processual do Trabalho

CH: 30h

EMENTA:

Petição inicial. Elementos e Requisitos. Defesa. Instrumentalização dos Atos. Audiência e fase instrutória. Sentença. Requisitos. Efeitos. Recursos trabalhistas em espécie. Execução. Mandado de Segurança.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Petição inicial 1.1. Conceito. 1.2. Requisitos. 1.3. Pedidos. 1.4. Métodos para encontrar a ação cabível. 1.5 Técnicas de exposição dos fatos da inicial. 1.6. Emenda. 1.7. Indeferimento da inicial. 2. Audiência de conciliação. 2.1 Conceito. 2.2 Requisitos. 2.3 Características. 2.4 Procedimento. 3. Resposta do réu. 3.1. Conceito 3.2. Formas. 3.3. Reconhecimento do pedido. 3.4. Reconvenção. 4 Revelia. 4.1. Conceito. 4.2. Caracterização. 4.3. Efeitos. 5 Réplica. 5.1. Conceito. 5.2. Requisitos. 5.3. Pedidos. 6. Decisão saneadora. 6.1. Audiência de instrução e julgamento. 6.2 Alegações Finais. 6.3. Nova Tentativa de conciliação. 7. Sentença. 8. Recurso Ordinário. 8.1. Conceito. 8.2. Requisitos. 8.3. Pedidos. 9. Execução. Embargos do devedor. 10. Embargos de Terceiros. Mandado de Segurança.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo revisitar os conceitos analisados e discutidos em sala de aula para subsidiar debates e a reflexões pertinentes às temáticas propostas pelo Direito do Trabalho e Processual do Trabalho. Objetiva também aprofundar o conhecimento da área trabalhista como instrumento de solução de conflitos dos direitos sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

TEIXEIRA FILHO, M. A. Comentários ao novo código de processo civil sob a perspectivado processo do trabalho (3a. ed.). ed. [S. l.]: LTr Editora Ltda. 2019. 1537 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209101. Acesso em: 30 abr. 2025

LEITE, G. ; RICALDE, M. D. C. Execução no processo do trabalho (2a. ed.). ed. Campo Grande: Editora Contemplar, 2021. 321 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176821. Acesso em: 30 abr. 2025

RACHED, J. Dançando com o urso: negociações sindicais. 1. ed. São Paulo: Bookwire - Primavera Editorial, 2016. 103 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203952. Acesso em: 30 abr. 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TEIXEIRA FILHO, M. A. Cadernos de processo do trabalho, n. 39: ação rescisória: primeira parte. ed. [S. l.]: LTr Editora Ltda. 2021. 95 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209032. Acesso em: 30 abr. 2025

KOURY, L. R. N. (Coord.), ASSUNÇÃO, C. S. S. (Coord.) ; CUNHA, N. X. (Coord.). Execução no processo do trabalho. ed. [S. l.]: LTr Editora Ltda. 2020. 355 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209084. Acesso em: 30 abr. 2025

CLEMENTE, E. T. M. C. O princípio da adequação setorial na negociação coletiva trabalhista: parâmetros constitucionais clássicos e os desafios da reforma trabalhista. 1. ed. São Paulo, SP: LTr Editora Ltda. 2021. 177 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/232559. Acesso em: 30 abr. 2025

TEIXEIRA FILHO, M. A. O processo do trabalho sob a perspectiva do CPC. 4. ed. São Paulo, SP: LTr Editora Ltda. 2021. 1539 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/232544. Acesso em: 30 abr. 2025

TEIXEIRA FILHO, M. A. Cadernos de processo do trabalho. n. 37: mandado de segurança: segunda parte. ed. [S. l.]: LTr Editora Ltda. 2021. 119 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209030. Acesso em: 30 abr. 2025

8º semestre

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Civil: Família

CH: 60h

EMENTA:

Conceito e princípios do Direito de Família. Direito pessoal: casamento, relações de parentesco. Novos conceitos de família. Direito patrimonial: regime de bens entre os cônjuges, obrigações, usufruto e administração dos bens de filhos menores, alimentos, bem de família. União estável. Criança adolescente. Alimentos. Guarda e visita dos filhos. Tutela e curatela. Perspectivas do Direito de Família.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. DIREITO PESSOAL DE FAMÍLIA. 1.1. Família. 1.2. Princípios do Direito de Família. 1.3. Casamento. 1.4. Causas impeditivas e suspensivas do casamento. 1.5. Efeitos pessoais e sociais do casamento. 1.6. Direitos e deveres dos cônjuges. 1.7. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. 1.8. Separação. 1.9. Divórcio. 1.10. Parentesco. 1.11. Filiação. 1.12. Reconhecimento de filhos. 1.13. Adoção. 1.14. Poder familiar. 2. DIREITO PATRIMONIAL DE FAMÍLIA. 2.1. Regime de bens. 2.2. Comunhão universal. 2.3. Comunhão parcial. 2.4. Participação final dos aquestos. 2.5. Separação total. 2.6. Separação obrigatória. 2.7. Alimentos. Aspectos materiais e processuais. 2.8. Bem de família. 3. UNIÃO ESTÁVEL. 4. TUTELA E CURATELA.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo discutir criticamente os preceitos do Direito Civil no que concerne aos Direitos das Famílias a partir das modalidades de união, os direitos dos filhos enquanto crianças e adolescentes e a questão do patrimônio, tanto historicamente quanto sua evolução no tempo presente, reconhecendo as novas famílias que estão se formando.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LARA, M. A. (Il.), DE ALMEIDA, R. B. (Il.) ; MAFRA, T. C. M. (Il.). Direito das famílias e das sucessões: Contribuição acadêmicas dos programas de Pós-graduação em Direito da FDMC, PUC Minas, UFMG e UFOP. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2021. 634 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/211179. Acesso em: 02 maio 2025

TEIXEIRA, A. C. B. (Coord.), ROSENVALD, N. (Coord.) ; MULTEDO, R. V. (Coord.). Responsabilidade civil e direito de família: o direito de danos na parentalidade e conjugalidade. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 537 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202462. Acesso em: 02 maio 2025

LOBO, F. A. Multiparentalidade: Efeitos no direito de família. 2. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2022. 294 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/231471. Acesso em: 02 maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DOMINGUES FILHO, J. Ações de famílias: direito e procedimento na jurisdição contenciosa e voluntária. ed. Campo Grande: Editora Contemplar, 2021. 643 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176820. Acesso em: 02 maio 2025

GOUVÊA, E. M. D. F. Bem de Família e Mínimo Existencial: a responsabilidade patrimonial do devedor e o direito fundamental do credor . 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 187 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200698. Acesso em: 02 maio 2025

BEGALLI, A. S. M. Temas Relevantes de Direito de Família. ed. Jundiaí: Bookwire - Paco e Littera, 2015. 95 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/119129. Acesso em: 02 maio 2025

GABURRI, F. Direito das famílias: simplificando o direito civil. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Autêntica Editora, 2023. 366 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/245836. Acesso em: 02 maio 2025
SOUZA, T. T. Direito Sistêmico: uma análise da Constelação Familiar como instrumento sistêmico de humanização do Direito. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 100 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200499. Acesso em: 02 maio 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Processual Penal: Procedimentos Especiais e Nulidade

CH: 60h

EMENTA:

Exercício da ação penal; procedimento ordinário; procedimentos especiais. Lei Maria da Penha. Lei de Drogas. Tribunal Penal Internacional. Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Do processo e do julgamento dos crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular. Do processo e do julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial. Do processo sumário. Do processo de restauração de autos extraviados ou destruídos. Do processo de aplicação de medida de segurança por fato não criminoso.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Procedimentos Especiais. Lei Maria da Penha. Lei de Drogas. Tribunal Penal Internacional. Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Do processo e do julgamento dos crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular. Do processo e do julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial. Do processo sumário. Do processo de restauração de autos extraviados ou destruídos. Do processo de aplicação de medida de segurança por fato não criminoso. 2. Teoria das nulidades. Atos inexistentes e irregulares. Classificação das nulidades. Princípios aplicáveis e espécies. Regras legais e jurisprudenciais.

OBJETIVOS:

A disciplina apresenta como objetivo central entender e discutir o Direito Processual Penal e sua finalidade, seus principais processos e procedimentos especiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

OLIVEIRA DUARTE STUHR, W. O. D. Estudos comparados de direito penal e processual penal brasileiro e português. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2009. 168 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/65806. Acesso em: 02 maio 2025
COELHO, E. M. Direito Penal: Parte Geral. Volume 1 (3a. ed.). ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Del Rey, 2015. 337 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175817. Acesso em: 02 maio 2025
CASTAÑON ÁLVAREZ, M. J. ; ECHARRI CASI, F. Práctica procesal penal. ed. Madrid: Dykinson, 2019. 474 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/129613. Acesso em: 02 maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PICON DE CARVALHO, R. C. Código penal comentado. ed. Porto Alegre: Paixão Editores, 2020. 1776 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/176427. Acesso em: 02 maio 2025
RODRIGUES, C. Manual de Direito Penal. 4. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Foco, 2024. 1435 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/267907. Acesso em: 02 maio 2025

MENDES PEREIRA, G. Direito penal II (2a. ed.). ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2018. 146 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171496. Acesso em: 02 maio 2025
FONSECA, D. C. D. S. A concepção de direito que prevalece na contemporaneidade: uma crítica à expansão do Direito Penal. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. 130 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/206749. Acesso em: 02 maio 2025
FILGUEIRA, E. B. F. Justiça restaurativa no sistema penal e processual penal como forma de concretização do estado democrático de direito. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 254 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/203697. Acesso em: 02 maio 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Financeiro e Tributário

CH: 60h

EMENTA:

Atividade financeira do Estado. Orçamento Público. Receitas e Despesas. Públicas. Crédito Público. Sistema Constitucional Tributário. Sistema tributário nacional. Espécies tributárias, competência tributária, princípios tributários e as limitações constitucionais ao poder de tributar. Imunidades. Relação jurídico-obrigacional tributária. Sujeição passiva e responsabilidade tributária. Regra-matriz de incidência tributária (RMIT). Obrigação tributária. Crédito Tributário. Constituição do Crédito Tributário. Modalidades de Lançamento do Crédito tributário. Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário. Garantias e Privilégios do Crédito tributário. Processo Judicial Tributário. Execução Fiscal. Precatórios. Análise sistemática dos impostos federais, estaduais e municipais.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Objeto do Direito Financeiro: Atividade Financeira do Estado; Histórico; Competência legislativa em matéria financeira; Receita Pública; Classificações: receita originária e receita derivada; Despesa Pública; Classificações; Noções de Orçamento Público; Leis orçamentárias; Créditos orçamentários. 2. Direito Tributário: Conceito; Autonomia; O tributo; Conceito legal; Críticas; Características do Tributo. Tributos e suas espécies: Teoria geral; Classificação das espécies tributárias; Teoria dos tributos vinculados e não-vinculados. Os critérios distintivos das espécies tributárias: Impostos, Taxas, Contribuições de Melhoria, Empréstimos Compulsórios, Contribuições especiais. 3. As Normas Tributárias: a hipótese de incidência e o fato gerador: Conceito; Críticas. Hipótese de incidência e seus aspectos: Aspecto Material; Aspecto Temporal; Aspecto Espacial; Aspecto Pessoal. A consequência jurídica e seus critérios: Critério subjetivo; Critério temporal; Critério espacial; Critério quantitativo. Base de cálculo e alíquota. Críticas. 4. Competência tributária: Conceito; Classificação das competências tributárias. Capacidade tributária. Descentralização legislativa. Federalismo: Divisão de competências tributárias. Competência privativa, comum, residual e extraordinária.

OBJETIVOS:

Esta unidade de ensino apresenta como objetivo central discutir as concepções e as finalidades do Direito Financeiro e do Direito Tributário no que regulam normativamente as atividades financeiras do Estado e do Sistema Tributário em geral sob a égide da Constituição Brasileira de 1988.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SPILBORGHS, A. NEWMAN, E. ; ESTEFAM, A. Direito tributário. 1. ed. São Paulo: Editora Rideel, 2023. 468 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/245884. Acesso em: 02 maio 2025
FILHO VIANA, J. I. A. Negócio Jurídico Processual no Processo Judicial Tributário. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 342 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203729. Acesso em: 02 maio 2025
JUSNET, R. JusFormulários: processo judicial tributário. 1. ed. [S. l.]: Wolters Kluwer España, 2022. 386 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/221068. Acesso em: 02 maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MEDEIROS, F. B. D. S. O Processo Judicial Tributário: Tutelas Jurisdicionais da Fazenda Pública e dos Contribuintes. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 125 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202090. Acesso em: 02 maio 2025
FAGUNDES, J. A. ISS - Imposto sobre serviços de qualquer natureza: conhecer para bem aplicar. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 516 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203575. Acesso em: 02 maio 2025
MIGUEL, L. C. ; REZENDE, E. N. O Imposto Territorial Rural: à luz do direito socioambiental ibero-americano. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 225 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200875. Acesso em: 02 maio 2025
ROCHA, I. Tributação e Gênero: como o Imposto de Renda da Pessoa Física afeta as desigualdades entre homens e mulheres. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 231 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200522. Acesso em: 02 maio 2025
PIGNATARO, O. D. M. A. Imunidade Tributária do Terceiro Setor e os Impostos Indiretos: uma interpretação conforme a Doutrina e a Jurisprudência dos Tribunais Superiores. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 149 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202079. Acesso em: 02 maio 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Prática do Processo Penal

CH: 30h

EMENTA:

Organização judiciária. Auto de prisão em flagrante. Varas criminais. Tribunal do júri. Processo. Denúncia. Liberdade provisória e relaxamento de prisão. Do pedido de revogação de prisão preventiva. Defesa prévia. Recursos. Alegações finais. Sentença. Habeas Corpus. Mandado de segurança. Revisão criminal. Lei de execução penal.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Elaboração de peças processuais relacionadas à área penal com utilização de casuística, com ênfase em seus requisitos e estrutura. Abordagem da técnica de exposição dos fatos e fundamentos jurídicos e hipótese normativa. Desenvolvimento das petições com observância na estrutura correspondente, como endereçamento correto, qualificação, indicação da peça cabível, seus fundamentos legais e requerimentos. 2. Desenvolvimento de recursos com a observância da estrutura das peças de interposição e de razões recursais, do endereçamento, da qualificação das partes, da indicação de presença dos requisitos de admissibilidade recursal, exposição dos fatos e fundamentos jurídicos na petição de razões recursais que justificam a reforma da decisão recorrida, fundamentos legais, requerimentos e pedidos. 3. Desenvolvimento de ações de impugnação autônoma. Habeas Corpus. Mandado de Segurança. Revisão Criminal.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo resgatar concretamente aquilo que foi desenvolvido em sala de aula, proporcionando o debate e a reflexão crítica a respeito dos temas ligados à disciplina de Direito Penal e Processo Penal contribuindo com o aprofundamento da Área Penal como instrumental necessário de atuação dos futuros operadores do Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RODRIGUES, C. Manual de Direito Penal. 4. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Foco, 2024. 1435 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/267907. Acesso em: 02 maio 2025

MENDES PEREIRA, G. Direito penal I. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2012. 98 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171379. Acesso em: 02 maio 2025

ALVES, M. D. A. Crimes Digitais: análise da criminalidade digital sob a perspectiva do Direito Processual Penal e do Instituto da Prova. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 126 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202030. Acesso em: 02 maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ZANETTI, J. C. T. Direito e Processo Penal: reflexões críticas contemporâneas. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 251 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202089. Acesso em: 02 maio 2025

OLIVEIRA DUARTE STUHR, W. O. D. Estudos comparados de direito penal e processual penal brasileiro e português. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2009. 168 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/65806. Acesso em: 02 maio 2025

AUFIERO, A. Teoria e Prática de Processo Penal e Execução Penal. 8. ed. [S. l.]: Editora Rideel, 2022. 680 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/266846. Recuperado de: 09 Maio 2025

SILVA, K. C. D. Direito Penal do Inimigo: Aspectos Jusfilosóficos e Normativos. ed. Jundiaí, Sao Paulo: Bookwire - Paco e Littera, 2016. 177 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/118869. Acesso em: 02 maio 2025

BATISTA, G. B. D. M. Ética, Direito Penal e Mercado: Mercantilização do Sistema Penal no Brasil. 1. ed. Curitiba: Bookwire - Editora Appris, 2021. 422 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/194365. Acesso em: 02 maio 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Prática do Processo Civil

CH: 60h

EMENTA:

Petição inicial. Elementos e Requisitos. Defesa. Instrumentalização dos Atos. Audiência e fase instrutória. Sentença. Requisitos. Efeitos. Recursos cíveis em espécie. Execução.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Petição inicial 1.1. Conceito. 1.2. Requisitos. 1.3. Pedidos. 1.4. Métodos para encontrar a ação cabível. 1.5 Técnicas de exposição dos fatos da inicial. 1.6. Emenda. 1.7. Indeferimento da inicial. 2. Audiência de conciliação e mediação. 2.1 Conceito. 2.2 Requisitos. 2.3 Características. 2.4 Procedimento. 3. Resposta do réu. 3.1. Conceito 3.2. Formas. 3.3. Reconhecimento do pedido. 3.4. Reconvenção. 4 Revelia. 4.1. Conceito. 4.2. Caracterização. 4.3. Efeitos. 5 Réplica. 5.1. Conceito. 5.2. Requisitos. 5.3. Pedidos. 6. Julgamento conforme o estado do processo 6.1. Decisão saneadora. 6.2. Audiência de instrução e julgamento. 6.3. Extinção do processo com julgamento do mérito e sem julgamento do mérito. 7 Alegações Finais. 7.1. Conceito. 7.2. Requisitos. 7.3. Pedidos; 8. Recursos em Espécie. 9 Cumprimento de Sentença. 9.1 Petição de Inauguração. 9.2 Impugnação do executado.

OBJETIVOS:

O objetivo desta disciplina é estruturar procedimentos práticos de atuação na seara cível, à luz dos vigentes Código Civil, Código de Processo Civil e legislação complementar correlata, a fim de oferecer ao acadêmico as possibilidades de aplicação dos conhecimentos trabalhados ao longo do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORREIA, J. R. RICALDE, M. D. C. ; VERAS, N. A. A Prática do Código de Processo Civil (2a. ed.). ed. Campo Grande: Editora Contemplar, 2020. 939 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176993. Acesso em: 02 maio 2025

ARAKE, H. O Princípio da Eficiência no Processo Civil: uma leitura do Código de Processo Civil à luz do princípio da eficiência. 1. ed. Brasil: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 367 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200472. Acesso em: 02 maio 2025

CAMPOS, E. R. (Coord.), LONGEN, I. (Coord.) ; ARAÚJO, J. P. R. (Coord.). Processo civil: temas contemporâneos. ed. Campo Grande: Editora Contemplar, 2021. 393 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176819. Acesso em: 02 maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

STRENGER, G. Efetividade processual e sua celeridade: sob o enfoque do processo civil contemporâneo. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 149 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201009. Acesso em: 02 maio 2025

CARVALHO, F. R. D. S. O recurso de agravo no ordenamento jurídico brasileiro: da origem ao código de processo civil de 1939. 1. ed. Brasil: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 142 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200474. Acesso em: 02 maio 2025

PALACIOS, M. F. Prova Técnica Simplificada e Justiça: abordagens à luz do princípio da eficiência no Código de Processo Civil. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 128 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201071. Acesso em: 02 maio 2025

ROSSINI, L. F. A Mutatio Libelli aplicada ao processo civil: a incessante busca pela efetividade da tutela jurisdicional. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 101 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/196341. Acesso em: 02 maio 2025

CAVALLI, R. A teoria das cargas dinâmicas na distribuição do ônus da prova: e a confluência com princípio da cooperação processual. 1. ed. Brasil: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 274 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201446. Acesso em: 02 maio 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Trabalho de Curso I (Projeto)

CH: 30h

EMENTA:

Desenvolvimento do projeto pesquisa jurídica através da confecção de monografia sobre tema atinente ao universo do Direito. Elaboração e estrutura do projeto de pesquisa.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

A colocação do tema-problema: Concepção e desenvolvimento. Elementos de um problema de investigação. As perguntas da investigação e sua correlação com o tema e com a justificativa. O objeto de pesquisa: Conceito. Novos campos de interesse da pesquisa jurídica. Delimitação de objetos de pesquisa nas investigações jurídicas. Como escolher um tema de pesquisa? A questão do método de pesquisa: O marco teórico da pesquisa. O conceito de método. Os métodos científicos hipotético-dedutivo, empírico e dialético. Normalização Técnica e Elaboração do Projeto de Pesquisa. Montagem do Projeto de Pesquisa: Partes pré e pós-textuais. Elementos do projeto e forma de apresentação dos originais: Capa. Folha de rosto. Sumário. Bibliografia e referências bibliográficas.

OBJETIVOS:

A disciplina tem como objetivo fornecer subsídios para que o acadêmico adquira competência para o desenvolvimento do projeto de pesquisa. A meta proposta é a elaboração de um projeto de monografia do Trabalho de Conclusão de Curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALEXANDRE, A. F. Metodologia científica: Princípios e fundamentos. 3. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Blucher, 2021. 160 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/192655. Acesso em: 02 maio 2025

DA COSTA, M. A. F. ; DE DA COSTA, M. F. B. Projeto de pesquisa: Entenda e faça. 1. ed. Petrópolis, RJ: Bookwire - Editora Vozes, 2017. 133 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/204786. Acesso em: 02 maio 2025

SANTOS, L. C. D. Como Elaborar Projeto de Pesquisa, Artigo Técnico-Científico e Monografia. 1. ed. Brasil: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 138 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201996. Acesso em: 02 maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERTOLINI, S. M. M. G. Pesquisa Científica: Do Planejamento à Divulgação. Paco Editorial, 2016. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/119074. Acesso em: 02 maio 2025

POZZEBON, F. D. D. Á. (Org.) ; PITHAN, L. H. (Org.). O Trabalho de Conclusão no Curso de Direito. 1. ed. Porto Alegre - RS: Bookwire - Editora da PUCRS, 2022. 278 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/246559. Acesso em: 02 maio 2025

NÓBREGA, M. L. S. D. Metodologias de Ensino: entre a reflexão e a pesquisa. Paco Editorial, 2013. Disponpivel em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/117391. Acesso em: 02 maio 2025

REIS FILHO, L. Manual de redação científica para trabalhos de conclusão de curso. Paco Editorial, 2015. Disponpivel em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/108151. Acesso em: 02 maio 2025

LIRA, B. C. Passo a passo do trabalho científico. 1. ed. Petrópolis, RJ: Bookwire - Editora Vozes, 2019. 92 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/206626. Acesso em: 02 maio 2025

9º semestre

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Civil: Sucessões

CH: 60h

EMENTA:

Conceito e princípios do Direito das Sucessões. Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário, arrolamento e partilha judicial e extrajudicial (administrativo). Perspectivas do Direito das Sucessões.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Direito sucessório: conceito e classificação. 2. Abertura da sucessão 3. Sucessão legítima e ordem de vocação hereditária 4. Sucessão dos cônjuges, companheiros, colaterais e herança vacante. 5. Aceitação, renúncia e exclusão da herança. 6. Sucessão testamentária: testamentos e capacidade 7. Formalidades testamentárias e codicilo. 8. Da interpretação dos testamentos 9. Do legado 10. Direito de acrescer, das substituições e reduções testamentárias 11. Inexecução do testamento. Do testamenteiro. Da colação. 12. Inventário e partilha.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo analisar e discutir criticamente a concepção e a finalidade do Direito Civil, no que concerne a fundamentação legal dos conceitos e princípios fundamentais do Direito das Sucessões.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERNANDES, A. C. Direito Civil: direito das sucessões. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2020. 210 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/173328. Acesso em: 02 maio 2025

BROCHADO TEIXEIRA, A. C. (Coord.), LIMA RODRIGUEZ, R. D. (Coord.) ; MIRANDA OLIVEIRA, A. Contratos, família e sucessões (2a. ed.). 2. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Bookwire - Editora Foco, 2021. 481 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/179458. Acesso em: 02 maio 2025

MATOS, A. C. H. (Coord.) ; NEVARES, A. L. M. (Coord.). Direito das sucessões: Problemas e tendências. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 505 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/205591. Acesso em: 02 maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CATEB, S. D. A. Direito das sucessões: Exemplos práticos, doutrina e jurisprudência (9a. Ed.). ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Del Rey, 2020. 574 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/140872. Acesso em: 02 maio 2025

VALÉRIO, B. P. JusFormulários Sucessões. ed. Lisboa: LA LEY Soluciones Legales S.A. 2016. 215 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/124059. Acesso em: 02 maio 2025

ZANINI, L. E. D. A. Direito Civil - Sucessões. 2. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2022. 512 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/231023. Acesso em: 02 maio 2025

CORRÊA, A. D. P. M. Princípios Fundamentais de Direito Civil: uso inadequado da terminologia. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 134 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203556. Acesso em: 02 maio 2025

MENDES, S. M. V. Inventário e Partilha (5a. ed.). ed. Campo Grande: Editora Contemplar, 2018. 417 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176990. Acesso em: 02 maio 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Cibernético

CH: 30h

EMENTA:

Introdução. Dados pessoais, Privacidade e Intimidade na Internet. Lei 12.965/2014 – Marco Civil da Internet. Crimes Cibernéticos – Visão Geral. Evolução. Crimes em espécie. Novos paradigmas. Investigação de ilícitos cibernéticos. Aspectos Teóricos e práticos. Produção de prova em processos e procedimentos cibernéticos cíveis e criminais. Direito do Consumidor na Internet. Processo Judicial Eletrônico.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Liberdade de Informação e Princípios Constitucionais 2. A Nova Tecnologia da Informação (Internet) 3. Delitos e responsabilidade na rede 4. Internet e Privacidade 5. Internet e o Direito de Autor 6. A Responsabilidade Civil na Internet e no Mercado Informático.

OBJETIVOS:

Proporcionar ao estudante uma visão geral do Direito Cibernético e a correlação com os demais ramos do direito, observando, para tanto, o impacto causado com o advento das tecnologias de informação nas relações jurídicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SOUZA, A. R. D. BARRETO, A. A. M. ; BARBOSA-FOHRMANN, A. P. Direito Digital: Direito privado e internet. 5. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Foco, 2023. 1674 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/277511. Acesso em: 02 maio 2025
RAMOS, P. H. Direito e Mídia Digital: melhores práticas. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 186 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/200416. Acesso em: 02 maio 2025
ALECRIM, M. Introdução ao Direito Digital e seus temas. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2024. 222 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/267795. Acesso em: 02 maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MIRANDA BARBOSA, M. (Coord.), BRAGA NETTO, F. (Coord.) ; SILVA, M. C. (Coord.). Direito digital e inteligência artificial: diálogos entre Brasil e Europa. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 1137 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/187150. Acesso em: 02 maio 2025
LARA, M. D. Discussões sobre direito penal digital na contemporaneidade. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 161 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/203719. Acesso em: 02 maio 2025
FARIAS, J. M. A. Direito, tecnologia e justiça digital. 1. ed. [S. l.]: LTr Editora Ltda. 2022. 253 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/268623. Acesso em: 02 maio 2025
VIEIRA, A. P. Direito Autoral na Sociedade Digital (2a. ed.). 2. ed. [S. l.]: Montecristo Editora e Treinamento, 2018. 160 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/212604. Acesso em: 02 maio 2025
LARA, M. D. Discussões sobre direito penal digital na contemporaneidade. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 161 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203719. Acesso em: 02 maio 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Prática do Processo Tributário

CH: 30h

EMENTA:

Aspectos do processo judicial tributário. Competência. Endereçamentos. Espécies de ações e recursos na esfera tributária. Mandado de segurança em matéria tributária. Prescrição e Decadência no Direito Tributário.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Iniciação à Advocacia Tributária; 1.1 Processo judicial e administrativo; 1.2 Principais ações; 1.3 Visão panorâmica do Direito Tributário material; 2. Tutelas de urgência; 2.1 Liminar; Cautelar e Tutela Antecipada; 2.2 Efeitos quando concedidas; 2.3 Consequências quando revogadas; 3. Decadência e Prescrição; 3.1 Semelhanças e diferenças; 3.2 Contagem; 3.3 Aplicação para tributos sujeitos ao lançamento por homologação; 4. Restituição e Compensação; 4.1 Prazo para restituição; 4.2 Tributos direitos e indiretos; 5. Execução Fiscal; 5.1 Dívida Ativa; 5.2 Procedimento.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo revisitar conceitos e princípios numa perspectiva panorâmica do que foi desenvolvido em sala de aula, proporcionando o debate e a reflexão crítica a respeito da temática ligada à disciplina de Direito Tributário, para aprofundar o conhecimento da Área Tributária enfocando sua aplicabilidade para os futuros profissionais do Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MASCITTO, A. ORSOLON, C. E. M. ; RODRIGUES, C. Garantias judiciais no processo tributário: cenários, perspectivas e desafios. 1. ed. [S. l.]: Editora Edgard Blucher, 2018. 257 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/251416. Acesso em: 02 maio 2025
FILHO VIANA, J. I. A. Negócio Jurídico Processual no Processo Judicial Tributário. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 342 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203729. Acesso em: 02 maio 2025
JUSNET, R. JusFormulários: processo judicial tributário. 1. ed. [S. l.]: Wolters Kluwer España, 2022. 386 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/221068. Acesso em: 02 maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MEDEIROS, F. B. D. S. O Processo Judicial Tributário: Tutelas Jurisdicionais da Fazenda Pública e dos Contribuintes. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 125 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202090. Acesso em: 02 maio 2025
FAGUNDES, J. A. ISS - Imposto sobre serviços de qualquer natureza: conhecer para bem aplicar. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 516 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203575. Acesso em: 02 maio 2025
MIGUEL, L. C. ; REZENDE, E. N. O Imposto Territorial Rural: à luz do direito socioambiental ibero-americano. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 225 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200875. Acesso em: 02 maio 2025
ROCHA, I. Tributação e Gênero: como o Imposto de Renda da Pessoa Física afeta as desigualdades entre homens e mulheres. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 231 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200522. Acesso em: 02 maio 2025
PIGNATARO, O. D. M. A. Imunidade Tributária do Terceiro Setor e os Impostos Indiretos: uma interpretação conforme a Doutrina e a Jurisprudência dos Tribunais Superiores. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 149 p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202079. Acesso em: 02 maio 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Ética Profissional

CH: 30h

EMENTA:

Sociedade. Conceito de ética. Princípios éticos. Elementos caracterizadores da ética. Heranças éticas. Natureza e objeto da ética. Abordagem da ética em sociedade. A ética como ciência. A ética e as profissões. A ética profissional da advocacia. Honorários, captação de clientela e angariação de causa. Exercício do mandato e a ética profissional. A publicidade do advogado. O sigilo profissional. Questões abordadas no exame da OAB. Análise do Código de ética e disciplina da OAB. Estatuto da advocacia.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Deontologia Jurídica 1.1. Conceito e origem. 1.2. Ética. Diferença entre Ética e moral. Ética e Direito. 1.3. O Advogado. Origem do termo. Exercício de munus público. 1.4. Função indispensável à Administração da Justiça. 1.5. Postura estética do Advogado. Considerações sobre a Norma Culta. 1.6. Dever de Urbanidade. Estudo dos artigos 44, 45 e 46 do Estatuto da OAB. 2. Os Direitos do Advogado: diceologia. 3. O Código de Ética e Disciplina da OAB 3.1. Estudos e comentários. 3.2. Honorários Advocatícios. Suas implicações. 3.3. Incompatibilidades e impedimentos inerentes ao Advogado. 3.4. Infrações e sanções disciplinares. 4. A Função Social da Advocacia 4.1. A Ordem dos Advogados do Brasil e sua natureza jurídica. 4.2. Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil. Regulamento Geral do Estatuto. 4.3. Provimentos.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo discutir criticamente conceitos e finalidades da Ética Profissional, seus princípios e elementos constitutivos como contribuição para a formação do pensamento voltando à conduta moral do futuro profissional, além de transmitir os principais conteúdos do Código de Ética e Disciplina da OAB.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

VARELA FREGOSO, G. Ética. ed. México: Instituto Politécnico Nacional, 2010. 207 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/74754.Acesso em: 02 maio 2025

ROQUE, S. J. Deontologia jurìdica (Ética profissional do advogado). ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Ícone Editora, 2009. 320 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/178196. Acesso em: 02 maio 2025

SOARES, M. B. BAÍS, M. D. C. ; MENDES, T. B. Ética profissional: sistematizado para o exame de ordem. ed. Campo Grande: Editora Contemplar, 2021. 163 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/176817. Acesso em: 02 maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BLANCO BLANCO, L. A. Ética integral. ed. Bogotá: Ecoe Ediciones, 2013. 262 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/69262.Acesso em: 02 maio 2025

KANT, I. Lições de Ética. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Unesp, 2018. 357 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/212872. Acesso em: 02 maio 2025

DUSSEL, E. D. Ética comunitaria. ed. [S. l.]: Editorial Docencia, 2014. 292 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/204455. Acesso em: 02 maio 2025

CAVALCANTE TEIXEIRA, L. Ética e subjetividade: indagações em Habermas e Rorty. ed. Natal: Red Estudos de Psicologia, 2006. 9 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/99894. Acesso em: 02 maio 2025

HARTMANN, N. Ética. ed. Madrid: Ediciones Encuentro, S.A. 2013. 858 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/61711. Acesso em: 02 maio 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito da Seguridade Social

CH: 30h

EMENTA:

Evolução Mundial dos Sistemas de Previdência Social. Histórico da Previdência no Brasil. Técnicas de Proteção Social. Autonomia do Direito Previdenciário. Seguridade Social na Constituição de 1988. Organização da Seguridade Social. Beneficiários da Previdência Social. Custeio da Seguridade Social. Benefícios em Espécie e em Serviços. Carência e Prescrição. Infrações e Disposições penais. Procedimentos Administrativos na Previdência Social.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. EVOLUÇÃO HISTORICA DA PREVIDENCIA SOCIAL 1.1 No mundo 1.2 No Brasil 1.3 Conhecimentos e Características do Direito da Seguridade Social 2. FUNDAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL 2.1 A seguridade social: conceitos e princípios constitucionais 2.2 Saúde 2.3 Previdência social 2.4 Assistência Social 3. TEORIA DO DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL 3.1 Segurados do regime geral da previdência social 3.2 Filiação e inscrição dos segurados 3.2 Salários de contribuição 3.4 Salários de Benefícios 3.5 FAP - Fator previdenciário 3.6 Prescrição e decadência em matéria de direito da seguridade social 4. CUSTEIO 4.1 Arrecadação e recolhimento da contribuição dos segurados 4.2 Arrecadação e recolhimento da contribuição dos Tomadores de serviço 4.3 Obrigações acessórias das parcelas que incidem INSS e dos concursos prognósticos 5. DOGMATICA DO DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL 5.1 Planos de benefícios da previdência social 5.1.1. Auxílio-doença 5.1.2 Auxílio-acidente 5.1.3 Auxílio-reclusão 5.1.4 Aposentadoria por idade 5.1.5

Aposentadoria por tempo de contribuição 5.1.6 Aposentadoria especial 5.1.7 Aposentadoria por invalidez 5.1.8 Salário maternidade 5.1.9 Salário Família 6. DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL JUNTO RELATIVO AO INSS.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo discutir a concepção e a finalidade do Direito Previdenciário, abordando criticamente os sistemas e técnicas de Previdência e proteção Social, sob a égide da Constituição Brasileira de 1988 e demais alterações ocorridas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MOURA, A. M. D. Federalismo Fiscal e impactos das contribuições de Seguridade Social a partir da Constituição de 1988. 1. ed. Brasil: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 130 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200699. Acesso em: 02 maio 2025

VAZ, P. A. B. A judicialização dos direitos da seguridade social. 1. ed. Curitiba PR: Bookwire - Alteridade Editora, 2021. 448 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/211202. Acesso em: 02 maio 2025

SAVARIS, J. A. Direito Processual Previdenciário 2021. 9. ed. [S. l.]: Bookwire - Alteridade Editora, 2021. 1022 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/211181. Acesso em: 02 maio 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SCHUSTER, D. H. Aposentadoria Especial na Nova Previdência: os caminhos do Direito Previdenciário. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Alteridade Editora, 2021. 461 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/211213. Acesso em: 02 maio 2025

NÓBREGA, T. D. L. ; BENEDITO, M. R. D. S. O regime previdenciário do servidor público: De acordo com a Emenda Constitucional 103/2019 Reforma da Previdência. 2. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2022. 699 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/239740. Acesso em: 02 maio 2025

ARRUDA, A. Tribunais administrativos independentes como solução para a crise da judicialização previdenciária no Brasil: Uma análise comparativa com os países da common law. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 256 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202088. Acesso em: 02 maio 2025

ALCÂNTARA, M. A. D. O Princípio da Equidade na Forma de Participação no Custeio: a isonomia como redutora das desigualdades previdenciárias. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 185 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201082. Acesso em: 02 maio 2025

ROCHA, D. M. D. ; MÜLLER, E. L. Direito previdenciário em resumo. 3. ed. [S. l.]: Bookwire - Alteridade Editora, 2021. 411 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/211200. Acesso em: 02 maio 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Ambiental

CH: 30h

EMENTA:

Conceituação meio ambiente. Classificação. Direitos de 3ª. Dimensão. CF/88 art. 225 e art. 170. Princípios ambientais. Classificação doutrinária, espécies: natural, artificial, cultural e do trabalho. Competência em matéria ambiental: para legislar, material, executiva e administrativa. Proteção aos bens culturais. Lei Federal 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente. Instrumentos da lei na defesa ambiental. Zoneamento ambiental. EIA. Política Urbana: O Estatuto da Cidade. Instrumentos da lei na defesa ambiental. Licenciamento ambiental. Licença Prévia. Licença de Instalação e Licença de Operação. Competências para emissão da licença ambiental. Licenciamento ambiental. Dano ambiental. Responsabilidade

Civil, Administrativa e Criminal. Lei Federal 9.605/1998 – Lei dos Crimes Ambientais. Espaços territoriais especialmente protegidos. Ação Civil Pública Ambiental. Ação Popular. Mandado de Segurança Coletivo. Código Florestal Lei 12.651/12.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. A Fundamentação do Direito Ambiental 1.1. Conceito. 1.2. Fontes. 1.3. Princípios basilares. 1.4. A proteção constitucional: bem jurídico fundamental. 1.5. Dano ambiental: patrimonial e extrapatrimonial. 2. Evolução Histórica da Legislação brasileira em matéria ambiental 2.1. Breve histórico. 2.2. Lei da Política nacional do Meio Ambiente. 2.3. Lei da Ação Civil Pública. 2.4. Constituição Federal de 1988. 2.5. Aspectos de direito urbanístico. 2.6. Estatuto da Cidade. 2.7. Estudo de impacto de vizinhança. 2.8. Código Civil. 3. Proteção Jurídica do Meio Ambiente 3.1. Repartição constitucional das competências em matéria ambiental. 3.2. A questão das águas. 3.3. Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. 3.4. Zona Costeira. 3.5. A proteção da flora. 3.6. Áreas de preservação permanente. 3.7. Legislação florestal federal e estadual. 3.8. A proteção da fauna. 3.9. Lei dos crimes ambientais e a relação com os animais. 3.10. Código de caça. 3.11. Código de pesca. 3.12. Código Estadual do Meio Ambiente e o Código Estadual de Proteção Animal. 3.13. Aspectos bioéticos relacionados à pesquisa científica. 4. Proteção Administrativa ao Meio Ambiente 4.1. Poluição ambiental. 4.2. Estudo de impacto ambiental. 4.3. Licenciamento ambiental. 4.4. Auditoria ambiental. 5. Responsabilidades acerca dos danos ambientais. 5.1. Âmbito civil. 5.2. Âmbito administrativo. 5.3. Âmbito penal. 6. Aspectos processuais da proteção ambiental. 6.1. Administrativos. 6.2. Jurídicos. 6.3. Constitucional. 6.4. Civil. 6.5. Penal.

OBJETIVOS:

Proporcionar ao graduando noções básicas para o entendimento do Direito Ambiental, a partir da constatação da ruptura da concepção individualista do processo civil tradicional, evidenciando as razões que levaram ao surgimento de um direito voltado a defesa de valores de interesse geral da coletividade. Estudar sua origem, desenvolvimento histórico, construções doutrinárias, legais e jurisprudenciais, partindo dos fundamentos constitucionais ao detalhamento da legislação infraconstitucional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

OLIVEIRA, E. M. D. Temática ambiental, Educação ambiental e ensino: dos limites da lógica formal à necessidade da dialética. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/112018. Acesso em: 02 maio 2025

GRANZIERA, M. L. M. Direito ambiental. 6. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Foco, 2024. 1272 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/277851. Acesso em: 02 maio 2025

ARNOLD, C. D. M. Borile, G. O. y Pereira, A. O. K. Meio ambiente, novos direitos e a sociedade de consumo. Universidade Caxias do Sul, 2018. p. Dispopnpivel em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175481. Acesso em: 02 maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BÜHRING, M. A. ; FUHRMANN, I. R. Direitos fundamentais: direito ambiental e os novosdireitos para o desenvolvimento socioeconômico. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2018. 249 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/175473. Acesso em: 02 maio 2025

"PERING, E. Integração e meio ambiente no mercosul. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2009. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/65808. Acesso em: 02 maio 2025

"

CALGARO, C. y Koppe Pereira, H. Consumo, democracia e meio ambiente: os reflexos socioambientais. Universidade Caxias do Sul, 2016. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171481. Acesso em: 02 maio 2025
BORBA, R. ECCARD, A. F. C. ; SILVA, L. R. D. M. Estudos em Direito Ambiental e Sustentabilidade. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2023. 195 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/252648. Acesso em: 02 maio 2025
FONTES, D. T. Direito Penal Ambiental: uma visão socioeducacional. 1. ed. Brasil: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 59 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201153. Acesso em: 02 maio 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Trabalho de Curso II (Orientação)

CH: 30h

EMENTA:

Orientação individual dos alunos. Orientação na redação, finalização, revisão, apresentação e sustentação oral da monografia perante a banca examinadora. Pesquisa de seu estudo de caso.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

Recomendações para apresentação de trabalhos científicos conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT; Execução das etapas de uma pesquisa científica; Aspectos ético-legais em pesquisa científica; Propriedade intelectual em pesquisa; Elaboração do relatório de pesquisa; Divulgação de pesquisas científicas.

OBJETIVOS:

Aprofundar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de Direito elaborando e defendendo um trabalho monográfico de pesquisa jurídica, com estudo de caso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALEXANDRE, A. F. Metodologia científica: Princípios e fundamentos. 3. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Blucher, 2021. 160 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/192655. Acesso em: 02 maio 2025
CARVALHO, M. C. M. D. (Org.). Construindo o saber: Metodologia científica - Fundamentos e técnicas. 1. ed. Campinas - SP: Bookwire - Papirus Editora, 2021. 306 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/231831. Acesso em: 02 maio 2025
MOREIRA, L. V. D. C. (Org.) ; MENEGAT, J. (Org.). Métodos e técnicas de pesquisas científicas. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2022. 351 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/231994. Acesso em: 02 maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERTOLINI, S. M. M. G. Pesquisa Científica: Do Planejamento à Divulgação. Paco Editorial, 2016. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/119074. Acesso em: 02 maio 2025
SANTOS, L. C. D. Como Elaborar Projeto de Pesquisa, Artigo Técnico-Científico e Monografia. 1. ed. Brasil: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 138 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201996. Acesso em: 02 maio 2025
NÓBREGA, M. L. S. D. Metodologias de Ensino: entre a reflexão e a pesquisa. Paco Editorial, 2013. Disponpivel em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/117391. Acesso em: 02 maio 2025
REIS FILHO, L. Manual de redação científica para trabalhos de conclusão de curso. Paco Editorial, 2015. Disponpivel em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/108151. Acesso em: 02 maio 2025

CASSINDA, V. Tutoria para monografias e dissertações acadêmicas. 1. ed. Jundiaí: Bookwire - Paco e Littera, 2021. 83 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/240590. Acesso em: 02 maio 2025

10º semestre

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Internacional Público e Privado

CH: 60h

EMENTA:

Introdução e histórico do Direito Internacional Público. Definição do Direito Internacional Público, seu objeto, taxonomia, conteúdos de suas normas. A Personalidade em Direito Internacional Público: os Estados, as organizações intergovernamentais, a pessoa humana, situações particulares. Fontes do Direito Internacional Público: tratados, o costume, a jurisprudência, os princípios gerais de direito, a doutrina, atos unilaterais dos Estados e resoluções de organizações intergovernamentais. Relações entre o direito interno e internacional. Soluções pacíficas de controvérsias. A responsabilidade internacional dos Estados: sanções. Introdução e histórico do Direito Internacional Privado. Princípios. Fontes. Evolução histórica. Elementos de conexão. Aplicação da lei estrangeira. Retorno e devolução. Qualificação. Nacionalidade e condição jurídica do estrangeiro. Homologação de sentença estrangeira. Carta Rogatória. Procedimentos de Expulsão e Extradição.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceito e desenvolvimento histórico. 2. Normas internacionais: tratados e formas não convencionais de expressão do direito internacional. 3. O costume internacional. 4. Princípios gerais. 5. Atos unilaterais. 6. Decisões das organizações internacionais. 7. Instrumentos de interpretação e de compensação. 8. Jurisprudência e doutrina. 9. Conflitos de normas de Direito Internacional Público e Direito interno. 10. Responsabilidade internacional. 11. O fenômeno sucessório. 12. Jurisdição do Estado: população e nacionalidade. 13. Imunidades. 14. Domínio público internacional. 15. Conflitos internacionais: solução pacífica, guerras. 16. Direito internacional Privado. 17. Direito intertemporal e direito internacional privado. 18. Direito uniforme e direito comparado. 19. As normas de direito internacional privado. 20. Codificações e tentativas de codificação.

OBJETIVOS:

A disciplina tem por objetivo discutir criticamente a concepção e finalidade do Direito Internacional Público e Privado, seus conceitos e princípios essenciais, além das perspectivas da sociedade internacional, responsabilidade dos Estados, organizações intergovernamentais, contribuindo para o aprofundamento do estudo da nacionalidade e da condição jurídica do estrangeiro e dos procedimentos de retirada da pessoa do país.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HUSEK, C. R. Curso básico de direito internacional público e privado do trabalho. 6. ed. [S. l.]: LTr Editora Ltda. 2023. 373 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/276381. Acesso em: 02 maio 2025

DIAS, B. S. Novo Direito Internacional: Revendo a Teoria do Direito Internacional Público a partir das teorias do Jus Cogens, Direitos Humanos e Processo Legal Transnacional e a potencial aplicação pelos Tribunais Internacionais. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 288 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200517. Acesso em: 02 maio 2025

BRAGA NETTO, P. F. (Coord.), SILVA, M. C. (Coord.) ; CORDEIRO LEAL, A. Direito privado e contemporaneidade: desafios e perspectivas do direito privado no século XXI: Vol. 3. ed.

Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2020. 369 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/187152. Acesso em: 02 maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SOUZA, A. S. R. (Il.). Reflexões acadêmicas: Aspectos contemporâneos de Direito privado. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. 312 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/206742. Acesso em: 02 maio 2025

XAVIER, C. C. Taxatividade, tipicidade e autonomia privada: o direito real de multipropriedade. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 128 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200627. Acesso em: 02 maio 2025

SOARES, M. L. Q. (Il.) ; CHAVES, J. M. (Il.). Direitos fundamentais e direito internacional. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2019. 165 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/260869. Acesso em: 02 maio 2025

SILVA, A. C. S. L. D. A Cooperação Jurídica Internacional no Mercosul: a importância da integração processual regional para a proteção dos consumidores turistas. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 107 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/204910. Acesso em: 02 maio 2025

NOGUEIRA, R. F. ESTEFAM, A. (Coord.) ; BARONOVSKY, R. (Coord.). Direito Internacional. 1. ed. [S. l.]: Editora Rideel, 2022. 228 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/266862. Acesso em: 02 maio 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos de Direito I

CH: 30h

EMENTA:

Estudar novos direitos. Estudar questões atuais de inovação jurídica, doutrinária, jurisprudencial e legal, com ênfase nas atividades empresariais. Estudar temas de importância jurídica, cultural e interdisciplinar.

A ser definida no semestre em que será ofertada.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

A ser definido no semestre em que será ofertada.

OBJETIVOS:

A serem definidos no semestre em que será ofertada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORTEZ FERNANDES, A. Direito civil: introdução, pessoas e bens (2a. ed.). ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2016. 286 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171483. Acesso em: 02 maio 2025

ARAUJO, R. A. C. ; DENSA, R. (Il.). Direito Civil Brasileiro: parte geral. 2. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Foco, 2021. 609 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202444. Acesso em: 02 maio 2025

GAMA, G. C. N. D. 20 anos do Código Civil. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2022. 1068 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/230777. Acesso em: 02 maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RODRIGUES, C. Manual de Direito Penal. 4. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Foco, 2024. 1435 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/267907. Acesso em: 02 maio 2025

MENDES PEREIRA, G. Direito penal I. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2012. 98 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171379. Acesso em: 02 maio 2025

ALVES, M. D. A. Crimes Digitais: análise da criminalidade digital sob a perspectiva do Direito Processual Penal e do Instituto da Prova. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 126 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202030. Acesso em: 02 maio 2025
CORTEZ FERNANDES, A. Direito civil: introdução, pessoas e bens (2a. ed.). ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2016. 286 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171483. Acesso em: 02 maio 2025
OLIVEIRA, E. M. D. Temática ambiental, Educação ambiental e ensino: dos limites da lógica formal à necessidade da dialética. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/112018. Acesso em: 02 maio 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos de Direito II

CH: 30h

EMENTA:

Estudar novos direitos. Estudar questões atuais de inovação jurídica, doutrinária, jurisprudencial e legal, com ênfase nas atividades empresariais. Estudar temas de importância jurídica, cultural e interdisciplinar.
A ser definida no semestre em que será ofertada.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

A ser definido no semestre em que será ofertada.

OBJETIVOS:

A serem definidos no semestre em que será ofertada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CELESTINO, B. D. O. Direito Penal e os Direitos Sociais. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2022. 351 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/262485. Acesso em: 02 maio 2025
MENDES PEREIRA, G. Direito penal I. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2012. 98 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171379. Acesso em: 02 maio 2025
ALVES, M. D. A. Crimes Digitais: análise da criminalidade digital sob a perspectiva do Direito Processual Penal e do Instituto da Prova. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 126 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202030. Acesso em: 02 maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CORTEZ FERNANDES, A. Direito civil: introdução, pessoas e bens (2a. ed.). ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2016. 286 p.Disponível em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171483. Acesso em: 02 maio 2025
OLIVEIRA, E. M. D. Temática ambiental, Educação ambiental e ensino: dos limites da lógica formal à necessidade da dialética. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/112018. Acesso em: 02 maio 2025
VARELA FREGOSO, G. Ética. ed. México: Instituto Politécnico Nacional, 2010. 207 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/74754. Acesso em: 02 maio 2025
SEVERO E SOUSA DABÉS LEÃO, S. L. (Coord.) ; GONÇALVES RIBEIRO, L. G. (Coord.). Temas de direito contemporâneo. ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Del Rey, 2020. 350 p. Disponível em https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/140877. Acesso em: 02 maio 2025

BOTELHO, L. F. A. (Org.), CHAGAS, Á. D. (Org.) ; COLETA, G. A. D. F. (Org.). Direito e Sociedade: desafios contemporâneos. Vol. 4. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2024. 361 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/277841. Acesso em: 02 maio 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Estudo do Direito Contemporâneo

CH: 60h

EMENTA:

A ementa será definida pelo Colegiado quando da oferta da disciplina, levando em consideração à análise das questões jurídicas e sociais atuais, levando em consideração o contexto histórico e cultural em que estão inseridas. Isso significa que, ao estudar o Direito Contemporâneo, os profissionais da área buscam compreender como as leis, normas e instituições jurídicas se relacionam com as transformações sociais, políticas e econômicas da sociedade atual.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

A ser definida pelo Colegiado de Curso quando da oferta da disciplina.

OBJETIVOS:

A ser definida pelo Colegiado de Curso quando da oferta da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SEVERO E SOUSA DABÉS LEÃO, S. L. (Coord.) ; GONÇALVES RIBEIRO, L. G. (Coord.). Temas de direito contemporâneo. ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Del Rey, 2020. 350 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/140877. Acesso em: 02 maio 2025

BRANDÃO KOWARSKI, C. (Org.), VAL, E. M. (Org.) ; LAGRECA CASAMASSO, M. A. Estado de direito: temas contemporâneos. 1. ed. [S. l.]: Editora Processo, 2021. 297 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/278787. Acesso em: 02 maio 2025

FREITAS, J. H. D. (Org.). Debates contemporâneos em Direito. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2022. 172 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/234578. Acesso em: 02 maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, F. I. M. A. D. BRAZ, M. B. D. C. ; SANT'ANNA, V. D. S. Temas Contemporâneos de Direito Processual. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 352 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201075. Acesso em: 02 maio 2025

BOTELHO, L. F. A. (Org.), CHAGAS, Á. D. (Org.) ; COLETA, G. A. D. F. (Org.). Direito e Sociedade: desafios contemporâneos. Vol. 4. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2024. 361 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/277841. Acesso em: 02 maio 2025

FERREIRA, M. P. SOUZA, N. D. A. ; SILVA, V. S. B. D. Direito Contemporâneo em Conflito: coletânea de artigos. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 96 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201473. Acesso em: 02 maio 2025

SOUZA, A. S. R. (Il.). Reflexões acadêmicas: Aspectos contemporâneos de Direito privado. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. 312 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/206742. Acesso em: 02 maio 2025

LANFREDI, E. S. O princípio da autonomia privada à luz do Direito Sucessório contemporâneo: uma análise constitucional acerca da possibilidade da relativização da legítima. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2022. 179 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/262320. Acesso em: 02 maio 2025

Disciplinas Eletivas

COMPONENTE CURRICULAR: Empreendedorismo; Marketing e Startups

CH: 30h

EMENTA:

Conceitos de Empreendedorismo; Autoconhecimento; Paradigma do Empreendedorismo; Comportamento empreendedor; Processo criativo; Processo da Inovação (universidade - sociedade); Proteção da propriedade intelectual; Transferência do conhecimento; Gestão da Inovação; Planejamento Estratégico; Análise de Mercado; Plano de Marketing; Inteligência artificial e personalidade jurídica Startups e os modelos societários existentes.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

A ser definida pelo Colegiado de Curso quando da oferta da disciplina.

OBJETIVOS:

A ser definida pelo Colegiado de Curso quando da oferta da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PRADO, V. M. Direito das Startups no Brasil e no Mundo: um panorama geral sobre as leis das Startups. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 118 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/200325. Acesso em: 02 maio 2025

MERWE, R. V. D. Do jeito certo: gestão de produtos no mundo das startups. 1. ed. Brasil: Bookwire - Casa do Código, 2017. 173 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/204029. Acesso em: 02 maio 2025

OLIVEIRA, A. D. S. Empreendedores: Pessoas essenciais que fazem acontecer. 2. ed. [S. l.]: Bookwire - PUCPRess, 2021. 331 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/247265. Acesso em: 02 maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DAHER, E. Administração de marketing: os caminhos e desafios do profissional. 2. ed. Londrina: Bookwire - EDUEL, 2018. 196 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/196067. Acesso em: 02 maio 2025

GARAY, R. Criação de startups. ed. Lugar de publicación no identificado: Bookwire - Editora Sidus - 36 Linhas, 2014. 241 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/188925. Acesso em: 02 maio 2025

SEVILHA JUNIOR, V. Empreendedorismo de Sucesso. ed. Rio de Janeiro: Brasport Livros e Multimídia Ltda. 2010. 296 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175071. Acesso em: 02 maio 2025

AMIN, E. (Coord.), OTANI, N. (Coord.) ; DIAS, D. Q. (Coord.). Empreendedorismo: Inovação e Sustentabilidade Ambiental. ed. Jundiaí, SP: Bookwire - Paco e Littera, 2013. 617 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/120474.Acesso em: 02 maio 2025

BARACHO, H. U. CUNHA, B. P. D. ; ARARUNA, S. B. P. Ética Ambiental e Desafios na Pós-Modernidade: Responsabilidade Social, Empresa, Comunidade e Meio Ambiente. 1. ed. Curitiba: Bookwire - Editora Appris, 2019. 492 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/198288. Acesso em: 02 maio 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Empreendedorismo

CH: 30h

EMENTA:

Estudo da importância da cultura empreendedora na formação de profissionais, desenvolvendo seus conceitos, competências, atitudes. Aplicação da cultura empreendedora em projetos de empreendimentos sociais e ambientais que contribuam no contexto da visão

ecossistêmica da sociedade. A responsabilidade social das organizações produtivas: indicadores da qualidade, sustentabilidade e desenvolvimento ambiental. Empreendedorismo no Brasil. Prática Empreendedora. Ferramentas úteis ao empreendedor. Plano de Negócios – etapas, processos e elaboração.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:
A ser definida pelo Colegiado de Curso quando da oferta da disciplina.
OBJETIVOS:
A ser definida pelo Colegiado de Curso quando da oferta da disciplina.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ARAÚJO, P. S. (Il.) ; GOUVEIA, L. B. (Il.). Empreendedorismo, Responsabilidade Social e Tecnologia. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2022. 322 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/239619. Acesso em: 02 maio 2025
OLIVEIRA, A. D. S. Empreendedores: Pessoas essenciais que fazem acontecer. 2. ed. [S. l.]: Bookwire - PUCPRess, 2021. 331 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/247265. Acesso em: 02 maio 2025
SEVILHA JUNIOR, V. Empreendedorismo de Sucesso. ed. Rio de Janeiro: Brasport Livros e Multimídia Ltda. 2010. 296 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175071. Acesso em: 02 maio 2025
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
AMIN, E. (Coord.), OTANI, N. (Coord.) ; DIAS, D. Q. (Coord.). Empreendedorismo: Inovação e Sustentabilidade Ambiental. ed. Jundiaí, SP: Bookwire - Paco e Littera, 2013. 617 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/120474. Acesso em: 02 maio 2025
BARACHO, H. U. CUNHA, B. P. D. ; ARARUNA, S. B. P. Ética Ambiental e Desafios na Pós-Modernidade: Responsabilidade Social, Empresa, Comunidade e Meio Ambiente. 1. ed. Curitiba: Bookwire - Editora Appris, 2019. 492 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/198288. Acesso em: 02 maio 2025
SITA, A. ; SABOIA, E. Manual completo de empreendedorismo. 1. ed. São Paulo: Bookwire - Literare Books, 2021. 491 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/240734. Acesso em: 02 maio 2025
SALGADO, J. Entre Solitários e Solidários, o Empreendedor como Trabalhador Ideal. 1. ed. Curitiba: Bookwire - Editora Appris, 2021. 231 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/194303. Acesso em: 02 maio 2025
LEITE, N. M. Tecnologia e Educação Empreendedora: Estamos no Caminho Certo?. 1. ed. Curitiba: Bookwire - Editora Appris, 2019. 144 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/193159. Acesso em: 02 maio 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Agrário
CH: 30h
EMENTA:
Direito Agrário: Noções Introdutórias e Conceitos Básicos. Reforma Agrária. Princípios Constitucionais. Legislação Nacional Específica. Tributação da Terra e sobre a Atividade Rural. Assistência Financeira e Creditícia. Estatuto da Terra.
CONTEUDO PROGRAMÁTICO:
I – INTRUDUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO AGRÁRIO 1.1 Origem, Denominação, Definição; 1.2 Objeto: Atividades Agrárias; 1.3 Autonomia do Direito Agrário; 1.4 A Justiça

Agrária; 1.5 Princípios Gerais de Direito Agrário; 1.6 Natureza Jurídica; 1.7 Histórico do Direito Agrário no Brasil. II – INSTITUTOS JURIDICOS AGRÁRIOS 2.1 Imóvel Rural; 2.2 Dimensionamento do Imóvel Rural; 2.3 Classificação do Imóvel Rural. III – DIREITO DE PROPRIEDADE 3.1 Evolução do conceito de propriedade e suas etapas; 3.2 Limitação ao Direito de propriedade; 3.3 A função social da propriedade. IV – PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL 4.1 Terras Públicas e Particulares; 4.2 Terras Devolutas; 4.3 O Instituto da Discriminação; 4.4 O Procedimento Discriminatório Administrativo; 4.5 Ação Discriminatória; 4.6 Legitimação e Regularização de Posse; 4.7 Usucapião Agrário; 4.8 Aquisição de Imóveis Rurais por pessoas Estrangeiras. V – REFORMA AGRÁRIA 5.1 Fundamentos; 52 Conceituação; 5.3 Métodos; 5.4 Características; 5.4 Objetivos; 5.5 Beneficiários; 5.6 Desapropriação Agrária; 5.7 Colonização. VI – POLÍTICA AGRÍCOLA; VII – COOPERATIVISMO VIII – OS CONTRATOS AGRÁRIOS 8.1 Conceito; 8.2 Princípios Gerais e Específicos; 8.3 Classificação; 8.4 Contrato de Arrendamento: Natureza Jurídica, Preço e Forma de Pagamento, as Benfeitorias e os seus Efeitos; 8.5 Contrato de Parceria: Natureza Jurídica, Classificação e Partilha, Falsa Parceria; 8.6 A extinção dos contratos Agrários: Formas. IX – CADASTRO E TRIBUTAÇÃO DO IMÓVEL RURAL 9.1 Cadastro; 9.2 Tributação; X – O FENÔMENO AGRÁRIO E A CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA.

OBJETIVOS:

Inserir o aluno ao conhecimento teórico e crítico às questões agrárias face aos conflitos fundiários e à norma jurídica, enfatizando a legislação atualizada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SOUZA, L. M. D. ; RODRIGUES, R. M. Direito do agronegócio: teoria e prática. ed. São Paulo, SP: LTr Editora Ltda. 2019. 357 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209053. Acesso em: 05 maio 2025

TARREGA, M. C. V. B. (Org.), SILVA, A. G. (Org.) ; NETO, R. B. L. (Org.). Direito agrário contemporâneo: por um transformação da realidade social. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2022. 486 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/234590.Acesso em: 05 maio 2025

TARREGA, M. C. V. B. SILVA, A. G. ; BARROS NETO, R. L. Direito Agrário Contemporâneo: por novas subjetividades. Volume 1. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2022. 493 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/232792. Acesso em: 05 maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

POLETTI, C. A. A nova lei do agro. Comentários à lei nº 13.986/2020 nas questões do agronegócio. ed. Campo Grande: Editora Contemplar, 2021. 239 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176818. Acesso em: 05 maio 2025

GARCIA, W. (Coord.) ; SUBI, H. Como passar concursos CESPE: direito agrário. 17 questões comentadas. 7. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2018. 25 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/230693. Acesso em: 05 maio 2025

TARREGA, M. C. V. B. (Org.), SILVA, A. G. (Org.) ; NETO, R. L. B. (Org.). Direito Agrário Contemporâneo: por um objeto ampliado. Volume 2. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2022. 403 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/233167. Acesso em: 05 maio 2025

MARTINS, J. C. (Org.), MONTAL, Z. M. C. (Org.) ; NUNES, C. A. (Org.). Direito ambiental e meio ambiente do trabalho: desafios para as presentes e as futuras gerações. ed. São Paulo, SP: LTr Editora Ltda. 2020. 431 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209064. Acesso em: 05 maio 2025

FILHO, D. B. A (Re) Construção do Território Camponês: perspectivas, limites e contradições da reforma agrária brasileira. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2019. 495 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200521. Acesso em: 05 maio 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Desportivo

CH: 30h

EMENTA:

Estudo do Direito Desportivo e suas interações com os demais ramos do direito, decorrentes da sua multidisciplinaridade. Os principais organismos internacionais do desporto. O Direito Desportivo Trabalhista sob a ótica dos direitos e deveres dos atletas profissionais e das especificidades do contrato de trabalho desportivo. O vínculo desportivo e os direitos daí decorrentes, como direitos federativos, econômicos e de clube formador. As implicações empresariais do Direito Desportivo. O Direto Desportivo Disciplinar e o funcionamento dos respectivos tribunais. O estatuto do torcedor e os direitos decorrentes da sua aplicação, em especial o Direito do Consumidor.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução ao Direito Desportivo 1.1 Evolução histórica. 1.2 Fundamentos, fontes e princípios. 1.3 Interdisciplinaridade. 2. Direito Desportivo Internacional 2.1 principais organismos internacionais. 2.2 Comitê Olímpico Internacional e FIFA. 3. Direito Desportivo Trabalhista 3.1 aspectos gerais. 3.2 Legislação aplicável. 3.3 Direitos dos atletas profissionais de futebol. 4. Direito Desportivo Trabalhista 4.1 aspectos específicos. 4.2 Contrato de trabalho desportivo. 4.3 Remuneração. 4.4 Direito de imagem e direito de arena. 4.5 Jornada de trabalho. 4.6 Cláusula indenizatória desportiva e cláusula compensatória desportiva. 4.7 Transferência. 5. Vínculo desportivo 5.1 Direitos federativos e direitos econômicos. 5.2 Direitos do clube formador. 5.3 Mecanismo de solidariedade. 6. Direito Desportivo Empresarial 6.1 Organização dos clubes. 6.2 Investimentos no futebol. 6.3 O empresário e o agente. 6.4 A participação e a intervenção de terceiros na relação do atleta com a entidade de prática desportiva. 7. Direito Desportivo Disciplinar 7.1 Justiça Desportiva: composição, organização, funcionamento e competência. 7.2 Tribunais de Justiça Desportiva e Superior Tribunal de Justiça Desportiva. 7.3 Tribunal Arbitral do Esporte. 8. Estatuto do Torcedor 8.1 Princípios. 8.2 Disposições específicas. 8.3 O torcedor como consumidor. 9. Interações do Direito Desportivo com outros ramos do Direito.

OBJETIVOS:

A disciplina objetiva propiciar ao aluno o conhecimento básico sobre o Direito Desportivo e a sua multidisciplinaridade, tratando de temas que envolvem outros ramos do Direito, em especial o Direito do Trabalho, o Direito Empresarial e o Direito do Consumidor, nas suas interfaces com a prática desportiva profissional e amadora. Além disso, busca a análise do Direito Desportivo Disciplinar e a forma de atuação dos tribunais desportivos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ZAINAGHI, D. S. Direito Desportivo. 1. ed. Leme SP: Bookwire - Editora Mizuno, 2022. 456 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/239837. Acesso em: 05 maio 2025

ROSIGNOLI, M. ; RODRIGUES, S. S. Manual de direito desportivo. 3. ed. São Paulo, SP: LTr Editora Ltda. 2021. 165 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/232534. Acesso em: 05 maio 2025

VARGAS, A. (Org.). Direito Desportivo - Contributos em tempos do Metaverso. 1. ed. [S. l.]: Editora Processo, 2023. 231 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/279852. Acesso em: 05 maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

VEIGA, M. D. F. C. D. Manual de direito do trabalho desportivo: atualizado com a Lei n. 14.597/2023. 5. ed. [S. l.]: LTr Editora Ltda. 2024. 443 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/276300. Acesso em: 05 maio 2025

RODRIGUES PENTEADO, J. T. Direito Desportivo Constitucional: o Desporto Educacional Como Direito Social. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 150 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201065. Acesso em: 05 maio 2025

PEIXOTO, M. (Org.) ; BAALBAKI, R. C. F. (Org.). Além das Linhas: O direito desportivo e o mundo do esporte. 1. ed. [S. l.]: Editora Processo, 2024. 226 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/279835. Acesso em: 05 maio 2025

REGIS, E. (Org.) ; CAMPOS, V. (Org.). Diálogos sobre direito desportivo – Desporto e contemporaneidade. 1. ed. [S. l.]: Editora Processo, 2022. 246 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/278777. Acesso em: 05 maio 2025

AZEVEDO, A. A. D. Direito Desportivo e Estado No Brasil: Do Corporativismo da Ordem à Lei Pelé. 1. ed. Curitiba: Bookwire - Editora Appris, 2021. 108 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/193790. Acesso em: 05 maio 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Eleitoral

CH: 30h

EMENTA:

Disposições Gerais. Da Justiça Eleitoral. Da Representação Política. Dos Sistemas Eleitorais. Dos Direitos Políticos. A legislação brasileira sobre o tema. Da Elegibilidade e Inelegibilidade. Das Coligações. Das Convenções para a escolha de candidatos. Do Registro de candidatos. Da arrecadação e da aplicação de recursos nas Campanhas Eleitorais. Da Prestação de Contas. Das Pesquisas e Testes Pré-Eleitorais. Da Propaganda Eleitoral. Do Direito de Resposta. Das Mesas Receptoras. Da fiscalização das Eleições. Das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais. Dos procedimentos sancionadores do abuso de poder. Dos Recursos em matéria Eleitoral.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. Direitos Políticos. 2. Inelegibilidades. 3. Sistemas Eleitorais e Organização Judiciária. 4. Partidos Políticos e Convenção Partidária. 5. Propaganda Eleitoral e Condutas Vedadas aos Gestores Públicos em Época de Campanha. 6. Financiamento de Campanha e Prestação de Contas. 7. Diplomação e Posse. 8. Processo Eleitoral e Ações Eleitorais.

OBJETIVOS:

Conhecer a estrutura da Justiça Eleitoral brasileira, bem como sua importância no processo eleitoral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSIS, C. C. (Org.), ZANON, P. H. N. (Org.) ; FERREIRA, R. R. (Org.). Direito Eleitoral: reflexões contemporâneas. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2022. 116 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/263008. Acesso em: 05 maio 2025

CASTRO, E. D. R. Curso de direito eleitoral. 10. ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Del Rey, 2020. 958 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/140871. Acesso em: 05 maio 2025

NEPOMUCENO, L. D. (Org.), FREITAS, J. (Org.) ; POGLIESE, M. W. (Org.). Aspectos polêmicos e atuais do Direito Eleitoral. 1. ed. [S. l.]: Editora Rideel, 2021. 412 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/250697. Acesso em: 05 maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TELLES, O. R. S. D. Anotações sobre direito eleitoral e outros temas. 1. ed. Brasil: Bookwire - Editora Max Limonad, 2018. 360 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/199115. Acesso em: 05 maio 2025

RIBEIRO, F. S. Tutela Coletiva no Direito Eleitoral. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Appris, 2022. 75 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/262009. Acesso em: 05 maio 2025

GARCIA, W. (Coord.) ; MORAES BARROS, F. Como passar concursos CESPE: direito eleitoral. 70 questões comentadas. 7. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2018. 80 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/230695. Acesso em: 05 maio 2025

ZANGALI, A. H. Direito eleitoral em mapas mentais e fluxogramas. 1. ed. Brasil: Bookwire - Paco e Littera, 2019. 316 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/205501. Acesso em: 05 maio 2025

GOMES, R. G. Tutela Coletiva no Direito Eleitoral: legitimidade dos interessados difusos na fiscalização das eleições. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 511 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201140. Acesso em: 05 maio 2025

COMPONENTE CURRICULAR: Linguagem Brasileira de Sinais – Libras

CH: 30h

EMENTA:

Contexto histórico da educação de surdos. Legislação e políticas de acessibilidade brasileiras. Políticas e programas de acessibilidade. Parâmetros da Língua brasileira de sinais. Estrutura gramatical da língua brasileira de sinais. A aquisição da segunda língua.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

1. História da Língua de Sinais e sua evolução no Brasil 2. Filosofias educacionais para a educação de surdos 2.1. Oralismo; 2.2. Comunicação Total; 2.3. Bilinguismo. 3. O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais e principais desdobramentos 3.1. Lei 10436/2002 (Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.); 3.2. Decreto 5626/2005 (Regulamenta a Lei 10436/2002). 4. A cultura surda 4.1. O Povo Surdo; 4.2. Artefatos Culturais do Povo surdo; 4.3. A cultura e a Identidade Surda. 5. Aspectos fonológicos da Língua Brasileira de Sinais 5.1. Os parâmetros fonológicos da Libras; 5.2. Pares mínimos; 5.3. A estrutura sublexical: simultaneidade e sequencialidade. 6. Aspectos morfológicos da Língua Brasileira de Sinais 6.1. A marcação de gênero; 6.2. Processos de derivação da Libras; 6.3. Classificação verbal da Libras. 7. Aspectos sintáticos da Língua Brasileira de Sinais 7.1. A sintaxe espacial; 7.2. Estrutura da frase em Libras: sentenças afirmativas, interrogativas e negativas. 8. Língua de Sinais (básico). Alfabeto datilológico; saudações; pronomes; advérbios; números e quantidade; relações de parentesco; valores monetários; noções de tempo; calendário; meios de comunicação; tipos de verbos; animais; objetos; classificadores; meios de transportes; alimentos; profissões, material escolar, adjetivos.

OBJETIVOS:

Promover noções básicas da língua de sinais, possibilitando entender a natureza bilíngue do surdo e a sua relação com a língua de sinais e a língua portuguesa e a sua importância no desenvolvimento educacional da pessoa surda.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, H. G. A História da língua de sinais dos surdos brasileiros: um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais da Libras, 2011. Disponível em: Editora Arara Azul. https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/176053. Acesso em: 02 maio 2025

AQUINO ALBRES, N. D. Surdos & Inclusão Educacional. Editora Arara Azul. 2009. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/176054. Acesso em: 02 maio 2025

RAMOS, Regina C. Olhar Surdo: Orientações iniciais para estudantes de Libras. Editora Arara Azul, 2014.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/176055. Acesso em: 02 maio 2025

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

QUADROS, Müller R. Estudos Surdos I. Editora Arara Azul. 2006. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/172545. Acesso em: 02 maio 2025

LOPES, M. C. Surdez & Educação. 2. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Autêntica Editora, 2017. 95 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/192741. Acesso em: 02 maio 2025

VALENÁNI, C. B. Inclusão no Ensino Superior: especificidades da prática docente com estudantes surdos, 2012. Disponível em: Universidade Caxias do Sul. https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171387. Acesso em: 02 maio 2025

ABRAMOVAY, M. Lima. Diálogo de surdos: a escola, as novas tecnologias de informação e comunicação e as juventudes. 2016. Disponível em: UNESCO Brasil. https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/31168. Acesso em: 02 maio 2025

SILVA, R. C. L. D. Libras: aprendizagem na vida cotidiana. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2022. 347 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/262555. Acesso em: 02 maio 2025